

CADERNO DE TEXTOS

36º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Cuiabá/MT, 23 a 28 de janeiro de 2017

Tema Central: Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2016/2018

Presidente: Eblin Joseph Farage

Secretário-Geral: Alexandre Galvão Carvalho

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Giovanni Felipe Ernst Frizzo

SUMÁRIO

Apresentação	008
Metodologia de Trabalho	009
Proposta de Cronograma e Pauta do 36º CONGRESSO	010
Proposta de Regimento do 36º CONGRESSO	011
TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
Texto 1 – A conjuntura e os desafios para o ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	021
Texto 2 – FORA Temer! Greve Geral contra as reformas da previdência, trabalhista, a PEC 241 e em defesa dos direitos: aquilombar as lutas dos trabalhadores! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Santos (SEDUFRR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Áurea de Carvalho Costa (ADUNESP), Gelta Terezinha Ramos Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcos Escher (APESJF), Patrícia Soares Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Wagner Miquéias F. Damasceno (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC).</i>	029
Texto 3 – Os Deuses do Olimpo e os “Pecados” castigado dos humanos na terra - <i>Contribuição do professor Zezineto Mendes de Oliveira – Sindicalizado da ADFURRN Seção Sindical</i>	038
Texto 4 – Enfrentar a destruição dos direitos sociais, as políticas de austeridade e a precarização do emprego. Defender a educação e universidades públicas, avançar na reorganização da classe trabalhadora e construir o poder popular. Rumo à greve geral! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s André Mayer (ADUFOP), Bartira Telles (ADUFS), Cristiano Ferraz (ADUSB), Carla Sartor (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB), Gean Santana (ADUFS-BA), Mario Mariano (ADUFVJM), Mauro Iasi (ADUFRJ), Milton Pinheiro (ADUNEB), Tarcila Atolini (ADUFVJM), Wescley Pinheiro (ADUFMAT)</i>	040
Texto 5 – Construir uma frente única em defesa da vida dos explorados! Responder aos ataques com independência de classe! abaixo o governo golpista de Temer! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADFURRN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	049
Texto 6 - Preparar a resistência à ofensiva conservadora e ao ajuste fiscal de Temer! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Abrãao F. Penha, Anderson Carvalho E Zózina Maria Rocha De Almeida (sindicalizado(a)s da ADUNEB), Augusto Nobre E Zuleide Fernandes de Queiroz (sindicalizado(a)s da SINDURCA), Carlos Zacarias, Jorge Henrique Saldanha, Marcos Vinícius Ribeiro, (sindicalizado APUB), Egil de Brito Sá (sindicalizado ADUFPI), Maurício Wiering Pinto Telles (sindicalizado ADURN), José Pereira Sobrinho, Natália Ayres, Pedro Santos (sindicalizado(a)s da SINDUECE), Marcel Lima Cunha e Niágara Vieira Soares Cunha (sindicalizado(a)s da SINDIUVA)</i>	052
Texto 7 – As posições políticas da diretoria do ANDES/CSP diante do impeachment de Dilma Rousseff: uma capitulação histórica ao golpe da direita - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Eduardo Oliveira, David Romão, Karina Cordeiro, Ana Cristina Givigi, Gleide Sacramento Silva, Tarcisio Cordeiro, Givanildo Bezerra de Oliveira, Fátima Aparecida Silva, Nilton C. Silva – Sindicalizado(a)s da APUR Seção Sindical</i>	056

Texto 8 – Unidade na diversidade e unidade de ação: os desafios da polarização política e o movimento docente – <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP); Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Maíra Tavares Mendes (ADUSC), Marcela Rufato (ADUNIFAL) Janaína Bilate (ADUNIRIO), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR); Caetano de Carli (ADUFERPE); Vicente Neves Ribeiro (SINDUFFS); Juliano Nicklevicz Teixeira (ADUFRJ);</i>	058
Texto 9 – Intensificação das contrarreformas do governo golpista e construção da unidade classista para esse enfrentamento – <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Lucinéia Scremin Martins, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical</i>	063
Texto 10 - Colocar no centro a luta contra o governo golpista e suas medidas, fortalecendo o caminho da greve geral - <i>Contribuição da Diretoria da APUR e do(a)s professore(a)s Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alberto Handfass (ADUNIFESP), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Celi Taffarel (APUB), Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE), Cláudio Félix (ADUSB), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Giavara (ADUFU), Eduardo Jorge Souza (ADUFERPE), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eudes Baima (SINDUECE), Everaldo Andrade (ADUSP), Fernando José Cunha (ADUFPB), Flávia Teixeira (ADUFU), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Guttemberg da Silva Silvino (ADUFPB), Héliida Cristina Cavalcante Valério (ADUFPB), Humberto Clímaco (ADUFG), Jair Reck (ADUnB), Joelma de Oliveira Albuquerque (ADUFAL), Juanito Vieira (APESJF), Karina Klinke (ADUFU), Kimi Tomizaki (ADUSP), Lenúcia Moura (SINDUECE), Lisleandra Machado (APESJF), Manuel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcia Morschbacher (SEDUFMS), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Maria do Carmo Xavier (ADUFERPE), Marize Souza Carvalho (APUB), Ricardo Coelho de Barros (ADUFAL), Sidartha Soria (ADUFEPE), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC)</i>	067
TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 11 – Política de Formação Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	072
Texto 12 – Política Educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	078
Texto 13 - Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	085
Texto 14 – Política de Comunicação e Arte - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	092
Texto 15 – Comissão da Verdade do ANDES-SN: a luta pela memória, reparação e justiça - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	095
Texto 16 – Política Agrária, Urbana e Ambiental - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	097
Texto 17 – Políticas e ações para Ciência e Tecnologia - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	100
Texto 18 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	106
Texto 19 - Perdas salariais implantadas nos últimos três governos contra professores aposentados das IFES. - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Auta de Souza Costa, e Terezinha Diniz (Sindicalizadas da ADUFPB) e José Airton de Paula (Sindicalizado da ADUFMAT)</i>	110

Texto 20 – ANDES-SN: classista e democrático - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alair Silveira e Roberto Boaventura da Silva Sá – Sindicalizado(a)s da ADUFMAT Seção Sindical</i>	112
Texto 21 – Educação de qualidade não se faz com mordaga - <i>Contribuição da Diretoria da ADFURRN Seção Sindical</i>	113
Texto 22 - Privatizar não é a solução - <i>Contribuição professora da Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues - Sindicalizada da ADFURRN Seção Sindical</i>	115
TEMA III– PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 23 – Plano de lutas do setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	118
Texto 24 – Plano de lutas do setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	123
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 25 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	139
Texto 26 – Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	141
Texto 27 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	143
Texto 28 – Prestação de contas do 61º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	144
Texto 29 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	145
Texto 30 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	146
Texto 31 - Apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	147
Texto 32 – Sede do 37º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	148
Texto 33 – Grupos de trabalho (GT) DO ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	149
Texto 34 – O colapso da central sindical e popular e o movimento docente - <i>Contribuição da(o)s professor(a)es Lucinéia Scremin Martins, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical.</i>	150
SIGLAS	153
Legislação citada nos textos da Diretoria do ANDES-SN	156

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 1 - A conjuntura e os desafios para o ANDES-SN	028
TR 3 – Os Deuses do Olimpo e os “Pecados” castigado dos humanos na terra	039
TR 5 – Construir uma frente única em defesa da vida dos explorados! Responder aos ataques com independência de classe! abaixo o governo golpista de Temer!	052
TR 9 – Intensificação das contrarreformas do governo golpista e construção da unidade classista para esse enfrentamento	067
TR 10 - Colocar no centro a luta contra o governo golpista e suas medidas, fortalecendo o caminho da greve geral	070
TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 11 – Política de Formação Sindical	076
TR 12 – Política Educacional	084
TR 13 - Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual	091
TR 14 – Política de Comunicação e Arte	094
TR 15 – Comissão da Verdade do ANDES-SN: a luta pela memória, reparação e justiça	096
TR 16 – Política Agrária, Urbana e Ambiental	100
TR 17 – Políticas e ações para Ciência e Tecnologia	105
TR 18 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	109
TR 19 - Perdas salariais implantadas nos últimos três governos contra professores aposentados das IFES	111
TR 20 – ANDES-SN: classista e democrático	113
TR 21 – Educação de qualidade não se faz com mordça	115
TR 22 - Privatizar não é a solução	116
TEMA III– PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
TR 23 – Plano de lutas do setor das IEES/IMES	121
TR 24 – Plano de lutas do setor das IFES	135
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 25 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN	140

TR 26 – Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN	142
TR 27 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	143
TR 28 – Prestação de contas do 61º CONAD	144
TR 29 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	146
TR 30 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	147
TR 31 - Apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST)	148
TR 32 – Sede do 37º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL	148
TR 34 – O colapso da central sindical e popular e o movimento docente.	152

Apresentação

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado em Cuiabá (MT), sob a organização da diretoria do ANDES-SN e da ADUFMAT Seção Sindical, no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, e seu tema central é: Em Defesa da Educação Pública e Contra a Agenda Regressiva de Retirada dos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras.

O tema escolhido para o 36º CONGRESSO do ANDES-SN está em forte sintonia com a conjuntura. As crescentes lutas em nosso país, protagonizadas pela classe trabalhadora e pela juventude contra os intensos ataques do ilegítimo governo Temer, do Congresso, do Judiciário e da mídia burguesa, e dos setores conservadores da sociedade, demandam de nossa categoria, participante ativa desse processo de lutas, uma intensa e densa discussão no seu espaço máximo de deliberação.

A classe trabalhadora se vê ante a um grande desafio que é reagir e derrubar essa agenda regressiva, que se manifesta, com especial intensidade, no setor da educação. Os projetos “Escola com Mordça” e a “Reforma do Ensino Médio”, combatidos desde o seu nascedouro pelo ANDES-SN, e a luta contra a PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), expressão maior da destruição dos direitos sociais, conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras na constituição, têm mobilizado estudantes, sindicatos, movimentos sociais em todo o país. Lutas que exigem um enorme esforço de vários setores da classe trabalhadora e da juventude para construir a unidade.

Os direitos sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras, tanto do setor público quanto do privado, ocupam um lugar destacado na contrarreforma do Estado. Com o objetivo de criar as condições necessárias para manter a extração de mais-valia do capital, o governo, como um legítimo representante desse setor, procura de todas as formas acelerar no Congresso a reforma trabalhista e da previdência, pautas que estarão no epicentro das lutas durante o ano de 2017.

É, nesse contexto, de ataques à educação pública e de retirada de direitos, que o ANDES-SN, como um sindicato defensor intransigente de um projeto para a educação de caráter classista, irá realizar seu próximo Congresso. Os textos de apoio e as resoluções da diretoria e da base, presentes nesse caderno, a serem discutidos e deliberados, irão “armar” a categoria para essa difícil quadra histórica que se apresenta, mas que, de forma alguma, intimida um sindicato com o seu histórico de lutas, de autonomia e de coerência.

Até breve, Até, Cuiabá!

Diretoria do ANDES-SN

Metodologia de trabalho

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais dos docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONAD) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Texto que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todos os participantes, reunidos em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelos diretores, que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio dos relatores dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a clareza e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria dos delegados, sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) o claro **ordenamento dos temas** do Congresso: conjuntura, centralidade, políticas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e depois os planos de luta (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação);

2) Os **Textos de Apoio (TA)** cumprem uma função pedagógica e de registro histórico para o movimento; após cada TA, uma caixa de texto com as resoluções aprovadas no 35º Congresso complementa o resgate histórico; e os **Textos Resolução (TR)** apresentam o que é novo, de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações para o ano de 2016, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Cuiabá, 23 a 28 de janeiro de 2017

Tema Central: Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

23/1 (2ª feira)	24/1 (3ª feira)	25/1 (4ª feira)	26/1 (5ª feira)	27/1 (6ª feira)	28/1 (sábado)
9h às 12h 14h às 17h Credenciamento 10h às 13h Plenária de Abertura Plenária de Instalação	9h às 12h Grupo Misto Tema II	Grupo Misto Tema III	Livre	9h às 13h Plenária do Tema III	9h às 12h Plenária do Tema IV
15h às 19h Plenária do Tema I	14h às 18h Grupo Misto Tema II	14h às 18h Grupo Misto Tema IV	14h às 17h Plenária do Tema II	15h às 18h Plenária do Tema IV	14h às 16h Plenária de Encerramento
21h Palestra com representantes do Casarão da Luta, da Escola Florestan Fernandes e da Auditoria Cidadã da Dívida.	Livre	Livre	18h30 às 21h30 Plenária do Tema II	Livre	

Pauta

Tema I – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta.

Tema II – Políticas sociais e plano geral de lutas.

Tema III – Plano de lutas dos setores.

Tema IV – Questões organizativas e financeiras

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º. O 36º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela ADUFMAT, reunir-se-á no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, na cidade de Cuiabá (MT).

Art. 2º. O 36º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do 36º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“Art.15. São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL às organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X - criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”

Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do 36º CONGRESSO:

I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e ao voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados(as) de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicados em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto.

II - os membros da comissão organizadora e da comissão diretora do 36º CONGRESSO, com direito à voz;

III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND., e secretarias regionais, com direito à voz;

IV - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora e comissão diretora, com direito à voz.

§1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do 36º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do 36º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à comissão diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 36º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, credenciados(as) como observadores(as) no 36º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND., ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. O Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 36º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (Art. 32, V), participam com direito à voz.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º. O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, ao 36º CONGRESSO encerrar-se-á às 17h do dia 23 de janeiro, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da plenária de instalação, que deverá deliberar sobre estes até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do 36º CONGRESSO:

I - As Comissões:

a) Organizadora;

b) Diretora;

II - Os Grupos Mistos;

III - As Plenárias.

§ 1º As comissões organizadoras e a diretora são criadas a partir da convocação do 36º CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização deste evento.

§ 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do 36º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito ao voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da ADUFMAT Seção Sindical e por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 9º. É de competência da comissão organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 36º CONGRESSO;

II - organizar, junto com a comissão diretora, a plenária de abertura do 36º CONGRESSO;

III - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 36º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da comissão organizadora cabe recurso à comissão diretora.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 36º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se, junto com a comissão organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do 36º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 36º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 36º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV - elaborar a prestação de contas do 36º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias do 36º CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos grupos mistos do 36º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

VII - Responsabilizar-se, em conjunto com os relatores dos grupos mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora cabe recurso à plenária.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os grupos mistos são compostos por:

I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND., de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, todos(as) com direito à voz e ao voto;

II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito à voz;

III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada grupo misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um(a) delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-Seção Sindical, ou mais de um(a) delegado(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, ou mais de um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de grupos mistos. Esta mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a), devidamente credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos grupos mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 36º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade dos(a) delegados(as) inscritos em cada grupo misto.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da comissão diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação.

III - fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a).

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à comissão diretora o relatório de seu grupo digitado, garantidas as condições pela comissão organizadora.

Art. 20. A consolidação dos grupos mistos será feita em reunião pelos membros da comissão diretora para tal designados, com auxílio do(as) relatores(as) dos diversos grupos mistos.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 36º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e relatores(as).

§ 1º A comissão diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos grupos mistos. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos grupos mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 36º CONGRESSO.

IV As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária quando tiverem sido aprovadas, ou obtido 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo

Art. 22. O início das reuniões dos grupos mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 36º CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos grupos mistos terão duração de:

a) do Tema II: 7 (sete) horas, em dois turnos;

b) do Tema III: 4 (quatro) horas;

c) do Tema IV: 3 (três) horas;

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 36º CONGRESSO.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I - Delegados(as) de S.SIND., de AD-S.SIND., de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), e pelo(a) Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos(as) com direito à voz e ao voto;

II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros da comissão diretora com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do 36º CONGRESSO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão diretora indica, entre seus membros, os(as) componentes das mesas coordenadoras das plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo os membros não pertencentes à comissão diretora do 36º CONGRESSO serem indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples - maior número de votos - dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(a) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) secretário(a):

I - preparar junto com o(a) presidente a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório da plenária;

III - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - Entregar a ata, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da plenária.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - As plenárias de abertura e de instalação terão 3 (três) horas de duração, juntas e no mesmo período;

II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas;

III - Plenária do Tema II: 6 (seis) horas em dois períodos;

IV - Plenária do Tema III: 4 (quatro) horas;

V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos;

VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º Cada plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

§ 3º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 4º Os grupos mistos poderão ter seu início antecipado por deliberação da-reunião anterior.

§ 5º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 6º A duração da plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 36º CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 36º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do anexo ao caderno de textos deste evento;

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 36º CONGRESSO.

IV - deliberar sobre os recursos necessários para o financiamento da participação de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), escolhidos(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da plenária do 36º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença, na qual constará: o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da Plenária, será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e será aberta a 2ª (segunda) lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 33. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (grupo misto e ou plenária), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições ou sorteio, conforme definido pelo grupo misto ou plenária.

Art. 34. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do grupo misto ou da plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O grupo misto ou a plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 35. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do grupo misto ou da plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos grupos mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

c) oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização no plenário;

d) sugeridas pela comissão diretora, conforme o inciso III do Art. 21.

§ 3º As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária, só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo.

Art. 36. Os pedidos de esclarecimentos, e as questões de ordem e de encaminhamento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 37. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 36º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 38. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 36º CONGRESSO, até às 15 (quinze) horas do dia 27 de janeiro de 2017, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 36º CONGRESSO, sendo neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 4º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 36º uma cópia das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 28 de janeiro de 2017.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início da plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

Art. 39. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 40. Nos grupos mistos e nas plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto.

§ 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas plenárias, se apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento.

Art. 41. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 29 de fevereiro de 2016 para divulgar o relatório final do 36º CONGRESSO.

Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso ao plenário.

Art. 43. Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 36º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Cuiabá, 23 de janeiro de 2017

Atendendo ao disposto no Art. 38 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 36º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____

Cidade _____

Cep.: _____

e-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá /MT, no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam _____

**TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE,
CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA**

A CONJUNTURA E OS DESAFIOS PARA O ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A Conjuntura Internacional

Em 2017, Donald Trump tomará posse na presidência dos EUA, mesmo ano em que se comemorará o centenário da Revolução Russa. Dois fatos aparentemente desconexos, num mundo tão conturbado e em ebulição sobre o qual temos que pensar: que lições tirar do passado e dos fenômenos atuais para construir um futuro mais justo?

Entre as situações mais dramáticas, destacamos a questão da migração forçada como uma das faces mais cruéis. Segundo a ONU, são cerca de 364 milhões de pessoas, homens, mulheres, crianças, em sua maioria africanos e árabes, fugindo das ditaduras, das guerras, das epidemias, da fome e da miséria, seguem principalmente para a Europa. Essa travessia, em condições desumanas pelo Mediterrâneo, ocorre em busca de paz, e as oportunidades não encontradas nos seus países de origem. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) informou em outubro deste ano a morte de 3.930 imigrantes durante essa travessia.

O capital mundializado aprofunda a concorrência entre os próprios trabalhadores/as, o que faz exacerbar a xenofobia. Sem dúvida, essa situação tem a ver com o aprofundamento da crise capitalista em âmbito internacional. Entender a dinâmica da crise é fundamental para a compreensão dos rumos da economia e das lutas de classes no Brasil.

Nos anos 1980 e 1990, com a chamada “globalização” e o neoliberalismo, foi possível um período de relativa estabilidade para o capital a partir da combinação de vários elementos: recuo do movimento operário pelos ataques dos planos de ajuste, principalmente nos EUA e Inglaterra; avanço do capitalismo no Leste europeu e China; incorporação de novas tecnologias e formas de gestão na produção, o que permitiu um salto na internacionalização do capital industrial e financeiro.

Nesse marco, destacamos a ofensiva militar de Bush e de sua “guerra ao terror” estabelecida a partir do 11 de setembro (Afeganistão, 2001, tentativa de golpe na Venezuela, em 2002, e Iraque, 2003). A queda da taxa de lucro nos EUA em 2007 (com o estouro da bolha especulativa/falência do Lehman Brothers) e a expansão para a Europa em 2008, provocando um *crack*, que segundo alguns analistas foi maior que a quebra de 1929. Com a derrocada de Bush, sendo rechaçado no mundo inteiro, o imperialismo necessitou redefinir sua face. O presidente negro, democrata, Obama, foi saudado no mundo inteiro, até mesmo por setores do movimento negro. Houve muitas expectativas da população negra e imigrantes na política de Obama. Entretanto, em essência, pouco mudou para os mais pobres, que tiveram ainda que enfrentar as crises de 2007 e 2008. Localizamos, aí, parte dos elementos da derrota dos democratas nas eleições de 2016.

Na crise de 2008, os Estados nacionais socorreram os banqueiros e as grandes empresas, realizando a maior transferência de fundos públicos para o setor privado da história, aprofundando a concentração e a centralização de capitais e impondo planos de ajustes sobre os trabalhadores mundialmente; ataque aos serviços públicos, maior subordinação dos países da periferia do sistema, como Portugal, Espanha, e, principalmente, a Grécia, que é o exemplo mais acabado das imposições do imperialismo. A vitória eleitoral do Syriza, a traição de Tsipras, passando por cima da vitória do NÃO aos planos de austeridade da troika no plebiscito, devem servir de elementos de reflexão para os movimentos de esquerda no mundo inteiro. Tudo isso possibilitou a retomada frágil do crescimento do PIB nos EUA e na Europa, mas sem eliminar

as contradições inerentes a esse processo.

No mesmo movimento, destaca-se a desaceleração da economia chinesa que, do crescimento do PIB de dois dígitos, passa a 6,7% no primeiro trimestre de 2016. Considerada motor auxiliar da economia mundial, “fábrica do mundo”, por causa da super exploração da força de trabalho e das mãos de ferro do Estado, essa desaceleração tem impactos importantes, em especial na América Latina.

Nesse continente, o fim do *boom* das *commodities* colocou em desaceleração e, até mesmo em recessão, as economias dos países. Os governos de conciliação de classes, (Venezuela, Equador, Uruguai, Paraguai), no início do século XXI, e em resposta e às mobilizações de massas diante da piora das condições de vida das populações trabalhadoras, impostas pelo neoliberalismo, começam a cair, e voltam à cena governos burgueses puro sangue, como é o caso de Macri na Argentina, ao mesmo tempo ocorrem desestabilizações de governos como o caso de Maduro da Venezuela.

Vemos que, diante da situação mundial, o imperialismo necessita de governos que implementem rápido e certamente os planos de ajustes fiscais, que avancem na abertura das economias, na desnacionalização, nas privatizações, nos ataques sobre os serviços públicos e conquistas da classe trabalhadora, no pagamento das dívidas e, como é de sua natureza, buscar recrudescer moral, intelectual e ideologicamente a partir de seus interesses.

É nesse contexto que compreendemos a eleição de Trump nos Estados Unidos: um racista, xenófobo, misógino, populista de direita, republicano que derrotou os democratas até então confiáveis ao mercado financeiro e ao imperialismo, representados pela candidatura de Hillary Clinton. Para onde vai a economia e a política da maior potência do mundo? Até que ponto o discurso contra os trabalhadores imigrantes se refletirá na prática em políticas de exceção? Qual será a relação dos Estados Unidos com a América Latina? Como atuará o império em relação ao Oriente? São perguntas para as quais não temos resposta. Todavia, o recuo tático no discurso feito por Trump, logo após a vitória, indica que pouco deve se alterar na ordem mundial, até porque não há diferenças de fundo entre democratas e republicanos (e deve haver mais continuidades que rupturas, como as intervenções militares que massacram as populações do Oriente Médio). E se a tendência conservadoras e reacionárias se acentuam, também a luta e a resistência multifacetada da classe trabalhadora e povo ganhará mais força, basta ver a reação dos/as trabalhadores/as estadunidenses, especialmente a comunidade imigrante, as mulheres e a juventude que já se levantam questionando a eleição e a política de Trump.

A Conjuntura Nacional

A crise do ciclo das *commodities* revelou as fragilidades da estratégia de desenvolvimento econômico, autodenominada neo-desenvolvimentista, sobre a qual foi construído o governo de conciliação de classes nos últimos 13 anos. Assim, no segundo governo Dilma/Temer, o crescimento do PIB foi de 0,1% em 2014, -3,80% em 2015 e para o ano de 2016 está previsto um crescimento negativo de 3,30%. Ao mesmo tempo, a inflação tem tido um crescimento que corrói o poder aquisitivo dos/as trabalhadores/as. Em 2014, foi 6,7%, em 2015, foi de 9,5% e, para 2016, está previsto uma taxa de inflação de 7%. A taxa de juros SELIC em 2014 finalizou em 11,75%, em 2015 foi de 14,25%, e para o ano de 2016 há previsão que fique em 13,50%. A dívida pública tem aumentado de 57,2% do PIB em 2014, para 66,2% em 2015, com previsão de chegar a ser 71,9% no ano de 2016. Isso explica que o gasto com juros e amortizações da dívida pública representa quase a metade de todo o orçamento efetivamente executado a cada ano. A consequência da atual crise é o aumento da taxa de desocupação nas regiões metropolitanas do Brasil que passou de 4,8% em 2014, para 6,9% em 2015 e para 12% no ano de 2016, com tendência de chegar até 14% para o ano de 2017. Hoje são 12 milhões de desempregados, além de toda a situação de emprego informal e precário.

O crescimento atrelado às exportações das *commodities* foi um crescimento apoiado no agronegócio. E, assim sendo, foi um aumento desindustrializador, agressivo à pequena

produção, às comunidades Quilombolas, Indígenas e ribeirinhas, gerando poucos empregos, e quando o fez foi com pouca qualidade, no setor de serviços e de baixa remuneração. De fato, a inserção internacional subordinada aos interesses imperialistas da oligarquia financeira não mudou, e muito pelo contrário, foi acentuada. Isso fica em evidência na atual situação de déficit fiscal, provocado tanto pela diminuição das receitas (pela queda do PIB e das vantagens tributárias concedidas aos empresários) quanto pelo aumento das despesas por causa da taxa de juros com o pretexto de controlar a inflação.

Assim, nenhum dos problemas estruturais da economia do Brasil foram enfrentados, limitando-se apenas a aproveitar o *boom* das *commodities* para realizar políticas sociais focalizadas de transferência de renda por meio do programa Bolsa Família e pelo aumento do salário mínimo, que evidentemente impactam nas situações de pobreza e de miséria extrema, os quais reduzem marginalmente as desigualdades sociais. Tais impactos, no entanto, não reduziram a manutenção da fragilidade social. O que efetivamente pode garantir direitos é o acesso ao emprego formal de qualidade, à terra com condições de produção e à comercialização e à consolidação de um padrão de serviços públicos de acesso universal, especialmente na área da saúde e educação, aliado às políticas de transporte público, de lazer, e de habitação popular, e que somente serão conquistados com a luta da classe trabalhadora.

A política construída estava fundada no consumo individual e no estímulo ao crédito (para o consumo), profundamente financeirizada e não alterou os alicerces estruturais que reproduzem as desigualdades e a pobreza. Assim, o fenômeno da “nova” classe média que teria emergido durante o ciclo do crescimento econômico atrelado ao aumento dos preços das *commodities* revela sua debilidade nesse momento da recessão econômica.

Tal crise econômica tem acentuado a crise do sistema político que se expressa na operação Lava Jato, produto da investigação dos processos de corrupção na Petrobras e outras empresas estatais, envolvendo grandes empresas, sobretudo empreiteiras, e a grande maioria dos partidos políticos.

A conjunção da crise econômica e da operação Lava Jato aprofundou a crise política desencadeada pela abertura do processo de impedimento com desdobramentos políticos, que são: o afastamento da presidente eleita e a ocupação ilegítima da presidência da república pelo seu vice-presidente; a aceleração das contrarreformas trabalhistas, previdenciárias e reformas políticas antidemocráticas que apontam na direção do radical desmonte dos direitos trabalhistas consagrados na CLT, dos direitos sociais da constituição de 1988; e o recrudescimento do conservadorismo.

Diante desses ataques, a classe trabalhadora vem construindo a resistência e segue avançando. As participações do movimento de mulheres se intensificam e têm sido responsáveis por grandes atos que foram fundamentais para garantir o afastamento de Cunha do poder legislativo. Da mesma forma, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) também tem conseguido realizar ações organizadas que mantêm a pauta da luta nas ruas, intensificando a resistência popular. O aumento do número de greves nos últimos anos, desde 2012, tem demonstrado, também, o crescimento da organização da classe. O ANDES-SN tem sido um dos protagonistas na organização da luta do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE), que organizou importante marcha reunindo mais de 10 mil trabalhadores e estudantes, em Brasília contra a aprovação do PLP 257 (atual PLC 54) e contra a PEC 241 (atual PEC 55), em setembro deste ano, ocorreu plenária com mais de mil participantes, impulsionando a preparação de várias paralisações ao longo dos meses de setembro, outubro e novembro.

Não podemos perder de vista que há, no Congresso, diversos projetos de lei que atacam direitos dos trabalhadores, principalmente na direção de ampliação da terceirização. Especial destaque merece o projeto de lei (PLC 30/2015, anteriormente PL 4.330/04) que já foi aprovado em primeira votação na Câmara dos Deputados, que, com o pretexto de regulamentar as terceirizações, autoriza sua implantação para as atividades fim, atingindo centralmente os serviços públicos. Caso seja aprovado, significará a generalização de uma forma de contrato de

trabalho flexível que deixa de lado a CLT, tal como o empresariado tem exigido desde a sua aprovação, renovada agora pela pressão dos agentes financeiros internacionais. Na ofensiva concentrada de todos os poderes do Estado contra os trabalhadores, o STF comparece adotando uma série de decisões que apontam também na direção da retirada dos direitos. Assim, por exemplo, foi decidido o corte do salário dos servidores públicos em greve, mesmo antes da Justiça do Trabalho decretar a ilegalidade do movimento paredista. Decisão explicitamente de cunho ideológico. Também está na pauta do STF decidir sobre as terceirizações das atividades fins, e caso adote uma posição favorável consolidará, por meio de manobra jurídica, a radical contrarreforma trabalhista que o legislativo não teve condições de aprovar. Essa ameaça é um ataque frontal à garantia da oferta de serviços públicos para a população brasileira, pois vai incidir diretamente na carreira de todos os servidores, permitindo que o RJU seja deixado de lado em nome da contratação de trabalhadoras e de trabalhadores por meio de Organizações Sociais a partir de contratos ainda precários de trabalho. Não pode ser minorado, até mesmo, o entendimento de que o mesmo Tribunal tem construído, reforçando o programa da “Ponte para o futuro” do PMDB, no qual os contratos trabalhistas devem ser regidos preferencialmente pelo negociado, e não pelo legislado, desmontando conquistas trabalhistas históricas num cenário bastante prejudicial para a classe trabalhadora.

O governo promete também mais uma contrarreforma previdenciária que estabelece a idade da aposentadoria em 65 anos para homens e mulheres; a unificação dos regimes público e privado e a contribuição previdenciária aumentada, entre outros elementos destruidores de direitos sociais dos/as trabalhadores/as.

A PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241/2016), apresentada com o nome de Novo Regime Fiscal, somada ao PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257), é a expressão maior da destruição dos direitos sociais consagrados por meio das lutas dos trabalhadores na Constituição de 1988. Com essa PEC, o governo fixa um teto para as despesas primárias para os próximos vinte anos, e o PLC aprofunda suas consequências nos estados ao impor mecanismos de ajuste fiscais na forma de “renegociação de dívidas”. No projeto, as despesas são indexadas à inflação do ano anterior, com possibilidade de revisão do indexador após os primeiros dez anos. Com esse teto, na verdade, os gastos com saúde e educação não apenas serão congelados, mas sofrerão uma persistente diminuição ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, a PEC não congela as despesas financeiras com pagamento de juros e amortizações da dívida pública, revelando, assim, o caráter de classe desse projeto. Logo, trata-se de atender às exigências dos grandes investidores institucionais, as agências financeiras, enfim, a oligarquia financeira internacional. Isso fica ainda mais explícito em decorrência do fato de a PEC não limitar aumento de capital de Empresas Estatais não Dependentes, que poderão, segundo projeto de lei do Senado nº 204, negociar dívida pública garantindo muitos ganhos para o setor financeiro lastreado pelo orçamento público que terá sua reserva garantida pelo teto imposto pela PEC. Dados do Ministério da Fazenda comprovam que nos últimos vinte anos, apenas em quatro vezes houve variação da arrecadação de impostos abaixo do IPCA, isto é, limitar o teto dos gastos públicos do orçamento da união à correção inflacionária significa liberar uma reserva de capital para o sistema da dívida pública que segue consumindo os recursos do país e dilapidando os direitos sociais. É fundamental a realização de audiência pública da dívida como prevê, até mesmo, a constituição federal, e é bandeira de luta do Sindicato.

Se for para equilibrar as contas, há alternativas possíveis ao ajuste fiscal promovido pelo governo, tais como: uma estrutura tributária progressiva, incidindo mais sobre os ricos da classe trabalhadora; a criação do imposto sobre as grandes fortunas; o fim das isenções fiscais bilionárias aos grandes grupos econômicos, etc. Finalmente, é preciso realizar a auditoria cidadã da dívida pública (vetada pela presidente Dilma) ou, até mesmo, decretar a sua moratória.

A Intensificação da Luta contra o Recrudescimento do Conservadorismo e a Retirada de Direitos

Os Estados já estão aplicando, antes mesmo de serem aprovadas, a PLS 54 (que tramitou na

Câmara como PLP 257) e a PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), que congelam os gastos públicos, tendo em vista o não pagamento dos reajustes salariais e da reposição de inflação. Em resistência a esses ataques, iniciamos o ano com inúmeras Instituições de Ensino Estaduais em greve, se contrapondo a tais medidas. As estaduais do Pará, de Minas Gerais, do Ceará, do Rio de Janeiro, do Paraná e do Piauí travaram lutas em defesa da educação pública e contra a política de ajuste fiscal.

Destaca-se o caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) no qual o Presidente do TJ defendeu o projeto de privatização da Instituição de Ensino como solução para os problemas financeiros do Rio Grande do Norte. Responsabilizar a universidade pela crise nos cofres públicos é uma demonstração do descaso do governo com o Ensino Superior e um duro ataque à autonomia universitária por parte do judiciário e legislativo.

Em outubro de 2015, as mulheres foram às ruas no Brasil contra o projeto de Lei nº 5069, de autoria do deputado federal cassado, Eduardo Cunha (PMDB). O Movimento Feminista no Brasil e suas ações foram fundamentais para a queda do Cunha e evidenciou um ascenso das lutas das pautas feministas. Em junho de 2016, o estupro coletivo contra uma jovem no Rio de Janeiro e outro no Piauí evidenciou a cultura do estupro. E novamente, as mulheres foram às ruas fazer o enfrentamento ao machismo e à misoginia institucionalizada no país.

A luta antirracista também ganhou as ruas nos últimos anos, em novembro de 2015, para comemorar o Dia da Consciência Negra, por meio da Marcha da Periferia “Zumbi-Dandara+20”, organizada pelo Quilombo Raça e Classe, movimento ligado à CSP-Conlutas. A marcha tem um papel importante na denúncia aos ataques promovidos pelos governos nas esferas municipal, estadual e federal contra a população negra e pobre, o racismo e o genocídio da juventude negra.

Tais ataques aos movimentos sociais no ano de 2016 foram marcados por um recrudescimento conservador. A direita reatualizou sua agenda moralizadora que vem tentando impor retrocessos à sociedade brasileira. Os ataques às comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, já vinham sendo orquestrados no governo anterior, resultado do projeto de conciliação de classes que favoreceu latifundiários e pecuaristas no Brasil.

A aliança da burguesia com setores religiosos conservadores, a atuação da grande mídia, assim como do Poder Judiciário agudizaram propostas existentes no Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais do país que visam a restrição da liberdade e dos direitos sociais.

No Senado, o projeto aprovado de diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos demonstra a dramaticidade da conjuntura de ataques aos direitos humanos. Ainda, a burguesia com os setores religiosos aprofundam projetos de restrição das liberdades e dos direitos sociais. Projetos nefastos continuam a ser analisados no Congresso Nacional, como o projeto de Lei nº 478/07 que trata do Estatuto do Nascituro, o projeto de Lei nº 6583/13 que constrói o Estatuto da Família, e o projeto de Lei nº 5069/13 que tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo.

As eleições municipais mostraram o desgaste de projetos de governo de conciliação de classes (diminuição abrupta do número de prefeituras do PT), demonstraram também um aumento de força no campo político formal das elites brasileiras (manutenção do PMDB e aumento do PSDB). Porém, temos que destacar como resultado das eleições um descrédito no processo eleitoral que pode ser postulado a partir do grande volume dos votos nulos, brancos e da alta taxa de abstenção. Como exemplo, no Rio de Janeiro, a taxa de abstenção foi de 26,85%, e os votos brancos e nulos somaram 20,08% dos votos válidos; somando um total de 2.034.352 votos, quantidade maior que aqueles recebidos pelo candidato eleito. Em São Paulo, não foi diferente, 21,84% de abstenções, e 16,64% dos votos válidos foram brancos ou nulos, somados alcançaram 3.096.304, superando também o candidato eleito. A própria regra do “jogo democrático” não pode ser aceita sem críticas: nem todos os partidos têm a mesma condição de participação, de acesso aos recursos financeiros, de propaganda eleitoral obrigatória e

participação nos debates, o que poderá se tornar ainda mais problemático caso a PEC 36/16 seja aprovada, limitando a atuação de partidos de esquerda a partir de um discurso que limita a utilização dos meios públicos de comunicação, vinculando-os ao “desempenho eleitoral”.

Desde sua interinidade, o governo ilegítimo de Temer já mostrava a que veio: ao aumento dos lucros de grandes capitalistas, banqueiros, latifundiários e empreiteiras e desnacionalizar ainda mais a nossa economia, abrindo mais espaços para empresas imperialistas; veio para atacar os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras; para aumentar a privatização das riquezas nacionais, incluindo a Petrobras, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil; arrochar ainda mais os salários de trabalhadores (as) dos setores público e privado; manter o desemprego alto. Tal política destrói a natureza e os espaços de indígenas, de quilombolas e de camponeses pobres; implementa políticas reacionárias contra as mulheres, negros (as), indígenas e LGBTI; e corta verbas de políticas sociais para aumentar o repasse para banqueiros. Para viabilizar essa agenda econômica, política e cultural, o campo político social de Temer ampliou a repressão, criminalizando os movimentos sociais que estão lutando contra os ataques aos direitos, utilizando-se da lei antiterrorismo proposta e aprovada no governo Dilma.

Diante dessa ofensiva, precisamos intensificar a luta contra todas as medidas e projetos de leis, que atacam a educação pública laica e crítica (como o chamado “Escola sem Partido” e a MP 746/16 – contrarreforma do ensino médio), acirrando o machismo, o racismo e a LGBTfobia e outras ideologias fundamentalistas e reacionárias. Nessa conjuntura, torna-se necessário lutar por uma escola sem mordada e afirmar o direito da sociedade brasileira em assentar o ensino numa plataforma crítica e de autonomia do trabalho docente que protagonize a luta dos oprimidos/as e explorados/as.

O recrudescimento conservador avança na retirada de direitos, mas os movimentos feministas, o movimento negro, o movimento indígena e o movimento LGBTI respondem resistindo e lutando! As ocupações, as greves e os atos demonstram a força daqueles (as) marginalizados (as) historicamente, mas que nestes 516 anos de resistência garantiram direitos e continuam lutando!

As Ameaças e as Resistências na luta pela Educação Pública

Ataques criminosos têm sido realizados contra adolescentes de diversas ocupações no país por jovens organizados pelo Movimento Brasil Livre, em 1º novembro de 2016, o juiz Alex Costa de Oliveira – da Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – autorizou a utilização de técnicas de tortura para desocupar o Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB) em Taguatinga. Três dias depois, a Polícia Civil de São Paulo acionou o Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (GARRA) para invadir a Escola Nacional Florestan Fernandes vinculada ao MST e referência internacional na formação política dos/as trabalhadores/as, gerando fato midiático que foi incansavelmente explorado nos dias subsequentes. Quinze dias antes, porém, o Congresso havia aprovado a liberação de R\$ 702,5 milhões para as empresas educacionais por meio do FIES. Esse conjunto de ações constitui-se em exemplo pedagógico da forma pela qual o ataque à educação pública tem ocorrido nos últimos anos, mas também evidencia o lugar da construção de sua resistência.

O desmonte da educação pública brasileira nunca saiu de pauta desde o momento em que ela começou a existir. É preciso compreender, porém, a maneira como ela se configura atualmente para que a construção da resistência em sua defesa não aponte caminhos equivocados. Sobretudo, é necessário compreender a urgente construção da luta pela defesa da educação pública como uma construção classista e, da mesma forma, perceber como a luta em defesa da classe passa, como uma construção pedagógica, pela intransigente defesa da educação pública.

O projeto de educação oriundo da política de conciliação de classes alcança seu esgotamento, incorporando todas as heranças dessa forma de governar no ano de 2016. A expansão desestruturada promovida pelo REUNI se converte em uma forma aguda de precarização que pode ser evidenciada por meio de alguns exemplos, tais como: a instabilidade de permanência de estudantes que não estão cobertos por política adequada de assistência estudantil; a ameaça

de fechamento de campus universitários que não recebem orçamento suficiente para garantir estrutura física e material adequada, mas, sobretudo, trabalhadoras e trabalhadores suficientes para manter seu funcionamento mínimo; e a consequente possibilidade de diminuição de ofertas de vagas em diversos cursos que foram abertos sem a devida garantia de continuidade. O projeto de parcerias público-privadas em educação, capitaneado pela aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014 e aprofundado pela política da Pátria Educadora, resultou na diminuição dos gastos públicos em educação pública federal concretizada nos cortes orçamentários de 2014, 2015 e 2016, conjugados com o sincrônico aumento do capital das empresas de educação privada, coordenadas por fundos internacionais de investimento e que são alimentadas, sobretudo, pelos cofres públicos via FIES. Essa forma de financiamento foi capaz de possibilitar a incorporação e a fusão de grandes instituições privadas de ensino para criar a maior empresa do mundo desse setor – a Kroton educacional.

Como já foi referido, outra consequência desse cenário é que houve, na última década, um apassivamento de parte da classe trabalhadora – resultado, sobretudo da atuação do Partido dos Trabalhadores e da CUT –, o que ajuda a compreender a lenta resposta de diversos setores a ataques tão intensos como a PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241) e, sobretudo, a razão pela qual as primeiras ações efetivas de resistência foram capitaneadas pelo movimento estudantil em suas ocupações que começaram, invariavelmente, em escolas da periferia.

A referida ação de tortura autorizada pelo juiz no Distrito Federal representa a maneira pela qual os ataques vêm ocorrendo nesse período recente: o poder judiciário e Ministério Público vêm legalizando crimes em defesa do capital e contra os setores da classe trabalhadora que se encontram em período de reorganização. Somam-se a esse ataque outras formas de coerção e tentativas intimidação a sindicalistas, como ocorreu com as/os companheiras/os do Sindscope, Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro (base do SINASEFE) e também com representantes institucionais do setor da educação, como foi o caso da ameaça de condução coercitiva do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro: nos dois casos o Ministério Público Federal agiu de forma autoritária, contra a autonomia educacional em defesa de uma “ideologia da neutralidade”, que coaduna com as ideias do famigerado projeto da Escola Sem Partido. E, também, soma-se ao Supremo Tribunal Federal, como já foi referido, a forma como tem agido na direção de criminalização das greves. Na outra ponta, a mídia segue criminalizando os movimentos sociais já organizados, reforçando um senso comum de corrupção ligada ao campo da esquerda, aproveitando-se, para isso, de inúmeras ações fraudulentas dos governos anteriores que apostaram na conciliação de classe como forma de governabilidade.

Delinear, com precisão, a estratégia do desmonte da educação pública é tarefa fundamental que tem sido cumprida por este Sindicato, e que deve servir de base de orientação para a construção de nossa política de resistência. Temos denunciado que o sentido público da educação está ameaçado há anos. A compreensão da maneira da concretização dessa contrarreforma já foi explicitada por diversos documentos, oriundos de nossos Grupos de Trabalho organizados pela base, e tem sido exaustivamente reforçada em todos os debates, seminários e encontros de que participamos e construímos, sobretudo o Encontro Nacional de Educação.

No entanto, o recrudescimento dos ataques capitaneados por Mendonça Filho e sua equipe executiva do MEC, reproduzidos com poucas variações nos Estados, não devem ser minorados. A apropriação crescente da estrutura pública de educação pelo sistema empresarial é uma ameaça sem tamanho para a organização da classe nas próximas décadas. O tratamento dado à educação pública pelo Governo Federal tem em órgãos oficiais, como o Conselho Nacional de Educação e INEP, seus braços políticos de legitimação que encontram nas metas do PNE a sua garantia retórica. Esse tratamento tem ocorrido na direção de legitimar o quantitativismo aplainador de diferenças e a instauração de rankings “meritocráticos” como forma de medida para políticas de “qualificação” da educação pelo viés do empreendedorismo e da “transparência” nos gastos. Toda uma construção ideológica poderosa se torna orientadora dos

investimentos em educação que, conseqüentemente, seguirão alimentando a sua privatização numa complexa operação que tem como meta, até mesmo, a captura simbólica do sentido de qualidade educacional que não é construída segundo referências sociais públicas, mas privadas e mercantis.

A maneira acrítica de verificação oficial da implementação das metas do PNE serve, até, como alimentador para a imposição da Base Nacional Comum Curricular que permitirá a produção ainda mais forte de *rankings* meritocráticos como medida de qualidade da educação, indubitavelmente para padronização do ensino básico em todo o país, permitindo um salto na mercantilização da educação que movimentará as empresas produtoras de apostilas, de cartilhas e as fomentadoras do Ensino a Distância (EaD) da forma mais aligeirada possível, com conseqüências drásticas para todo o sistema público de educação brasileiro e latino-americano em todos os seus níveis.

Não é coincidência que a primeira medida tomada pelo atual ministro em relação à educação, antes da liberação do FIES supracitada, foi a edição da MP 746 que instaura a contrarreforma do ensino médio, ameaçando, até mesmo, a configuração profissional dos docentes a partir da instauração do “notório saber” como legitimador de contratações; retirando disciplinas como educação física e artes do currículo obrigatório; intensificando a relação empresa-escola e, como resposta, incendiando a juventude que, ciente do tamanho da perda, e aprofundando a pedagogia desenvolvida nas lutas de anos anteriores, reocupa as escolas secundárias do país em uma escala e velocidade muito maior que no ano de 2015. Da mesma maneira, os estudantes universitários, em apoio às lutas dos secundaristas, e contra a PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241), ocupam também inúmeros campi no Brasil inteiro.

Diante de um cenário tão complexo para a manutenção da educação pública, a ação do ANDES-SN deve ser construída de maneira precisa, pedagógica e, ao mesmo tempo, organizada e organizadora. É tarefa do Sindicato trabalhar para a realização da conexão das lutas nas ocupações com a luta nas ruas. Devemos contribuir para a construção de uma ponte entre a luta estudantil e a luta da classe trabalhadora. A ameaça de fechamento de campus e de terceirização da atividade docente somada às fortes investidas de imposição da lei da Mordaza (projeto Escola sem Partido) já seriam elementos suficientes para intensificar a luta. Assim, soma-se a essa conjuntura o cenário de cortes nos investimentos para educação pública que já podem ser observados na diminuição de bolsas de pesquisa e nas propostas orçamentárias para o ano de 2017 previstas na PLOA, que já foi organizada como se a PEC 55/2016 estivesse em vigor.

Portanto, o ano de 2017 apresenta-se como um ano de lutas ainda mais intensas e o combate à atual conjuntura não pode ser encarado como tarefa isolada do ANDES-SN, mas de toda a classe trabalhadora. Por essa razão, não podemos abrir mão da perspectiva de seguir construindo, conjuntamente com nossa central CSP-Conlutas e em diálogo com as demais centrais sindicais, uma GREVE GERAL no Brasil. Intensificar nossas lutas em conjunto com a FASUBRA, SINASEFE e com o Movimento Estudantil, significa também ocupar as ruas com atos que dialoguem com toda a população, além de organizar a construção do III ENE, no decorrer do ano de 2018, para o qual atividades preparatórias nos estados e nos municípios precisam acontecer no ano de 2017, como forma de construção de um projeto classista de educação. Para isso, devemos ampliar a unidade com todo o setor da educação, acumulando forças na direção da construção da greve geral da educação como um passo importante para a construção da greve geral. A defesa da educação pública deve ser realizada pela classe como um todo, ao mesmo tempo em que a defesa de toda a classe deve se tornar a bandeira de todo o setor da educação!

Nenhum direito a menos! Fora Temer! Rumo à greve geral!

TR - 1

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Defesa dos serviços públicos e do projeto de educação do ANDES-SN, lutando pela autonomia e valorização do trabalho docente, construindo ações na luta contra a intensificação da retirada

dos direitos, a criminalização dos movimentos sociais e todas as formas de opressões, em unidade com a CSP-Conlutas, as entidades da educação e demais organizações do campo classista, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora.

TEXTO 2

Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Santos (SESUFRR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Áurea de Carvalho Costa (ADUNESP), Gelta Terezinha Ramos Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcos Escher (APESJF), Patrícia Soares Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Wagner Miquéias F. Damasceno (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC).

FORA TEMER! Greve Geral contra as reformas da previdência, trabalhista, a PEC 241 e em defesa dos direitos: aquilombar as lutas dos trabalhadores!

TEXTO DE APOIO

Iniciamos esta análise de conjuntura alertando que este texto, escrito em novembro de 2016, provavelmente estará defasado em função do dinamismo da luta de classes no país e no mundo, em janeiro de 2017. No entanto, tomando como ponto de partida o ponto de vista da classe trabalhadora e dos setores mais oprimidos da classe, apresentaremos o que consideramos os eixos para ordenar a política de nosso sindicato em 2017.

A crise econômica internacional iniciada no ano de 2008, nos Estados Unidos, marcou o início da atual crise capitalista. Trata-se de uma forte crise econômica que arrasou economias de países inteiros e ampliou o grau de dependência aos países mais ricos do mundo, especialmente Estados Unidos da América e Alemanha.

Mesmo a economia chinesa, que apresentava percentuais de crescimento acima da média mundial, registrou no primeiro trimestre de 2015 uma taxa de crescimento do PIB de 7%, uma ligeira queda de 0,4 pontos percentuais, comparado aos 7,4% de 2014. A estimativa para este ano é de mais uma queda, de 0,2 pontos percentuais.

Já a maior economia do mundo, os Estados Unidos, permanece com um desempenho econômico sombrio, conforme assinalara o economista Michael Roberts ao lembrar que, embora o PIB estadunidense tenha apresentado um crescimento de 2,6% em 2015, o crescimento real do PIB *per capita* estadunidense foi de apenas 1,4% ao ano, constituindo-se na mais fraca história da recuperação econômica depois de uma crise desde a década de 1930¹.

Donald Trump, recém-eleito presidente dos Estados Unidos pelo Partido Republicano, herdará uma economia instável e um país socialmente polarizado. Segundo Michael Roberts, a partir de dados de economistas do banco JP Morgan, os lucros das empresas estadunidenses caíram em 7% comparado ao ano de 2015. Assim, “a probabilidade de uma recessão começando em três anos é de um surpreendente 92%, e a probabilidade em dois anos de 67%”.

A chegada de Trump à Casa Branca significou, antes de tudo, resultado da ampla insatisfação do povo trabalhador estadunidense com o Partido Democrata como responsável pela degradação das condições de vida do cidadão médio. É fundamental lembrar que Barack Obama frustrou,

¹ Ver: <http://litci.org/pt/mundo/america-do-norte/eua/donald-trump-e-o-calice-envenenado-da-economia-dos-eua/>.

amargamente, os estadunidenses mantendo a guerra imperialista, o iníquo sistema de saúde pública estadunidense e o desemprego. Trump se ancorou num descontentamento de amplos setores de eleitores brancos das regiões rurais, de pequenos proprietários e, especialmente, no apoio de trabalhadores brancos empobrecidos, há muitos anos, afetados pela desindustrialização, a crise, os baixos salários, a precarização do trabalho e o desemprego.

Neste setor, as explicações xenófobas, racistas e misóginas de Trump ecoaram, atraindo parte do eleitorado para posições à direita. No entanto, é preciso lembrar que milhões de pessoas se inclinaram à esquerda, depositando na candidatura de Bernie Sanders esperanças de reais mudanças políticas. Desgraçadamente, este não só permaneceu alinhado ao burguês Partido Democrata, como já anunciou que poderá trabalhar com Trump, caso esse governe para os trabalhadores.

A eleição de Trump foi imediatamente seguida por intensos protestos de rua por todo país, demonstrando que as eleições não conseguiram fechar a indignação social, como de costume. E, num cenário econômico sombrio, a polarização e a insatisfação só tenderão a crescer no epicentro do capitalismo mundial.

Ao mesmo tempo, a Europa que, tecnicamente, saiu da recessão, apresenta taxas de crescimento um pouco acima de zero. Na França, as medidas para tentar cumprir a ambiciosa meta de crescimento do PIB em 1,5% em 2016 estão fundamentadas num vigoroso ataque do governo de François Hollande contra os direitos dos trabalhadores: fim da jornada semanal de 36 horas; aumento da duração do trabalho noturno; fim de um valor mínimo para indenização em demissão sem justa causa etc.

Se a economia mundial, considerada de conjunto, não está se aproximando de um cenário de nova recessão, ela está longe de níveis normais de estabilidade.

Provavelmente, a Grécia é o país que exprime com maior nitidez os efeitos da crise econômica nos países de economias periféricas na Europa. Com uma dívida criminosa e impagável que representa, atualmente, cerca de 177% do PIB grego e estrangula sua economia, o povo grego foi às ruas e às urnas e elegeu o Syriza, em janeiro de 2015. A vitória do Syriza representou, fundamentalmente, uma vitória do povo grego contra a política de austeridade da *troika* (FMI, BCE, UE). **Mas o Syriza traiu o povo grego:** mesmo após o relatório preliminar da *Comissão da Verdade sobre a Dívida Pública* coordenado por Maria Lucia Fatorelli, Ilias Bantekas e Contargyris Thanos afirmar, em junho de 2015, que a Grécia não deveria pagar a dívida porque ela é ilegal, ilegítima e odiosa, Syriza realiza um amplo e nebuloso plebiscito sobre o pagamento ou suspensão da dívida pública, em julho; 61% dos gregos que foram às urnas disseram não ao pagamento; entretanto, o Syriza assinou o acordo para pagar a dívida, Tsipras expulsou parte da esquerda da coalizão, depois expulsou mais membros da “esquerda” da coalizão incluindo o próprio ministro das finanças; chamou novas eleições, e, atualmente, o Syriza governa a Grécia para os banqueiros alemães, franceses e gregos e reprime, duramente, as greves que ocorrem. Para nós, estes acontecimentos devem servir de experiência para os trabalhadores em todo o mundo.

América Latina

No início do século XXI, a América Latina viveu uma situação revolucionária marcada pela derrubada de vários governos pela ação das massas, ou pela via eleitoral. Surgiram daí novos governos de conciliação de classes ou nacionalistas burgueses apoiados no crescimento econômico, nas ilusões das massas e na ausência de uma alternativa revolucionária. Estes governos conseguiram fechar essa situação revolucionária.

Em consequência, de 2005 a 2012, a América Latina viveu uma situação marcada por uma estabilidade, ainda que relativa. Um período sem grandes turbulências, e praticamente sem ocorrências de greves gerais. Agora, nós estamos diante de mudanças profundas e importantes, ainda que desiguais nos países da América Latina. As principais características desse período na América Latina são: a) a chegada da crise econômica; b) crises políticas dos governos que

implementaram os planos neoliberais; incluindo os governos da direita clássica; c) ruptura do movimento de massas com as maiores expressões do reformismo de massas (PT) e movimentos nacionalistas burgueses; d) ascenso do movimento de massas.

A chegada da crise econômica é, evidentemente, de grande importância à medida que dá os fundamentos para a crise política na América Latina. A desaceleração da economia chinesa e a queda do preço das *commodities* (mercadorias de baixo valor agregado) levaram a uma retração do PIB da América Latina: - 0,9% em 2015.

O Brasil teve queda de 3,8% no ano passado, com expectativa de piora neste ano e a Venezuela caiu 5,7% em 2015, com previsão de queda de 7 ou 8% em 2016. A Argentina registrou um saldo de 2,5% no PIB, mas deve cair 1% neste ano. A Colômbia registrou 2,7% em 2015, mas terá queda de 0,3 pontos percentuais e a previsão é de que o PIB do Chile caia de 2,1% em 2015 para 1% em 2016.

Nesse cenário, uma recessão mundial aprofundaria a crise na América Latina.

É importante destacar, também, que há um processo de **recolonização imperialista** na América Latina com o NAFTA (México) e o TPP (Acordo Transpacífico de Associação econômica, com México, Colômbia, Peru e Chile). E agora em Cuba.

Embora de forma heterogênea, a aplicação dos planos neoliberais na América Latina redundaram no crescimento do descontentamento social e subsequente polarização social. Brasil (Jun. 2013), México (2014), Argentina (Greves Gerais em 2012 e 2014), Paraguai (Greves Gerais em 2014 e 2015 que enfraqueceram Lugo).

Para nós, um dos eixos que caracterizam a conjuntura latino americana é que o **regime democrático burguês está desgastado na América Latina**. Os trabalhadores e a juventude odeiam os políticos e os partidos, e isto é totalmente compreensível, considerando os sucessivos ataques dos governos, as traições das direções políticas e os escândalos de corrupção. O mecanismo da dívida pública, na América Latina, aprofunda o drama social e o roubo da riqueza produzida nos países em ritmo anualmente crescente.

A vitória de Mauricio Macri na Argentina, o impeachment de Dilma (PT) no Brasil, a derrota eleitoral de Nicolás Maduro (Partido Socialista Unido da Venezuela) na Venezuela, em dezembro do ano passado, e a vitória do liberal Pedro Pablo Kuczynski sucedendo Ollanta Humala do (Partido Nacionalista Peruano) – que foi eleito alimentando esperanças do povo peruano, em 2011, mas manteve os compromissos assumidos com as federações patronais e que chegou a decretar feriado nacional no Peru por conta da visita do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), no ano passado – são expressões da falência dos projetos nacionalistas burgueses e de conciliação de classes.

A ruptura das massas com esses governos é produto da experiência de ataque e traições desses governos. Portanto, no que se refere à luta de classes, **há um elemento importante de toda essa nova situação latino americana que é a ruptura de massas com suas principais direções nas últimas décadas**.

É importante anteceder a análise da conjuntura nacional com esses elementos internacionais, pois eles fundamentam a crise econômica brasileira e, por conseguinte, fornecem os contornos que conformam, em certa medida, a crise política no país.

Crise política no Brasil: a esquerda precisa soltar a alça do caixão do PT

De fato, existe uma crise política no Brasil. O Governo do PT enfrenta uma grave crise política, uma crise – como diria o sambista Cartola – cavada com seus próprios pés.

O cenário de lutas aberto em junho de 2013 no Brasil ainda não se encerrou. Pela primeira vez na história recente do país, o movimento de massas não só, não fora dirigido pelo PT, mas se chocou com seu governo. De lá para cá, uma nova situação política se abriu com um aumento da polarização social no país marcada pelo crescimento das lutas e por um grande desgaste do

regime político.

Por isso, o argumento daqueles que dizem que o Brasil vive uma onda de direita, ou pior, uma onda fascista não se sustenta. A prova disso é o aumento no número de greves no país.

Houve um crescimento no número de greves no país registrado pelo DIEESE entre 2010 e 2013.

Em 2010 houve 446, no ano seguinte houve 554, e em 2012 houve o pico de 873 greves por todo o país! Mas 2013 marcou, realmente, uma inflexão nas lutas no país. Segundo o recente relatório do DIEESE houve 2.050 greves no Brasil, o que significa um crescimento de 134% em relação a 2012, que já foi um ano com muita greve! Foram 1.106 greves na esfera privada e 933 na esfera pública.

No total, em 2013 foram 111.342 horas paradas e é provável que os dados sobre os anos de 2014, 2015 e 2016 sejam superiores!

Além disso, quando consideramos a radicalidade e a capilaridade das ocupações de escolas de 2015 e as que se seguiram em 2016, vemos quão insustentável é a tese de que há uma “onda conservadora” no país. Estas lutas apresentam um método radicalizado e são conduzidas por uma juventude negra, feminina, pobre e LGBT.

A crise política do Governo Dilma deve ser compreendida pela ruptura massiva da classe trabalhadora com o Governo do PT! E esse é o fato mais importante para a luta dos trabalhadores nesses últimos anos.

Em junho de 2015, Lula declarou que Dilma estava no volume morto, que o PT estava abaixo do volume morto, e ele (Lula) também estava no volume morto. Essa declaração foi dada ao jornal O Globo, logo após o resultado de uma pesquisa de opinião no ABC paulista revelar que o Governo tinha apenas 7% de aprovação e Dilma tinha 75% de rejeição entre os eleitores do ABC! Justamente no seu berço histórico!

Vale recordar que, em 2014, a vitória de Dilma (PT) foi muito apertada e novamente foi acenado no discurso um giro à esquerda. Aécio expressou os votos da direita tradicional, mas, também, acabou canalizando (de forma distorcida) os votos de milhões de trabalhadores insatisfeitos com o governo do PT, seus ataques e escândalos de corrupção.

Por outro lado, muita gente, de forma sincera e, até mesmo, ingênua, defendeu seu voto em Dilma qualificando-o como um voto "crítico". Muitos desses e, tantos outros, esperavam ver um governo do PT à esquerda. Mas a realidade (nacional e internacional) simplesmente não dava fundamentos para essa expectativa: quem ganhasse ia ter que aplicar um ajuste profundo. Não havia espaço para medidas compensatórias.

Foi sob o termo técnico de “ajuste fiscal”, que Dilma lançou um dos maiores ataques à classe trabalhadora brasileira neste jovem século XXI. Retirando inúmeros direitos que, ao fim e ao cabo, visavam preservar os lucros da burguesia: MPs 664, 665, PPE, corte na Educação, na Saúde, Lei antiterror, PLP 257, Reforma Política, Reforma da Previdência etc.

O Governo do PT foi um governo atípico da burguesia (de conciliação de classes). Programaticamente, era um governo burguês, mas trazia consigo setores populares para dentro de seu governo ou para sua órbita. Assim, cumpriu um papel preventivo de fechar o ascenso de massas que varria a América Latina, no início dos anos 2000, e chegou a derrubar 04 presidentes na Argentina em poucos meses.

Quando Lula ascendeu ao Planalto, em 2003, levou para sua órbita a maior central sindical do país, o maior movimento social da América Latina, e os mais expressivos movimentos sociais contras as opressões. Assistimos um processo de cooptação dos movimentos sociais pelo PT foi profundamente agudo.

O crescimento econômico num período de oito anos permitiu conceder bilhões para a grande burguesia e migalhas para a população nos termos de políticas públicas. Mas com a chegada da crise econômica, o que assistimos foi justamente o fim das migalhas. O propalado crescimento do emprego formal no período de 2003 a 2013 se deu nos seguintes termos: 94% dos empregos

formais nesse período pagavam até 1,5 salários mínimos. Não à toa foi o trabalhador precarizado que saiu às ruas em Junho reivindicando direitos sociais.

De lá pra cá, houve um aumento expressivo das lutas e greves e isso soou o alarme para a oposição de direita que ao farejar a debilidade do PT ao perder a sua base social – exatamente, por atacar a classe trabalhadora – lançou uma ofensiva para tentar tirar Dilma da presidência, uma vez que ela não conseguia mais cumprir o papel de frear as lutas e aplicar o ajuste fiscal necessário para a burguesia resolver a crise que criou fazendo os trabalhadores pagarem a conta por ela.

O processo de impeachment de Dilma retornou à cena política e foram convocados grandes atos pelo país. De um lado, grandes manifestações de oposição ao Governo do PT exigiam o fim da corrupção, a saída de Dilma Rousseff e a prisão de Lula. De outro lado, manifestações convocadas pelo próprio PT, pela CUT e aliados tinham como tônica a defesa do Governo sob o argumento difuso de “defesa da democracia”, contra o golpe.

No entanto, segundo os dados do Datafolha, o perfil dos manifestantes do dia 13 e 18 de março foi semelhante: Dia 13: 77% declararam-se da cor branca, e os demais declararam ser pardos (15%), pretos (4%) e amarelos (3%) e a idade média é de 39 anos, com participação de 78% de pessoas com nível superior. Dia 18/03 62% declararam-se brancos e a idade média dos participantes era de 45,5 anos, com participação de 77% de pessoas com nível superior. **Isto é, a classe trabalhadora e seus setores mais explorados e oprimidos não foi, de forma organizada (com suas bandeiras e pautas) a nenhuma dessas duas manifestações.**

Os atos subsequentes mostraram que o perfil sócioeconômico de ambas as alas de manifestantes era semelhante.

A grande virtude do PT, enquanto governo de conciliação de classes, foi posta à prova. A peãozada não parou as máquinas em São Bernardo do Campo para ir em socorro de Lula quando este foi chamado para depor na PF e nem quando este foi indiciado na Lava Jato. E aqui é preciso dizer: sem dúvida, o juiz Sérgio Moro não merece nenhuma confiança dos trabalhadores e a Lava-Jato é parcial. No entanto não é tarefa da classe trabalhadora defender corrupto algum. É preciso exigir cadeia para corruptos e corruptores, com confisco de seus bens, seja de que partido forem.

Para nós, não existiu nenhum golpe no país, nem militar ou parlamentar. Houve, sim, uma disputa entre facções de frações da burguesia. Sob o ângulo dos trabalhadores, um golpe pressupõe um ataque às liberdades democráticas da população e do movimento de massas, em meio a uma ruptura das regras da democracia burguesa que culmina numa mudança do regime político. Para haver um golpe o governo do PT teria que ter, além do mais, contradições insolúveis com a burguesia e o imperialismo. O que vimos, porém, era o contrário disso.

O impeachment ocorreu porque um setor da burguesia percebeu que o governo Dilma, por seu desgaste, já não conseguia mais aplicar sua política, por mais que tentasse. Tratou-se, portanto, de uma disputa entre dois campos burgueses para ver quem assumiria o governo para aplicar o ajuste fiscal de forma mais profunda, jogando o peso da crise nas costas dos trabalhadores. Disputa, porém, que corre por dentro do jogo da democracia burguesa que, sabemos, não tem nada de democrática: é uma democracia dos ricos e que comporta todo tipo de manobra, articulação espúria e todo jogo sujo desse parlamento de corruptos financiados pela burguesia de diferentes setores.

Novamente, **a queda de Dilma só ocorreu porque houve uma ruptura de massas, da população e da classe trabalhadora, com o governo.** Seria impossível, por exemplo, imaginar uma situação dessas com o governo com 80% de popularidade.

Há um enorme sentimento na classe trabalhadora de revolta, aberto em junho de 2013, onde os “de baixo” (negros, mulheres, LGBTTs, sem tetos, desempregados, juventude periférica) não aceitam serem governados pelos “de cima” (PT, PSDB, PMDB, ambos representantes dos grandes empresários e latifundiários). Esses, ao verem seus poderes ameaçados, apostam todas suas fichas na repressão e criminalização dos movimentos sociais e lutadores. Afinal, como

explicar a aprovação de Dilma, quando ainda era presidenta, da Lei Antiterror que na prática colocará ativistas na cadeia?

É importante dizer que nem o PT levou a sério a tese do Golpe que ele próprio formulou. Dilma foi afastada da Presidência com o “talão de cheques na mão”, isto é, tentando negociar apoio parlamentar com os chamados “golpistas” até o último minuto. Anunciou, ainda, no dia anterior à votação da Câmara que se o processo de impeachment não fosse aprovado faria um governo de unidade nacional com aqueles que o próprio PT denominava por “golpistas”².

Por último, a Direção Nacional do PT manteve as alianças eleitorais com os “golpistas” para 2016 e não conseguiu fugir da mais amarga derrota eleitoral já experimentada. Nas eleições municipais marcadas por abstenções e anulações de votos, o PT foi o grande derrotado político. O que não significou, de forma alguma, uma vitória da direita, posto que o PMDB viu seu número de votos diminuir e o único partido da direita tradicional a crescer foi o PSDB.

Em nossa avaliação, a ascensão de Michel Temer à Presidência do Brasil implica numa contradição insolúvel até aqui: **trata-se de um governo mais fraco, mas que precisa executar um ajuste fiscal mais forte sob os trabalhadores e os direitos sociais.**

Movimento Docente

Em maio de 2015 os docentes das IES iniciaram uma greve nacional após cessadas as negociações por parte do Governo Dilma (PT) e os cortes que superaram, em volume e temporalidade, o investimento no malfadado REUNI.

O ANDES-SN cumpriu um importante papel na construção de um movimento paredista no funcionalismo público federal a partir do Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal. Entretanto, não foi possível construir a necessária Greve Geral dos SPFs, especialmente por conta da política traidora da CUT de blindar o Governo Federal, justamente quando este aplicava um duro ajuste fiscal contra os trabalhadores.

A greve do ano passado possuiu dinâmicas diferentes das anteriores, e aprofundaremos esta análise em outro documento. Aqui interessa ressaltar que os docentes das IFES se enfrentaram com o Governo Dilma (PT) que aplicava um duro ajuste fiscal que cortava mais de 10 bilhões da Educação e, através das reitorias das IFES, garantia cortes vultuosos sem publicizar sequer quais áreas seriam atingidas. O apoio dado pelos 54 reitores de universidades federais à reeleição de Dilma (PT) manteve-se, com sigilos nos cortes, perseguições aos ativistas e a implementação da privatização dos hospitais universitários, país afora. Em lugares como a UFSC, para garantir a adesão à EBSEH, a Reitoria realizou a reunião do Conselho Universitário no quartel da polícia militar do estado.

Por fim, cumpre destacar que pela primeira vez na história do movimento docente, a greve nas IFES era alcunhada de “fazer o jogo da direita”. Em meio a uma ofensiva do governo federal contra os direitos dos trabalhadores e à Educação Pública e gratuita, setores ligados ao governo tentavam desqualificar a greve nacional e iam, de forma organizada, para as assembleias docentes para tentar frear o movimento paredista.

Assistimos, até o momento, a continuidade dos ataques à Educação e ao serviço público como um todo.

A conjuntura em meados de novembro de 2016

Uma onda de ocupações de escolas, nunca vista em nosso país, puxada pela juventude secundarista e depois encampada pela juventude universitária, elevou a temperatura da luta de classes a outro patamar tornando possível a construção de uma forte Greve da Educação envolvendo ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE.

2 Ver: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,se-o-governo-ganhar—vou-propor-um-pacto-se-perder—sou-carta-fora-do-baralho--diz-dilma,10000025940>.

Porém, as burocracias das grandes centrais insistem em não convocar uma Greve Geral, em especial a CUT. Além disso, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo se esquivam de qualquer unificação e sugerem datas aleatórias que não unificam o movimento. O ANDES-SN, através da CSP-CONLUTAS e do Fonasefe tem dado, corretamente, um grande combate pela unificação de todos os movimentos rumo à greve geral, mas ainda não foi possível derrotar a política das burocracias. No momento em que escrevemos este texto, a expectativa é de que a Greve da Educação seja forte o suficiente para impulsionar outras lutas e derrotar a política das burocracias, impondo a realização de uma Greve Geral.

A política das burocracias e dos ex-governistas é clara: desgastar Temer, mas não derrubá-lo. Não querem lutar seriamente contra o ajuste fiscal – até porque têm acordo com grande parte dessas medidas – e seguem agitando o discurso falacioso do “golpe” e da “onda conservadora” para defender uma ampla unidade eleitoral da “esquerda” para eleger Lula em 2018, ou erguer outro projeto de colaboração de classes no país.

É necessário continuar a luta implacável contra o ajuste fiscal, seja ele implementado por Dilma, Temer ou qualquer governo burguês de plantão, e apostar na unidade da classe trabalhadora para derrotar esses planos. Não podemos requestrar ilusões na reedição de um governo burguês maquiado de progressista com quem a classe trabalhadora já rompeu majoritariamente.

A luta de classes não cabe nas eleições

Um dos pilares que sustenta a tese da onda conservadora são os resultados das eleições. Essa análise já ocorreu com as eleições de 2014 e se agudizou agora com a eleição de políticos como João Dória (PSDB) em São Paulo e Marcelo Crivella (PRB) no Rio de Janeiro.

A ideia de que há um crescimento do pensamento reacionário em nosso país, por conta do resultado das eleições, é equivocada, pois parte do pressuposto de que as eleições burguesas – com suas cartas marcadas e totalmente antidemocráticas (como no caso da própria cláusula de barreira, que infelizmente contou com o apoio do PSOL) – agem como árbitras da luta de classes. Desta forma, o crescimento do número de greves, ocupações, enfrentamento nas ruas contra a polícia, são elementos mínimos frente ao resultado das urnas.

Nos EUA, por exemplo, no ano de 1968, marcado por massificados protestos negros em defesa de direitos civis e também da juventude contra a Guerra do Vietnã, o carrasco republicano e declaradamente anticomunista, Richard Nixon, foi eleito à presidência do país. Segundo os idealizadores da tese da onda conservadora, o sentimento que prevalecia nos Estados Unidos de Martin Luther King Jr., de Malcolm X, dos protestos antibélicos, dos Panteras Negras, se encaixaria aos moldes da “escalada da onda conservadora”? Ou então, a eleição de Nixon foi fruto do sentimento defensivo dos trabalhadores que não tinham forças para lutar?

Acreditamos que a resposta é “não” para ambas as perguntas. A eleição de Nixon foi uma resposta à ofensiva que os setores explorados e oprimidos estavam realizando nos Estados Unidos. Afinal, nenhum burguês racista quer ver negros se armando contra a violência policial e chamando os bairros pobres a se organizarem por conta própria.

No Brasil de 2014, não foi muito diferente. Com mobilizações gigantes por todo o país, desde a poderosa greve dos garis no Rio de Janeiro antes do Carnaval, até as grandes manifestações que denunciavam os gastos excessivos da Copa do Mundo, o que prevalecia no ar era totalmente o contrário de um sentimento defensivo dos trabalhadores.

Os explorados e oprimidos estavam na ofensiva, fazendo com que a burguesia começasse a temer a nova situação aberta no país. Não foi à toa, que o governo Dilma fez uso de forte aparato militar para garantir os jogos da Copa do Mundo, chegando a oferecer à Alckmin (PSDB-SP) a Força Nacional – criada pelo PT em 2004 – para reprimir os metroviários em greve.

Era essa a realidade que a burguesia buscava enfrentar. Mas não podiam mais contar cegamente com a reeleição de Dilma, cuja taxa de popularidade no primeiro semestre de 2014 caía de 36%

para 31% de brasileiros avaliando seu governo como bom, sendo que 52% confiavam na presidenta Dilma.

E por mais que Dilma tenha conseguido ser reeleita no segundo turno, dificilmente sua aprovação voltaria a crescer muito. Mesmo assim, bancou as MPs 664 e 665 antes mesmo de seu segundo mandato iniciar. Não foi por menos que sua rejeição aumentou, chegando a ter menos de 10% de aprovação.

Em uma projeção para as eleições de 2018, os dois candidatos que dividem a liderança é Marina Silva e Lula. Uma mulher negra e ex-seringueira e um ex-operário nordestino estão na frente das pesquisas em um possível confronto eleitoral. Mesmo ambos sendo candidatos da burguesia, passam longe de serem expressões de uma onda conservadora.

A tese da “onda Conservadora” flerta com o mito da democracia racial

Vivemos, durante décadas, marcados pelo mito da democracia racial, onde as lutas lideradas pelos negros e negras são invisibilizadas. O fator decisivo que se abriu em 2013, que não é considerado pelos entusiastas da defesa de que os trabalhadores estão sendo atacados e ficando calados, é que todas as grandes mobilizações dos trabalhadores eram dirigidas pelos setores oprimidos.

Desde o “Cadê o Amarildo?”, que ecoou em diversas quebradas e morros, denunciando a violência policial e seu caráter racista, até as ocupações de escolas públicas, lideradas por secundaristas que não vinham representados pelas velhas entidades (UNE, UMES) e muito menos nutriam ilusões nos aparatos do Estado, como a PM, a negrada (com grande destaque para as mulheres negras) sempre esteve à frente das lutas. Seja lutando em defesa da escola pública, do emprego, contra a violência policial e racista do Estado e da polícia.

No início do ano passado, professores do Paraná ocuparam a assembleia legislativa, fazendo com que os corruptos parlamentares da base de apoio de Beto Richa (PSDB) saíssem escoltados. No mesmo ano, em São Paulo, mais de 200 escolas públicas e estaduais foram ocupadas contra a reorganização das escolas, que na prática, seria um ataque aos bairros negros de São Paulo por fecharem suas escolas e fazer com que a juventude negra – para estudar – tivesse que percorrer uma longa distância e ainda ter que enfrentar salas de aula superlotadas. Essa mobilização levou, em São Paulo, à queda do Secretário de Educação, Hermann, e a desmoralização do governador Alckmin, que foi obrigado pelo movimento dos secundaristas a recuar.

Um ano depois, aprendizes e comunidade ocuparam a Fábrica de Cultura do Capão Redondo por 51 dias, defendendo uma Fábrica de Cultura democrática, onde a comunidade pudesse participar das decisões.

Recentemente circulou pelas redes sociais um vídeo que mostrava a abordagem truculenta da polícia a um jovem negro, agredindo-o, e em resposta, a população presente na praia se voltou contra os policiais os expulsando a cadeiradas do local.

A atual conjuntura de lutas, com negros e negras à frente dos processos, está em sintonia com o crescimento da autodeclaração racial, onde a negrada, como expressão do avanço da consciência racial, ao se deparar com as contradições da sociedade, começa a não só buscar alternativas de organização contra a opressão mas também contra a exploração. Um trabalhador negro quando percebe que somente seus pares são os primeiros demitidos, ou um estudante da periferia que vê só sua escola na quebrada ser fechada, percebe que o que está ocorrendo no país é uma combinação de ataques, onde os negros trabalhadores são os principais alvos.

O avanço da consciência racial vem em uma conjuntura de polarização social. Segundo Adriana Beringuy, técnica do IBGE, em entrevista ao jornal El País sobre o aumento do número de autodeclarados negros no Brasil nos últimos tempos não tem relação com o aumento da taxa de natalidade entre os negros, para ela, “o fator mais determinante é a autodeclaração”.

Não à toa, muitas marchas contra o PL 5069 tiveram à frente delas as mulheres negras, assim como nos atos contra a redução da maioria penal, por compreenderem que são as mulheres pretas e seus filhos, as principais vítimas dos ataques da burguesia.

Todos esses casos citados passam “despercebidos” pelos defensores da tese da “onda conservadora”, como se só fossem válidas as lutas que tenham à frente homens, brancos e héteros. O ascenso da juventude negra nas periferias, expressada nas ocupações de escolas e Fábrica de Cultura, nas grandes marchas contra os ataques do carrasco Eduardo Cunha (PMDB) às mulheres, os atos contra os crimes lgbtfóbicos, as ocupações estudantis e greves, para os que acreditam que a classe trabalhadora está na defensiva, não são suficientes para afirmar que a cada dia o conflito entre as classes se aprofunda, apontando dois caminhos: ou uma saída que beneficie os ricos, ou uma que atenda as necessidades dos explorados e oprimidos.

Obviamente que a segunda alternativa não será conquistada sem resistência dos ricos, que através de seus governos, impõem ajustes fiscais e leis repressivas, como a própria Lei Antiterror.

O que ocorre é que para os defensores da chamada “onda conservadora”, todas essas mobilizações dirigidas pelos setores oprimidos, principalmente pelos negros, não entram em suas cartilhas de “lutas legítimas”. Durante a história, as mobilizações dirigidas pelos negros e negras foram invisibilizadas ou simplesmente tratadas como uma “contribuição” às lutas gerais. Do contrário, como explicar que em uma conjuntura como a nossa, onde greves e ocupações estão ocorrendo em todos os cantos do país, onde a juventude negra se enfrenta diretamente contra a polícia racista, e ainda ser considerado como “onda conservadora”?

Esse é um questionamento que certamente os defensores da ideia de que os trabalhadores estão na defensiva, apáticos e passivos diante dos ataques, não responderão. Não responderão porque os únicos derrotados foram aqueles que dedicaram suas energias em manter Dilma (PT) no poder e não lograram êxito. Ao contrário, os trabalhadores e a juventude não se sentem derrotados. Para nós, a tese da “onda conservadora” flerta com o mito da democracia racial, onde não só as demandas da população pobre e negra são deixadas de lado, como também as experiências dos processos de lutas em que essa se envolve e ousa dirigir.

Nunca houve estado democrático de direito na periferia. Nunca houve democracia e justiça para pobres, negros e indígenas. “Onda conservadora” só se for desde a invasão dos portugueses em 1500! O que há é muita luta dos explorados e oprimidos, que conseguiram alguns pequenos, mas muito importantes avanços com sua luta, e que não foram favor de governo algum. Frente a essas conquistas, a burguesia racista, homofóbica, machista e xenofóbica reage, querendo fazer as conquistas retrocederem. Há um cenário de enorme polarização social agudizada pela crise econômica. É a luta de classes, como sempre.

Por isso, a saída é aquilombar a luta, unificando todos os explorados e oprimidos!

Fora Temer! Greve Geral contra as reformas da previdência, trabalhista, a PEC 241 e em defesa dos direitos!

Por uma saída operária e socialista: - Que os ricos paguem pela crise

Por um governo socialista dos trabalhadores, baseado em conselhos populares!

TEXTO 3

Contribuição do professor Zezineto Mendes de Oliveira – Sindicalizado da ADFURRN Seção Sindical

OS DEUSES DO OLIMPO E OS “PECADOS” CASTIGADOS DOS HUMANOS NA TERRA.

TEXTO DE APOIO

Teve uma vez que alguém disse: *E verifiquei que nada há de melhor para o homem do que alegrar-se com o fruto de seus trabalhos.* Então, vamos ver um pouco da história desse trabalho do homem e perceber que tanto os frutos quanto a alegria desse trabalho, foram sendo diluídos com o passar dos tempos.

Antes de existir o que chamamos de escrita, num intervalo de tempo aproximado entre 4.000 e 10.000 anos a.C; notadamente um intervalo de tempo bastante expressivo, os humanos denominados de pré-históricos exploravam algumas atividades que garantiam sua sobrevivência. Por volta do século V a.C, começa-se a ser contada a história da Grécia, tendo na composição clássica dos deuses do olimpo, como os doze deuses moldaram e mudaram a história dos humanos na sua luta pela vida.

Esse breve caminho histórico exposto teve como objetivo chegar à Grécia, pois é lá que estão os deuses do Olimpo. Não vamos aqui relatar a história grega, pois certamente não é esse nosso alvo. Como demonstra o título deste simples trabalho, nosso foco são os deuses do Olimpo que sempre assistiram os humanos mortais lutando “eternamente” pela sua sobrevivência. É aqui que encontramos coisas bem interessantes sobre nossa condição humana.

Na era de Cronos, o pai de todos os deuses, nós éramos chamados de *RAÇA DE OURO*. Nessa era, o ser humano não precisava trabalhar, ele não envelhecia e nem ficava doente. Nada mais apropriado do que chamar de “Época Dourada” para nós, humanos. Zeus, metido a todo poderoso, derrota seu pai Cronos, e cria a *RAÇA DE PRATA*. A coisa começa a ficar complicada para o nosso lado. Mesmo que nossa infância durasse cem anos nessa era, muitos seres humanos morriam quando se tornavam adultos. Éramos briguentos e pouco inteligentes. E quando Zeus ficava invocado com todo mundo, mandava a gente para o submundo.

Zeus, tentando nos melhorar, criou a *RAÇA DE BRONZE*. Parece que a coisa estava ficando pior para o nosso lado. De raça de ouro, caímos para raça de bronze. Embora agora fôssemos um pouco mais inteligentes que a raça anterior, a de prata, continuávamos briguentos e nos matando uns aos outros. Adivinhem qual era nosso destino? Pois é, o submundo. Esse Zeus não dava folga para nós. Continuando suas tentativas, Zeus nos cria agora como *RAÇA DE FERRO*. Agora o ser humano trabalhava duro e tinha que viver em um mundo aonde existia o bem e o mal. Começa aqui a decadência humana na terra, não éramos mais uma raça dourada que não precisava trabalhar para sobreviver. A questão, não é que o ser humano não queira trabalhar, mas trabalhar duro torna-se uma coisa bastante questionável. Agora, éramos uma raça de ferro que se quisesse sobreviver tem que trabalhar duro, porque afinal de contas era feita de ferro.

Essa condição de trabalhar duro se expande para os mais distantes lugares da terra. E o ser humano começa a perceber que não eram apenas os deuses do Olimpo que gostavam de vê-los trabalhando até sua exaustão, mas que outros seres humanos também começavam a ver nesse excessivo trabalho humano, uma forma de trazer as benesses que os deuses tinham no olimpo para a terra. Era uma forma de alguns seres humanos se sentirem como os deuses do Olimpo. E isso se dava através da exploração de um ser humano chamado trabalhador.

Esse mortal, através de sua força de trabalho, plantava, colhia, construía estradas, casas e palácios. Sua força de trabalho era a base de sustentação de outros indivíduos e sociedades. Era como se os deuses do Olimpo tivessem descido do monte. Eles agora eram reis, sacerdotes, comerciantes, ricos, poderosos, capitalistas que encontravam nos homens de ferro, os humanos trabalhadores, a forma que garantia suas condições de existência; que certamente não eram iguais às dos homens de ferro.

Como deuses, a questão do espaço e do tempo não passavam de detalhes diante de suas imortalidades. E o mundo via, recentemente, a sociedade Grega demonstrar mais uma vez que os deuses do Olimpo, continuavam agindo como eles eram, deuses. A Grécia entrou numa de suas maiores crises econômicas. Trabalhadores jovens e adultos perderam seus empregos. Trabalhadores aposentados perderam seus direitos e viram seus salários reduzidos, e suas aposentadorias postas em risco; o mundo assistiu o clamor desses homens de ferro. Famílias perderam suas casas e suas economias. Os homens de ferro da Grécia enferrujaram, pois não podiam mais se proteger da chuva e do tempo. A Grécia ficou mais pobre. E os deuses, que desceram do Olimpo, continuaram vendo tudo com seus banquetes celestiais.

Então, uma nação não tão antiga quanto a Grécia, mas que tem homens de ferro tão trabalhadores quanto os gregos, viu os deuses do Olimpo manifestando seus poderes, demonstrando que explorar o trabalho duro pode ser feito em qualquer parte do mundo e em qualquer sociedade.

Nessa nação, os deuses do Olimpo, que agora ocupam um lugar chamado “Palácio dos Planaltos”, impuseram aos homens de ferro trabalhadores vários castigos, por conta dos seus “PECados”, dos quais eles não são culpados. Trabalhar duro sem ter uma recompensa adequada. Perder seus direitos ao longo do tempo. Não poder se educar adequadamente e não poder cuidar da sua saúde e da saúde de sua família. Trabalhar mais tempo que o necessário para ter o seu devido direito ao descanso e envelhecer dignamente. E continuar trabalhando duro, até não poder mais trabalhar. Os deuses do Olimpo encontraram homens de ferro em toda parte da Terra.

Nessa nação, os homens de ferro trabalhadores irão pagar por seus “PECados” durante vinte anos. Tempo que os deuses no seu “Palácio dos Planaltos”, acreditam ser o mínimo necessário para que as coisas sejam colocadas em ordem. Mas os homens de ferro trabalhadores sabem que *“Alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial...”*.

E os homens de ferro trabalhadores, mesmo sabendo que poderão enferrujar, mesmo sabendo que poderão não mais se movimentar, mesmo sabendo que poderão ficar encostados como máquinas velhas sem uso ou serventia; eles poderão dizer: *“só existe a contemplação porque há o contemplador”*.

Referências:

Bíblia Sagrada

Huberman, L. História da riqueza do homem. Zahar Editores, 1981.

Stephanides, M. Os Deuses do Olimpo. Editora: Odysseus 4ª ed, 2011.

Veloso, C. Fora da Ordem

TR - 3

O 36º Congresso delibera:

Temos acompanhado nos últimos anos um processo de desestruturação da luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Os ataques são manifestados sob diversas formas. O processo de terceirização das atividades em diversas categorias. O aumento da carga de trabalho em diversos setores, sem a garantia de aumento dos salários ou das horas extras trabalhadas. Demissões em massa e sem justa causa, gerando como consequência o empobrecimento da classe trabalhadora.

Esse cenário de desestruturação econômica e social, provocam instabilidades nas atividades econômicas que refletem diretamente na geração ou na manutenção dos empregos. Os trabalhadores desempregados perdem seu poder de defesa e de reivindicação dos seus direitos, fragilizando suas representações. Os sindicatos afetados pelas consequências da queda do emprego e da renda dos seus associados, se deparam com um cenário de instabilidade, resultando no aumento dos desafios enquanto entidade organizada e representativa, fragilizando suas ações.

Dessa forma, torna-se emergente e necessário a defesa da retomada do crescimento e do desenvolvimento da economia. Resultando na retomada da geração de emprego e da valorização dos salários da classe trabalhadora. Essa mudança no cenário, permitirá aos movimentos sindicais a retomada de suas ações e seu fortalecimento na continuidade do processo de defesa da classe trabalhadora.

TEXTO 4

Contribuição do(a)s professores(a)s André Mayer (ADUFOP), Bartira Telles (ADUFS), Cristiano Ferraz (ADUSB), Carla Sartor (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB), Gean Santana (ADUFS-BA), Mario Mariano (ADUFVJM), Mauro Iasi (ADUFRJ), Milton Pinheiro (ADUNEB), Tarcila Atolini (ADUFVJM), Wesley Pinheiro (ADUFMAT)

ENFRENTAR A DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS, AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E A PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO. DEFENDER A EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE PÚBLICAS, AVANÇAR NA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E CONSTRUIR O PODER POPULAR. RUMO À GREVE GERAL!

TEXTO DE APOIO

O processo de impeachment e as manobras parlamentares, midiáticas, de setores da polícia federal e do poder judiciário, culminaram na usurpação do governo pelo ilegítimo Temer

Nas eleições de 2014, tivemos a vitória apertadíssima da chapa presidencial Dilma/Temer e a formação de um congresso extremamente reacionário para o período 2015-2018. A partir daí, tem se desenvolvido um rápido processo de deterioração do sistema político-institucional, junto com um avanço persistente, cada vez mais ousado, de forças reacionárias e agentes do grande capital imperialista. Este bloco de poder dominante tomou a iniciativa política, aumentando o ritmo e a velocidade nas medidas de desmonte dos direitos sociais a trabalhadores, trabalhadoras e ao povo em geral. Este cenário fica ainda mais complexo com a crise econômica e a operação Lava-Jato.

O apassivamento da classe trabalhadora evidenciou, em todo este processo, os resultados negativos que se expressaram na débil resistência popular à iniciativa política dos grandes capitalistas de descarregar todo o peso da crise nas costas da classe. Evidentemente tem havido e há, muitas lutas de trabalhadoras e trabalhadores, seja na cidade ou no campo, dos movimentos sociais, estudantes, povos originários e quilombolas. Porém, num nível claramente insuficiente para se contrapor com força a todo este processo de ofensiva conservadora e reacionária.

Foi assim que a pressão para o governo federal orientar de um modo mais decisivo um conjunto de políticas para dar curso às contrarreformas exigidas pelos agentes do grande capital financeiro, adquiriu crescente força (inclusive com apoio de mobilizações de rua) até desembocar na instauração do processo de *impeachment* no Congresso Nacional. Este processo se efetivou provocando o afastamento da presidente eleita. A presidência foi ocupada pelo vice-presidente, numa recomposição das forças políticas no governo que criou as condições para a explicitação de uma dura agenda neoliberal.

Esta agenda já estava colocada no governo eleito em 2014, assim como esteve ao longo de todo o período de governo do PT e seus aliados, que governou sob a conciliação de classes. E, com a eclosão da crise, viu-se expelido do Planalto Central. Contudo, após este episódio, a agenda neoliberal ficou mais explícita e, principalmente, com uma velocidade muito mais acentuada. A agenda neoliberal se coloca de um modo fulminante, na forma de um processo que, para setores da classe trabalhadora, também pode ser caracterizado como um “golpe parlamentar”. Isto, que pretende, num breve espaço de tempo, refundar o Estado surgido da Constituição de 1988, indo até a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943, se expressa em: corte e congelamento das despesas primárias, nova rodada das contrarreformas da previdência, trabalhista e reforma política antidemocrática.

O resultado das recentes eleições municipais alavancou este processo, uma vez que os partidos que agora constituem a base de sustentação do governo avançaram no seu caudal eleitoral. Os partidos da oposição diminuíram ao mesmo tempo em que os votos nulos, brancos e abstenções continuaram a crescer nessa eleição, a ponto de, em muitas cidades, terem superados os votos que elegeram prefeitos: no Rio de Janeiro, por exemplo, Marcelo Crivella foi eleito com cerca de 30% dos votos - os 70% restante ficaram entre Marcelo Freixo, brancos, nulos e abstenções. Ainda que este comportamento eleitoral possa ser interpretado como questionamento à “classe política” e ao próprio processo formal de escolha de representantes, não há um fortalecimento, pelo menos por enquanto, de uma alternativa de oposição da classe trabalhadora ao processo conservador e reacionário em curso.

A conjuntura brasileira ainda é fortemente marcada pelos fatores externos dado o caráter de uma economia dependente como a nossa. No plano internacional, a política é pautada pelo avanço dos setores conservadores e até reacionários na arena mundial. Exemplos dessa realidade são o recente plebiscito no Reino Unido que resultou na aprovação da sua saída da União Europeia e a eleição presidencial nos EUA na qual triunfou o candidato misógino, xenófobo e LGBTfóbico do Partido Republicano com uma proposta de restauração do poderio econômico estadunidense.

Estas são situações nas quais a população vota contra o *establishment*, a “classe política”, o processo de globalização financeira, a formação de blocos econômicos supranacionais e, simultaneamente, contra trabalhadores e trabalhadoras imigrantes. Evidentemente, a revolta da população com o curso dos acontecimentos se apresenta de uma forma despolitizada por causa, entre outros fatores, da mídia corporativa, do senso comum, do processo político-eleitoral, derivando no ascenso de forças conservadoras e reacionárias.

Na França, a próxima eleição em 2017 pode ser basicamente entre um candidato da direita e outro da ultra-direita, com grandes chances de esse último ser vitorioso. Na América Latina, além do triunfo do magnata Macri, na Argentina, houve o plebiscito que rejeitou o acordo de paz entre o governo e as FARC, na Colômbia. Estes podem ser sinais do esgotamento das capacidades civilizatórias das sociedades burguesas no quadro da crise estrutural do capitalismo, retratadas na consciência e atitudes da população e dos trabalhadores e das trabalhadoras como antipolítica. Se assim for, isso nos coloca a tarefa de trabalhar mais intensamente para que a crítica teórica e prática ao sistema do capital adquira uma forma adequada, isto é, uma forma anticapitalista com capacidade de encantar corações e mentes.

A PEC 55/2016: a disputa pelo fundo público e a hegemonia rentista

O ajuste fiscal é uma política macroeconômica perene em todo o período neoliberal. Após os acordos assinados pelo governo FHC com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo

brasileiro se comprometeu a promover superávits primários para garantir o fluxo contínuo de recursos do fundo público para o pagamento da dívida pública, que hoje consome cerca de 45% do orçamento da União. Para isto, uma série de medidas jurídicas foram implementadas no Brasil, desde a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Neste cenário merece especial destaque a PEC 55/2016, por ameaçar fatalmente a materialização dos direitos sociais reconhecidos na Constituição de 1988 e por elevar os ajustes fiscais dos últimos 20 anos a um novo patamar histórico. O congelamento das despesas primárias pelos próximos 20 anos inviabiliza a garantia mínima daqueles direitos, assim como evidencia o caráter de classe do projeto que promove esta brutal política de ajuste fiscal. Trata-se da vitória incontestada da fração rentista da oligarquia financeira, operando por meio da apropriação do fundo público como modo de valorização (ou capitalização) do capital na sua forma fictícia, através da gestão da dívida pública.

Aprovada a PEC 55, será consolidada também a perspectiva do Estado gerencial, uma vez que, com o limite de gastos, fica somente a possibilidade de aprimorar a gestão das instituições e das políticas, sem atacar questões estruturais da desigualdade social brasileira.

Há, contudo, alternativas possíveis ao ajuste fiscal promovido pela hegemonia rentista. Em outra perspectiva, devemos propor medidas de estímulo à arrecadação do Estado, como uma estrutura tributária progressiva, incidindo mais sobre os ricos do que sobre a classe trabalhadora, tal como a criação do imposto sobre as grandes fortunas e o aumento do imposto territorial rural sobre os grandes latifúndios. Além disso, deve-se acabar com as isenções fiscais bilionárias aos grandes grupos econômicos. Por fim, um dos aspectos da luta contra a expropriação do fundo público, promovida pelos setores rentistas das classes dominantes, é a auditoria cidadã da dívida pública (vetada pela presidente Dilma), ou até mesmo a sua moratória. Parte dessas propostas já foi deliberada no último Congresso do ANDES-SN, em Curitiba, sendo necessário, portanto, que o conjunto do Sindicato, diretoria e seções sindicais, amplie essas discussões.

Desmonte dos direitos sociais consagrados na Constituição de 1988

A Constituição de 1988 consagrou uma série de direitos sociais a serem materializados pelos próximos governos. Já na elaboração da Carta Magna, os setores mais conservadores se articularam e derrubaram diversas medidas progressistas e os avanços foram significativos para a classe trabalhadora, porém limitados pelas vitórias do chamado Centrão.

Estes setores conservadores não abandonaram a luta contra estes direitos. Os sucessivos governos, desde 1994, iniciaram o processo de contínuas reformas, alterando o texto constitucional, no sentido de restringir aqueles direitos sempre com o argumento que o Estado social consagrado na Constituição não caberia no orçamento público. Junto a este recorte dos direitos, avançou também ao longo dos consecutivos governos, com diferenças entre cada um deles, o processo de privatização e mercantilização das empresas e dos serviços públicos.

Desmonte da previdência social

Particular relevância merece a “longa marcha” da contrarreforma da previdência iniciada no governo FHC com a emenda Constitucional nº 20/98, continuada nos governos Lula e depois pelos governos Dilma com a aprovação da lei nº 12.618/12 da previdência complementar para os servidores públicos federais, o FUNPRESP. O resultado é a consolidação dos fundos de pensão privados tanto para trabalhadores e trabalhadoras dos setores privado e público, que se tornaram sócios dos principais investimentos capitalistas nos últimos 10 anos, acumulando um patrimônio de R\$ 672 bilhões em 2014.

Em 2016, está na pauta do governo Temer, mais uma nova contrarreforma que estabelece, entre outros elementos destrutivos de direitos sociais: a fixação da idade da aposentadoria em 65 anos para homens e mulheres; a unificação dos regimes público e privado; e o aumento da contribuição, de 11% dos proventos para 14%.

O desmonte da seguridade social leva-nos para a construção do Estado assistencial e penal, afastando a ilusão reformista da construção tardia de um Estado de bem-estar no Brasil.

Desmonte da legislação trabalhista

O processo de desmonte dos direitos sociais não finaliza somente com os ataques à Constituição de 1988, mas avança para um passado mais longínquo. As iniciativas de terceirização e precarização e de prevalência do acordado sobre o legislado apontam para o desmanche da CLT de 1943.

Além das iniciativas legislativas e do poder executivo, concorre para este desmanche a ação do poder judiciário, tais como o desconto do ponto nas greves dos funcionários públicos, a rejeição da desaposentadoria, a convalidação das terceirizações nas atividades fins, etc. Já em 2015, o STF decidiu confirmar a possibilidade de que entidades privadas conhecidas como organizações sociais (OSs) possam prestar serviços públicos nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde.

Aliás, este esforço combinado dos três poderes do Estado, no desmantelamento dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, tem um caráter pedagógico, no sentido de mostrar que em época de crise, esses poderes se reforçam mutuamente para manter a ordem social.

Ataques à educação pública e à universidade pública

A educação pública é uma das tarefas em atraso da nossa formação social. O último PNE aprovado no governo Dilma, que equaliza a educação pública e privada na distribuição dos recursos, significa mais um passo no processo de mercantilização, privatização e apropriação privada do fundo público.

Além do problema de subfinanciamento crônico da educação pública, agora temos uma situação na qual o conservadorismo avança com o projeto “Escola sem Partido” (PL n. 867/2015, PLS n. 193/2016) e a tentativa de desqualificar aquilo que os setores conservadores denominam como “ideologia de gênero”.

Neste quadro se inscreve a reforma do ensino médio através da MP 746/2016, sem diálogo com a sociedade e os agentes sociais relevantes, que precariza a formação crítica e humanista para atender às exigências do mercado de trabalho. Medida esta que está sendo enfrentada pelo movimento estudantil num processo de lutas através de ocupações dos campi universitários e das escolas secundaristas.

Os ataques ao ensino universitário público e gratuito se acirram. A Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC n. 395/14) que permite a cobrança, pelas universidades públicas, de mensalidade para cursos de extensão, pós-graduação *lato sensu* e mestrados profissionais. Fica mantida, por enquanto a gratuidade nos cursos de graduação, residência na área da saúde e cursos de formação profissional na área de ensino. A PEC altera o artigo nº 206 da Constituição para afirmar a não extensão do princípio da “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” aos casos de pós-graduação, cursos de extensão e mestrado.

Há também uma proposta de cobrança de matrículas nas universidades públicas de autoria do Senador Bispo Crivella, recentemente eleito prefeito do Rio de Janeiro, através do projeto de lei n. 782/2015. Com o pretexto de que estudantes de famílias abastadas contribuam de acordo com a sua renda, o projeto pretende instituir, gradualmente, o pagamento de matrícula nos cursos universitários. A forma de garantir a contribuição igualitária no financiamento dos cursos universitários passa pela taxação das grandes fortunas e não pela cobrança de mensalidade nas universidades aos mais ricos.

Neste ano de 2016, vimos um conjunto de greves localizadas especialmente nas universidades estaduais em torno de pautas muito específicas como, por exemplo, no Ceará, a exigência da UECE e da UVA de cumprimento de acordos fechados em outras greves, ou em Minas Gerais, as greves de Aduemg e AdUnimontes motivadas pela reposição de perdas salariais. No caso do Rio de Janeiro, que vive uma situação de falência do governo estadual, as três universidades

estaduais (Uerj, Uenf e Uezo) entraram em greve, no final do ano de 2015 e continuaram até os primeiros meses de 2016, pelo pagamento dos salários em dia, dentre outras questões (condições de trabalho, incorporação da DE nas aposentadorias etc.).

A situação das universidades federais vem se agravando nos últimos anos. Já em 2015, com as três rodadas de ajustes fiscais promovidas pelo governo Dilma sob o ministério Levy, grandes universidades federais fecharam as portas por tempo determinado por não terem recursos para pagar os trabalhadores e as trabalhadoras terceirizados, com salários aviltantes e péssimas condições de trabalho. Foi contra esses cortes que o movimento docente federal realizou uma das suas mais longas greves em 2015, que infelizmente não conseguiu reverter o quadro de desmonte da universidade pública.

Se os investimentos efetuados pelo Reuni não foram capazes de promover uma expansão com qualidade, a situação tende a piorar devido aos cortes orçamentários anunciados a partir de 2016. Cabe citar as negativas do MEC em cumprir com as pactuações que deveriam garantir vagas docentes e recursos para obras (inclusive restaurante universitário e moradia estudantil), como no caso dos campi avançados de Unaí e Janaúba da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em Minas Gerais. Nestes, as atividades ocorrem em prédios emprestados por outros órgãos públicos, em condições não apropriadas para o trabalho acadêmico. E, por isto, mais uma vez, cresce o movimento paredista, tendo como uma das suas referências as ocupações estudantis.

O processo de centralização do capital como investimento privado na educação continua a pleno vapor. No mercado de empresas de educação privada de 2007 para cá foram mais de 170 fusões e aquisições, com um volume movimentado de cerca de R\$ 13,77 bilhões. Em 2016, efetua-se a compra da universidade Estácio Participações S.A pela Kroton Educacional S.A por um montante de cerca de R\$ 5.5 bilhões. A Estácio foi criada em 1970, como faculdade de direito, no Rio de Janeiro (RJ). Assim como a Kroton, foi crescendo e incorporando outras instituições, como a Universidade Gama Filho. Em 2007 abriu capital na Bolsa de Valores e em 2009 começou a ofertar cursos de EAD.

A Kroton Educacional S.A, que antes atuava nos mercados de ensino presencial das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, com as marcas Anhanguera, Fama, LFG, Pitágoras, Unic, Uniderp, Unime e Unopar, passa a ter presença nas regiões de atuação da Estácio, como o Nordeste e alguns estados do Norte. Com esta aquisição, a Kroton passa a ter 1,6 milhão de estudantes, sendo 60% destes presenciais matriculados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e também concentra 40% das matrículas de Ensino à Distância (EAD) do país. A Kroton que já era a maior empresa em serviços de educação privada no mundo em valor de mercado, bem mais à frente da segunda colocada, a norte-americana Graham Holdings, se tornará ainda maior.

Desde o início desta década, a Kroton foi impulsionada pela política educacional do governo federal, que prioriza o investimento de dinheiro público em educação privada. Entre 2010 e 2014, o governo repassou mais de R\$ 30 bilhões para os tubarões do ensino por meio do Fies, e a Kroton é a maior beneficiária. Para simples comparação, o orçamento anual de investimentos em todas as Instituições Federais de Ensino (IFEs) não ultrapassou R\$ 2,59 bilhões em 2014.

Diante deste quadro de mercantilização, concentração e centralização do capital na educação superior, a defesa da universidade pública, gratuita, laica, socialmente referenciada continua a ser um ponto fundamental para os trabalhadores e as trabalhadoras, estudantes e a categoria docente. Ao mesmo tempo, é necessário avançar também na luta pela **universidade popular** como contraponto à universidade do capital. Trata-se de construir uma universidade que, além de ser pública, seja ao mesmo tempo popular, ou seja, referenciada nos interesses históricos da classe trabalhadora. Isto envolve uma pauta imediata de acesso, permanência, forma e conteúdo didático-pedagógicos voltados para os estudantes oriundos das camadas populares. Este é um projeto histórico enraizado na luta dos universitários da América Latina, que faz parte das tarefas de enfrentamento ao imperialismo por parte dos povos da Nossa América. A luta pela Universidade Popular precisa avançar e ser incorporada no nosso sindicato, para além da adesão

formal já materializada, e na Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita como parte das tarefas desta entidade na construção do Projeto Classista e Democrático de Educação.

Privatizações

O governo Temer aprovou um pacote de privatizações e concessões que inclui 34 projetos. A maioria deles já constava em programas anteriores anunciados pelo governo Dilma, mas não licitados. O objetivo é a abertura da infraestrutura brasileira à iniciativa privada, através do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) aprovado na lei 13.334/2016, uma das primeiras medidas estabelecidas pelo ilegítimo governo Temer.

Deve-se dar destaque para a alteração da Lei do Pré-Sal, aprovada no fim do governo Lula em 2010 ao estabelecer que a obrigatoriedade da presença da Petrobrás na exploração do petróleo. Da produção total, no mínimo 30% pertenceriam à brasileira. Agora, com a mudança da legislação, já aprovada nas duas câmaras, a Petrobras poderá escolher se participa ou não da extração em campos futuramente leiloados pela Agência Nacional do Petróleo. A lei nasceu de uma proposta feita no Senado pelo atual ministro das Relações Exteriores, José Serra, em 2015 (PLS n. 131/2015) e aprovada, no parlamento, no início de 2016. No mês de outubro, o projeto de lei n. 4567/2016 foi votado pelos deputados sem alterações, restando apenas (no momento da redação deste texto em novembro de 2016) a votação de alguns destaques para ir para sanção presidencial.

Com este projeto, a Petrobras fica desobrigada a ser operadora exclusiva do Pré-Sal, abrindo ainda mais o campo para a intervenção das grandes empresas petrolíferas transnacionais à exploração daquele campo, com todas as consequências econômicas e ambientais que isto supõe.

Reforma política antidemocrática

Há também propostas de mudanças do sistema político para assegurar a governabilidade, no quadro atual de desmonte dos direitos sociais e do previsível incremento da resistência, conforme os efeitos perversos da austeridade e precarização do emprego se tornem mais visíveis. Essas alterações são complemento necessário de todo este processo de desmonte e refundação do Estado para atender as novas exigências do atual padrão de acumulação capitalista.

Neste sentido, está em curso a votação da PEC n. 36/2016, que limita a quantidade de partidos com acesso ao fundo partidário e impede as coligações, junto com a PEC n. 113A/2015, que trata dos mesmos assuntos acrescentando o fim da reeleição para presidente da República, governador e prefeito aumentando o mandato do executivo de 4 para 5 anos. Evidentemente não há nenhum interesse democrático nestas reformas, somente adaptação da superestrutura jurídico-política às necessidades do desenvolvimento capitalista, no atual estágio de acumulação por espoliação (na expressão de Harvey), austeridade e precarização do emprego.

Ofensiva reacionária e os LGBTs, negras/os, mulheres e indígenas

Temos vivenciado, desde o primeiro mandato do governo Dilma, um aumento de projetos de lei (PL) e de propostas de emendas à constituição (PEC) que extinguem, ou que atacam frontalmente direitos adquiridos por mulheres, negras, negros, indígenas, LGBTs, crianças e jovens do Brasil. PECs e PLs que há anos foram apresentados e arquivados, ou que caíram no esquecimento dos parlamentares, são desengavetados e votados de forma precipitada, sem discussão adequada ou sem que os movimentos sociais sejam ouvidos. Tudo parte da ofensiva neoconservadora e reacionária, de caráter moralista, que atende a fundamentalismos religiosos e a ideologias políticas reacionárias. Diante da crise estrutural do capital, tais saídas apontadas por esses setores reacionários e mais conservadores tendem a ganhar corpo, se não nos posicionarmos de formar firme e contundente!

Essa ofensiva contou com uma contribuição importante do governo Dilma que, em nome da governabilidade e de acordos espúrios, favoreceu a ascensão do deputado Marcos Feliciano à

presidência da Comissão de Direitos Humanos, em 2013, vetou o kit anti-homofobia, em 2012, e recuou em temas caros aos direitos humanos. Com isso, e associado a outros fatores, a bancada BBB (bancada da bala, do boi e da bíblia) ganhou força e aumentou de forma expressiva sua participação na atual legislatura, podendo se configurar como grande e grave retrocesso aos direitos humanos. Ao que tudo indica, a bancada BBB vem usando a velha receita da defesa da família tradicional, bem como da moral e dos bons costumes para atacar as lutas pela defesa dos direitos das mulheres, da diversidade sexual e etnicorracial.

Destaca-se, também, o extermínio da juventude negra no Brasil, fato denunciado por várias entidades dos movimentos negro, sindicais e populares. Dados do Mapa da Violência (2016), por exemplo, mostram que enquanto as taxas de homicídio entre a população branca caiu 26,1%, a da população negra aumentou 46,9% entre 2003 e 2015. Esses resultados denunciam a política de extermínio da população negra no Brasil que, muitas vezes, são assassinados em nome do combate ao tráfico de drogas. Daí, a tarefa de avançar naquilo que o Sindicato Nacional já aprovou em seus Congressos: a luta pela descriminalização das drogas, como parte da luta contra o extermínio da juventude negra.

É importante destacar as lutas das mulheres, dos/as LGBTs, das/os indígenas e de negras e negros em resposta a essa ofensiva reacionária. Os exemplos são numerosos: mulheres em luta que se colocaram contrárias à cultura de estupro e tomaram às ruas, ano passado; as várias mobilizações e manifestações LGBTs contra a LGBTfobia; os povos indígenas e quilombolas que vêm resistindo bravamente à expropriação imposta pelo agronegócio. Tudo isso demonstra que há disposição de luta, embora fragmentada, o que reforça a necessidade de termos um espaço que aglutine o conjunto dessas insatisfações para potencializar nossa luta contra o capital. O ENCLAT torna-se, desse modo, mais que necessário!

Construir a unidade da classe trabalhadora e o poder popular

O Andes-SN tem feito um trabalho muito importante de articulação das entidades sindicais dos servidores públicos federais através do Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais (Fonasefe). Através desta ferramenta, encaminhamos lutas unitárias em torno da pauta econômico-corporativa dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor público federal. Trata-se de um fórum amplo que inclui entidades que estão ligadas a diversas centrais sindicais, no interior da qual também se fazem presentes as centrais sindicais. Com essa representação tão ampla, o Fonasefe tem limites em extrapolar a pauta corporativa e dar cabo a debates políticos de enfrentamento da política governamental. Mesmo assim, é um exemplo prático da unidade de ação, com vistas a superar a fragmentação e apassivamento da classe.

O Andes-SN também tem tido uma intervenção muito importante no setor das entidades sindicais e movimentos sociais ligados ao setor da educação pública, articulando a realização de dois encontros nacionais precedidos por encontros estaduais. No mais recente, foi decidida a transformação do *Comitê de luta pelos 10% do PIB para a educação pública, já!* em *Coordenação nacional de entidades em defesa da educação pública e gratuita*, que avaliamos positivamente como um importante salto qualitativo na reorganização deste setor da classe trabalhadora. Aliás, este encontro prestou merecida homenagem ao professor Márcio Antônio de Oliveira, recentemente falecido.

Neste próximo ano de 2017, há importantes tarefas a serem realizadas para fortalecer e capilarizar a organização desta entidade na construção de um projeto classista e democrático de educação. Projeto este que, em nosso entendimento, deve apontar para a perspectiva da educação e universidade populares. Ao longo de 2017, estão programadas luta e debates para avançar na construção do terceiro encontro nacional, a ser realizado no ano de 2018. Aliás, ano em que se comemoram os 100 anos do Manifesto de Córdoba, ato fundacional do projeto de universidade latino-americana. Como diz o Manifesto, a juventude "*exige que se reconheça o seu direito a pensar por conta própria. Exige também que se reconheça o seu direito a expressar este pensamento próprio nas instituições universitárias por meio de seus representantes. Está cansada de suportar os tiranos. Se foi capaz de realizar uma revolução*

nas consciências não se pode desconhecer a sua capacidade de intervir no governo da sua própria casa".

A onda conservadora que atravessa a sociedade também se materializa no setor da educação com o movimento e os projetos de lei “Escola sem Partido” (tais como a PLS n. 193/2016). Diante desta situação, o Andes-SN tem participado na construção de um amplo movimento de luta e resistência: a Frente Nacional da Escola sem Mordça. Aqui também é uma política ampla, unitária, de frente única, que se mobiliza para superar a fragmentação, e também amadurecer a consciência política no intuito de forjar o poder popular.

No ano de 2017, se comemoraram os 100 anos da Revolução Russa, fato este fundamental na organização internacional dos trabalhadores e das trabalhadoras. O Andes-SN, corretamente no seu 61º. Conad, aprovou a realização de uma justa homenagem a esta data, bem como a memória dos 50 anos do assassinato de Ernesto “Che” Guevara. Trata-se de um seminário em que pretende discutir a reorganização da classe trabalhadora sob a perspectiva do internacionalismo. Nada mais oportuno que realizar este debate – balanço crítico e autocrítico do movimento internacional de todos trabalhadores e trabalhadoras – aproveitando este momento para avançar qualitativamente na reorganização da nossa classe trabalhadora, envidando esforços para chamar a organizar o Enclat, tal como foi indicado no nosso 61º Conad (Boa Vista, 2016).

O amadurecimento político e organizativo da classe trabalhadora tem que se expressar também na capacidade de realizar ações mais contundentes de enfrentamento às políticas de desmonte dos direitos sociais. Neste sentido, precisa ser reafirmado que a construção de uma greve geral é um imperativo político da conjuntura. Esse tem sido o entendimento da direção do Andes-SN que acertadamente tem indicado o debate nas seções sindicais, com uma pauta política que não expressamente contém elementos corporativos (como é o caso da luta contra a PEC n. 55 em 2016). Também vale destacar o trabalho da direção nacional e das seções sindicais em agregar forças para efetivar a greve geral ainda no ano de 2016. Entendemos e envidaremos esforços para que as greves setoriais sejam mediação para construir a greve geral. E que, com todas as dificuldades de materialização, deve permanecer como instrumento de luta da classe.

Sobre nosso sindicato, pensamos que temos ainda por fazer um grande trabalho de base, buscar entender o cotidiano da categoria. Há momentos, como o da atual conjuntura que problemas macrosociais ocupam todo nosso tempo e parece que aqueles assuntos da vida cotidiana do professor ficam relativizados. Porém, as questões como: condições de trabalho, reconhecimento profissional, carreira, valorização salarial são, e continuam a ser, muito importantes para o conjunto da base. O sindicato tem que contribuir para fazer a mediação entre a grande e a pequena História, entendendo que a reprodução genérico-social acontece também através da reprodução do indivíduo singular. Assim fazendo, pode contribuir para superar as alienações que caracterizam o fluxo da vida cotidiana. Fazer essa mediação é fundamental para a vida do sindicato. Como, por exemplo, relacionar a PEC n. 55/2016, lutas sociais e nosso sindicato, com as condições concretas de vida de todos docentes da nossa base.

O movimento docente terá que enfrentar uma nova realidade nas IFES, a presença de posturas conservadoras e mesmo reacionárias entre os professores como força que disputará ativamente os rumos da representação docente e o caráter da luta a ser empreendida. O conservadorismo sempre foi uma marca das instituições de ensino superior, no entanto, a conjuntura política nacional favorece que os segmentos conservadoras se assumam explicitamente sabotando as greves e outras formas de luta, muitas vezes com um discurso que busca disfarçar as intenções reacionárias.

Ainda no que diz respeito ao enfrentamento das contrarreformas, a iniciativa do movimento estudantil secundarista e universitário, mobilizados para além das suas entidades representativas cooptadas e apassivadas. Em São Paulo, no ano de 2015, o movimento de ocupação das escolas foi capaz de fazer recuar uma reforma gerencial que fechava 92 escolas e derrubou o secretário de educação. Noutros estados, Goiás e Rio de Janeiro, também aconteceram movimentos de luta estudantil bastante significativos. Nacionalmente, contra a medida provisória n. 746/2016 e a

PEC n. 55/2016, um forte movimento #ocupatudo em instituições de ensino se constitui como fato mais importante e auspicioso, porque tem o significado do reingresso da juventude estudantil na experiência da luta política com possibilidades de extrair as entidades estudantis do campo do apassivamento e passa-las para o campo classista de defesa de educação pública. Pavimentando assim a unidade entre juventude e classe trabalhadora, ligação esta fundamental para construção do poder popular.

A CSP-Conlutas, central à qual Andes-SN é filiada e constrói desde sua fundação, se constitui num importante, ainda que não seja o único polo aglutinador dos sindicatos e movimentos sociais combativos, que merece nossa maior atenção. Já temos sublinhado que nela se apresentam problemas de concepção política, estratégia e tática, além de questões metodológicas na organização dos congressos já sinalizados pelo Andes-SN e que precisam ser enfrentados com firmeza. Há também um complexo problema de hegemonismo nesta central sindical e popular que, sem dúvida, dificulta o desenvolvimento desta ferramenta e isso merece especial atenção por parte da nossa direção e militância. Neste sentido, deve ser avaliado que, no ano de 2017, a CSP-Conlutas vai celebrar seu terceiro congresso, e o Andes-SN tem que se preparar para intervir e fazer com que a central seja efetivamente um fórum amplo de construção da unidade de trabalhadores e trabalhadoras, superando concepções estreitas que tendem a isolá-la do conjunto da classe. Fortalecer a CSP- Conlutas, assim como intensificar o debate no conjunto das iniciativas sindicais no campo de esquerda visando o enfrentamento necessário contra os ajustes do grande capital é nossa tarefa incontornável para o presente momento.

Diante do quadro geral assinalado, reafirmamos ser a tarefa fundamental avançar na superação do apassivamento, fragmentação e divisão do movimento classista. É necessária a realização de um Encontro da Classe Trabalhadora e movimentos populares em 2017. **Este evento não pretende substituir nenhuma das centrais sindicais já existentes, nem também criar mais uma nova central sindical ligada a um partido político.** Trata-se de fazer mais um esforço para avançar na construção da unidade de trabalhadores e trabalhadoras enquanto classe social com interesses específicos imediatos e históricos. Como preparação a este evento, que evidentemente requer o acordo das centrais e movimentos sociais de caráter nacional, é necessária a realização de atividades, por parte das seções sindicais e secretarias regionais, de debates com as entidades que possam vir a participar deste processo. Tal como foi apontado pelo 61º Conad, é necessário efetivar uma reunião com entidades sindicais e populares nacionais do campo classista, unitário e combativo, que contribua na definição da construção do ENCLAT.

No interior de todo este processo de unidade e luta, está a construção do Poder Popular como autonomia e autogoverno da classe trabalhadora, a fim de realizar transformações estruturais necessárias para o enfrentamento da crise sistêmica do capital. O Poder Popular significa a capacidade de a classe se constituir em força política e social, capaz de impor, através da luta, uma orientação anticapitalista ao desenvolvimento social.

TEXTO 5

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADFURRN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

CONSTRUIR UMA FRENTE ÚNICA EM DEFESA DA VIDA DOS EXPLORADOS! RESPONDER AOS ATAQUES COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE! ABAIXO O GOVERNO GOLPISTA DE TEMER!

TEXTO DE APOIO

A crise política no Brasil, que levou ao golpe institucional contra o governo de Dilma Rousseff só pode ser explicada nos marcos dos impactos da crise econômica mundial no Brasil. A crise iniciada nos Estados Unidos, em 2008, passou por várias etapas, atingindo inicialmente os países europeus. A resposta dos Estados foi de socorrer os grandes bancos e as multinacionais, ampliando o endividamento dos estados. Na sequência, para cobrir tal sangria, vieram os planos de austeridade, impostos pela Troika (Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional). As medidas de ajuste só mudam de país para país em sua intensidade e ritmo, expressam a sanha do capital em descarregar nas costas dos explorados o peso da crise do capitalismo.

Uma nova etapa da crise se abriu com o desaquecimento da economia chinesa, que fez as economias dos países semicoloniais, como os da América Latina estremecerem. Mesmo que o continente estivesse com governos que se apresentavam como “pós-neoliberais”, que prometiam inclusão social, redução da desigualdade e desenvolvimento sustentável, as limitadas medidas assistenciais e de intervenção na economia não mudaram o caráter de países exportadores de matérias primas e produtos agropecuários. Bastou a economia chinesa desacelerar para que o curto período internacional favorável desmoronasse, levando consigo os governos que se apresentaram como nacional-reformistas. Alguns saíram de cena pela via eleitoral, como o de Cristina Kirchner, outros via golpe institucional, como o de Dilma Rousseff. Porém, há um movimento comum de fortalecimento de governos diretamente alinhados com o imperialismo norte-americano, assim como um recrudescimento do conservadorismo, até mesmo com tendências fascizantes, como vimos na eleição de Donald Trump.

A solução do capital para a crise é destruir forças produtivas. Uma das manifestações mais bárbaras deste processo são as guerras. No momento, as potências imperialistas não se enfrentam diretamente, mas disputam o controle de territórios, mercados e fontes de matérias primas em conflitos regionalizados, como o da Ucrânia e Síria. A intervenção imperialista intensifica a opressão nacional que leva milhares a terem de deixar seus países e procurarem chegar à Europa, os que sobrevivem à travessia no Mediterrâneo enfrentam a repressão e a xenofobia. São sintomas de um sistema em decomposição.

Não ao pagamento da dívida pública

A crise de superprodução impõe que o capital que não mais consegue se valorizar na produção procure novos campos, sobretudo após o estouro da bolha especulativa com as quebras nas bolsas de valores. Assim, os direitos sociais entram na mira das grandes corporações. Saúde, educação e previdência não podem ser compreendidos como direitos, muito menos universais. Devem ser reduzidos à condição de mercadoria. Como toda mercadoria, tendem à monopolização na etapa imperialista. Assim já ocorreu com o ensino superior brasileiro, que está nas mãos de corporações gigantescas como a Kroton, em uma situação em que 90% das vagas estão no ensino privado. A voracidade do capital se acentua. A pressão por acabar com a previdência pública se impõe. Os ataques dos governos estaduais e federal expressam o

imperativo de garantir a meta de superávit fiscal para pagar os juros e amortizações da dívida pública.

O mecanismo da dívida é fundamental para entendermos a crise política no Brasil. Dilma não foi retirada por suas “bondades”, mas sim porque não mais conseguia fazer avançar o ajuste fiscal. Ante a crise, as frações das classes dominantes estavam em choque e o executivo não conseguia centralizá-las. No processo do impeachment essas frações e instituições burguesas foram se unificando. Hoje estão aglutinadas em torno do governo golpista de Temer e de suas medidas antinacionais e antipopulares. O governo Temer, nascido da crise, não conseguiu pôr fim à crise política. Caso não consiga aplicar os ataques também pode ser removido.

Os ataques que precisamos derrotar

As medidas do governo ameaçam todos os setores explorados e oprimidos. Na educação os ataques mais sentidos são a reforma do Ensino Médio e o Projeto Escola sem partido. Do ponto de vista orçamentário, a PEC 241/55, com o congelamento de gastos sociais por 20 anos é um brutal corte de direitos dos servidores públicos e nos direitos sociais para a população em geral. O PLP 257, com o pretexto de negociar a dívida dos Estados impõe o ajuste nos estados e municípios. A situação do Rio de Janeiro mostra como os governos pretendem “equilibrar as contas”, a saída é cortar na carne dos trabalhadores, com corte de programas sociais, aumento da contribuição previdenciária dos ativos e o estabelecimento de uma contribuição de 30% para os aposentados que já contribuíram a vida toda.

Caso consiga implementar a PEC 241/55, o próximo passo do governo será a reforma previdenciária. Com uma campanha midiática fraudulenta que aponta um inexistente “rombo” orçamentário, o governo pretende aumentar a idade para se aposentar para 65 anos, em um país em que a expectativa de vida é de 75 anos, sendo no Maranhão de 70 anos. Ou seja, para a maior parte dos explorados significa que terão de trabalhar até morrer. A reforma trabalhista também está na fila, aguardando para ser posta em prática. O STF já tem antecipado algumas medidas, já estabelecendo o princípio de que o negociado se sobrepõe ao legislado. A ameaça de terceirização irrestrita também está no horizonte, representando o fim dos direitos inscritos na CLT. Há um fortalecimento também da intervenção da religião na política com bloqueio a direitos civis à população LGBT; o aumento da opressão sobre as mulheres; a inviabilização da demarcação de terras indígenas e quilombolas; o favorecimento ao latifúndio e ao agronegócio.

Abaixo a conciliação de classes

As dificuldades para enfrentar o golpe e as medidas de ataque se explicam pela política de conciliação de classes conduzida pelo PT desde antes de conquistar a presidência. Política expressa na estratégia de democratizar o Estado burguês. A estatização e burocratização das entidades de massa desarmaram os trabalhadores, camponeses e juventude para responderem aos ataques. A fragmentação impulsionada pela reforma Sindical de Lula, assim como o crescimento da Força Sindical também compõem como obstáculos. O divisionismo que resultou na criação da Conlutas, depois nomeada como CSP-Conlutas, após mais de uma década, demonstra o erro da divisão de aparato. A CSP-Conlutas, mesmo sendo uma central antigovernista, mostrou seu fracasso político ao negar o golpe que violou a soberania do voto popular. Ao levantar a bandeira de “fora todos” jogou água no moinho da direita golpista. E, sobretudo, não expressou uma via de independência de classe, ao defender as eleições gerais, que, de última, é uma das variáveis da política burguesa para ungar com a legitimidade das urnas um novo governo, se necessário. A diretoria do ANDES, em consonância com as posições da CSP-Conlutas, acabou vacilando na caracterização da crise política, como se fosse indiferente à queda do governo. Ao não condenar o golpe, acabou se isolando de sua base. De forma geral, a resposta ao golpe não se deu no campo da independência de classe. As grandes manifestações de rua se mantiveram como comícios que tinham como função fazer pressão parlamentar. Com isso, foram impotentes para impedir a derrocada do governo do PT.

E a greve geral?

A greve geral, que parasse a produção, era o caminho para quebrar a espinha dorsal do golpe. Na boca da CUT, porém, não passou de blefe. Afinal, a burocracia cutista não propunha juntar a luta democrática com a defesa das reivindicações das massas que estavam sob ataque do governo do PT. Ainda sob o governo interino de Temer, a CUT já mostrou sinais de que reeditaria a política conciliatória. Antes mesmo da votação final no Senado, a burocracia recebeu o Ministro do Trabalho golpista no sindicato do ABC, uma capitulação vergonhosa. Os dias nacionais de “esquenta” mostram o pouco empenho das principais centrais e o baixo poder de convocatória da CSP-Conlutas. Em geral, agregam setores do funcionalismo e as direções sindicais. A greve geral é uma necessidade, mas para se concretizar terá de ser imposta pelas bases. Por isso coloca-se a necessidade das assembleias nas obras, fábricas, locais de trabalho e estudo.

A juventude mostra o caminho

A resistência dos estudantes secundaristas contra a MP746, a Reforma do Ensino Médio, se alastrou pelo país com as ocupações de mais de mil escolas. O movimento se entroncou com a juventude universitária que passou a ocupar as universidades. Percebe-se que a Reforma do Ensino Médio não é um elemento central da política do governo Temer. Porém, esta luta rapidamente se vinculou com a necessidade de pôr abaixo a PEC do Teto (241/55) e impulsionou a resposta do funcionalismo. São elementos de resistência importantes. Porém, é preciso que a classe operária consiga romper o pesado bloqueio das burocracias sindicais. A tendência objetiva, neste sentido, existe. A deterioração das condições de vida e trabalho pode lançar os trabalhadores à luta. O grande número de desempregados é um peso em contrário, sob o controle dos capitalistas pressiona como elemento de rebaixamento dos salários e destruição de direitos. Por isso a unidade entre empregados e desempregados, efetivos e terceirizados, camponeses, indígenas e a juventude é urgente, para romper a concorrência entre os explorados e transformar a revolta em organização consciente. A via para isto se concretizar é aplicar a tática frentista em cada luta local. Coordenar todas iniciativas que despontam isoladamente. Centralizar nossas forças para derrotar os ataques.

Organizar os Comitês contra a repressão

As medidas de ataque vêm acompanhadas da intensificação da repressão. É sintomática a operação de criminalização sobre o MST assim como a repressão sobre os estudantes secundaristas. O MEC mostra a intenção de criminalizar ao exigir nomes dos docentes, técnicos e estudantes envolvidos no movimento. O STF, em decisão de 27/10, autorizou o corte de salários de servidores públicos desde o primeiro dia de greve. Tais medidas se somam à restrição já existente ao direito de greve e à criminalização da pobreza, juventude e movimentos sociais que agora atinge um novo patamar. A lei antiterrorismo já começou a ser usada, a exemplo da operação durante as Olimpíadas e a deportação do professor Adlène Hicheur, da UFRJ. É urgente responder coletivamente à criminalização com a formação dos comitês contra a repressão. Soma-se à nossa pauta a defesa do direito irrestrito de greve. Teremos de afirmá-lo na prática, entendendo como nosso direito à autodefesa ante os ataques do governo.

Independência de classe: tática e estratégia

A experiência com os governos do PT e a política de conciliação de classes para ser assimilada depende de um profundo balanço da estratégia reformista, democratizante. Não há espaço no capitalismo em decomposição para reformas progressivas a longo prazo. O que é dado com uma mão é retirado com a outra. Toda conquista é extremamente instável. A crítica moralizante ao PT despolutiza e deseduca. Trata-se de fazer o balanço programático. A conclusão deste balanço é a necessidade de colocar-se no terreno da independência de classe. Isso significa adotar a estratégia revolucionária, ou seja, a defesa do governo operário e camponês como fruto da revolução proletária. A tática correspondente a esta estratégia é a da ação direta, dos métodos próprios da classe operária, com greves, piquetes, ocupações, etc.

TR - 5

O 36º CONGRESSO delibera:

Centralidade da luta

Constituir uma frente única contra o capital, o governo e o imperialismo que unifique as lutas contra as demissões, a alta do custo de vida, a reforma da previdência e trabalhista, os cortes na saúde, educação e moradia, o pagamento da dívida pública e em defesa de terra aos camponeses, indígenas e quilombolas. Combater a política de colaboração de classes. Em defesa da vida dos explorados, abaixo o governo golpista de Temer, por um governo operário e camponês.

TEXTO 6

Contribuição do(a)s professo(a)re(a)s Abrãao F. Penha, Anderson Carvalho E Zózina Maria Rocha De Almeida (sindicalizado(a)s da ADUNEB), Augusto Nobre E Zuleide Fernandes de Queiroz (sindicalizado(a)s da SINDURCA), Carlos Zacarias, Jorge Henrique Saldanha, Marcos Vinícius Ribeiro, (sindicalizado APUB), Egil de Brito Sá (sindicalizado ADUFPI), Maurício Wiering Pinto Telles (sindicalizado ADURN), José Pereira Sobrinho, Natália Ayres, Pedro Santos (sindicalizado(a)s da SINDUECE), Marcel Lima Cunha e Niágara Vieira Soares Cunha (sindicalizado(a)s da SINDIUIVA)

PREPARAR A RESISTÊNCIA À OFENSIVA CONSERVADORA E AO AJUSTE FISCAL DE TEMER!

TEXTO DE APOIO

O impeachment de Dilma Rousseff foi um golpe parlamentar judiciário e midiático

Passado alguns meses do primeiro desfecho da crise política mais importante do Brasil ocorrido em décadas, já é possível confirmar aquilo que muitos diziam e que outros insistiam em não enxergar: na circunstância em que ocorreu o *impeachment* foi sim um golpe. É verdade que o PT e o PCdoB contribuíram decisivamente para o acontecido e que a ida de Dilma Rousseff ao Congresso no último ato de defesa de alguma forma legitimou o circo dos golpistas. Não é menos verdade que a CUT e o PT não moveram esforços para derrotar os golpistas e que depois ainda se aliaram ao PMDB, PSD e até mesmo ao PSDB e ao DEM em mais de 1600 cidades no país nas eleições municipais de outubro, mas isso não retira, de nenhuma maneira, o sentido do golpe que presenciamos e que tem a classe trabalhadora como principal vítima. O PT e Dilma foram derrubados por seus antigos aliados a partir de uma conspiração palaciana, que envolveu o vice-presidente Michel Temer e seu partido, além de outros partidos da base aliada, que se juntaram aos ataques da mídia ao apoio do judiciário para garantir as duas coisas que o PT não era mais capaz de proporcionar às classes dominantes: a paz social e as reformas que permitissem o país sair da crise, sem que se mexesse nos ganhos substanciais do andar de cima.

No Brasil, a crise econômica que finalmente chegou em 2014, após o tumultuado e tempestuoso ano das Jornadas de Junho e de uma onda de greves recordes em mais de 30 anos, encontrou um governo imobilizado e incapacitado de responder à pressão dos movimentos sociais que vinham demonstrando a incapacidade de conter a onda de indignação e revolta frente as expectativas que não se tinham concretizado. Por efeito dessa insatisfação crescente, ainda antes da eleição mais polarizada de nossa história, que obrigou os marqueteiros da presidente virarem à esquerda em sua estratégia eleitoralista, enquanto Dilma gozava de prestígio e popularidade, explodiu a revolta popular de junho de 2013. Neste mesmo ano, o DIEESE registrou a ocorrência de 2050 greves, confirmando a tendência crescente verificada nos anos anteriores, quando a curva de paralisações havia voltado a crescer.

Passadas as eleições de 2014 e toda a onda das peças publicitárias do “Dilma, muda mais” e do “Dilma, coração valente”, o governo disse, definitivamente, para quem pretendia governar. Abandonando as políticas econômicas anticíclicas, o segundo mandato petista imediatamente nomeou representantes dos três principais setores de sustentação ao projeto de conciliação de classes encampado pelo PT. Com efeito, Joaquim Levy, alto executivo do Bradesco, foi convidado para dirigir a pasta da Fazenda, enquanto o senador Armando Monteiro, do PTB-PE, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), foi designado para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a ex-presidente da bancada ruralista Kátia Abreu, então deputada do PMDB-TO, tornou-se ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ao lado da crise econômica e do rescaldo de uma eleição bastante polarizada, o aprofundamento das investigações da operação Lava-Jato, desencadeada em março de 2014, selou os destinos do governo petista, como um governo de frente popular. Em função do recuo do preço das *commodities* provocado pela retração do mercado mundial e a desaceleração da China, o segundo parceiro comercial do Brasil, a crise econômica se aprofundou, fazendo o desemprego passar de dois dígitos e a inflação ameaçar a fugir do controle. A resposta do governo foram os cortes na educação e na saúde em 2015, cortes que levaram várias categorias e deflagrarem greves, inclusive os docentes, puxados pelo ANDES-SN, ao que o governo respondeu com promessas de ainda mais cortes e austeridade, que se expressaram na aprovação das MP 664 e 665, que mexiam nas regras do seguro desemprego, do seguro defeso e na pensão das viúvas. Por fim, ainda não satisfeitos com o arrocho, o governo petista acenou com propostas de reforma previdenciária e trabalhista, mas já era tarde. A sucessão de escândalos revelados quase que diariamente por uma mídia corporativa cada vez mais empenhada em desestabilizar o governo, alimentada por um judiciário que cumpriu como nunca sua posição de classe, e ainda manifestações lideradas por movimentos de uma nova direita cada vez mais raivosa e agressiva, que ganharam as ruas a partir do domingo em 15 de março de 2015, selaram o destino do governo. Por extensão, os movimentos sociais que eram seus aliados e que só conseguiram desencadear respostas reativas às manifestações das direitas e em defesa do governo, sendo todas elas bem menores do que as das direitas, também sucumbiram à derrota do projeto de conciliação de classes do petismo. Afinal, nos marcos do governo de frente popular é mais provável que, ao final de um período ocorra a afirmação do polo da direita, a partir do momento em que o polo oriundo dos trabalhadores precisa abandonar o projeto da esquerda para estruturar a frente popular.

A maior parte da classe trabalhadora não esteve presente nos atos capitaneados pela direita, mas também não se colocou na defesa de um governo que não reconhecia como seu, tantos foram os ataques perpetrados por Dilma.

Ante a esta situação, duas posições pela esquerda foram se definindo: uma primeira mais diretamente defensiva, liderada pela Frente Povo sem Medo e pela Frente Brasil Popular, essa última de clara conotação eleitoralista e ainda disposta a reeditar o projeto de conciliação do PT e do PCdoB, e uma segunda posição bastante minoritária, expressa no Espaço Unidade de Ação, capitaneada pelos setores de oposição de esquerda ao petismo e que, apesar dos êxitos iniciais como o dia 18 de setembro de 2015, foi perdendo espaço em função do crescimento do sectarismo e de uma espécie de ultimatismo que se assomou quando a posição pelo Fora Todos foi defendida pelo PSTU, a principal força que animava o Espaço. Todavia, a tarefa de construção de um terceiro campo que enfrente os ataques vindos pela direita sem se render ao petismo continua na ordem do dia. É preciso dar novo fôlego ao Espaço Unidade de Ação e fazer dele uma ferramenta a serviço da construção da unidade na luta contra o governo Temer.

É preciso enfatizar que o impeachment de Dilma representa uma derrota não porque seu governo tenha apresentado avanços significativos à classe trabalhadora – que não apresentou – mas porque caiu pelas mãos da burguesia, enfurecida por não ver em seu governo a mesma agilidade em executar a retirada de direitos que foi possível fazer nos outros governos petistas. Tivesse Dilma caído pela mobilização dos trabalhadores em resposta aos ataques e tivesse a

classe sido capaz de construir uma alternativa que não resultasse em Temer no poder seríamos favoráveis à sua deposição. Como não se trata disso, o correto teria sido se posicionar contrariamente ao impeachment. Nesse sentido, é possível fazer críticas à forma com que o ANDES-SN tratou o tema. Corretamente, o posicionamento do Sindicato frente ao tema foi aprovado no congresso da categoria. Assim, em janeiro de 2016 foi deliberado combater “o ajuste fiscal do governo em todas as suas formas e a ofensiva da direita sob a forma do impeachment.”. Ao final de julho, no CONAD, foi decidido “Posicionar-se pelo Fora Temer, contra o ajuste fiscal e a retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e corte nas políticas sociais”. O problema está que, entre janeiro e junho, a conjuntura exigiu respostas imediatas que não foram dadas. O impeachment, inicialmente um cenário pouco provável, foi ganhando materialidade e não se respondeu de acordo porque não havia nada previsto nas resoluções do Congresso. Necessitava-se de outra metodologia de trabalho, semelhante à que vem sendo adotada atualmente para a construção da greve docente: reuniões conjuntas dos Setores das IFES e das IEES/IMES. Não haveria problema algum em reconhecer que a política adotada precisava ser corrigida e a base deveria ter sido consultada para ajudar a corrigi-la.

A burguesia se aproveita da crise econômica para retirar direitos

A taxa de desemprego no Brasil chegou a 11,8% no terceiro trimestre de 2016, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE. Trata-se do maior patamar registrado pela série histórica do instituto (PNAD Contínua), iniciada em 2012. A renda média real foi de R\$ 2.015,00 no terceiro trimestre, registrando-se uma queda de 2,1% em relação ao mesmo período de 2015. Em um ano, o Brasil perdeu 1,306 milhão de vagas com carteira assinada. Por consequência, houve uma redução de 3,7% no total de trabalhadores formais no setor privado no trimestre concluído em setembro. A população ocupada, por sua vez, encolheu 2,4% com o fechamento de 2,255 milhões de postos de trabalho.

A burguesia, Temer e a grande imprensa fazem o discurso de que a causa da recessão econômica em que o país se encontra é a corrupção (com a incrível narrativa de que só existiu durante os governos petistas) e pelo descontrole dos gastos governamentais. Tentam com isso criar uma legitimidade para a PEC 241/16 (agora PEC 55/16), que congela durante 20 anos os investimentos nas áreas sociais. É preciso assinalar que o mesmo espírito já estava presente no PLP 257/16 encaminhado por Dilma ao Congresso. A PEC 55/16 vai além dos cortes orçamentários já iniciados por Dilma em 2015: representa uma reconfiguração do Estado Brasileiro.

Há no horizonte um grande pacote de reformas: da educação, previdência, trabalhista, que já está quase pronta e agrária, está em fase de elaboração. Com isso, adentramos numa nova etapa das implementar as políticas neoliberais. Distintamente das que se desenvolveram ao longo do governo petista à frente, como lógica de uma relação entre ações do estado com as do mercado, na disputa do fundo público, com Temer a lógica é da expressão máxima do neoliberalismo: reduzir direitos, privatizar onde for possível, ampliar as isenções fiscais ao capital produtivo e financeiro, conter greves e mobilizações, e isso ocorrerá com diversas medidas de reformas em nível constitucional.

Com ampla maioria parlamentar e sem necessidade de zelar por sua popularidade, a rapidez com que Temer avança sobre a classe trabalhadora é impressionante e tem deixado o sindicalismo tradicional atordado. Depois de anos de compromisso com a governabilidade petista, CUT e CTB não conseguem mais mover as massas para organizar a resistência. Além disso, a necessidade de pavimentar o retorno de Lula em 2018 faz com que não possam levar às últimas consequências a defesa dos trabalhadores. Prova disso foi o descompasso para construir a greve geral, que não saiu em outubro.

Temer tem a seu favor um Judiciário leal aos interesses da burguesia. A decisão do STF de autorizar o corte de ponto de servidores em greve, mesmo antes de a greve ser julgada ilegal, é apenas mais um exemplo. A seletividade da operação Lava Jato é outro. É grave que grande

parte da população tenha ilusões a respeito do Judiciário, único poder imune ao voto popular. A elevação do juiz Sérgio Moro à categoria de “herói nacional” é perigosa: apesar de revelar um descontentamento com a velha política, representa a crença em uma saída por cima.

As eleições confirmaram a virada à direita

As eleições municipais de 2016 consolidaram o triunfo da direita tradicional nas eleições municipais de 2016. Trata-se, portanto, de um inegável avanço político das forças conservadoras. Os partidos que hoje formam a base do governo Michel Temer (PMDB) e que sustentaram o impeachment de Dilma Rousseff (PT) vão comandar 81% do eleitorado do País. Ao todo, os partidos da base de Temer elegeram 4.446 prefeitos, de um total 5.561 municípios. O principal vencedor: o PSDB. Os candidatos do PSDB vão comandar municípios que abrigam 23,9% do eleitorado. Em 2012, a porcentagem do eleitorado governada pelo PSDB era de 13,1%. Em nível nacional, a parcela do eleitorado governada pelo PT desabou de 19,9% para 2,9%. Num contexto de avanço das forças da direita, o resultado do PSOL, ainda que modesto, foi inegavelmente vitorioso. O resultado do PSOL está longe de representar a superação do PT por uma nova alternativa de esquerda enraizada na classe trabalhadora. Nesse sentido, a ruptura com o programa de conciliação de classes, a retomada do projeto socialista e a prioridade da mobilização e organização da classe trabalhadora são decisivos. Alianças do PSOL com partidos burgueses, como ocorreu em Belém, por exemplo, vão na contramão da necessidade de aprender com os erros do PT.

Em suma, a primeira eleição realizada após o golpe parlamentar-judiciário-midiático ocorrido no Brasil com o *impeachment*, confirmou a mudança na situação política aberta em 2013. O Brasil virou à direita em 2016 e um sintoma disso é que a unificação das várias frações burguesas que permaneceram divididas nos governos petistas coloca a ofensiva contra a classe trabalhadora num patamar até então desconhecido pelas novas gerações. A burguesia avança sobre os nossos direitos, mas não apenas sobre eles: há também uma ofensiva ideológica no terreno comportamental que denota que as expectativas de conquistas dos setores oprimidos poderão retroagir em décadas, caso não sejamos capazes de barrar projetos como os inspirados no movimento Escola sem Partido e a reforma do ensino médio.

Apesar das derrotas, a juventude aponta o caminho

O significado dessa nova situação é que não será possível resistir se não formos capazes de aprender com as lições de uma derrota de dimensões históricas, derrota esta provocada pela falência do projeto de conciliação de classes levado adiante pelo PT e pelo lulismo. Por conta disso, aquilo que nas mãos dos governos petistas aparecia sob o manto da necessária e permanente repactuação com os setores governistas dos movimentos sociais, agora se reveste de ofensiva pura e simples da burguesia. Livre do peso morto do seu operador político, tornado incapaz de garantir a paz social desde as Jornadas de Junho de 2013, a burguesia deverá apostar que o remédio amargo tem que ser introduzido de uma vez, através das reformas trabalhista e previdenciária e da citada reforma do ensino médio.

Não foi possível avaliar, nesse texto, o significado da eleição de Donald Trump nos EUA e do BREXIT. No Brasil, a FASUBRA se encontra em greve, o SINASEFE aprovou o indicativo de greve em sua plenária e o ANDES-SN consulta as bases para entrar em uma greve docente. Finalizamos esse texto ainda sob o impacto do dia nacional de lutas, mobilizações e paralisações, 11 de novembro, um dia nacional de luta com paralisações, bloqueios de estradas federais e avenidas e atos públicos em dezenas de cidades do país. O setor mais dinâmico foi o de estudantes secundaristas e universitários, servidores e professores das universidades ocupadas. Contudo, tivemos poucas paralisações no centro da produção industrial do país e na classe trabalhadora de conjunto o que é muito insuficiente ainda para chegarmos perto da possibilidade de uma greve geral no país. Daqui até a data de realização do próximo congresso do ANDES-SN, a PEC 55 poderá ou não ter sido aprovada, bem como a reforma da Previdência. Dada a maioria que dispõe o Congresso, é bastante provável que Temer consiga

alcançar seus objetivos, a única possibilidade de reversão é a capacidade de mobilização de estudantes e trabalhadores. Para tanto, é preciso construir a resistência à ofensiva conservadora e ao ajuste fiscal de Temer e apontar a necessidade da greve geral para unificar as lutas em curso no País.

TEXTO 7

Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Eduardo Oliveira, David Romão, Karina Cordeiro, Ana Cristina Givigi, Gleide Sacramento Silva, Tarcisio Cordeiro, Givanildo Bezerra de Oliveira, Fátima Aparecida Silva, Nilton C. Silva – Sindicalizado(a)s da APUR Seção Sindical

AS POSIÇÕES POLÍTICAS DA DIRETORIA DO ANDES/CSP DIANTE DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UMA CAPITULAÇÃO HISTÓRICA AO GOLPE DA DIREITA

TEXTO DE APOIO

Os resultados completamente conservadores da política ultraesquerdista de negar a existência do golpe e, conseqüentemente, da necessidade da luta política contra a direita golpista por parte da diretoria do Sindicato dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) não é apenas um erro político, mas representa a completa falência teórica e política dos setores que dirige a entidade.

No confronto entre o governo Dilma e os golpistas da direita reacionária, a diretoria do ANDES-SN, jogando no lixo a história de um sindicato que surgiu da luta contra a ditadura militar, resolveu, à revelia da sua base, adotar a política golpista do PSTU/CSP de “construção do Fora Todos”, uma maneira tínha de defender o golpe.

No congresso do ANDES-SN, a diretoria, de maneira antidemocrática, sustou qualquer discussão política sobre a conjuntura nacional e se negou a lutar contra o golpe, e até mesmo de aprovar uma resolução vaga de defesa da democracia.

É importante assinalar que a diretoria do ANDES-SN durante toda a crise política se recusou terminantemente a fazer até mesmo um debate sobre a situação política, afirmando que “não existe golpe” e que “são todos iguais”, que as ações reacionárias da direita não devem ser combatidas, pois é uma disputa interburguesa entre “governistas” e a oposição de direita, e que o eixo do sindicato dever ser a defesa abstrata da “educação pública”.

A diretoria do ANDES-SN levou o sindicato nacional para uma política de apoio escamoteado aos golpistas. Participou dos atos da mentira (1 de abril e 1 de maio 2016) junto com outros setores do “espaço da unidade da ação”, que tem como eixo a política disfarçada do PSTU de “Fora todos” com o eufemismo do “contra todos”, já é uma evidência por si mesmo. É importante assinalar que o “Fora todos”, quando somente o governo Dilma estava na berlinda, é mais um “aplique” do PSTU/CSP e dos pseudos ultraradicais para fazer o jogo da direita, e ainda usando da fachada cínica que somente o terceiro campo é de esquerda, que deveríamos combater os “governistas”, ou seja, nenhuma frente prática contra a direita, em nome de uma imaginária “pureza radical”.

A negação do golpe é um serviço inestimável da diretoria do Andes/ CSP à direita golpista A linha central da avaliação de qualquer conjuntura é a conclusão já previamente estabelecida de que a diretoria do ANDES e a CSP Conlutas são os únicos “revolucionários” ou pelo menos os “verdadeiros combativos”. O objetivo central da luta contra o “governismo” foi a busca

frenética pelo “terceiro campo” para inviabilizar a todo custo a possibilidade de unidade das forças políticas populares contra a direita e seu golpe reacionário.

O complemento dessa política é a afirmação de que “todos são iguais”, o “PT= direita”, “não existe polarização política na crise política”, o “golpe já foi dado por Dilma” e que “não existe golpe algum, apenas manobras dentro das regras do jogo burguês” e os “trabalhadores não devem se meter nessas brigas”.

O discurso da diretoria do ANDES sobre a luta contra o “governismo” durante muito tempo amedrontou muita gente, os rompantes radicais da esquerda pequeno burguesa intimidavam, em especial a “defesa da independência diante dos governos e partidos”. A luta contra o “governismo” sempre foi uma política despolarizada da esquerda burguesa, que substituiu a luta contra a política da frente popular, marcada por contradições, pelo tranquilo e inoperante discurso semianarquista do PSTU.

A política de colaboração de classe do governo da Frente Popular nunca foi enfrentada pela diretoria do ANDES, pois nunca foi realizado um movimento real nas bases. A denúncia do “governismo” sempre foi um perfeito alibi para a própria política de paralisia dos grupos da esquerda burguesa que controlam o sindicato através de vários expedientes. O modelo de fachada anarquista da “luta contra o governismo” da diretoria do ANDES servia para reforçar a visão de que era “combativa” e de “esquerda” durante os governos da Frente Popular, impulsionando inclusive a aventura sectária de rompimento com a “governista” CUT que, infelizmente, o ANDES embarcou.

Na ilha da fantasia da diretoria do ANDES não existe direita, nem contradições entre as classes sociais. Assim, o golpe era uma invenção dos “governistas”, que o processo de impeachment “não iria acontecer”, pois o PT e o governo realizava o “ajuste fiscal”. Enquanto o Brasil e o mundo discutiam a crise brasileira e a polarização política entre os “coxinhas” e o PT, a diretoria do ANDES negava de pé junto que existia polarização e mesmo que aconteceria o impeachment. (Isso em fevereiro de 2016, quando o processo formal já estava aberto por Eduardo Cunha e todas as engrenagens golpistas estavam em movimento).

Essa negação dos fatos e total falta de previsibilidade pela lógica binária da diretoria do ANDES somente evidencia que essa política não é combativa, como é, inclusive, completamente furada, na medida em que não tem nenhum valor explicativo, e somente serve para, de maneira obtusa, tentar toscamente esconder o golpe de estado no Brasil.

Assim, a proposta apresentada pela diretoria no 61º Conad e aprovada por um “Fora Temer” que aceita a saída de Dilma pelo impeachment (apresentado como mera manobra parlamentar) e nenhuma hipótese a defesa do “volta querida”, usando o mesmo chavão machista da direita reacionária é um exemplo como a defesa do “Fora Temer” não significou a luta contra o golpe, mas a manutenção da mesma política de aliança com a direita. O mais grave foi a posição defendida pela diretoria do ANDES no 61º Conad sobre o impeachment, quando levaram ao extremo a posição sectária e pró- golpista, quando o sindicato nacional não aprovou a luta contra o impeachment. O que isso significou?

A política do consórcio de grupos ultraesquerdista que dirige o ANDES-SN conduziu o nosso sindicato para um total afastamento da luta contra os golpistas. Essa política da diretoria do ANDES-SN é, sem dúvida, classista, ou seja, defende os interesses da burguesia golpista. A direção do ANDES seguindo a CST/PSTU está liquidando o sindicato nacional como instrumento de luta, é preciso uma ampla mobilização nas bases para recuperar o ANDES como entidade em defesa dos trabalhadores.

TEXTO 8

Contribuição do(a)s professore(a)s Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP); Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Maíra Tavares Mendes (ADUSC), Marcela Rufato (ADUNIFAL) Janaina Bilate (ADUNIRIO), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR); Caetano de Carli (ADUFERPE); Vicente Neves Ribeiro (SINDUFFS); Juliano Nicklevicz Teixeira (ADUFRJ);

UNIDADE NA DIVERSIDADE E UNIDADE DE AÇÃO: OS DESAFIOS DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA E O MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Sem dúvida alguma vivemos tempos bastante complexos. Desde o início da crise de 2008, a aceleração dos acontecimentos políticos tem sido marca destes novos tempos, com rebatimentos econômicos que aviltam cada vez mais a classe trabalhadora. É muito importante o exercício da análise destes processos para melhor intervirmos coletivamente no intuito de transformar a realidade. Por esta razão, pensar na realidade política que vivemos como docentes de universidades exige não apenas compreender a realidade brasileira, mas pensar na totalidade do sistema-mundo em que estamos inseridos, bem como de que forma nossas ações interferem neste mesmo sistema, tanto no que diz respeito a produção material, quanto à nossa atuação na práxis.

A atual conjuntura internacional é bastante desafiadora. Enquanto escrevemos este texto, recém tivemos a péssima notícia da eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos. Este acontecimento exige de nós uma análise que não caia em dois tipos de simplismo: o primeiro seria o de pensar que isto não nos toca, que tudo que ocorre em terras do Tio Sam é da conta do imperialismo e que “quanto pior para eles, melhor para nós, latinoamericanos”. Nada seria mais enganoso, tanto porque em termos geopolíticos os EUA ainda tem enorme influência especialmente sobre a América Latina, quanto pelo fato de que há muitos movimentos com potencial explosivo vindo “dos debaixo”, e é importante apoiarmos estas iniciativas: lutas do movimento negro (como o Black Lives Matter), de jovens que participaram do movimento Occupy, assim como das milhares de pessoas que apoiaram a candidatura do autodeclarado socialista Bernie Sanders com um programa de reformas radicais (aumento do salário mínimo para 15 dólares por hora, gratuidade no acesso à universidade, controle do sistema financeiro, legalização das drogas e do aborto, para citar alguns).

O outro simplismo é o de acreditar que Hillary Clinton sintetizava o “progressismo” nas eleições, o que seria desconsiderar justamente o processo de disputa pela candidatura contra Bernie Sanders no interior do Partido Democrata. Foi Clinton quem teve os principais financiamentos de campanha vindos de Wall Street, e foi castigada nas urnas porque representava a cara do sistema político desse país. Sem dúvida, uma parte da vitória de Trump se deu em relação ao ressentimento de uma classe média branca conservadora e misógina, no entanto esta explicação não dá conta de tratar das mobilizações massivas e à esquerda que levaram milhares às ruas e animaram especialmente a juventude. Trump recebeu também o voto de quem não confiou em Clinton como alternativa, por isso o “voto-castigo”. E assim que foi anunciado como vencedor, secundaristas saíram espontaneamente às ruas mostrando que ele enfrentará muita resistência para implementar as medidas regressivas que propôs.

O outro simplismo é o de acreditar que Hillary Clinton sintetizava o “progressismo” nas eleições, o que seria desconsiderar justamente o processo de disputa pela candidatura contra Bernie Sanders no interior do Partido Democrata. Foi Clinton quem teve os principais financiamentos de campanha vindos de Wall Street, e foi castigada nas urnas porque

representava a cara do sistema político desse país. Sem dúvida, uma parte da vitória de Trump se deu em relação ao ressentimento de uma classe média branca conservadora e misógina. No entanto, esta explicação não dá conta de tratar das mobilizações massivas e à esquerda que levaram milhares às ruas e animaram especialmente a juventude. Trump recebeu também o voto de quem não confiou em Clinton como alternativa, por isso o “voto-castigo”. E assim que foi anunciado como vencedor, secundaristas saíram espontaneamente às ruas mostrando que ele enfrentará muita resistência para implementar as medidas regressivas que propôs.

O exemplo dos EUA é possivelmente a ilustração mais realista para o momento de polarização política aberto a partir da crise de 2008. Vivemos um momento de impasse global, quando as saídas políticas apresentadas anteriormente entre moderados de esquerda e moderados de direita são rechaçadas. Ao mesmo tempo em que o capitalismo enquanto sistema encontra questionamentos cada vez mais profundos. Existe uma grande dificuldade de apresentar uma alternativa possível, em virtude da traumática experiência autoritária do socialismo real, assim como de experiências de governos de esquerda que tiveram como estratégia central a conquista do Estado ao mesmo tempo em que abandonavam a mobilização de massas (socialdemocracia).

Se olharmos apenas para os desdobramentos eleitorais de setores declaradamente de direita, teríamos a impressão de um avanço conservador unilateral. Ainda que de fato tenha havido um crescimento de setores profascistas, não podemos nos esquecer que tem havido mobilizações multitudinárias em diversos países que têm emplacado palavras de ordem como “Democracia Real Já” e “Somos os 99%”, ou seja, que têm potencial anticapitalista. Assim, neste momento de polarização, crescem em importância as pautas democráticas, em especial as protagonizadas pela juventude (como as diversas ocupações de praças, escolas e universidades), pelas mulheres (a exemplo da greve das mulheres na Polônia, das Marchas Ni Una A Menos na Argentina e Chile e a Primavera das Mulheres no Brasil), e pelo movimento negro (Black Lives Matter). Isto coloca um desafio ainda maior ao movimento sindical, que tem tido dificuldade de responder a estes novos desafios a contento.

Se observarmos o referendo relativo à permanência da Grã-Bretanha na União Europeia, o Brexit, podemos verificar o mesmo tipo de polarização. A falência da União Europeia em apresentar algo melhor aos trabalhadores do que mais políticas de austeridade, cortes, retiradas de direitos fez com que a posição do “não” ao Brexit fosse derrotada (à exceção da Escócia), muitas vezes com setores trabalhadores votando pela saída. Quem se beneficiou com a campanha do “sim” foram muitas vezes setores conservadores e xenófobos, mais do que setores de esquerda críticos à União Europeia (“Lexit”). No entanto este rechaço nas urnas reflete o alto preço pago por uma política de integração que depende de medidas de austeridade.

É importante acompanharmos o desenvolvimento de novas experiências em andamento, tanto em seus acertos quanto em seus vacilos. Com seus avanços e recuos, têm desafiado o pensamento único das políticas de austeridade. É o caso do Podemos na Espanha, que tem desafiado o bipartidarismo falido do PP e do PSOE; do amplo apoio conquistado no interior do Labor Party inglês por Jeremy Corbyn, sustentado por um amplo apoio de juventude que o permitiu evitar um golpe da ala mais direitista do partido (ligada a Tony Blair); do Bloco de Esquerda de Portugal, do processo grego com seus avanços e recuos, dentre outros. Discordamos dos setores mais sectários que caracterizam estes movimentos como inimigos de classe porque não são declaradamente revolucionários (“neoreformistas”); defendemos que é preciso intervir nestes processos com no intuito de evitar que rumem para situações de capitulação e que possam servir de referência a partir de uma relação de pressão “dos de baixo”, o que não significa uma postura de “cheque em branco” a nenhum deles.

Também é fundamental pensarmos na situação de nossa Latinoamérica. Na década passada tivemos um processo bastante progressivo que foi o bolivarianismo. Países como Venezuela, Bolívia e Equador desenvolveram processos nacionalistas radicais que tinham algum grau de independência no cenário mundial; e que de alguma forma foram estancados na região até mesmo pelo dique de contenção desempenhado pelo Brasil. O chavismo deteriorou sem Chavez, e se antes já existia um processo intenso de deterioração dos avanços na criação de

poder popular por conta do grande espaço que a burguesia de renda petroleira (boliburguesia) com grandes cargos no Estado foi tomando neste processo. Hoje chegamos a um estágio com Maduro em que o estancamento das possibilidades de avanços democráticos se configura numa polarização em que a oposição de direita, que havia patrocinado o golpe em 2012, se apresenta como alternativa a parcelas que estiveram em defesa de Chávez, muitas delas defendendo a possibilidade de um referendo revogatório, o que o governo tenta estancar a todo custo.

O estancamento desta experiência parece ser indício de que “tudo que não avança, retrocede”, colocando a necessidade de combinar a ação de movimentos a dinâmicas capazes de fomentar alternativas políticas. Ao falharmos neste intento, políticas conservadoras conseguem se apresentar até mesmo para o povo pobre e trabalhador como alternativas mais críveis do que uma esquerda que não consegue superar os erros dos tempos de Guerra Fria.

O que tudo isto tem que ver com o Brasil?

O esgotamento do sistema político tem se expressado no Brasil de forma contundente. O conjunto de forças políticas forjadas do período da Constituinte de 1988 está profundamente combalido, junto com o presidencialismo de coalizão. Estamos vivendo o fim do ciclo petista iniciado 13 anos atrás, fim esse que começou a ser desenhado com as manifestações de rua em junho de 2013.

Enquanto o PT foi útil para o mercado financeiro, o latifúndio, empreiteiras e grandes empresários, foi saudado como o melhor gestor do capitalismo brasileiro. O momento de estabilidade econômica e a capacidade de contenção dos movimentos sociais lhe permitiram medidas pontuais que representaram alguns avanços em relação aos tempos de neoliberalismo duro de FHC. No entanto para as gerações mais novas, este governo já representava a integração à casta política, aos acordos com partidos da ordem, à escandalosa farra de dinheiro público da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.

O aumento do custo de vida, aliado à deterioração dos serviços públicos encontrou seu ápice no aumento das passagens de ônibus em 2013, desatando em várias cidades manifestações de milhares, e no caso do Rio de Janeiro, milhões. Foi um movimento muito massivo e com muitas características espontâneas, grande peso de juventude, sem uma direção clara, ainda que com um objetivo determinado: barrar o aumento da passagem. As mobilizações foram reprimidas durante inclusive com apoio do governo federal. Ainda assim, a solidariedade só fez se espalhar nos mais diversos rincões do país. Foi simbólico que de Paris Haddad e Alckmin juntos tenham chamado de vândalos aqueles que ficaram conhecidos por pela palavra de ordem “não é só por 20 centavos”. A persistência do movimento deixou a lição de que a mobilização massiva nas ruas é capaz de conquistar vitórias. Também foi a primeira vez que um movimento massivo não contou com a direção do PT, mostrando as suas limitações para conter os movimentos sociais e por isso mesmo, tornando-o menos útil à classe dominante brasileira.

A integração do PT à casta política, abrigando as raposas do PMDB no governo, teve um alto custo para todo o país, especialmente para a esquerda. Com as revelações da Lava Jato, ainda que a operação também tenha implicado o PSDB e todos os partidos no Congresso com exceção do PSOL, houve uma reiteração por meio da mídia da idéia de que ser de esquerda é o mesmo que ser corrupto.

O fato é que o governo Dilma, que sempre foi muito solícito com os bancos e bastante ortodoxo na economia, a despeito de suas políticas mitigatórias, não conseguiu realizar as medidas de ajuste na velocidade exigida pelo mercado em crise. Se antes ela muito agradou estes setores, agora eles passaram a preferir um governo que fosse filho legítimo da burguesia brasileira.

O processo de impeachment operado por Eduardo Cunha em conjunto com seu partido, o PMDB, foi por muitas vezes comparado ao golpe militar de 1964. Ainda que a tentativa de fechamento de algumas liberdades tenha se dado de maneira mais explícita pelos setores que historicamente dominaram o país e seus partidos (PMDB, PSDB, etc), acreditamos que estamos numa situação em que há grandes medições de forças, em que muitas vezes os movimentos

impõem recuos ao governo eleito. Contudo não se pode baixar a guarda, pois a virulência dos ataques à classe trabalhadora, ao povo pobre, e aos grupos oprimidos procura os flancos abertos para se instalar. Portanto, considerados neste termos, o impeachment foi sim um golpe contra estes setores, mas não um golpe no mesmo sentido que o golpe militar, e sim um golpe realizado nos palácios do poder, depondo uma presidenta eleita por meio de uma manobra jurídica alicerçada num Congresso extremamente conservador.

O grande problema é que os setores desalojados do governo anterior parecem ter dado mais peso à disputa da narrativa se era golpe ou não, do que na sua efetiva capacidade de combatê-lo. Após anos governando distante dos movimentos sociais e por muitas vezes contra eles, apostando na lógica da governabilidade em oposição à mobilização, quando foram buscar novamente suas bases, viram-se sem o apoio necessário para impedir sua queda.

De outro lado, inúmeras manifestações legítimas contra o retrocesso representado por Temer varreram o país. Entretanto sem o apoio decisivo das organizações sindicais, que num momento de tal gravidade assistiram a conjuntura passar pela TV: a CUT e a CTB sem coragem de mobilizar por uma greve geral e desacreditadas por suas bases; a CSP Conlutas por uma linha inconsequente de igualar Dilma, Temer e Cunha. Quanto mais o movimento Fora Temer se vinculou ao Fica Dilma, menos capacidade teve de evitar o impeachment, que se concretizou após a votação do Senado.

Estamos atualmente frente a um endurecimento do regime em relação a nossos direitos, e lutar é nossa única opção. Se até o processo eleitoral de outubro houve algum constrangimento do Congresso em votar medidas impopulares, agora eles aceleram o ritmo dos pacotes de maldades. Ninguém fez campanha defendendo ajuste fiscal, pois sabem que não se ganha eleição defendendo isto. No entanto as figuras mais identificadas com a casta política e especialmente com o PT foram muito mal nas eleições. Isso reverberou em toda a esquerda, fazendo com que setores da direita mais clássica, como o PSDB, fossem os grandes vitoriosos. Mas o nível de abstenções, que foram os verdadeiros ganhadores em muitas cidades, mostram que a necessidade de a esquerda repensar suas práticas é necessária e urgente, sob o risco de as alternativas de poder em momentos de crise caibam exclusivamente à direita. Por isto foi tão importante o papel cumprido por candidatos como Marcelo Freixo, Luciana Genro, Edmilson Rodrigues, Luiza Erundina e Raul Marcelo do PSOL, que a despeito do fechamento da lei eleitoral promovida por Eduardo Cunha, conseguiram construir um programa radicalmente democrático e apostar na mobilização como arma maior para mudar as cidades. Ainda que não tenham vencido as eleições, conseguiram demarcar um espaço e uma forma de fazer política capaz de produzir novas sínteses para reinventar o que é ser de esquerda após a experiência falida do ciclo petista.

É preciso lembrar, entretanto, que apesar da virulência dos ataques do governo ilegítimo de Temer, não é um governo forte, e sim um governo tampão que também sofre grandes pressões internas e externas. Sua manutenção como “mandato-tampão” depende de dois fatores: a capacidade de implementar com rapidez o ajuste fiscal demandado pelo mercado e ao mesmo tempo de abafar a Lava Jato e as relações escusas das empreiteiras com os partidos da ordem. A delação de Cunha (que chamou Lula e Temer como testemunhas de defesa) e da Odebrecht são elementos surpresa que podem desestabilizar o já frágil equilíbrio do governo, e que justamente por isso são a maior preocupação de Temer e seus asseclas.

As pressões externas tem vindo de diversos vetores. O primeiro setor que protagonizou ações intensas, ainda contra Cunha, foi o movimento conhecido por Primavera das Mulheres, que conseguiu articular mobilizações em diversos locais do país contra os retrocessos em relação à saúde reprodutiva, ao mesmo tempo em que colocou em xeque a própria credibilidade do ex-presidente da Câmara, hoje preso por corrupção. Também é o caso da Marcha das Mulheres Negras ocorrida em Brasília, que foi duramente reprimida. A mobilização das mulheres foi um ponto decisivo para colocar a opinião pública contra Cunha, ao mesmo tempo em que pautou uma série de outras violências sofridas pelas mulheres.

Além do levante das mulheres no final de 2015, a luta dos estudantes secundaristas contra o fechamento de escolas propostas por Alckmin se espalhou como rastilho de pólvora por todo o Brasil. Foram centenas de escolas, inaugurando entre estudantes muito jovens um método autoorganizado e sem as amarras burocráticas dos velhos aparatos, que eram muitas vezes rechaçados nas ocupações. Alckmin foi obrigado a retroceder, ao mesmo tempo em que estados como Rio de Janeiro e Goiás também aderiram ao movimento. Esta primeira experiência ficou marcada e atualmente se transformou na principal arma contra a PEC 55 (antiga PEC 241), contra a Reforma do Ensino Médio proposta por meio de Medida Provisória e com conteúdo regressivo, bem como contrária ao Escola Sem Partido. O número de escolas ocupadas não para de crescer, tendo ultrapassado as duas mil instituições de ensino e também chegando a quase 200 universidades.

Movimento sindical na encruzilhada: nem sectarismo nem burocracia!

As ocupações foram o elemento mais dinâmico da conjuntura nestes 6 meses de governo Temer, e o movimento sindical entrou em cena apenas um tempo depois, a partir da defesa das paralisações em 11 e 25 de novembro. No entanto a desarticulação entre as centrais e o aparatismo tem sido fortemente questionados na base docente, que está legitimamente preocupada com o futuro das universidades na atual conjuntura. Setores que antes não estavam se mobilizando passaram a se dinamizar e cobrar mais das direções sindicais, o que é um movimento progressivo. A postura da direção do Andes de defender a importância de jogar peso em ambas as datas de paralisação, a despeito do divisionismo entre CUT e CTB de um lado e CSP Conlutas do outro foi muito importante, ainda mais num momento em que a base tem cobrado, com razão, a demora no posicionamento do sindicato acerca do impeachment.

Por outro lado também tem ocorrido um retorno de setores com dinâmica aparelhista a partir de sua conversão em oposição ao governo federal. Na luta contra as medidas do governo Temer não prescindiremos de ninguém e a unidade é uma necessidade, porém é preciso destacar que não será através de manobras, do aparelhismo, da tentativa de silenciar o conjunto de vozes do movimento docente que conseguiremos derrotar estas medidas. Não retrocederemos aos erros que levaram ao sindicalismo vendido a migalhas tão ao sabor das velhas direções. O movimento docente está pulsante e deve responder aos novos desafios que surgem com formas cada vez mais democráticas e plurais.

As medidas patrocinadas pelo governo do PT de ataque às universidades públicas e fomento à educação privada conviveram com uma grande mudança do perfil das universidades, tanto de seu corpo docente como discente. A precarização do trabalho por meio da redução de concursos, contratações de terceirizados, ou contratos precários de professores substitutos, visitantes, bolsistas e horistas teve dificuldade de encontrar no movimento sindical a defesa de seus direitos como trabalhadores. O fato é que a universidade foi se modificando a ponto de o projeto defendido de uma educação unitária (no sentido Gramsciano, do direito integral à educação universitária para todos e todas) ficar cada vez mais distante.

Certamente um novo desafio para o movimento sindical atual é dar respostas às necessidades dos professores temporários (Substitutos, EAD, horistas) que devido à falta de perspectiva de concursos ou à espera deles, acabam por possuir vários vínculos empregatícios e pouco enraizamento nas Universidades. As condições de trabalho não são nem próximas das condições dos professores que são efetivos. Caso a Universidade tenha que realizar algum corte, serão estes trabalhadores os mais afetados. E muitos já possuem sua subjetividade preparada para situação objetiva da incerteza que prioriza o tempo para a busca de novos contratos precarizados em detrimento da possibilidade de realizar pesquisa e extensão. Nesse cenário de ajustes fiscais e cortes de direitos aliados a um conservadorismo que tem encontrado legitimidade, situações como assédio moral, racismo, machismo e LGBTfobia são recorrentes com trabalhadores temporários. Sendo assim, muitas vezes as necessidades dos temporários são diluídas em pautas gerais como de orçamento e reivindicação de concurso, quando as lutas democráticas têm se apresentado como pautas importantes de serem encampadas no sindicalismo como elemento imediato na vida do professor temporário que, na maioria são jovens mestres e doutores que não

enxergam no sindicalismo atual, lugar para lutar contra sua situação vulnerável no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Com isso reinventar a forma de fazer movimento, garantindo o espaço para a manifestação de nossa diversa categoria, dos quais os setores com vínculos precários são os mais atacados, é uma necessidade. Garantir a expressão das pautas democráticas e identitárias, ao mesmo tempo em que se mantém a tradição de lutas do Andes-SN pode gerar novas sínteses e agregar essa base docente que até então não havia se sentido representada pelo sindicalismo. A presença de mais mulheres, a importância de aprofundar o debate sobre antirracismo, sobre LGBTfobia são alguns destes elementos que podem colocar nosso sindicato à altura dos desafios da atual conjuntura.

TEXTO 9

Contribuição do(a)s professo(a)re(a)s Lucinéia Scremin Martins, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical

INTENSIFICAÇÃO DAS CONTRARREFORMAS DO GOVERNO GOLPISTA E CONSTRUÇÃO DA UNIDADE CLASSISTA PARA ESSE ENFRENTAMENTO

TEXTO DE APOIO

Desde a ascensão do modo de produção capitalista é possível identificarmos, nos diferentes momentos do seu desenvolvimento, as crises como elemento inerente e dinamizador desse sistema. O período atual é marcado pela eclosão da crise estrutural do capital, a partir do início dos anos 1970. O que diferencia a crise estrutural de outros períodos históricos é que após a crise de 1970 (conhecida como crise do petróleo), acelerou-se em todo mundo a consolidação da terceira revolução industrial, que acentuou a tendência decrescente da taxa de lucro e a centralização e monopolização do capital. A substituição de máquinas (a robótica e informática são relevantes), provocou mudanças no “mundo do trabalho”, abrindo caminho para um regime de acumulação flexível que resultou na crise do sindicalismo a nível mundial. Este cenário, conjugado mais tarde com o fim da União Soviética e o desmanche do bloco socialista, desencadeou um conjunto de transformações que representaram a “pá de cal” sobre, por exemplo, a possibilidade – ainda que ilusória – do “Estado de bem-estar social”. A crise estrutural do capital desmascarou a inviabilidade de um modelo “seguro” de desenvolvimento capitalista, com altas taxas de lucro e um Estado garantidor de (relativamente) amplos direitos à classe trabalhadora. A taxa de lucro tem decaído durante os últimos 40 anos e o aumento da composição orgânica do capital (relação entre o capital constante e o capital variável) impõe limites cada vez mais evidentes ao desenvolvimento da produção social. Isso transparece nos atuais períodos de crescimento tímidos e curtos e ciclos de crise mais agudos com períodos cada vez mais breves separando uma crise de outra. Mas o mais grave é certamente o processo de destruição das fontes de riqueza social: trabalho e recursos naturais. Neste quadro de crise estrutural o papel do Estado é central para a garantia dos interesses do capital (sobretudo na luta contra a queda tendencial da taxa de lucro).

A partir da consolidação do capitalismo monopolista no final do século XIX e início do século XX as crises profundas do capitalismo têm como alternativa as guerras. Diante da inviabilidade de uma terceira guerra mundial nos moldes das duas primeiras, a atual crise prolifera guerras dispersas, atingindo os cinco continentes do planeta. O avanço dos interesses imperialistas sob a bandeira da Organização do Atlântico Norte (OTAN) tem levado a guerra inclusive para dentro das fronteiras europeias, com apoio logístico, econômico e político aos movimentos fascistas da

Ucrânia e com a instabilidade social gerada pela entrada de refugiados de conflitos mais distantes. No Oriente Médio a situação, que já é crítica há muitas décadas, só tem piorado, e não é segredo para ninguém o envolvimento direto das potências da OTAN nesse processo, sobretudo no financiamento do Exército Livre Sírio (ELS) e do Estado Islâmico (EI).

O objetivo dos atuais confrontos militares podem ser analisados como o produto do deslocamento das tensões econômicas – decorrente das crises – para um processo amplo de destruição de riqueza em busca da linha de menor resistência para forjar um breve “ciclo” de produção de mais valor no complexo industrial militar e na indústria da “reconstrução” das nações invadidas e ocupadas. O complexo industrial militar, na busca de expansão, tem militarizado as forças de segurança (públicas e privadas) no combate às classes “perigosas” e disseminado um sentimento de insegurança e terror.

Todo este conjunto de políticas tem esbarrado em suas próprias contradições. Nos Estados Unidos a candidatura de Hilary Clinton sem dúvida representava a sua continuidade, sendo ela pessoalmente uma grande articuladora de conflitos militares sobretudo no Oriente Médio. Mas o povo estadunidense, diante das consequências do atual modelo político e econômico (desindustrialização, ondas de refugiados, precarização do trabalho), tem sido conduzido a buscar alternativas. O que vimos recentemente foi a vitória de uma alternativa que não se opõe a tais políticas, mas sim as reforça a níveis extremos. Donald Trump é um representante máximo das concepções xenóforas, machistas, misóginas e racistas, concepções essenciais para qualquer política imperialista agressiva. Ainda que uma vitória de Clinton não representasse nenhum motivo para comemorações, a vitória de Trump é uma inegável derrota, que por enquanto se manifesta no campo ideológico, mas que nos próximos anos deve revelar suas consequências práticas.

As eleições presidenciais estadunidenses demonstram outras questões para todos os povos do mundo, trata-se de um regime de eleições indiretas, em que a população não elege diretamente o presidente, mas delegados à convenção eleitoral. E neste particular, Donald Trump é eleito com 59.505.613 votos (47,49%), tendo Clinton obtido 59.727.805 votos (47,67%), uma diferença de 222.192 votos a mais para a candidata democrata. Porém, Clinton obteve 228 eleitores no colégio eleitoral e Trump com 279. O mesmo aconteceu com George Bush (filho) e Al Gore em 2001. Trata-se de um sistema eleitoral profundamente questionável e que se apresenta como modelo de democracia.

A intensificação da ofensiva do imperialismo estadunidense já é sentida em todo o continente latino-americano. Está em curso uma ofensiva continental da direita radical, irradiada a partir do bloco internacional hegemônico pelo imperialismo estadunidense e integrado pelas classes dominantes dos países capitalistas dependentes da América Latina e Caribe (principalmente os monopólios mais associados ao capital financeiro internacional). A estratégia de dominação passa pela adoção de medidas econômicas de desvalorização das moedas nacionais e redução dos preços das *commodities*, agravando os impactos da crise e impondo o aprofundamento da dependência e da transferência de riquezas da “periferia” para o “centro”. Presenciamos em várias nações latino americanas a intensificação das políticas de contrarreformas que, diante da polaridade entre o capital e o trabalho, se institui como estado máximo ao capital e mínimo para os trabalhadores. A implantação destas políticas se concretiza por meio de diferentes mecanismos, que vão desde o golpe de estado, a guerra econômica aberta – Venezuela –, as ações de enfraquecimento político dos governantes e a chantagem econômica aberta – a adoção da lei antiterrorismo é apresentada como uma condição para que as nações obtenham grau de investimento para o capital yanque. Poucos povos e governos latino-americanos estão preparados para o enfrentamento desta ofensiva que, no limite, poderá se converter na disseminação de guerras.

O principal projeto geopolítico continental do imperialismo estadunidense é a retomada da ALCA, que se estenderia da Patagônia ao Alasca: uma verdadeira anexação econômica dos países do continente pelos EUA. Causou tremendo impacto entre os falcões do Pentágono o arquivamento da ALCA na Cúpula das Américas de Mar Del Plata (novembro 2005). Desde

então o bloco imperialista monopolista organiza uma poderosa conspiração neoconservadora, visando: impor uma regressão social e política generalizada, em escala continental; e a retomada plena do controle do “território econômico” por parte do imperialismo hegemônico estadunidense. O Golpe militar em Honduras de 2009, que derruba Manuel Zelaya – um governo de reformismo débil, mas alinhado com governos populares – inaugura uma nova escalada golpista, impulsionada pelo imperialismo para derrubar governos mais ou menos progressistas (ou, simplesmente “desobedientes” e “indesejáveis”) no Continente. Segue-se em 2012 o golpe “parlamentar-midiático-juristocrático”, mediante um absurdo processo de impeachment, contra o presidente do Paraguai, Fernando Lugo.

A extrema direita mostrou a sua força mais uma vez no referendun popular na Colômbia onde, por estreita margem, a maioria da população rejeitou o processo de paz discutido entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em virtude de uma campanha suja feita pela indústria da guerra, fusão de interesses escusos entre as oligarquias atrasadas dirigidas pelos ex presidente Álvaro Uribe e o imperialismo estadunidense. Mesmo assim, o enraizamento social das forças populares colombianas mantém a situação de diálogo com vistas ao processo de paz com justiça social.

Mas, apesar desse avanço da direita em termos mundiais, nem tudo são derrotas. É necessário registrar a luta bravia da revolução bolivariana na Venezuela, a resistência do governo e da população venezuelana à ofensiva golpista que busca mergulhar o país em uma guerra civil a aceitar as políticas voltadas aos de baixo. No Equador os avanços anti-imperialistas (o que incluiu até mesmo uma auditoria com a anulação de 70% da dívida daquele país) são demonstração de força e resistência do povo andino. Na Bolívia a criação do “Estado plurinacional”, o avanço nas políticas públicas e inclusive processos de estatização representam uma resposta à devastação imperial. Além disso, exaltar o heroísmo exemplar da revolução cubana, a rigor a prova material de que não é necessário a nenhum povo do mundo se deixar subordinar ao imperialismo.

Na América Central tem se tornado referência pela força da organização popular o processo de orientação socialista em El Salvador, dirigido pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) que apresenta à sociedade Salvadorenha um programa de transição para o socialismo. As recentes eleições presidenciais na Nicarágua reafirmam a importante retomada do poder político do Estado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Estes elementos da conjuntura internacional, e em particular da América Latina, são suficientes para indicar que a conjuntura nacional é ininteligível sem o entendimento do quadro de ofensiva imperial por todo o continente, bem como das alternativas de enfrentamento desta ofensiva. A unidade latino-americana é fundamental para pavimentar as alternativas nacionais e continental à ofensiva imperial.

No Brasil a ofensiva dos interesses imperialistas estão diretamente associados a intensificação de políticas econômicas e sociais voltadas para a exploração da riqueza nacional em benefício dos interesses do bloco de poder dominante formado pela associação entre imperialismo, monopólios e o latifúndio. Aqui se combina o arcaico e o ultramoderno numa estrutura social em que se torna possível ser ao mesmo tempo a 9ª economia do mundo e a 169ª em desenvolvimento humano – a nação mais desigual do mundo. Nossas reservas de minerais, produção agrícola e industrial são alvo de permanente expropriação para satisfazer as necessidades do imperialismo e de seus sócios menores nacionais.

O Golpe de Estado realizado pelo bloco dominante só foi possível por disseminar nos estratos médios das classes trabalhadora sua ideologia e impor sua estratégia. Isso diante de um cenário no qual figura com centralidade o esgotamento da política de conciliação de classes do petismo – que possibilitou a reciclagem do estado autocrático burguês por mais de uma década. O Golpe tem como horizonte estratégico o redimensionamento das classes trabalhadoras. A expectativa é, através do Estado, aprofundar a superexploração. Neste sentido, a luta econômica dos trabalhadores em defesa dos seus salários e dos seus direitos é contraposta aos interesses do capital que busca concentrar e centralizar a riqueza e ao mesmo tempo forjar uma

reconfiguração ideopolítica da sociedade brasileira voltada para a transferência dos “recursos dos de baixo” para os “de cima”. Não é a toa que as pautas conservadoras no congresso estão sendo aprovadas rápida e sucessivamente, criando um ambiente social de restrição das liberdades individuais e da democracia que se assemelham aos piores momentos da última ditadura, criminalizando a luta, o protesto e os lutadores sociais, bem como as suas organizações. Para a concretização dos objetivos de intensificação da exploração da nação e de seu povo é necessário reduzir a resistência social e política à iniquidade, se possível mantê-la existente apenas como um elemento de legitimação da própria ordem de exploração – desta forma se fortalece no movimento sindical o sindicalismo de estado, colaboracionista e atrelado à reprodução da ordem desigual do capital.

As pautas conservadoras foram socialmente disseminadas pelos meios de comunicação forjando as bases ideológicas da ofensiva econômica do bloco de forças dominante na sociedade brasileira. Esta ascensão está em processo. O ódio social contra a juventude, a homofobia, a intensificação de discriminação de gênero, o não reconhecimento de direitos indígenas, a configuração familiar do falso moralismo burguês entre outras ações políticas e sociais, se constituem em um processo de reafirmação do estado autocrático burguês. A maioria parlamentar conservadora atual é expressão deste movimento e elemento importante de intensificação das medidas econômicas voltadas para o capital.

A alternativa para barrar as propostas do Governo, PEC 55/2016, PLC 54/2016, Escola Sem Partido, Contrarreforma da previdência, Contrarreforma trabalhista, privatização do patrimônio público, etc. é uma luta extra parlamentar na qual a greve geral deve ser instrumento. As Centrais Sindicais que detém, em larga medida, a capacidade de articulação da organização da classe trabalhadora, até agora não conseguiram vislumbrar uma atitude real para essa construção, o que inclui a CSP-CONLUTAS, central da qual ANDES é um dos criadores.

Nesta conjuntura as organizações das classes trabalhadoras precisam resistir e construir instrumentos de luta e ação contra a ofensiva do capital. As organizações políticas, sindicais e movimentos sociais das classes trabalhadoras precisam intensificar os esforços para a constituição de uma unidade classista das forças sociais contra-hegemônica. As diferenças políticas e ideológicas no campo dos lutadores sociais se constitui num obstáculo que precisa ser superado por meio da construção de ações sociais e políticas unitárias, mesmo que inicialmente apenas pontualmente. No 34º Congresso do ANDES-SN o movimento docente aprovou “*que o ANDES-SN articule com campos amplos da classe trabalhadora como Frente Brasil Popular a Frente Povo Sem Medo, centrais classistas como a Intersindical, MTST e MST, e outras organizações.*” Neste sentido, habilmente, coloca como possibilidade para as classes trabalhadoras fazer o enfrentamento das políticas do capital, implementadas pelo governo, denunciando os cortes nas áreas sociais, as privatizações e o arrocho salarial e ao mesmo tempo rechaçando o discurso do golpismo.

Precisamos reconhecer que o campo político circunscrito à Central Sindical e Popular não é suficiente para reagir a ofensiva do capital. Neste sentido, sem abrir mão do classismo, mas abandonado as tendências esquerdistas que levam ao isolamento, cabe às organizações e lutadores deste campo político fortalecer a ação unitária contra a retirada de direitos e contra a direita, forjando um polo classista capaz de reorientar os movimentos políticos das classes trabalhadoras para o enfrentamento do capital. A construção de espaços de ação unitários se constitui num momento preliminar para a construção da greve geral. A Frente Povo Sem Medo tem se plasmado neste instrumento articulador de movimentos de diferentes matizes políticos das classes trabalhadores, participar deste espaço é buscar a construção do bloco de forças contra-hegemônico. Aqueles que ainda acreditam na perspectiva governamental, na socialdemocracia, veem a cada dia suas ilusões serem desfeitas. Cabe ao campo classista demonstrar que a unidade na ação e na luta cotidiana são capazes de forjar os instrumentos de ação no combate aos interesses do capital, abrindo o caminho para a construção efetiva da alternativa socialista na sociedade brasileira.

TR – 9

Centralidade da Luta

O movimento docente deve intensificar a luta contra o processo do golpe, resistindo à mudança de regime político, dos direitos fundamentais, dos direitos sociais e em especial na defesa do caráter público e gratuito da educação. Construir a frente ampla de lutas contra as políticas do governo golpista.

TEXTO 10

Contribuição da Diretoria da APUR e do(a)s professore(a)s Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alberto Handfass (ADUNIFESP), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Celi Taffarel (APUB), Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE), Cláudio Félix (ADUSB), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Giavara (ADUFU), Eduardo Jorge Souza (ADUFERPE), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eudes Baima (SINDUECE), Everaldo Andrade (ADUSP), Fernando José Cunha (ADUFPB), Flávia Teixeira (ADUFU), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Guttemberg da Silva Silvino (ADUFPB), Hélida Cristina Cavalcante Valério (ADUFPB), Humberto Clímaco (ADUFG), Jair Reck (ADUnB), Joelma de Oliveira Albuquerque (ADUFAL), Juanito Vieira (APESJF), Karina Klinke (ADUFU), Kimi Tomizaki (ADUSP), Lenúcia Moura (SINDUECE), Lisleandra Machado (APESJF), Manuel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcia Morschbacher (SEDUFMS), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Maria do Carmo Xavier (ADUFERPE), Marize Souza Carvalho (APUB), Ricardo Coelho de Barros (ADUFAL), Sidartha Soria (ADUFEPE), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC)

COLOCAR NO CENTRO A LUTA CONTRA O GOVERNO GOLPISTA E SUAS MEDIDAS, FORTALECENDO O CAMINHO DA GREVE GERAL

TEXTO DE APOIO

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2016, restando pouco mais de dois meses para abertura do 36º Congresso do ANDES-SN, direções de seções sindicais, professores filiados ao Sindicato Nacional, escreveram esta contribuição sob impacto, de um lado, da importante derrota dos setores democráticos e populares no golpe do impeachment, da instalação de um verdadeiro Estado de exceção sancionado por um Judiciário golpista e amparado por uma mídia a serviço da reação e do desdobramento disso no resultado eleitoral, amplamente desfavorável às forças populares.

Ancorados nesses elementos, o governo golpista põe em marcha uma ofensiva judicial-policial que atinge em primeiro lugar o PT, incluindo a caça aberta ao ex-presidente Lula, o ataque às organizações sindicais e populares, de que a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST é apenas um exemplo, e de pressão judicial sobre a liberdade de expressão e manifestação nas universidades, como ilustra a intimação do MPF, com ameaça de condução coercitiva, do Reitor da UFRJ, Roberto Leher, sem falar de ataques de longo alcance do Judiciário contra o direito de greve.

É, contudo, também o momento de uma vasta reação popular, expressa na onda de ocupações, greves e mobilizações que cobrem o país e que resistem à repressão e intimidação do governo. É esta perspectiva, dada pelas mobilizações que nos anima a apresentar esta contribuição.

Esta perspectiva seguirá válida quando da abertura do 36º Congresso e, amparados neste prognóstico, é que os signatários deste texto pretendem contribuir para reorientar o ANDES-SN. Pois tomamos esta decisão justamente depois dos graves descaminhos do Sindicato no momento

da luta contra o golpe, quando a atual direção se recusou a tomar seu lugar ao lado dos comitês pela democracia que cobriu as universidades, levando o sindicato a calar diante do impeachment imposto pelo conluio do capital internacional, com a grande patronal nacional, as instituições reacionárias do Estado e a mídia golpista. Retomar o ANDES-SN como entidade sindical, defensora de nossas pautas profissionais, mas comprometida com a luta democrática da maioria do povo é uma tarefa urgente para a categoria.

CRISE POLÍTICA E GOLPE

A esta altura, a discussão sobre se a presente situação de ataque aos direitos e conquistas do povo brasileiro, e mesmo às liberdades democráticas elementares resultou de um golpe é absolutamente ociosa. A história se encarregou de resolver esta questão. Afinal, foi um dos articuladores mesmos do impedimento da presidente Dilma que afirmara ainda em abril de 2016 que:

A proposta não foi feita para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição. (...) Vai ser preciso agir muito rápido. **E sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra.** (Roberto Brant, coordenador do documento Ponte para o Futuro, em O Estado de São Paulo, 18 de abril de 2016, destaques nossos).

Tratava-se da expressão no Brasil da ofensiva do imperialismo para, na crise global do sistema capitalista, retomar plenamente o terreno de exploração perdido nos últimos anos. O golpe no Brasil responde a esta exigência do capital que visa a esmagar o valor da força de trabalho, por meio do corte das proteções sociais que a classe trabalhadora impôs em décadas de luta de classe, mas também de fazer recuar no mundo todos os programas sociais que propiciaram a inserção de novos setores na classe trabalhadora. Assim é que, no nosso continente, a eleição de Macri, na Argentina, foi diretamente articulada pelo imperialismo estadunidense, bem como o golpe contra a democracia que atingiu o Brasil e, agora, a desestabilização do governo Maduro na Venezuela.

Naquele momento a resposta do povo trabalhador se expressou nos milhares de trabalhadores e jovens que, apoiados em suas organizações, foram às ruas para barrar o golpe, num movimento multitudinário fez recuarem os “coxinhas”, mas não teve a potência suficiente para barrar o processo do golpe.

Nas universidades, este movimento de resistência originou centenas de comitês contra o golpe e em defesa da democracia, antecedente direto da onda de ocupações que ora toma as instituições (agora contra a PEC 55 e a MP 746).

Assinalemos que o movimento dos comitês que cobriu as universidades, agrupando estudantes, professores e servidores se deu ao largo da iniciativa da direção do ANDES-SN que, naquela altura, resolveu se pronunciar “neutro” diante do golpe em curso: “o momento exige centrar forças em construir toda a resistência em unidade com todos os trabalhadores e movimentos sociais por fora da falsa polarização alicerçada, entre o governo e os setores que o apoiam, e da tradicional direita”, dizia a Diretoria, na época. O que não impediu a Diretoria de levar, à revelia das deliberações do 35º Congresso, o Sindicato aos atos da CSP-Conlutas (central que assumiu o golpismo sem constrangimentos) nos dias 1º de abril e 1º de maio sob a bandeira “fora todos”, um “fora, Dilma” envergonhado. Esta atitude se prolongou no 61º CONAD, em Boa Vista – RR, onde, depois de adotar tardiamente a consigna Fora Temer, a direção se colocou contra um posicionamento do Sindicato contra o impedimento golpista da presidente eleita pelo voto popular em 2014. Um momento constrangedor na história do ANDES-SN.

Nunca foi tão apropriado falar em golpe de Estado como no caso do Brasil de 2016. Com efeito, uma operação casada entre diversas instâncias estatais, o MP, a Justiça, o Parlamento e as entidades patronais, devidamente veiculada pela imprensa resultou no afastamento de Dilma e na posse definitiva de Temer.

Consolidado o golpe, na sessão do Senado da madrugada do dia 30 de agosto para 31 de agosto, o governo golpista pôs em marcha um amplo programa de liquidação dos direitos que incluíam o PLC 257, a PEC 241, com desdobramentos na educação por meio da MP 746, da contrarreforma do Ensino Médio e do avanço, em vários parlamentos estaduais e no Congresso Nacional da chamada Escola Sem Partido.

Rapidamente, medidas de ataques à soberania nacional de entrega das riquezas nacionais ao capital imperialista foram encaminhadas, tal como o afastamento da Petrobras da exploração do petróleo realizada em associação com empresas estrangeiras e a desarticulação do fundo social do Pré-sal.

A JUVENTUDE E OS TRABALHADORES REAGEM: UNIR AS LUTAS NA GREVE GERAL

No momento em que elaboramos esta contribuição ao 36º Congresso do ANDES-SN, no início de novembro de 2016, segue crescente a resistência ao golpe e estas medidas do governo golpista de Michel Temer. De um lado, o movimento estudantil, as centrais sindicais, os movimentos sociais, as entidades da sociedade civil reagem ao PLC 257, já votado no Congresso Nacional, à PEC 55 (anteriormente PEC 241 na Câmara dos Deputados), à MP 746 e ao conjunto da ofensiva contra os direitos e conquistas do povo brasileiro, que inclui ataques aos direitos trabalhistas e à previdência social, além da crescente alienação da riqueza nacional ao capital estrangeiro, como no caso do Pré-Sal.

São mais de 1100 escolas do Ensino Médio e IFs, e cerca 60 universidades públicas e, agora também privadas, ocupadas pelos estudantes, com apoio da comunidade. Câmaras de vereadores e a Assembleia Legislativa do RJ estão ocupadas. São greves de estudantes, docentes, e servidores técnico-administrativos decretadas por assembleias maciças; são indicativos de greve em discussão em outras tantas instituições, num movimento vindo da base que reata com os comitês contra o golpe surgidos no primeiro semestre.

Também agora, os Setores das Federais e das Estaduais do Sindicato indicam a greve contra as medidas de Temer Golpista, ainda que o faça afirmando que a greve geral não é possível no momento, quando esta é a única arma capaz de barrar os ataques.

Há mais de dois meses da abertura do 36º Congresso, não é possível prever o desfecho destes acontecimentos, mas é lícito afirmar que este amplo movimento mostra que é possível barrar a PEC 55, reverter a contrarreforma do Ensino Médio e deter a onda destrutiva que ameaça a nação. É possível abrir a via da greve geral que unifique o conjunto das iniciativas para derrotar o Governo golpista e defender direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora.

Estamos certos de que na abertura do 36º Congresso seguirá atual a necessidades de que não dispersemos nosso movimento e, pelo contrário, concentremos esta tremenda força que se revela na resistência a Temer e suas medidas rumo à greve geral para derrotar o golpe.

SAIR DO ISOLAMENTO E REATAR COM A MAIORIA DOS TRABALHADORES

Para tanto, estimamos que é necessário rever a filiação do Sindicato à CSP-Conlutas, que já vinha arrastando o Sindicato para uma política de divisão das lutas e isolando o ANDES-SN da maioria da classe trabalhadora e de suas organizações, mas que, em 2016, deu um passo qualitativamente mais grave, ao se associar objetivamente aos setores golpistas, levantando um “fora todos” que não passava de um “fora Dilma” envergonhado, e jogando nosso Sindicato à margem dos movimentos, o que culminou na negativa do Sindicato de se posicionar contra o golpe do impeachment.

A hora exige que se saia deste isolamento, que o ANDES-SN desempenhe um papel ativo na articulação da mais ampla unidade contra o governo ilegítimo e suas medidas. Reatar com a maioria da classe passou a ser uma exigência para vencer a ofensiva destrutiva de Temer.

São estes alguns elementos que trazemos ao debate sem prejuízo de outras questões que se ponham na discussão.

TR - 10

O 36º CONGRESSO delibera:

Centralidade da Luta

Lutar contra o governo golpista, contra os golpistas que controlam as instituições do Estado, e contra sua política de ajuste sintetizada na legislação derivada da PEC 55, combatendo a MP 746 e a Escola sem Partido, defendendo o financiamento das IES públicas, as conquistas dos seus docentes, servidores técnico-administrativos e alunos, bem como as liberdades democráticas, abrindo a via da unificação dos trabalhadores e do povo na perspectiva da greve geral.

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS

POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Este último período foi caracterizado pelas lutas dos trabalhadores e da juventude estudantil secundarista e universitária contra as contrarreformas, junto às lutas contra as opressões. As lutas têm-se acelerado após o resultado do processo de impedimento que culminou com o afastamento da presidenta Dilma e da ocupação da presidência da república pelo seu vice-presidente e a recomposição da base política de sustentação com um caráter ainda mais alinhado com a aceleração das contrarreformas neoliberais.

As contrarreformas apontam a retirada dos direitos trabalhistas consagrados pela CLT por meio da precarização e da terceirização do emprego num ataque concentrado do poder executivo, legislativo e judiciário, com apoio da grande mídia. Com destaque para a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), vem, nos últimos anos, tomando medidas que contribuem com a flexibilização dos direitos trabalhistas e representam um retrocesso das conquistas dos trabalhadores. Mais recentemente, decidiu que o Poder Público deve cortar o salário dos servidores públicos em greve, mesmo antes da Justiça do Trabalho decretar a ilegalidade do movimento paredista. Decisão explicitamente de cunho ideológica, por conta da declaração de voto de Luiz Fux. *“O que ocorre, numa visão realista, é que nós estamos num momento muito difícil e que se avizinhm deflagrações de greve, e é preciso estabelecer critérios para que nós não permitamos que se possa parar o Brasil”*. Nesse sentido, entendemos ser necessário denunciar o papel desempenhado pela suprema corte do país.

Essa avalanche de ataques ocorre num quadro de recessão que já leva dois anos consecutivos de queda do crescimento econômico e tem provocado um aumento do desemprego de 12% levando a 11,6 milhões de desempregados (Somados os 11,6 milhões de desocupados, os 4,8 milhões de subocupados e os 6,2 milhões que compõem a força de trabalho potencial – incluindo o desalento –, já são 22,7 milhões de pessoas que buscam condições melhores de trabalho) num mercado de trabalho que historicamente apresenta elevados níveis de informalidade. As previsões são de que mesmo que a recessão seja revertida no ano de 2017 com um leve melhora do crescimento do PIB, a taxa de desemprego vai continuar a crescer até 14%, e a deterioração do mercado de trabalho vai se alongar, e a recuperação vai ser muito lenta e em condições bem mais precárias das que existiam anteriormente. O desemprego afeta desigualmente o conjunto da classe, penalizando mais aos setores oprimidos: mulheres, população negra, LGBTI. Em resposta, múltiplas greves têm acontecido em defesa do emprego, da reposição das perdas salariais, do pagamento em dia dos proventos dos funcionários públicos nos estados e em defesa dos direitos trabalhistas e dos serviços públicos.

Além da investida contra os direitos trabalhistas, temos os ataques decorrentes do corte dos gastos do governo central e dos governos estaduais, que se intensificam com a proposta da PLP 257 (hoje PLC 54/2016) que renegocia as dívidas dos estados em troca de que apliquem duras medidas de ajuste fiscal. Mais ainda, a desconstrução dos direitos sociais avança com a PEC 55 (que tramitou na câmara como PEC 241), que, ao congelar as despesas primárias da União por 20 anos, inviabiliza a materialização dos direitos sociais consagrados na constituição de 1988. Esse ajuste fiscal, de fato, já começou mesmo antes da aprovação das normas jurídicas pertinentes com os fortes cortes dos gastos em saúde e educação e retração dos investimentos do governo Dilma, e nos estados com cortes que levam até o adiamento ou parcelamento dos pagamentos dos servidores públicos estaduais. Esses cortes têm levado à deflagração de greves dos funcionários públicos em diversos estados e municípios, com destaque para a situação do

Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte, adiando os pagamentos dos funcionários (ao mesmo tempo que mantém vantagens tributárias para os grandes grupos econômicos).

A atuação do Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) merece destaque especial no enfrentamento à política de austeridade, pautando a luta unitária contra essa política de desmonte dos serviços públicos. Assim, nos dias 12 a 15 de setembro ocorreu a jornada de lutas, contra a retirada de direitos, em especial as expressas no PLC 54 (que tramitou na câmara como PLP 257/16) e na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16 (que tramitou na câmara como PEC 241/16), que foi a primeira ação conjunta e efetiva após a posse do ilegítimo governo Temer. Culminando com uma histórica plenária unificada (mais de mil presentes) dos servidores públicos de todas as esferas. O dia 22 de setembro foi marcado por uma forte paralisação da Educação Básica e Superior pública, em âmbito nacional, contra as reformas por demandas locais e pela lei do Piso. O dia 29 de setembro, por sua vez, iniciativa que contou com o protagonismo da CSP-CONLUTAS, foi marcado, até mesmo, por uma paralisação do setor metalúrgico, colocando em movimento setores da classe operária, parando por um dia parte da produção industrial no país.

Em consonância com os ataques aos direitos trabalhistas, sociais e aos serviços públicos, há também um processo de recrudescimento do conservadorismo em várias áreas, com especial destaque para o campo da educação pública. Além dos cortes do orçamento nas instituições de ensino superior, temos a constituição dos movimentos reacionários Escola sem Partido e o MBL, como também o ataque às políticas de direitos de gênero e LGBTI denominados pelos seus detratores como “ideologia de gênero”. Diante dessa ofensiva, os movimentos de trabalhadores, com a participação do nosso Sindicato na articulação política, foi constituída a Frente Escola sem Mordaza, que agrega um arco muito amplo de entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais.

Nesse contexto, é que o movimento das ocupações das escolas e as instituições de ensino superior se colocam. Essa é possivelmente a maior novidade, nos últimos tempos, que temos na agenda política. A experiência política que a juventude está realizando, numa época que tem sido tão hostil às experiências coletivas, é muito importante numa perspectiva histórica.

O ANDES-SN tem participado em todo esse processo de luta, por meio da nossa central, contribuindo com a elaboração política e com as ações de enfrentamento indicadas pela CSP-Conlutas. Também com a construção de processos unitários maiores como, por exemplo, o fortalecimento do FONASEFE, da Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita e a organização dos Encontros Estaduais e Nacionais da Educação que constroem as lutas pela educação pública e pelo Projeto de Educação Classista e Democrático da Educação. Nesse quadro da luta pela educação, construímos o dia 11 de agosto como Dia Nacional em Defesa da Educação.

ATUAÇÃO NA CSP-CONLUTAS

Com relação à construção da CSP-Conlutas, como central sindical e popular, unitária e de luta, temos a tarefa de fortalecer e de capilarizar a organização. Precisamos chamar nossa categoria para a responsabilidade de construir as coordenações estaduais ou regionais em que ainda não existem, e fortalecer, por meio da nossa participação, onde já estão constituídas. Ademais, entendemos como elemento fundamental ampliar nossa participação na central. Para isso, estamos indicando a discussão pela categoria e seções sindicais os critérios de representação nas instâncias da nossa central.

Também, nessa esteira, temos que contribuir com o processo de organização dos congressos da nossa central, como foi deliberado no 35º Congresso, para ampliar a participação e fortalecer o funcionamento democrático da organização dos trabalhadores e trabalhadoras. O ANDES-SN tem uma longa e rica experiência de funcionamento e de organização horizontalizada da nossa entidade. Por isso, podemos contribuir com a nossa central e, assim, estamos encaminhando

contribuições para a organização do próximo congresso que vai acontecer no mês de outubro do ano de 2017. Basicamente, propomos que os textos que as entidades filiadas encaminhem sejam organizados destacando o texto de resolução, a ser deliberado, do texto de apoio, de forma semelhante ao nosso Caderno de Textos. Também colocamos a necessidade de fortalecer o trabalho das relatorias nos grupos. Finalmente indicamos que o trabalho dos grupos deve ter condições de infraestrutura adequadas para a realização dos debates. Ainda com relação ao congresso de nossa central, devemos acumular nos grupos de trabalhos do ANDES-SN, no 35º Congresso e nas seções sindicais, para cooperar com a nossa contribuição ao III Congresso da CSP-CONLUTAS a ser deliberada no 62º CONAD.

FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL

No ano de 2016, atendendo à resolução do 35º Congresso, realizamos o Curso Nacional de Formação Política e Sindical. Avaliamos que foi um acerto e que o resultado foi positivo e atendeu às expectativas que embasaram a resolução do nosso congresso. Por essa razão, estamos propondo a realização de uma segunda edição para o ano de 2017, organizado em torno do tema Movimentos sociais, da exploração, da opressão e da revolução. Também estamos propondo que as seções sindicais e as secretarias regionais repliquem o curso, realizado em 2016, localmente. O curso pode, ao mesmo tempo, contribuir com a nossa política de unidade com os sindicatos e movimentos sociais.

A proposta de indicação do tema “Movimentos sociais, exploração, opressão e revolução” tem como fundamento o fato de que no ano de 2017 se comemora os 100 anos da revolução russa e os 50 anos do assassinato de Che Guevara, e o nosso sindicato, assim como outras entidades políticas, sindicais e sociais, realizaremos diversas atividades, de avaliação crítica e autocrítica das lutas internacionais anticapitalistas dos trabalhadores. Nesse sentido, o 61º CONAD aprovou a realização de um seminário internacional em articulação com entidades e movimentos sociais para discutir a reorganização da classe trabalhadora sob a perspectiva do internacionalismo.

Finalmente, estamos reiterando a necessidade de avançar na construção da unidade das trabalhadoras e trabalhadores e dos movimentos populares. Para isso, as seções sindicais e as secretarias regionais podem contribuir organizando atividades de debate e articulação política com demais sindicatos e movimentos sociais – reiterando a proposta de realizar uma reunião de caráter nacional para construir as condições de convocatória de um encontro nacional da classe trabalhadora a ser realizado no ano de 2017.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - POLÍTICA SINDICAL

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Defender na CSP-CONLUTAS que em 2016 se implemente a campanha nacional pela ratificação, por parte do governo brasileiro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unicidade sindical.

2. Em relação ao Seminário Nacional, as CSP e o debate sobre os trabalhadores terceirizados:

2.1 lutar contra as terceirizações, defendendo o concurso público para o ingresso no serviço público;

2.2 lutar pela garantia de todos os direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores terceirizados, com isonomia salarial para trabalho igual, enquanto houver terceirização;

2.3 que o GTPFS promova debate com a realização de seminários locais, regionais e nacional, com o objetivo de avaliar o processo de terceirização nas IES e propor medidas que assegurem a defesa do concurso público e a defesa da isonomia dos terceirizados como forma de subsidiar a posição do ANDES-SN e a CSP-CONLUTAS.

2.4 que as seções sindicais se empenhem, no âmbito da CSP-CONLUTAS estaduais, na construção dos seminários regionais ou estaduais sobre o tema das terceirizações tanto no serviço público quanto no setor privado;

3. Realizar, no primeiro semestre de 2016, seminário nacional para debater a questão da precarização do trabalho docente nas IE, considerando a situação dos professores substitutos, tutores, visitantes e bolsistas, e que se realize campanha de sindicalização com ênfase no novo perfil docente com vínculos precarizados.

4. Realizar reunião conjunta do GTPFS e do GTPE para debater o trabalho e a organização docente diante da expansão e da multicampia das IES.

5. Intensificar a luta contra o PLC 30/15, que busca ampliar as terceirizações nas relações de trabalho.

6. Lutar pela revogação da Lei 13.189/2015, oriunda da MP680/2015, conhecida como Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

7. Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais expressa no PLC 101/2015, aprovado no Senado, que possibilita tipificar como ato terrorista a luta por direitos.

8. Lutar contra alterações, nos regimes jurídicos, que buscam a intensificação do trabalho por meio do sistema de escritório remoto (home-office) no serviço público, a exemplo do PLC 2723/2015. Que o sindicato promova um amplo debate e divulgação, na base, sobre os riscos presentes na Lei.

9. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2016, em particular: o Espaço de Unidade e de Ação e os Fóruns de Servidores Públicos, em âmbito nacional e nos estados.

10. Aumentar a participação do ANDES-SN nos espaços de mobilização com movimentos sindicais e populares com a perspectiva de contribuir com a construção da unidade do campo classista, de forma autônoma em relação aos partidos e de forma independente frente aos governos e aos patrões.

11. Avaliar, com o setor das federais, o papel e as perspectivas de rearticulação da CNESF na conjuntura atual.

12. Que o ANDES-SN apresente na Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS uma proposta de metodologia de funcionamento do III Congresso da CSP CONLUTAS, previamente discutida no GTPFS e aprovada no 36º congresso do ANDES-SN.

13. Que o GTPFS produza um documento de avaliação da participação do ANDES-SN na CSP-CONLUTAS na perspectiva de identificar o seu enraizamento nos movimentos e organizações dos trabalhadores.

14. Lutar contra o PL 397/2015, que busca estabelecer normas gerais para a negociação coletiva no serviço público que desconsideram a Convenção 151 da OIT.

15. Realizar o Curso Nacional de Formação Política e Sindical do ANDES-SN, com a realização de Encontros de Formação Política (em diferentes secretarias regionais), organizados de acordo aos eixos de interesse da classe trabalhadora e do mundo do trabalho, dentre os quais:

I. Fundamentos da sociedade capitalista, mundo do trabalho hoje e organização sindical.

II. Formação econômico-política e social do Brasil e da América Latina.

III. História dos movimentos sociais: exploração, opressão e revolução

IV. Universidade, trabalho e movimento docente.

16. Realizar, em 2016, 4 (quatro) encontros de formação, dois no primeiro e dois no segundo semestre.

17. Que as seções sindicais intensifiquem a luta e as atividades contra a terceirização na educação, buscando articulação com entidades dos trabalhadores técnico-administrativos e terceirizados e dos estudantes.

18. Lutar para que reitorias e conselhos superiores se manifestem contrariamente às terceirizações.

19. Continuar promovendo atividades como encontros e seminários (locais, regionais e nacionais) sobre as formas de organização sindical dos docentes no contexto da multicampia, intensificando a discussão no GTPFS, a partir dos debates ocorridos nos setores, nas regionais e no seminário sobre questões organizativas do ANDES-SN.

20. Promover seminário nacional sobre multicampia no interior do Paraná , organizado pela SINDUTFPR e ADUNICENTRO.

Recomendação: Construir, a partir das seções do ANDES-SN, plenárias unificadas de base (estudantes, professores, técnico-administrativos e terceirizados) ou outras formas de organização contra a terceirização e a precarização da educação

TR - 11

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, contra a PEC 55/2016, que tramitou na Câmara como PEC 241) e o PLC 54/2016 (que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), e que representam um desmonte do serviço público.
2. Denunciar amplamente a atuação do STF, nos últimos anos, que tem tomado medidas que contribuem com a flexibilização dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, com o retrocesso nas conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras.
3. Denunciar a órgãos internacionais em articulação com outras entidades do serviço público, a partir de estudos realizados pela AJN, o corte de ponto dos servidores em greve.
4. Lutar contra PEC 53 que altera a Constituição Federal para limitar exercício do direito de greve do setor da educação.
5. Intensificar a luta contra as iniciativas legislativas referentes à precarização do trabalho, tais como: o PLC 30/2015 (antigo PL 4330/2004) e seus congêneres (PLS 87/2010, PLS 300/2015, PLS 339/2016), que aprofundam a terceirização; e o PL 4302/98 (em fase final de tramitação), que define e regula o trabalho temporário.
6. Intensificar a luta pela construção de um amplo polo classista e de resistência, com centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta:
 - 6.1 estimular espaços e momentos de formação política em articulação com outras entidades, aprofundando o debate classista;
 - 6.2 articular a construção de ações (seminários, mesas-redondas, fóruns, encontros) via secretarias regionais e seções sindicais, na perspectiva da construção de encontro nacional do ANDES-SN sobre o tema;
 - 6.3 articular reunião nacional de entidades classistas, movimentos sociais e estudantis, em 2017, com o objetivo de avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora;
 - 6.4 debater, o GTPFS, a proposta de realização de um encontro que tenha como tema o processo de reorganização da classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir para a construção de um Encontro Nacional.
7. Continuar atuando na construção de uma greve geral contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, intensificando junto à CSP-Conlutas, Espaço de Unidade de Ação e Fóruns em defesa dos Serviços Públicos, a articulação das lutas com as demais centrais e organizações sindicais e populares.
8. Continuar apoiando as diversas formas de luta em defesa da educação pública, tais como as ocupações estudantis de escolas, de universidades, dos institutos federais e dos Cefets, denunciando e combatendo quaisquer ações de criminalização e perseguições políticas.
9. Demandar que a ANDIFES e o CONIF articulem as reitorias para que publicizem os orçamentos das instituições, e que os conselhos superiores se manifestem contrariamente ao corte de ponto em greves e paralisações, e contra a PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241).
10. Lutar pela revogação da Lei nº 13.334/206 que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e dá outras providências.

11. Lutar contra o PL 4567/2016 que permite a abertura da exploração do Pré-Sal ao capital privado, retirando a garantia do direito de preferência de operação da PETROBRAS.

12. Ampliar as atividades locais e regionais sobre a precarização do trabalho docente e as formas de organização sindical por local de trabalho no contexto da multicampia, a partir da concepção sindical do ANDES-SN.

13. Realizar, em 2017, reunião conjunta do GTPFS e do GTPE para debater o trabalho e a organização docente diante da expansão e da multicampia das IES.

14. Realizar, em 2017, um curso Nacional de Formação Política e Sindical, com o tema Movimentos sociais: exploração, opressão e revolução.

15. Realizar, juntamente com o GTPFS locais, em articulação com as Secretarias Regionais, atividades de formação que contemplem os temas aprovados no 35º Congresso do ANDES-SN.

16. Envidar esforços por meio das secretarias regionais em conjunto com as seções sindicais, e em articulados com outros sindicatos e movimentos populares e estudantis, para a criação das coordenações estaduais ou regionais da CSP-CONLUTAS onde não houver.

17. O ANDES-SN propõe à CSP-Conlutas os seguintes eixos norteadores para a metodologia de funcionamento do Congresso da Central:

17.1 Contribuições

a) as contribuições deverão ser formuladas com a separação entre os considerados (textos de apoio) e as propostas de resolução.

17.2 Funcionamento

a) o número de delegados nos grupos de discussão não poderá ser superior a 5% dos delegados credenciados;

b) cada grupo deverá eleger um coordenador, um secretário e um relator. O relator será responsável pelo preenchimento do formulário de relatório previamente elaborado pela comissão organizadora do III Congresso;

c) os relatórios serão consolidados pela comissão de sistematização, formada por todos os relatores e pela comissão organizadora do Congresso.

17.3 Da Plenária

a) as propostas sistematizadas, em relatório acessível para todos os delegados, serão votadas após um encaminhamento a favor e um contra, podendo ser aumentado a critério da mesa da plenária;

b) o relatório será fornecido em forma impressa para cada entidade ou movimento presente no III Congresso;

c) o relatório de cada grupo deverá estar disponível para consulta na mesa da plenária.

17.4 Infraestrutura

A comissão organizadora deverá providenciar a infraestrutura necessária (espaço, cadeiras, som, gravador) para que os trabalhos nos grupos e nas plenárias transcorram normalmente.

18. Discutir, por meio das seções sindicais o cálculo do número de representantes nos fóruns nacionais da CSP-Conlutas, como Congressos e Coordenação Nacional para ser deliberado no 62º CONAD.

19. Elaborar, por meio do GTPFS, visando acumular debates e reflexões para as deliberações do ANDES-SN sobre a contribuição do nosso sindicato ao III Congresso da CSP-CONLUTAS, materiais a serem enviados às seções sindicais para subsidiar o debate e as deliberações do 62º CONAD

POLITICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

A conjuntura que o país está vivendo segue marcada por um retrocesso nas conquistas, obtidas por meio de lutas, em diferentes áreas sociais, e pelo recrudescimento do conservadorismo, manifestado, entre outras situações, nos conteúdos de projetos legislativos como os que tratam do Estatuto da Família, do Nome Social, da União Civil e das questões de Gênero e do Aborto. Na educação, essa tendência se expressa, especialmente, por meio dos projetos que propõem a instituição do Programa Escola Sem Partido (PL 7180/2014 e seus apensados na Câmara dos Deputados, PLS 193/2016 no Senado) e do crime de Assédio Ideológico (PL 1414/2015). Na mesma direção, destacamos outras iniciativas provenientes dos poderes legislativo e executivo, tais como: a Base Nacional Comum Curricular; a MP 746/2016, que instituiu a política de reforma do ensino médio de maneira autoritária; a PEC 10/2014, que propõe a instituição do Sistema Único do Ensino Superior Público; a PEC 395/2014, que propõe alterar a Constituição Federal para tornar paga a pós-graduação *stricto sensu*; o PL 6114/2009, que propõe a instituição do Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (Enameb); o PL 2546/2015, que propõe que as universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional; o Decreto 8.752 de 9/5/2016, que estabelece a Política Nacional de Formação de Professores/as; e o PLS 782/2015, que propõe o pagamento de anuidade em instituições públicas de ensino superior.

A partir das análises dos projetos e dos programas que compõem a política neoliberal em curso no país e seguindo as deliberações do 35º Congresso e do 61º CONAD, o GTPE continuou desenvolvendo reflexões para indicar as ações que materializem tais deliberações. Dessa forma, o debate sobre o Programa Escola Sem Partido, sobre a BNNC, sobre a PEC 10/2014 (Sistema Único do Ensino Superior Público) vem ocorrendo desde a gestão passada e resultou na Cartilha Projeto do Capital para Educação: Análise e Ação para Luta, publicada em março de 2016. Esses temas devem continuar sendo objeto de análise do Sindicato.

O ANDES-SN tem denunciado que uma das investidas contrárias a um projeto classista e democrático de educação é o conjunto de propostas que visa instituir oficialmente a censura nas escolas públicas e privadas, por meio da apresentação de vários Projetos de Lei no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. O ANDES-SN foi um dos articuladores para constituição da Frente Escola sem Mordação, lançada no dia 13 de julho de 2016. Formada por centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos, mandatos parlamentares, movimentos sociais, estudantis e populares, essa Frente atua na “defesa da liberdade de expressão e de opinião nos estabelecimentos de ensino e contra quaisquer formas de opressão, violência e censura aos profissionais da educação” e tem sido uma resposta contundente ao equivocado projeto/programa da chamada escola sem partido. No segundo semestre de 2016, foram criadas Frentes por uma escola sem mordação em diferentes estados e municípios, que estão atuando localmente na análise crítica de projetos leis relacionados ao tema, na realização de eventos de discussão com a comunidade escolar e na organização/participação em audiências públicas.

Em todos os espaços de atuação, o ANDES-SN também tem denunciado que esses projetos, caso sejam aprovados, irão retirar a autonomia didático-pedagógica dos/as professores/as, privar os/as estudantes de terem aulas que apresentem temas e análises que possam conflitar com os interesses ideológicos da classe dominante e de setores promotores do recrudescimento do conservadorismo, limitando mais ainda a formação das pessoas. O Programa Escola sem Partido

– PL visa à formação de uma sociedade alienada e apassivada que seja incapaz de lutar contra as injustiças sociais e a exploração do/a trabalhador/a. Importa lembrar que, por pressão dos setores que defendem esse tipo de proposta, o PNE aprovado no governo Dilma omitiu os aspectos relacionados à questão de gênero. Uma contribuição infeliz ao fortalecimento de movimentos de direita, financiados pela elite, como o Movimento Brasil Livre que busca de várias formas, algumas muito agressivas, inibir a liberdade em sala de aula, tanto de professores quanto de estudantes.

Há necessidade de se continuar lutando contra a aprovação desses Projetos de Lei na perspectiva de que se garanta a formação das futuras gerações que não compactuem com o silenciamento de um país, tendo como consequência, entre outras, o desconhecimento de nossa história e a vulnerabilidade perante as grandes potências internacionais. Apesar desse Projeto não ter sido aprovado, observa-se, na prática, alguns casos de cerceamento de liberdade que já ocorreram em escolas e universidades com medidas coercitivas em relação a professores/as e estudantes.

Em várias cidades, têm sido apresentados Projetos de Lei que querem instituir o Programa Escola sem Partido. Registre-se que no estado Alagoas, apesar do veto do governador, foi aprovada a lei da Escola Livre, havendo proposta de ADI da CNTE e da CONTEE, e posicionamento do MPF sobre a inconstitucionalidade daquela Lei. A Frente Nacional Escola sem Mordada continua estudando novas possibilidades de ações políticas e jurídicas para barrar esse famigerado programa.

Carreira docente, política de formação de professores/as, reforma do ensino médio

Atendendo as decisões congressuais, o GTPE participou de uma reunião conjunta entre o GTPE, o GT Carreira, o GTC&T e o Setor das Federais na qual se discutiu os impactos das Leis nº 12.772/2012 e nº 13.325/ 2016, da Portaria 17/2016 da SETEC e da Lei nº 13.243/2016, que criou o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação sobre as Carreiras de EBTTE e Magistério Superior em relação ao projeto de universidade defendido pelo ANDES-SN. O debate evidenciou que esses mecanismos legais atacam fortemente o projeto de nosso Sindicato para a universidade brasileira, expresso no Caderno 2. Isso significa uma total desestruturação da proposta de carreira única, acoplada à defesa de uma política nacional de qualificação docente, à destruição da concepção de atividade acadêmica baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão e à negação da dedicação exclusiva como regime preferencial de trabalho. Essa reunião evidenciou a necessidade do GTPE de discutir a questão relativa ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), resultando na elaboração de uma Cartilha.

As políticas de formação de professores/as apresentadas pelos diferentes governos responsabilizam o/a professor/a pela qualidade da educação e as avaliações representam esta perspectiva (Provinha Brasil, ANA, Prova Brasil, ENEM, ENADE). Contra esta lógica, o GTPE analisou e produziu material sobre as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores/as da Educação Básica, sobre a BNCC, sobre o Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (ENAMEB) e sobre o Decreto 8752/2016. É importante que este material apresentado no formato de Cartilha e Caderno continue sendo utilizado no trabalho político das seções sindicais.

Outros temas têm sido objeto de análise do GTPE, tais como: PLS 518/2009 (transfere do MEC para o extinto MC&T todas as secretarias, departamentos, autarquias, fundações públicas e empresas públicas que atuam na educação superior); PL 5054/16 (Residência Docente); PL 6840/2013 (organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento); Portarias 790/2016 e 16/2016 da SENTEC, com destaque para o debate sobre o RSC e seu impacto no projeto de universidade defendido pelo ANDES-SN; PLS 782/2015, que dispõe sobre pagamento, pelos/as estudantes universitários, de anuidade em instituições públicas de ensino superior.

A MP 746, que impõe uma Reforma do Ensino Médio, foi apresentada pelo governo ilegítimo de Temer no dia 22 de setembro de 2016. A Diretoria do ANDES-SN manifestou sua total

discordância com essa medida, por entender que o ensino médio é a etapa final da educação básica e tem um papel fundamental na formação de trabalhadores para que sejam pessoas críticas e autônomas. A finalidade dessa etapa do ensino, assim como as demais, deve ser a formação integral dos/as estudantes, voltada para a compreensão da sociedade e do mundo. O que inclui a formação para acesso à cultura geral, à formação para o trabalho, baseada no desenvolvimento do ser social em suas dimensões: moral, ética, estética, científica-intelectual.

Chama a atenção nessa reforma o fato de ser apresentada por meio de Medida Provisória, o que significa um ato autoritário do presidente da república e do MEC. Uma MP só deve ser usada em situações de “urgência e relevância” (CF de 1988, art. 62). A MP 746/2016 representa um imenso atraso em relação à concepção de uma formação omnilateral presente no PNE da sociedade apresentado nos anos de 1990, mas que não foi aprovado pelo Congresso Nacional. A proposta apresenta-se como mais um elemento de dificuldade à efetivação de um sistema de educação com articulação orgânica entre todos os níveis e modalidades de ensino, reforçando a persistente dualidade educacional expressa no oferecimento de escolas com percursos diferenciados para os/as filhos/as da classe trabalhadora e para os/as filhos/as das classes dominantes, separando educação geral de educação profissional. Além disso, apresenta uma visão reducionista de formação quando flexibiliza a oferta de disciplinas como sociologia, filosofia e artes. Com a alteração da LDB proposta pela MP, essas disciplinas tornam-se optativas deixando de ser obrigatórias. Importa ressaltar que essa medida não diz claramente que estas disciplinas não serão ofertadas, mas, ao torná-las optativas, possibilita às escolas e aos alunos dispensar esses conteúdos por considerá-los como formação secundária.

Outro absurdo implícito na MP é a permissão para que pessoas com “notório saber” possam atuar no ensino médio, o que significará uma desqualificação dos cursos de licenciatura e da carreira docente, desconsiderando que a docência é uma profissão, que tem regulamentação e que deve ser exercida por quem tem formação específica, o que inclui domínio do conteúdo e formação pedagógica. Destaque-se, ainda, a obrigatoriedade da língua inglesa em todos os anos, desconsiderando os avanços conquistados por setores sociais de que a educação deve ter como um dos seus princípios o respeito à condição pluriétnica do povo brasileiro, o que se manifesta na existência de escolas indígenas bilíngues e na possibilidade do ensino de línguas de raízes africanas. Além de existir a possibilidade de, entre línguas modernas, acontecer o ensino da língua espanhola, posto que o Brasil faz parte da comunidade de países ibero-americanos. Uma análise mais detalhada do tema foi apresentada no InformANDES de outubro de 2016.

O ANDES-SN participou da audiência na Comissão Mista do Senado sobre a MP 746/2016 e, ao lado de outras entidades, manifestou total repúdio ao uso de MP para tratar de uma questão da mais alta relevância para o futuro do Brasil, expressando o entendimento de que precisamos de uma política educacional que institua um efetivo sistema nacional de educação pública, baseado em um adequado financiamento estatal para todos os níveis e modalidades de ensino, em adequadas condições de trabalho e de estudo, e na real valorização dos profissionais com salários compatíveis com a importância do magistério, ao lado de uma carreira atrativa para que bons profissionais se dediquem a tão imprescindível tarefa social. O ANDES-SN manifestou posicionamento de que precisamos acabar com as abissais desigualdades sociais no país e que aconteça um amplo processo de discussão com os protagonistas da educação na realização de reformas que de fato fortaleçam seu caráter público, gratuito, laico e democrático, com qualidade e socialmente referenciada.

Sobre a proposta de criação de um programa de Residência Docente/Pedagógica, dois PL originados no Senado tramitam na Câmara dos Deputados (PL 7552/2014 e PL 5054/2016)³ com o objetivo de aperfeiçoar o processo de formação inicial e continuada dos professores/as. Cumpre ressaltar que o Decreto 8.752 de 9/5/2016, ao instituir a Política Nacional de Formação

³ PL 7552/2014 propõe a criação da Residência Pedagógica aos professores da educação básica com carga horária de 1600 horas. O PL 5054/16, propõe a criação da Residência Docente, com 1600 horas, para os docentes da educação básica, com previsão de financiamento por meio de bolsas aos alunos residentes e aos professores, supervisores e coordenadores.

Docente, em seu artigo 12, indica a existência de Programas e Ações Integradas de Formação Inicial e Continuada, incluindo aí a Residência Docente e, no seu artigo 17, a Prova Nacional para docentes.

Em análise preliminar sobre a residência docente, o GTPE apontou algumas críticas: trata-se de medida controversa, pois equipara a formação de professores/as a de médicos, sem equiparar os salários, não enfrenta a melhoria nas condições de trabalho das IES formadoras e das escolas, nem a dificuldade de articulação das universidades com a educação básica, a validação dos estágios de licenciaturas sem efetivo acompanhamento e sem seleção criteriosa das escolas que recebem os estagiários. Além disso, vislumbra-se que essa proposta pode significar a utilização de mão de obra barata, com bolsa de baixo valor, em substituição aos profissionais concursados, com a intensificação dos trabalhos dos docentes das IES⁴. Esse tema necessita de aprofundamento, incluindo a discussão de outros programas como PARFOR, PIBID e a formação docente por meio da EAD.

Análise da Portaria do MEC 983/2016: internacionalização da educação (TISA)

Em agosto de 2016, o Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União a Portaria 983 que cria o grupo de trabalho para “realizar levantamento de legislação que estabeleça condições diferentes entre o prestador de serviço nacional e estrangeiro para efeitos de negociações internacionais em matéria de comércio e serviços”. Na realidade, esse GT visa criar condições objetivas para permitir que a educação se torne efetivamente uma mercadoria seguindo as normas internacionais. É uma preparação para que o governo federal assine o *Trade in Services Agreements* (TISA), um tratado mais feroz do que o Acordo de Comércio e Serviço da OMC. Esse Tratado – do qual fazem parte cerca de 50 países, tendo os EUA e a União Europeia na liderança – visa incluir alguns ramos de serviço que não foram totalmente englobados pelo GATS, tais como a educação, a saúde, o transporte e os serviços bancários. Os países que o assinarem estarão impedidos de desistir dos compromissos assumidos no que se refere à liberalização dos serviços.

Esse processo traz consigo a internacionalização da exploração e a precarização da força de trabalho dos que atuam na educação. O ANDES-SN, pelos princípios que historicamente norteiam suas práticas, defende que a educação é um direito e um bem público que não pode ser reduzido a uma mercadoria. Por isso, lutará pela não assinatura de tal acordo.

Nesse sentido, é preciso que se estreitem os laços com os Sindicatos Internacionais que atuam no campo educacional e que tenham posições progressistas afinadas com os princípios assumidos pelo ANDES-SN na defesa de uma sociedade justa e solidária e de uma educação classista e democrática. Para tanto, deve-se buscar estabelecer relações sindicais que incluam a troca de materiais, a participação em Congressos e outros eventos promovidos por essas entidades.

Como um espaço de aprofundamento das várias questões descritas, o GTPE indica a necessidade da realização do V Seminário Estado e Educação, em continuidade aos anteriores, a ser realizado na cidade de Vitória, no primeiro semestre de 2017, sob os auspícios da ADUFES.

Educação e Ajuste Fiscal

É preciso relacionar as medidas específicas da educação com a PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241), já aprovada nos dois turnos da Câmara e tramitando no Senado nos meses de novembro e dezembro, a qual aprofundará a contrarreforma neoliberal do Estado brasileiro, minimizando ainda mais sua responsabilidade na oferta e na garantia das políticas sociais, uma vez que, se aprovada, congelará por vinte anos as despesas primárias que incluem gastos sociais e custeios dos serviços públicos. Um dos objetivos dessa PEC é alterar a

⁴ Na reunião do GTPE foram registradas duas experiências relacionadas com a proposta: o Colégio Pedro II e o curso de pedagogia da UNIFESP/Guarulhos.

Constituição Federal de 1988 no tocante ao artigo 212 que afirma “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Caso essa PEC seja aprovada, haverá total desvinculação dos recursos da educação da receita, conforme previsto na CF, no artigo citado. Os recursos para a área serão calculados pelos valores do ano anterior acrescido da inflação do período, calculada pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os recursos para a educação estão diminuindo para o setor público, atingindo, em 2015, um corte de aproximadamente 12 bilhões de reais. A tendência é que haverá a possibilidade de muitos cortes, como já vem sendo anunciado. Caso a PEC seja aprovada, em 10 anos haverá uma perda de cerca de 7% do PIB para a educação. Isso representa um sério problema, tendo em vista que a produção de conhecimento será atingida e cerca de 90% dessa perda ocorrerá nas universidades públicas. A falta de recursos intensificará o sucateamento das universidades públicas, e o Brasil ficará, ainda mais, dependente do conhecimento produzido em outros países, numa situação neocolonial. Ressalta-se que, além do financiamento insuficiente para a manutenção das IFES, o governo federal tem ampliado o aporte financeiro para instituições privadas por meio de programas como o FIES, o PROUNI, o PRONATEC, o PRONACAMPO. Permanece a necessidade de verticalizarmos os estudos sobre o quanto de verbas públicas tem sido transferidas para esses programas e as perdas de arrecadação oriundas das isenções fiscais.

Resistência do Setor da Educação e Contra-Ataques do Governo

Nessa conjuntura extremamente adversa para a área da educação, a Coordenação Nacional das Entidades Em Defesa da Educação Pública e Gratuita – denominada anteriormente Comitê em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública – tem atuado nos encaminhamentos aprovados no II ENE, continua realizando as atividades preparatórias rumo ao III ENE, previsto para acontecer em 2018 e pautando o debate sobre a construção da greve do setor da educação em direção a greve geral.

Esforços foram feitos para construção dessas greves, configurando-se a deflagração da greve do setor da educação federal, nas bases da FASUBRA, do ANDES-SN e do SINASEFE. Além dessa paralisação, o setor da educação reagiu ao conjunto de ataques a educação pública por meio das ocupações de mais de mil escolas pelo país afora, das greves da educação básica em quase todos os estados, das greves em diversas instituições estaduais do ensino superior e das ocupações das universidades que vem crescendo diariamente.

Ao mesmo tempo, as elites dominantes esboçam reações para conter essas lutas: o Supremo Tribunal Federal decidiu, em outubro de 2016, que os gestores públicos devem descontar os dias parados do salário dos servidores que estiverem em greve. Isso é, na prática, uma forma de coibir que tais manifestações ocorram, quando a CF garante que o servidor público possa fazer movimento peditista. Assim, a PEC 53/2016 (senadora Rose de Freitas do PMDB-ES) transforma a educação em serviço essencial com o objetivo de limitar o direito de greve.

No âmbito do judiciário, o Ministério Público Federal, em alguns estados, tem atuado na repressão e na criminalização nas Universidades e nos Institutos Federais coibindo manifestações políticas, com desrespeito à autonomia universitária. A Advocacia Geral da União, também, solicitou a reintegração de posse em nome de instituições federais de ensino durante as ocupações estudantis, sem que as reitorias fossem consultadas.

Para enfrentar as ofensivas contra a educação pública, o ANDES-SN vem participando das atividades deliberadas nos espaços de unidade na luta e vem produzindo e divulgando material crítico. Em julho de 2016, publicou a Nota Em Defesa das Universidades Públicas: contra a Mercantilização da Educação e do Conhecimento, denunciando as tentativas da mídia de induzir a opinião pública a acreditar que a classe trabalhadora e os/as beneficiários/as de políticas são responsáveis pela crise do capital, quando sugerem a retirada de direitos e a privatização das

universidades como estratégia para superação da crise⁵. Da mesma forma, em outubro de 2016, em parceria com diversas entidades, o ANDES-SN assinou o Manifesto Educação na Rua contra a Retirada de Direitos, a Lei da Mordada e a Reforma do Ensino Médio, que foi distribuído no Dia Nacional de Lutas dos Servidores Públicos contra a PEC 55/241⁶ (que tramitou na Câmara como PEC 241). Não menos importante tem sido o apoio do sindicato às ocupações realizadas pelo movimento estudantil contra a MP 746/16 e contra a PEC 55/16.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Dar ampla divulgação do Caderno 26 do ANDES-SN para a categoria, às entidades sindicais, às acadêmicas, às institucionais, aos movimentos sociais ligados à educação (comitês locais em defesa da educação pública) e na mídia.*
- 2. Que as seções sindicais promovam debates, utilizando o Caderno 26 do ANDES-SN como referência, sobre os documentos Pátria Educadora, PEC 395/14 e do PL 4372/12.*
- 3. Reafirmar posição contrária à aprovação do PL 518/2009 que transfere a educação superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia.*
- 4. Lutar contra a aprovação da PEC 10/2014.*
- 5. Produzir material sobre a PEC 10/2014 que propõe a criação do Sistema Único de Educação Superior Pública, tendo como parâmetro a luta por um Sistema Nacional de Educação.*
- 6. Lutar contra a aprovação do PL 867/2015 (Programa Escola sem Partido) e demais projetos de lei a ele apensados, bem como os projetos de leis similares nos estados e municípios.*
- 7. Produzir materiais que denunciem os efeitos nocivos do Programa Escola sem Partido para a liberdade de expressão e manifestação,*
- 8. Articular ações com outras entidades sindicais, estudantis e científicas para barrar a aprovação do PL 867/2015.*
- 9. Lutar contra a aprovação do PL 4643 de 2012 que propõe a criação, nas IFES, do Fundo Patrimonial e construir na base as condições de luta.*
- 10. Lutar contra a assinatura, pelo governo brasileiro, do Trade in Services Agreement (TISA), que visa regulamentar a educação como serviço.*
- 11. Articular ações com outras entidades sindicais, estudantis e científicas contra a assinatura do TISA.*
- 12. Intensificar a luta contra o crescente mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e a ressignificação do caráter público da educação que estão presentes no PNE (2014-2024) e nos diversos projetos que tramitam no Congresso Nacional, nas leis já aprovadas e nos programas e ação do governo em andamento.*
- 13. Apresentar o estudo aprovado no 34º Congresso do ANDES-SN sobre a crescente transferência do fundo público para o setor privado, em especial via FIES, PROUNI, PRONATEC, PRONACAMPO e BNDES, até o 61º CONAD.*
- 14. Incorporar a discussão sobre o PL 867/2015 (Programa Escola sem Partido) e demais projetos de lei a ele apensados nos encontros preparatórios e no II ENE.*
- 15. Que as secretarias regionais envidem esforços juntos às seções sindicais para a realização de discussão sobre estes projetos.*
- 16. Que as secretarias regionais e as seções sindicais, em conjunto com as demais entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes e oposições sindicais e estudantis no campo classista, constituam os comitês estaduais em defesa da educação pública e fortaleçam os já existentes.*

⁵ Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8281>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

⁶ Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1947853438.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

17. *Que as secretarias regionais e as seções sindicais, em conjunto com demais entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes, realizem os encontros preparatórios até abril de 2016, tendo como referência todo o material produzido pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!.*
18. *Participar do II Encontro Nacional de Educação, no período de 16 a 19 de junho de 2016, em Brasília (DF), organizado pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!, envidando esforços para o envio de sindicalizados e de caravanas com demais trabalhadores e estudantes.*
19. *Defender no II ENE a elaboração de uma agenda de lutas em defesa da educação pública, organizada pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já e articulada com demais entidades representativas dos trabalhadores da educação e do movimento estudantil.*
20. *Aprofundar as discussões e análises no GTPE e nas Seções Sindicais, quando possível em articulação com as entidades nacionais e locais da área da educação, acerca da política de formação de professores materializada na Resolução 02/2015 – CNE/CP, que privilegia a mercantilização da educação e aprofunda a desvalorização do magistério.*
21. *Desenvolver ações políticas e jurídicas (articuladas com outras atividades nacionais) que fortaleçam a luta para barrar e revogar tanto a política de formação de professores expressa na Resolução n. 02/2015 – CNE/CP quanto à política de reforma curricular da educação básica, materializada na proposta de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC), de iniciativa do MEC e denunciando seu caráter tecnicista e pragmático sintonizado com os interesses imediatos do mercado e em detrimento aos interesses de formação humana da classe trabalhadora.*
22. *Que o ANDES-SN, somando-se a outras associações e entidades, refute publicamente a versão preliminar da BNCC, elencando os pontos gerais da proposta contrários às deliberações do ANDES-SN, denunciando a falta de debate real e efetivo sobre a questão, bem como a preocupante modificação dos rumos da educação básica brasileira, inserida ao longo do documento do MEC.*
23. *Que o ANDES-SN, sob a coordenação do GTPE, aprofunde as reflexões (gerais e específicas) sobre os elementos contidos na versão preliminar da BNCC.*
24. *Publicar nota crítica do ANDES-SN sobre a proposta de BNCC apresentada pelo MEC.*

TR - 12

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Envidar esforços, por meio das seções sindicais e regionais, para a criação nos estados e municípios de Frentes, Fóruns ou Comitês de Luta a favor da Escola sem Mordada, ou fortalecer as iniciativas existentes, realizando movimentos, debates, divulgando a Cartilha do ANDES Projeto do Capital para Educação: Análise a Ação para Luta.
2. Participar como *Amicus Curiae* da ADI apresentada pela CNTE e CONTEE contra a lei que instituiu a escola livre em Alagoas.
3. Ampliar a denúncia dos impactos negativos das Leis nº 12.772/12, nº 13.325/16, Portaria 17/16 da SETEC e Lei nº 13.243/16 para o projeto do ANDES-SN para as universidades brasileiras, divulgando a Cartilha que será publicada antes do 36º Congresso do ANDES-SN.
4. Continuar acompanhando a tramitação, com ações de denúncia e enfrentamento, das legislações do executivo e do legislativo que implementam a contrarreforma da educação pública, para sua privatização e mercantilização.
5. Continuar aprofundando a análise da Política de Formação de Professores/as (Resolução nº 02/2015 do CNE de junho de 2015, Base Nacional de Formação dos Professores/as, o PL 5054/2016/Residência docente, PL 6114/2009/ENAMEB e o Decreto 8.752/2016).
6. Lutar contra aprovação da MP 746/2016 denunciando seu caráter autoritário, seu teor tecnicista e a desqualificação da formação e da carreira do/a professor/a do ensino médio.

7. Acompanhar a tramitação do PL 6840/2013 que visa instituir a jornada em tempo integral no ensino médio e dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento, pautando sua análise para indicação de enfrentamento.
8. Lutar contra as medidas recessivas referentes ao Ajuste Fiscal que retiram recursos da educação para realizar o *superávit* primário para o pagamento da dívida.
9. Lutar contra aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos.
10. Denunciar os objetivos da Portaria 983 de 2016 do MEC que cria um grupo de trabalho para regulamentar a educação como um serviço que deve ser comercializado seguindo o que propõe o *Trade in Services Agreements* (TISA) aprofundando o que já determina o Acordo Geral do Comércio e Serviços (OMC).
11. Estreitar as relações com centrais sindicais e sindicatos internacionais da educação no sentido de fortalecer as lutas dos/as trabalhadores/as de todo o mundo, na defesa de uma sociedade justa e solidária de uma educação classista e democrática.
12. Continuar na construção da greve do setor da educação como parte do processo de construção da greve geral, como uma recomendação do II ENE.
13. Realizar, por meio do DIEESE, estudo do Dieese para identificar a transferência de fundo público para o setor privado da educação, por meio de programas como o FIES, o PROUNI, o PRONATEC, o PRONACAMPO, bem como as perdas de arrecadação oriundas das isenções fiscais.
14. Identificar e combater a atuação do poder judiciário na criminalização dos movimentos estudantil, sociais e dos/as trabalhadores/as.
15. Construir ou fortalecer, onde já existe, os Comitês de apoio às ocupações estudantis e outras iniciativas em defesa da educação pública de qualidade.
16. Realizar o V Seminário Estado e Educação do ANDES-SN no primeiro semestre de 2017.
17. Pautar o debate no ANDES-SN, na Coordenação Nacional das Entidades Em Defesa da Educação Pública e Gratuita, e seus Comitês ou Fóruns Estaduais, sobre as atividades voltadas para a realização do III ENE, previsto para o ano de 2018.

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O ANDES-SN na Luta contra as Opressões: o Machismo, a LGBTfobia, Racismo e pela Defesa dos Povos Indígenas e Quilombolas

O ANDES-SN compreende que a luta contra as opressões é de fundamental importância para a construção de uma sociedade igualitária. Por isso, nos últimos anos, vem ampliando o debate no interior de nossa categoria, buscando avançar na luta. Nesse sentido, realizou, no ano de 2013, o Seminário Nacional Povos Indígenas e Quilombolas no Brasil, intitulado O Estado contra as Nações Indígenas e Quilombolas: a Questão da Terra, realizou o I Seminário de Mulheres do ANDES-SN, em 2011, com o tema central Basta de Violência contra as Mulheres, e o II Seminário, em 2013, que teve como tema As Novas Configurações do Mundo de Trabalho e os Desafios para as Mulheres, que possibilitaram, ao conjunto do movimento docente, a oportunidade de ampliar os debates sobre as questões de gênero no interior de nosso Sindicato, oportunizando a reflexão sobre vários eixos temáticos a exemplo de: Mulheres, Docência Universitária e Movimento Sindical; Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres, Sexualidade e Lesbofobia.

Os Seminários se constituíram não somente como espaço de denúncia das violências sofridas pelos povos indígenas, quilombolas e mulheres, mas também das violências praticadas contra lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais, sendo, ainda, um fecundo espaço de elaboração de propostas para o enfrentamento dos problemas vivenciados cotidianamente por esses sujeitos.

Assistimos, nos últimos dois anos, uma intensificação da luta das mulheres, dos negros e do LGBTTI, ganhando as ruas em manifestações pelos direitos e igualdade de gênero e respeito a diversidade. Lutas que marcaram, até mesmo, importantes movimentos políticos, como o “Fora, Cunha”, que contribuiu para a cassação do então deputado, Eduardo Cunha, acusado, entre outras coisas, de homofobia, de sexismo e de misoginia.

Apesar de estarmos avançando em nossas reflexões e práticas no interior de nosso Sindicato, avaliamos que ainda temos muito a avançar, em especial no que tange à garantia da participação das mulheres na luta e nas direções de nossas seções sindicais, e daqueles/as que, por conta dos/as filhos/as pequenos/as, afastam-se do cotidiano de nosso sindicato.

1 A Luta contra o capital e as opressões é todo dia! Um debate sobre a inclusão de mães e de pais nos espaços do ANDES-SN

Por muito tempo, os espaços públicos e de atuação política foram ocupados hegemonicamente por homens, em função de uma tradição machista/patriarcalista, que os reservava aos homens, ao passo que às mulheres era destinado o espaço doméstico. A luta contra o machismo, o sexismo e as opressões de gênero garantiu o engajamento dos companheiros à paternidade corresponsável e à conquista das mulheres na participação nas direções sindicais e, pela base, na construção das bandeiras de luta do movimento docente.

Cresce em nosso Sindicato o número de homens e mulheres, de trans, de *gays* e de lésbicas que se dividem entre as atividades familiares e sindicais, o que exige, de nós, ampliação do debate para combater toda e qualquer forma de discriminação. Também cresce em nossa categoria, notadamente nos últimos dez anos, com o ingresso de jovens professores/as, o contingente de mulheres que são responsáveis por seus filhos/as, exigindo do Sindicato a ampliação sobre as formas de viabilizar a participação.

Diante dessa conjuntura, avaliamos que também as seções sindicais, tendo em vista as resoluções aprovadas nos últimos congressos, devem avançar na garantia da presença e da participação das/os nossas/os filiadas/os nas atividades do ANDES-SN, nas assembleias e nas direções dos sindicatos.

A Constituição Federal de 1988 garante aos trabalhadores/as urbanos e rurais, em seu artigo 7º, inciso XXV, “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas”, fazendo da creche um instrumento de inclusão para pais e mães no mercado de trabalho. Esse direito precisa ser estendido para a participação política de nossa militância.

Compreendendo as conquistas históricas dos movimentos feministas e a luta dos movimentos de mulheres para garantia dos seus direitos, a Diretoria Nacional do ANDES-SN (2016-2018) defende que as seções sindicais debatam sobre a necessidade de viabilizar o auxílio-creche às/aos docentes com filhos em idade pré-escolar, durante participação nas atividades sindicais.

A conjuntura aponta a necessidade de contarmos com todos e todas nas lutas, nas ruas, construindo e fortalecendo o ANDES-SN e a CSP-Conlutas. Esperamos, ainda, que o recrudescimento do conservadorismo não nos impeça de resistir a todos os ataques que a classe trabalhadora sofre historicamente, e que se intensifica no atual governo ilegítimo, recaindo com maior ênfase sobre as mulheres.

2 O ANDES-SN E A COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIDÃO

O 35º Congresso do ANDES-SN aprovou importantes resoluções relacionadas à questão étnico-racial, que buscam intensificar a luta contra o racismo, a defesa e a ampliação das ações

afirmativas, assim como continuar no engajamento da denúncia do genocídio da juventude negra.

II. POLÍTICAS DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

O 35º CONGRESSO delibera:

2. Intensificar a luta em defesa dos direitos das mulheres, dos/as indígenas, dos/as negros/as, da juventude e dos LGBT, e contra as ações (administrativas, legislativas e judiciais) que buscam restringir tais direitos e a discriminação étnico-racial.

7. Intensificar, no âmbito das seções sindicais, ações contra o racismo, a LGBTfobia e o machismo e as demais formas de opressão.

15. Orientar as regionais do ANDES-SN para que organizem atividades com o tema, tanto na forma de mesas durante os encontros regionais, quanto em seminários e debates locais.

18. Intensificar a defesa de ações afirmativas, com ampliação de cotas étnico-raciais para negros e indígenas nas IES, com garantia de políticas adequadas de permanência estudantil, até mesmo nos cursos de pós-graduação.

Ainda no mesmo Congresso, importante resolução encaminhou que a Comissão da Verdade do ANDES-SN deveria engajar-se na luta, no registro e na denúncia dos genocídios enfrentados pela população negra, indígena, quilombola, cigana, camponesa, dos sem-teto e dos moradores das periferias. O Congresso entendeu que o Sindicato deve enfrentar a permanência de práticas ditatoriais.

VIII – COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

O 35º CONGRESSO delibera:

5. As seções sindicais do ANDES-SN devem se engajar na luta, em campanhas e na denúncia, seguida de registro, para constituição de uma memória de todos os crimes, assassinatos e perseguições políticas, desaparecimentos forçados, bem como o genocídio da população negra, indígena, quilombola, cigana, camponesa, dos sem-teto e dos moradores das periferias. Trata-se de ação de enfrentamento da permanência de práticas ditatoriais.

Portanto, houve um entendimento de que as opressões sofridas por essas populações fazem parte de um processo estrutural na história, que institucionalizou práticas repressivas baseadas nas relações raciais construídas no passado e que continuam fazendo sentido no presente. Visões racializadas da sociedade foram forjadas desde o período da escravidão, marcando a entrada de mais de quatro milhões de africanos no país, e que destinam a vida de negras e negros no Brasil, hoje cerca de 54% da população nacional, principalmente sua juventude, vítima em maior escala da violência. Segundo o Mapa da Violência de 2016 da FLACSO Brasil, de 2003 a 2014 as mortes de negros causadas por armas de fogo aumentaram.

Em 2003, foram 20.29, e 2014 passaram para 29.813 pessoas vitimadas. Já as mortes de brancos motivadas por armas de fogo diminuíram de 13.224, em 2003, para 9.766 pessoas, em 2014. A juventude negra e parda, em torno dos 21 anos de idade, possuía em 2014, 147% a mais chances de ser vitimada por homicídio em relação aos brancos. Ainda segundo o Mapa da Violência de 2015 da FLACSO Brasil, nos últimos dez anos, os homicídios de mulheres negras aumentou 54%, enquanto os de mulheres brancas caiu 9,8%. Realidade racializada e estruturada nas instituições e relações sociais, oriunda do período escravista. No 61º CONAD, foi aprovada resolução que propõe um contato do GTPCEGDS e da Comissão da Verdade do ANDES-SN à Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil criada pelo Movimento Negro e

pela OAB, e que tem também participação da CSP-Conlutas, para avaliação de possíveis trabalhos em conjunto.

*III – NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN
O 61º CONAD do ANDES-SN delibera:*

3. Que o GTPCEGDS estabeleça contato com a comissão nacional da verdade da escravidão no Brasil para avaliar, em conjunto com a Comissão da Verdade do ANDES-SN, a existência de possíveis trabalhos de cooperação mútua.

No campo intelectual, o pensamento sociológico brasileiro foi também racialmente assentado, reforçando, nas instituições de memória e educacionais do país, as antigas concepções racializantes vigentes no final do século XIX. Em resumo, olhares sobre a população negra que ainda perduram no senso comum e também no campo intelectual nacional.

O Estado Nacional e a sociedade brasileira devem reparações sociais, culturais, educacionais e econômicas ao povo negro. O diálogo com a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil será fundamental para registrarmos e denunciarmos as opressões sofridas por negras e negros. Internamente, dentro do Sindicato, o Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, a Comissão da Verdade e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN, a partir desse engajamento, trabalharão em conjunto, visibilizando essas mesmas ações opressivas em nossas universidades e auxiliarão a militância na busca por reparações a tais injustiças. Esse trabalho, que deverá ser articulado com as seções sindicais, será fundamental para realizarmos um trabalho formativo na base do movimento docente, provocando nossas e nossos colegas a reconhecerem seus privilégios como brancos na sociedade e nas universidades ainda balizada pelas relações estruturadas pelo sistema escravista.

Também, o GTPCEGDS buscará registrar as trajetórias de docentes negras e negros nas universidades brasileiras, visibilizando trajetórias de lutas e a construção de saberes que nossas e nossos colegas construíram nas últimas décadas. Tais ações serão basilares para continuarmos a fundamentar e a fortalecer nosso engajamento na luta pelas reparações a negras e negros.

3 A LUTA CONTRA AS OPRESSÕES E A RESISTÊNCIA AO RECRUDESCIMENTO DO CONSERVADORISMO

O período de 2015 e 2016 foram reconhecidos como os anos da Primavera das Mulheres no Brasil, tendo como pauta central o “Fora, Cunha”, pois o deputado federal cassado representou na Câmara um projeto misógino e de retrocessos às pautas e aos direitos das mulheres, além disso também pautando a luta contra a violência às mulheres e o recrudescimento do conservadorismo. É importante registrar que a luta das mulheres no Brasil é histórica, negras e indígenas já se levantavam contra as opressões há mais de 300 anos, as operárias e as militantes de esquerda há 200 anos disputam as discussões das desigualdades de gênero alinhado ao debate das lutas de classes. Entre os séculos XIX e XX, as mulheres, em defesa do sufrágio universal, abriram um debate necessário: o direito ao voto e o espaço na política.

Nesse sentido, a luta contra o discurso do “lugar da mulher” e da sua “fragilidade e feminilidade”, por conta da “maternagem”⁷, constituiu um dos grandes movimentos de emancipação das mulheres: o feminismo. A luta contra o feminicídio e a Lei Maria da Penha, com todas as suas limitações, é resultado do avanço do movimento feminista. O feminismo ou os feminismos são responsáveis por isso, pela formação e disputa de um projeto político, no

⁷ O discurso da maternagem surge a partir da construção cultural sobre as diferenças biológicas, ou seja, a sociedade – dentro dos seus aspectos culturais – organiza e orienta os papéis que serão assumidos por homens e mulheres, partindo das suas características biológicas. O que não significa que esses papéis sejam naturais, pelo contrário, são naturalizados, pelos homens e pelas mulheres, dentro de uma relação de poder – a relação de gênero. In: SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Gender and Politics of History. New York: Columbia University Press, 1989.

qual, as mulheres disputam e lutam por garantia de direitos. Mas não só isso, a luta feminista no Brasil é uma luta antirracista, antimachista e de classe.

Na América Latina, a luta contra a cultura do estupro ganhou força nos últimos dois anos, e a compreensão de que é fruto de uma construção histórica da normatização da violência contra as mulheres. A cada denúncia, o silêncio é rompido e outras mulheres passam a participar e integrar, o que chamamos hoje, da rede de segurança. Os espaços formativos e a luta contra o machismo garantiram às mulheres espaços estratégicos no combate à misoginia. Dessa forma, estar nesses espaços, participar, e o avanço do feminismo foram e são fundamentais nesse processo.

Referente às questões étnico-raciais, em nossa análise, há também uma ascensão das lutas da população negra no Brasil, em resposta às condições de exploração extremamente opressivas, nas quais sobrevive. Sendo 54% da população brasileira, negros e negras ocupam os postos de trabalho precarizados, com menores renda, e há verdadeiro extermínio da juventude negra, ressaltando que a violência contra as mulheres negras aumentou 54,8% (queda de 9,8% para as brancas). O Brasil é o 5º país do mundo em população carcerária em que 2/3 do total é negra, e 50% dessa população têm entre 18 e 29 anos.

Esses dados colocam em cheque o mito da democracia racial no ano em que completa 15 anos da III Conferência Mundial contra o racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Há que se avançar na pauta de luta do povo negro para além das políticas de ações afirmativas e cotas raciais, para as Reparações Históricas ao povo negro. Foi dentro dessas discussões que o ANDES-SN realizou o II Seminário de Ações Afirmativas (2012), debatido desde o 22º Congresso, e fortaleceu o movimento dentro do Sindicato, no combate ao racismo e em favor à defesa das cotas.

A realização desses seminários atenderam uma reivindicação geral da base e enfatizou que as questões de gênero, de raça e de classe precisam ser debatidas de forma transversal aos problemas estruturais, e não isoladas, como epifenômenos, ou questúnculas de identidade. Tendo em vista a necessidade da transversalidade dessas discussões no 32º Congresso do ANDES-SN, aprovou-se o II Seminário de Diversidade Sexual para fortalecer as lutas nas universidades contra todas as formas de assédio e de violência.

Na atual conjuntura, vive-se um recrudescimento do conservadorismo que atua contra os direitos conquistados pelos movimentos feministas, Movimento Negro e LGBTI, demandando ao ANDES-SN e às suas seções sindicais garantir o maior número de docentes nos espaços deliberativos do nosso Sindicato e na sua construção.

Nesse sentido, para o 36º Congresso:

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

II. POLÍTICAS DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Lançar, durante o II ENE, que ocorrerá em Brasília, em junho de 2016, a cartilha que discute ações contra a discriminação e o preconceito étnicorracial de gênero e de orientação sexual

2. Intensificar a luta em defesa dos direitos das mulheres, dos/as indígenas, dos/as negros/as, da juventude e dos LGBT, e contra as ações (administrativas, legislativas e judiciais) que buscam restringir tais direitos e a discriminação étnicorracial.

3. Propor à CSP-Conlutas e aos movimentos sociais a realização de uma campanha pela ampliação de direitos das mulheres, dos indígenas, das/os negros/as, quilombolas, da juventude dos/das LGBT, dos ciganos e contra a aprovação:

3.1 da Proposta de Emenda à Constituição 171/93 que diminui a maioria penal de 18 para 16 anos;

3.2 do Projeto de Lei nº 5069/13 que tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem “induz” a gestante à prática de aborto; exigindo o seu arquivamento;

3.3 do Projeto de Emenda à Constituição Federal 215/00 que passa ao Congresso Nacional as competências exclusivas à aprovação de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e quilombolas e a ratificação das demarcações já homologadas;

3.4 do Projeto de Lei nº 478/07 que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro;

3.5 do Projeto de Lei nº 1545/11 que penaliza o médico que interromper a gravidez fora das hipóteses existentes na lei atual - estupro e risco de vida para mulher e fetos anencefálicos, com a reclusão de 6 a 20 anos;

3.6 do Projeto de Lei nº 6583/13 que dispõe sobre o Estatuto da Família.

4. Apoiar e lutar pela aprovação do PL 882/2015, que trata dos direitos fundamentais da saúde sexual, direitos reprodutivos e políticas públicas de assistência integral à saúde da mulher, assim como da regulamentação das condições de interrupção da gravidez durante as primeiras 12 semanas do processo gestacional e das obrigações dos poderes públicos, sem qualquer forma discriminatória.

5. Lutar, no âmbito das seções sindicais, pela ampliação de normas que estabelecem respeito à identidade de gênero das pessoas trans, conhecida como nome social, nas IES.

6. Realizar, na próxima reunião do GTPCEGDS, um painel sobre assédio moral e suas interseções com as violências de gênero, LGBTfóbica, etnicorracial.

7. Intensificar, no âmbito das seções sindicais, ações contra o racismo, a lgbtfobia e o machismo e demais formas de opressão.

8. Intensificar, no âmbito das seções sindicais e das secretarias regionais, a luta contra o assédio moral e sexual.

9. Lutar contra o veto de Dilma ao PL n. 5944/2013 que propõe a inclusão do ensino das línguas indígenas no ensino médio profissionalizante e superior.

10. Intensificar a unidade das seções sindicais e secretarias regionais com outros movimentos sociais e populares na luta contra o assédio moral e sexual.

11. Desenvolver com mais intensidade a luta, no âmbito das seções sindicais, contra o preconceito contra pessoas com deficiência.

12. Que o ANDES-SN procure elaborar materiais específicos para cada uma destas temáticas, contemplando o acúmulo dos movimentos sociais, a começar por uma revista Universidade e Sociedade sobre o protagonismo das mulheres na luta social.

14. Elaborar material, com subsídios do GTPCEDGDS que abordem o tema do combate à violência contra a mulher e a descriminalização do aborto, para subsidiar ações nas IES.

15. Orientar as regionais do ANDES-SN para que organizem atividades com o tema, tanto na forma de mesas durante os encontros regionais, quanto em seminários e debates locais.

16. Articular, junto à CSP-Conlutas, aos movimentos de mulheres, ao movimento estudantil e demais entidades e movimentos interessados, atividades no dia de luta pela descriminalização do aborto, 28 de setembro.

17. Apoiar as manifestações contra o PL5069/13. Indicar mobilização nacional dos sindicalizados ao ANDES-SN no dia de luta latino americano e caribenho de luta pela legalização e descriminalização do aborto, 28 de setembro.

18. Intensificar a defesa de ações afirmativas, com ampliação de cotas étnicorraciais para negros e indígenas nas IES, com garantia de políticas adequadas de permanência estudantil, inclusive nos cursos de pós-graduação.

19. Lutar pela criação de cotas raciais para ciganos.

TR - 13

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Detate, por meio das seções sindicais, em suas assembleias e instâncias deliberativas, formas de viabilizar a participação das mulheres responsáveis exclusivas pelos filhos de 1 a 12 anos nas atividades da seção sindical e do ANDES-SN.
2. Garantia de creches e de espaços de convivência nos recintos das seções sindicais, com garantia de infraestrutura para docentes com filhos participarem das assembleias.
3. Realização, no ano de 2017, do Encontro do GTPCEGDS, com duração de 3 dias, para o III Seminário de Mulheres, em março de 2017, tendo como centro feminismo negro, feminismo trans e a luta contra o recrudescimento do conservadorismo e a retirada de direitos; do III Seminário de Diversidade Sexual, em maio de 2017, marcando a luta contra a homofobia, a lesofobia e a transfobia; e do Seminário sobre Reparação e Ações Afirmativas.
4. Articulação, junto à CSP-Conlutas, aos movimentos de mulheres, ao movimento estudantil e às demais entidades e movimentos interessados, atividades nos dias de luta pela garantia aos direitos das mulheres: 8 de março – Dia Internacional da Mulher; 25 de abril – Dia Latino-Americano da Mulher; 28 de maio – Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e Dia de Combate à Mortalidade Materna; 30 de maio – Dia de Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais; 25 de julho – Dia da Mulher Afro-latino-americana e caribenha; 12 de agosto – Dia de Luta contra a Violência no Campo – Marcha das Margaridas; 19 de agosto – Dia Nacional do Orgulho Lésbico; 29 de agosto – Dia da Visibilidade Lésbica; 26 de agosto – Marcha das Margaridas; 06 de setembro: Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher; 28 de setembro: Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe; 10 de outubro – Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher; 12 de outubro – Dia Internacional da Mulher Indígena e Dia Nacional de Luta por Creches; 15 de outubro – Dia Mundial da Mulher Rural; 25 de novembro – Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher.
5. Que o ANDES-SN busque compor participação na Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil criada pelo Movimento Negro e OAB e em trabalho conjunto do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, a Comissão da Verdade e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN buscando registrar, visibilizar e mobilizar o movimento docente no combate ao racismo no Brasil.
6. Que o GTPCEGDS crie e alimente com as seções sindicais um observatório de práticas de racismo em suas diversas dimensões e outras violências (assassinatos, torturas) nas universidades, com intuito de denunciar e também gerar ações militantes.
7. Que o GTPCEGDS, a Comissão da Verdade do ANDES-SN e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente trabalhem em conjunto no registro via audiovisual de testemunhos de docentes negras e negros das universidades brasileiras, a fim de montar ações de visibilidade a essas trajetórias via a produção de documentário e outros materiais de divulgação realizados pelo Sindicato Nacional.

Recomendação:

1. Que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas a garantia, em reuniões e atividades sindicais, com duração de 1 a 3 dias fora do domicílio da/o Diretora/o, do auxílio – creche com a inclusão de meia diária como suporte.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

TEXTO DE APOIO

A disputa contra-hegemônica na comunicação –perspectiva da comunicação sindical do ANDES-SN sistematizada no Plano Geral de Comunicação do Sindicato Nacional – adquire cada dia mais a necessidade de aprofundar e de ampliar a sua inserção no conjunto da classe trabalhadora. Em meio aos diversos ataques operados pelos governos, a mídia burguesa tem explicitado cada vez mais o seu papel de defensora das políticas do capital. Para exemplificar, todas as medidas que atacam o serviço público, os direitos previdenciários e trabalhistas repercutem midiaticamente como necessidades para o desenvolvimento do país, formando opiniões gerais de interesses diametralmente opostos para os trabalhadores e trabalhadoras.

Na contra-hegemonia da comunicação, é fundamental o fortalecimento dos veículos alternativos não somente na sua disseminação, mas também na instrumentalização da população para fazer a disputa de projetos de sociedade. Esse desafio também envolve a preocupação constante com a disseminação de um conjunto de recursos (especialmente das redes sociais) que buscam confundir a classe por meio de informações falseadas ou fontes não confiáveis. Tal questão é necessária em função da legitimidade histórica que a comunicação do sindicato nacional adquiriu ao longo dos anos como importante fonte de comunicação sindical, tanto para a categoria docente quanto para os setores classistas.

Dessa forma, faz parte da nossa luta pelos direitos dos trabalhadores a democratização da comunicação e o marco regulatório da internet, pois o Estado brasileiro, subordinado aos setores empresariais, opera políticas que beneficiam somente as corporações empresariais privadas de comunicação por meio das concessões sempre renovadas para grande mídia, ou mesmo na concessão de canais de TV e Rádio para parlamentares e igrejas, sem nenhum tipo de controle estatal ou da população. Nesse sentido, fortalecer o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) é uma tarefa importante para o Sindicato Nacional, assim como desenvolver ações acerca das resoluções já aprovadas em congressos anteriores que tratam da articulação das seções sindicais com rádio/TV comunitária, veículos populares e outras formas de mídia alternativa.

Ao longo dos anos, o Sindicato Nacional vem avançando na perspectiva de articulação entre a comunicação e a arte, especialmente nas ações das seções sindicais, pelas atividades culturais, materiais, eventos e outras formas que valorizam o papel transformador da arte, da cultura e da comunicação. Essa relação não pode ter objetivo instrumental ou decorativo, mas envolver a perspectiva de arte engajada. Isso é, a produção artística com um sentido combativo, provocativo e que contribua na disputa de consciência por meio do entrelaçamento com a comunicação contra-hegemônica.

Um exemplo importante em relação a isso é o jornal *Informandes* que tem sido desenvolvido com uma diagramação que busca articular a comunicação e a arte nas ilustrações (tiras, charges, infográficos etc.) como forma de informar e de instrumentalizar a categoria para enfrentar os desafios da conjuntura. Com base no *Informandes* de novembro de 2016, teremos uma ilustração nos jornais mensais intitulado a “Turma do Tino”, são tiras (quadrinhos) próprias do ANDES-SN, elaboradas pelo cartunista Ricardo Borges, cujo objetivo é apresentar outra linguagem para as pautas do Sindicato Nacional, no sentido de disputa contra-hegemônica da comunicação sindical, retratando as matérias do Jornal por meio do humor crítico.

A realização do V Encontro de Arte e Comunicação do ANDES-SN avança na relação entre a comunicação e a arte nos meios digitais. As diferentes formas de comunicação na internet são desafios constantes para a categoria, pois ao mesmo tempo em que são importantes espaços para disseminar informações e materiais de mobilização, as empresas que dominam as operadoras das redes sociais (facebook, Whatsapp, Twitter etc.) controlam e/ou restringem os conteúdos que são publicados, seja na forma das estratégias comerciais sejam políticas de conteúdo de suas empresas.

A recente pesquisa de comunicação das seções sindicais realizada permitirá que tenhamos elementos mais concretos acerca da estrutura, dos materiais, da distribuição e da perspectiva de comunicação das seções sindicais sendo fundamentais para atualizarmos a política de comunicação. No momento do fechamento deste Caderno de textos, ainda não temos a sistematização das informações recebidas pelas seções sindicais sobre o levantamento da comunicação. No próximo período, a coordenação do GTCA irá elaborar esse material e socializar com o conjunto do Sindicato Nacional para apreciação e fortalecimento da política de comunicação sindical.

No âmbito do fortalecimento da comunicação sindical contra-hegemônica, é fundamental a contribuição do ANDES-SN para a comunicação da CSP-Conlutas. A realização do II Seminário de Comunicação da CSP-Conlutas, a ocorrer em dezembro de 2016, aprofundará a construção da política de comunicação da nossa Central. Nesse sentido, é importante que os encaminhamentos do seminário possam ser tratados no GTCA e no próximo CONAD com vistas a encaminhar propostas para o III Congresso da CSP-Conlutas a se realizar em 2017.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

III – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que as seções sindicais:

- 1. Promovam a arte e a cultura como parte da ação sindical e das mobilizações integrando militantes e profissionais da comunicação.*
- 2. Fortaleçam e intensifiquem a produção artístico cultural nas ações políticas do sindicato, no sentido de sensibilizar e promover as lutas do cotidiano, inclusive nas atividades multicampi.*
- 3. Rearticulem e fortaleçam os GTCA locais trabalhando em conjunto militantes e profissionais da comunicação para avançar no debate sobre a comunicação para os trabalhadores.*
- 4. A partir do Plano de comunicação do ANDES-SN, construam ou intensifiquem o Plano de Comunicação local.*
- 5. Se cadastrem no repositório digital do ANDES-SN e disponibilizem as artes, vídeos e materiais para compartilhamento.*
- 6. Socializem materiais produzidos para as mobilizações locais, através do repositório do ANDES-SN, para que outras seções sindicais façam uso coletivo (panfletos, dados, jornais etc.).*
- 7. Fortaleçam o GT de Comunicação da CSP Conlutas Nacional e Estadual com a participação de representantes das seções sindicais e dos profissionais da comunicação.*
- 8. Estabeleça diálogo com mestres, artífices, artistas e produtores culturais locais, como forma de ampliar o conteúdo classista da produção artística e cultural geral.*
- 9. Aprofunde o debate com movimentos sociais regionais para a criação e consolidação do Canal da Cidadania, que possibilite que movimentos sociais e entidades representativas dos trabalhadores tenham duas emissoras na TV aberta por município, a partir de princípios a serem construídos coletivamente.*

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Que o ANDES-SN, amplie a participação e intensifique o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, tanto no âmbito nacional como local, em parceria com movimentos,*

fóruns, professores e grupos de pesquisa que atuam nesta temática, como é o caso do FNDC, que a entidade constrói.

2. Que o ANDES-SN, por meio do GTCA e com a efetiva participação das seções sindicais, promova a discussão sobre as políticas de radiofusão gratuita no Brasil, numa perspectiva crítica e classista, envolvendo, dentro do possível, profissionais da área, cuja atuação e produção intelectual esteja sintonizada com esta perspectiva.

3. Promova o Encontro Nacional de Comunicação e Artes do ANDES-SN em 2016, com uma programação que possibilite a participação de profissionais de outras entidades sindicais, mas também de militantes em prol da democratização da comunicação, de maneira a se tornar um evento que constitua a agenda sobre a temática.

4. Invista na formação e aperfeiçoamento das equipes e assessorias de comunicação nacional e das seções sindicais para melhorar a linguagem e expressão dos conteúdos que defendemos em relação à mídia e público alvo, respeitando as diferentes variações linguísticas regionais e sociais e as novas formas de apropriação de conteúdo.

4. Aprofundar o debate sobre o marco civil da internet.

5. Nos termos da política de comunicação do ANDES-SN, intensificar, em níveis local, regional e nacional, o apoio e o envolvimento na organização de mídias alternativas e comunitárias, como forma de fortalecimento da pluralidade, de ampliação dos espaços comunicacionais e de independência em relação à mídia comercial.

TR - 14

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Aprofundar as redes colaborativas de informação entre as equipes de comunicação (profissionais e diretores) das seções sindicais e da imprensa nacional, compartilhando materiais por meio do Repositório Digital do ANDES-SN, utilizando ferramentas de comunicação para cobertura em rede de ações nacionais e outras possibilidades que dinamizem o compartilhamento de informações e potencializem a comunicação.

2. Fortalecer o GT de Comunicação da CSP-Conlutas Nacional e Estadual com a participação de representantes da diretoria e profissionais da comunicação das seções sindicais.

3. Aprofundar, a partir dos encaminhamentos do II Seminário de Comunicação da CSP Conlutas, o debate sobre a comunicação sindical da central para colaborar com a elaboração de um Plano de Comunicação da CSP-Conlutas.

4. Que as seções sindicais aprofundem a articulação do trabalho da comunicação com o campo artístico-cultural, integrando militantes e profissionais da área, para a realização de políticas de arte e comunicação e produção de materiais.

5. Desenvolvr, por meio seções sindicais, pelos GTCA locais, ações de formação (seminários, debates etc.) sobre comunicação sindical na perspectiva contra-hegemônica com referência no Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN envolvendo docentes e profissionais da comunicação.

6. Divulgar a sistematização da pesquisa sobre comunicação sindical do ANDES-SN realizada no segundo semestre de 2016 para aprofundamento e fortalecimento da política de comunicação do Sindicato Nacional.

COMISSÃO VERDADE DO ANDES-SN: A LUTA PELA MEMÓRIA, REPARAÇÃO E JUSTIÇA

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN surgiu no contexto da década de 1980, nos últimos estertores da ditadura empresarial-militar, tendo sofrido todas as consequências desse período obscurantista de nossa história, como, por exemplo: cassação de professores, aposentadorias compulsórias, estudantes punidos pelo decreto 477, presença de censores e delatores em sala de aula, demissões por perseguição ideológica, prisões, mortes, torturas e banimento de professores, estudantes e técnicos.

A Comissão da Verdade do ANDES-SN foi criada no 32º Congresso do Sindicato, em 2013, na cidade do Rio de Janeiro, e a sua coordenação foi constituída no 58º CONAD, tendo se empenhado durante este período de tempo, por meio de suas secretarias regionais e seções sindicais, em desenvolver ações no sentido de contribuir com a luta nacional contra a impunidade daqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade a serviço do Estado durante a ditadura empresarial-militar iniciada com o golpe militar de 1964.

O amplo trabalho proposto pela comissão teve, no início, a participação do Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD), o que possibilitou abrir pistas para atuação junto às seções sindicais, construir vários relatórios e publicar um caderno.

O elemento central do nosso trabalho nessa comissão é contribuir para a revisão da Lei de Anistia, ao mesmo tempo em que lutamos pela responsabilização judicial daqueles que cometeram os mais diversos crimes (prisões, torturas, mortes, desaparecimento de corpos, banimento, etc.) contra os que combatiam a ditadura empresarial-militar e defendiam as liberdades democráticas. Tão importante quanto punir os executores dos crimes, se faz necessário também acabar com a impunidade que protege os mandantes, bem como os superiores que toleraram ou acobertaram tais práticas e que ainda persistem até os dias de hoje.

Dando continuidade ao processo de desvelamento da história recente do Brasil, a coordenação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, eleita no 61º CONAD, desenvolverá um conjunto de eixos de trabalho e realizará ações tendo em vista efetuar um método de trabalho articulado com segmentos internos ao ambiente da universidade e da sociedade civil, para tentar contribuir com a formação de uma sociedade que reconheça a importância da sua memória histórico-social e combata os crimes praticados pelo Estado e, ainda, faça justiça.

Importa ressaltar a importância da Comissão para resgatar a memória e evitar o esquecimento principalmente na conjuntura que vive o Brasil atualmente, quando ficou visível a ação de vários grupos que pedem o retorno da ditadura e dos generais, elogios aos torturadores, expressando-se, até mesmo, de forma violenta, como foi a invasão da Câmara de Deputados no RJ e no Congresso Nacional, pelos jovens do MBL ou Pátria Brasil, que chamam a polícia para desocupar escolas e universidades ou se constituem como verdadeiras milícias fascistas que ocupam espaços na mídia e nas redes sociais difamando e organizando ações contra movimentos sociais, entidades e organizações políticas, como era feito durante a ditadura militar pelos grupos de jovens do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e do Movimento Anticomunista (MAC), colaboradores da repressão de triste memória.

Outro aspecto a ser considerado e denunciado pela Comissão e pelo ANDES-SN é a criminalização dos movimentos sociais e o uso do aparato policial militar na repressão aos

movimentos nas universidades e nas escolas ocupadas, como bem exemplifica a invasão pela polícia, sem ordem judicial, da Escola Florestan Fernandes do MST.

Dessa forma, além de lutar pela punição dos que praticaram crimes em nome do Estado, lutar também contra o esquecimento se faz essencial nessa conjuntura. Para que não se esqueça, para que jamais aconteça.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

VIII - COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Propor às seções sindicais que construam instrumentos de luta, no espaço de suas respectivas IES, pela revisão da Lei da Anistia destacando os seguintes itens:

1.1 que sejam mantidas a anistia e os direitos conquistados pelos perseguidos políticos pela ditadura empresarial-militar;

1.2 lutar pela punição dos autores dos atos criminosos praticados pela ditadura empresarial-militar.

2. Aprofundar, no âmbito das seções sindicais, estudos e pesquisas sobre a presença do entulho autoritário da ditadura empresarial-militar nas IES, em seus respectivos estatutos e regimentos e das relações e práticas acadêmicas atuais.

3. Que as seções sindicais, sob orientação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, realizem um levantamento, no interior de suas respectivas IES, sobre a situação dos docentes que foram perseguidos, assassinados, expurgados e cassados durante o período da ditadura empresarial-militar, com vistas à construção de um quadro nacional da situação.

4. Que a Comissão da Verdade do ANDES-SN, na luta por memória e justiça, entre em conjunto com movimentos de direitos humanos no campo classista dos trabalhadores, demais entidades democráticas interessadas na punição dos crimes da Ditadura e movimentos dos familiares dos mortos (e desaparecidos) durante a ditadura empresarial-militar, na luta pela abertura irrestrita dos arquivos do período ditatorial.

5. As seções sindicais do ANDES-SN devem se engajar na luta, em campanhas e na denuncia, seguida de registro para constituição de uma memória de todos os crimes, assassinatos e perseguições políticas, desaparecimentos forçados, bem como, o genocídio da população negra, indígena, quilombola, cigana, camponesa, dos sem-teto e dos moradores das periferias. Trata-se de ação de enfrentamento da permanência de práticas ditatoriais.

Dessa forma, a Comissão da Verdade propõe as seguintes ações:

TR - 15

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Convocar reuniões ampliadas periódicas da Comissão da Verdade do ANDES-SN com a participação de representantes das comissões da verdade constituídas pelas Seções Sindicais.

2. Dispensar esforços, em parceria com as comissões da verdade constituídas pelas seções sindicais, por meio da Comissão da Verdade do ANDES-SN, para:

2.1 ampliar o foco do trabalho da comissão da verdade do ANDES para o pós-1985, tendo como um dos elementos centrais investigar a permanência de leis, de decretos, de ações e de práticas governamentais que contribuam para a continuidade/permanência da legislação autoritária e policialesca;

2.2 continuar mapeando os atos da ditadura empresarial-militar iniciada em 1964, e o levantamento de presos, de torturados, de mortos e de exilados entre professores, estudantes e técnicos;

- 2.3 identificar resoluções, decretos e documentos internos das universidades que atingiram os três segmentos e que impactavam na liberdade e autonomia universitária;
 - 2.4 mapear na estrutura jurídico-administrativa os instrumentos repressivos da ditadura que permanecem regulando a vida acadêmica, localizando em quais instâncias da universidade a legislação autoritária continua normatizando o ambiente acadêmico;
 - 2.5 localizar nos instrumentos jurídicos em vigor aquilo que possibilita a repressão no universo acadêmico, social e político no Brasil atual;
 - 2.6 articular ações e troca de informações com as comissões da verdade institucionais, nas universidades e da sociedade civil, que possam contribuir para que os trabalhos da Comissão da Verdade do ANDES-SN avancem no desvelamento dos crimes do Estado autoritário brasileiro;
 - 2.7 realizar levantamento nas universidades, de homenagens feitas aos colaboradores e coniventes com a ditadura empresarial-militar, representadas em nomes de campus e espaços físicos nas IES, publicizando-as e promovendo ações junto à comunidade acadêmica com o objetivo de retirar tais homenagens;
 - 2.8 interagir com o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD) e com a coordenação do Centro de Documentação do ANDES-SN para buscar informações que já se encontram na memória do Sindicato e da Comissão da Verdade;
 - 2.9 trocar informações com organizações de professores da América Latina sobre a questão da repressão no ambiente universitário.
3. Apresentar, no 63º CONAD, um relatório sobre o desenvolvimento dos eixos e das ações aprovadas no 36º Congresso.

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

TEXTO DE APOIO

Na relação capital *versus* trabalho, as questões agrárias, urbanas e ambientais estão no centro da movimentação dos projetos políticos (política energética, agronegócio, política de inovação tecnológica, política fundiária, política habitacional e de transportes entre outras). O capital se reproduz e transforma os recursos naturais, os espaços urbanos, as áreas rurais em mercadorias atendendo a necessidade do mercado.

A partir dessa lógica de mercantilização do espaço em mercadoria, campo/cidade, é que nos últimos séculos se intensificou no mundo os processos de desterritorialização e privatização fundiária, emergindo na relação Estado/Capital e Sociedade, conflitos pela terra, pelo solo urbano e pelos recursos hídricos e minerais.

A “crise econômica”, em escala global, vem intensificando o processo predatório de mercantilização do ambiente e do subsolo de forma implacável. Perdas históricas de direitos trabalhistas, genocídio dos povos originários, dilapidação dos recursos naturais e culturais são alguns exemplos da entrega para o mercado/capital financeiro os setores essenciais da sociedade, some-se a isso a contrarreforma da previdência, anunciada pelo governo ilegítimo de Temer, que no bojo de sua abrangência, irá atingir centralmente a aposentadoria dos trabalhadores rurais.

No Brasil, vivemos um processo da intensificação da exploração nas relações de trabalho e dos recursos hídricos e minerais, com aprofundamento da desigualdade social, pauperização social e degradação ambiental. Instalou-se uma guerra a todos aqueles que tentam barrar os

megaempreendimentos da especulação imobiliária, o agronegócio, as barragens para usinas hidroelétricas. Cada vez mais são criados instrumentos no sentido de estabelecer “bases legais” e proteger o capital, como o PLC 13.260/2016 (Lei antiterrorismo), criada pelo governo federal, que visa criminalizar os movimentos sociais.

Como exemplo, podemos citar Mariana e outras cidades ribeirinhas do Rio Doce, marcadas por uma tragédia anunciada e denunciada, que após um ano da catástrofe, as famílias não foram indenizadas, e a multa não foi paga pela Samarco (Vale/HBC), num dos maiores crimes ambientais do mundo. O quadro local de Mariana vai muito além do crime de uma mineradora, de um governo cúmplice, de um aparelho de Estado violento repressor da luta popular e de uma mídia burguesa falsificadora da realidade no sentido de proteger os projetos de interesse do capital, marcas do atual contexto político nacional/internacional, afirma-se o absurdo do império e da ganância do mercado que vêm destruindo, matando e transformando terra em um grande deserto estéril.

Gostaríamos também de destacar a questão do nióbio. O que é o nióbio? É um metal altamente resistente ao calor, essencial à tecnologia de ponta, seu valor de mercado, cotado pela Bolsa de Londres, é muito superior ao do ouro. De toda a reserva mundial atualmente prospectada, o Brasil possui nada menos que 90% desse montante. Sua extração encontra-se sob o domínio de duas companhias privadas, pois não há uma regulamentação vigente da extração desse minério. O nióbio não foi incluído no novo Marco Regulatório da Mineração, continua sendo explorado de forma predatória no território brasileiro.

A questão de exploração de recursos minerais, hídricos e naturais no Brasil, estão no domínio do capital privado, o solo e o subsolo são explorados, e o ônus fica para a população brasileira.

De acordo com a C.F. art. 225, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O cálculo da dívida ecológica é uma das formas de denunciar o avanço do desequilíbrio ecológico e a exploração predatória dos recursos ambientais e especulação do valor da terra e dos imóveis.

A Auditoria Cidadã da Dívida Pública está trabalhando na contabilidade desse ônus causado pela exploração predatória dos recursos naturais no território brasileiro, considerando que os efeitos da exploração dos recursos ambientais atingem a saúde, a educação, a distribuição de renda, o acesso à terra, a aquisição da moradia, a mobilidade urbana, o transporte, as áreas urbanas, entre outros.

A questão urbana também incide de maneira cada vez mais intensiva no processo de privatização da coisa pública. Os espaços da cidade, cada vez mais encarecidos e elitizados, reforçam uma desigualdade estrutural de nossas cidades que impactam na vida da classe trabalhadora de várias formas: acesso desigual a saneamento e distribuição de água potável; infraestrutura urbana precária que inclui ausência de equipamentos urbanos como escolas e hospitais; transporte coletivo privado ineficaz e caro; aumento do custo de compra e aluguel de habitação e ausência de espaços deliberativos populares sobre os usos do orçamento público para a realização de projetos nas cidades. De forma breve, não há distribuição de espaço urbano de qualidade, o que impede a realização plena do direito à cidade. A cidade assim constituída, reforçando a privatização do espaço público, impacta diretamente na realização plena da educação pública: a dificuldade de fornecimento de habitação estudantil de qualidade, a ausência de transporte eficaz para toda a comunidade acadêmica, sem falar no consumo do espaço dos *campi* universitários cada vez mais ofertados para parcerias público-privadas que ocupam, muitas vezes, com “Parques Tecnológicos” empresariais, o pouco espaço que ainda resta para oferta da educação público gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Para enfrentar essas questões, é indispensável aos movimentos sociais, sindicatos e às comunidades tradicionais ampliarem as discussões das questões agrárias, urbanas e ambientais apontando ações que barrem a retirada de direitos da população e lutem para que se revoguem leis, haja vista a constante implementação delas nos últimos anos, tais como: Marco da

Biodiversidade, Código de Mineração, Código Florestal, PEC 215/2000 (transfere atribuição da demarcação das terras indígenas, titulação de territórios quilombolas e criação de unidades de conservação ambiental do poder Executivo para o Congresso Nacional), Marco Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; PEC 65/2012 – que fragiliza os instrumentos de concessão de licenças ambientais no sentido de facilitar o processo exploratório do solo e do subsolo - PEC 55, (que tramitou na Câmara como PEC 241) congelamento por vinte anos da receita para setores essenciais como educação e saúde, entre outras;

Diante desse quadro, coloca-se um desafio aos sindicatos e aos movimentos sociais, qual seja, de combater e de criar mecanismo de ações contra uma arquitetura política, a qual se apresenta aparentemente de forma cindida em um conjunto de medidas legais, ora flexibilizadora dos mecanismos legais para expansão do capital internacional, ora instauradora de mecanismos legais de criminalização e de retirada de direito. O objetivo de tal arquitetura política mira claramente a implosão dos direitos sociais e a transformação do solo, subsolo, espaços urbanos, espaços rurais em capital privado.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

VI - POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Intensificar a luta nacional e local, em unidade com os demais movimentos sociais, contra a política energética e ambiental imposta pelo governo federal – Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade e PEC 215/2000, aprofundando o debate nas seções sindicais e nos encontros regionais do ANDES-SN.

2. Propor que as seções sindicais intensifiquem o debate sobre a política energética e ambiental imposta pelo governo federal – Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade e PEC 215/2000, incluindo a questão da exploração das jazidas de xisto betuminoso no Brasil e seus danos ao meio ambiente e à saúde pública.

3. Pautar nos encontros regionais do ANDES-SN debates no formato interregional, em 2016, a política energética e ambiental (Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade, Crise Hídrica e PEC 215/2000).

4. Participar das lutas nacionais e regionais em defesa da reforma agrária popular e da soberania alimentar (agroecologia camponesa, agricultura familiar, pesca artesanal) e contra a política de transgenia e agrotóxicos no setor.

5. Integrar o coletivo de movimentos sociais e entidades científicas, que promovem a "Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida";

6. Realizar debate em conjunto com os movimentos sociais sobre o impacto socioambiental na regulamentação dos planos diretores municipais e nas propostas de expansão dos espaços urbanos.

7. Defender, no interior da CSP-Conlutas, a intensificação dos debates sobre as questões socioambientais rurais e urbanas, tais como as problemáticas mineral, hídrica, energética e do agronegócio, que vulnerabilizam territórios no campo e na cidade atingindo povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses entre outros.

8. Colaborar com organizações e movimentos sociais que atuam em direção a outro modelo de cidade, diferente deste baseado na especulação imobiliária, que expropria e remove milhares de pessoas em diversos territórios urbanos no Brasil.

9. Participar das lutas dos trabalhadores/as urbanos/as por trabalho, moradia e mobilidade urbana.

10. Participar das lutas de resistência contra as políticas econômicas geradas pelo poder público com o capital, que implicam em impactos sociais e ambientais, decorrentes de obras para megaeventos, como as realizadas por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016.

TR - 16

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realizar, em 2017, um seminário nacional com a temática Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais: Desafios Atuais, em articulações com os movimentos sociais, a fim de aprofundar a discussão e a organização da luta dos trabalhadores contra a ação espoliadora do capital presente em sua política agrária, urbana e ambiental.
2. Produzir, a partir da realização do seminário nacional Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais: Desafios Atuais, materiais e/ou publicações, que promovam a capilaridade das temáticas do GTPAUA nas seções sindicais e na base da categoria, com a finalidade de fortalecer a articulação do sindicato nas lutas relacionada com a política agrária, urbana e ambiental, a exemplo do nióbio.
3. Fortalecer, ampliar e intensificar, em articulação com a Auditoria Cidadã da Dívida e de outras entidades/movimentos sociais, a denúncia da dívida pública como mecanismo de espoliação das riquezas sociais, com ênfase no debate sobre a “dívida ecológica”.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICAS E AÇÕES PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T)

TEXTO DE APOIO

O projeto de universidade defendido pelo ANDES-SN incorpora a defesa de um sistema público de Ciência e Tecnologia voltado para a solução dos problemas vividos pela ampla maioria do povo brasileiro. O acúmulo teórico e político do Sindicato situa a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico no centro da luta sindical e social, por entender a C&T como patrimônio humano que deve ser posto a serviço da melhoria da vida das maiorias.

Com base nesse princípio, o ANDES-SN tem se posicionado e desencadeado lutas contra a mercantilização e a privatização dos conhecimentos produzidos nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa. Nessa direção, o Sindicato vem implementando lutas contra o arcabouço legal e institucional que legitimam e instituem formas antigas e novas de direcionamento e apropriação, pelo capital, dos fundos públicos e da produção de C&T desenvolvida nas universidades públicas, institutos, CEFETs e em outras instituições públicas de pesquisa.

Na atual conjuntura, marcada por uma agressiva agenda de retirada de direitos e das drásticas contenções dos investimentos públicos, a produção de C&T pública é duramente atacada, seja pelo aprofundamento da mercantilização e privatização, seja pelo corte de verbas orçamentárias às agências de fomento, às universidades, aos institutos federais, CEFETs e a outras instituições públicas de pesquisa; seja, ainda, pelo desmantelamento da própria estrutura do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Assim, tanto do ponto de vista estrutural quanto da perspectiva conjuntural, enormes desafios estão postos para o ANDES-SN quanto à defesa da universidade pública e da C&T voltada para os interesses da maioria da sociedade brasileira. Isso aponta para enfrentamentos que exigem, ao mesmo tempo, sólidos conhecimentos e a construção de unidades com outros sujeitos do movimento sindical e social.

No plano mundial, segundo informações veiculadas no Seminário **Caminhos para a inovação**, promovido pelo Senado Federal brasileiro, 78% do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) concentram-se nos Estados Unidos, no Japão, na França, na Alemanha e no Reino Unido e são realizados, em sua grande maioria, por empresas privadas, que respondem por cerca de 75% dos investimentos totais, evidenciando o modelo de produção de C&T totalmente subordinada aos interesses do capital. Informa, ainda, que as dez empresas transnacionais com maiores investimentos em P&D têm sede nesses países, incluindo também a Suíça, a Finlândia e a Coreia do Sul, e que tais países investem de 2 a 4% do PIB em C&T.

A concentração de investimentos em P&D nos países centrais e naqueles que, a exemplo da Coreia do Sul, se inserem tardiamente no mercado mundial com grande protagonismo na educação – com forte traço tecnicista – e na promoção da C&T e da P&D, guarda profundas relações com o papel que esses Estados jogam na geopolítica mundial, na atual fase do imperialismo protagonizado pela tríade Estados Unidos, União Europeia e Japão. Nesses países, o expressivo protagonismo das empresas privadas na produção de P&D tem raízes históricas que se materializam nas particularidades de seus mercados internos e, também, no poder que exercem na concorrência no âmbito do mercado mundial. Ainda, são marcados por uma açodada concorrência entre empresas em que o conhecimento científico e tecnológico representam papel decisivo, bem como por um acúmulo histórico da classe trabalhadora que oferece forte resistência aos processos de precarização do trabalho e ao rebaixamento das condições gerais de existência.

O Brasil ocupa posição muito rebaixada na destinação de recursos para a promoção de C&T, alcançando, atualmente, cerca de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que os fundos estatais respondem por cerca de 60% de todo investimento. Do total de investimentos privados, 90% são concentrados em reduzido número de empresas, das quais mais da metade são estrangeiras. Esta situação tem profundas raízes nas particularidades da formação do capitalismo brasileiro, que, no que pese o país estar hoje entre as dez maiores economias do mundo, ancora-se num mercado interno profundamente desigual, no qual amplos segmentos da classe trabalhadora se reproduzem à margem do emprego formal e do consumo de bens de média e de alta intensidade tecnológica. É, também, marca histórica do capitalismo brasileiro a reprodução, ao longo do tempo, de um padrão predatório de uso da força de trabalho, baseada na superexploração, e o monopólio de empresas estrangeiras e transnacionais sobre os setores mais dinâmicos e intensivos em tecnologia.

Nesse contexto, as afirmações de algumas lideranças da denominada “comunidade científica brasileira”, de que as corporações têm feito a sua parte nessa seara ou, ao contrário, quando apelam à sensibilidade dos empresários para que invistam mais em P&D, abstraem das condições históricas concretas do processo de acumulação de capital no país. Com efeito, as corporações que atuam nos setores mais dinâmicos e intensivos em tecnologia – monopolizados por transnacionais – podem apenas adequar a tecnologia desenvolvida em suas matrizes para a aplicação doméstica, tornando suas unidades, aqui instaladas, em montadoras ou maquiladoras. Por outro lado e dadas as condições estruturais do mercado brasileiro, a importação de máquinas, de equipamentos e de novos métodos produtivos, via de regra, se mostra menos custosa do ponto de vista financeiro e do tempo de retorno.

Eis alguns motivos pelos quais os interesses das corporações capitalistas, praticados no país, não coadunam com os avanços da C&T e P&D, razão pela qual as mesmas autoridades, parlamentares de diversos partidos e empresários, fazem coro em favor de maiores investimentos estatais direcionado às empresas, sob a justificativa de aumento da produtividade interna e da competitividade da nação no mercado mundial. Na mesma direção, defendem o compartilhamento, com a iniciativa privada, de recursos (materiais, humanos e intelectuais) das universidades públicas, dos institutos federais, dos CEFETs e de outras instituições públicas de ensino e pesquisa (instituições que respondem por cerca de 80% da pesquisa desenvolvida no Brasil), sob a alegação de aproximar essas instituições da sociedade.

Segundo estudo do IPEA, a execução orçamentária do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) evoluiu de R\$ 2,6 bilhões, em 2001, para R\$ 6,2 bilhões, em 2010. Incluem-se, nesse montante, os investimentos em fomento de inovação tecnológica nas empresas, que evoluíram na seguinte proporção: a execução orçamentária foi de R\$ 375,1 milhões em 2001 e de R\$ 2,8 bilhões em 2010. Merece destaque o fato de que essa tendência de crescimento orçamentário se inverteu nos últimos anos no lastro do ajuste fiscal em curso e, também, porque, segundo informe do pesquisador Rogério B. da Silva, publicado no site do “Movimento por uma Ciência e Tecnologia Pública”, os fundos públicos repassados às empresas, a propósito do fomento à inovação, vêm sendo utilizados preferencialmente na aquisição de máquinas e de equipamentos e não na produção de novos conhecimentos, métodos e produtos.

O acúmulo teórico e político do ANDES-SN aponta não apenas para a análise dos condicionantes históricos do baixo investimento em C&T e P&D no Brasil, mas também, a partir do diagnóstico, defende e empreende lutas no sentido de aumentar os investimentos para o ensino e para o complexo público de ciência e tecnologia. Um sistema público de produção de C&T financiado por verbas estatais com controle social e democrático é uma trincheira ocupada pelo Sindicato para materializar o propósito de que a produção do conhecimento científico e tecnológico esteja voltada aos problemas cruciais da maioria da sociedade brasileira.

Os baixos investimentos em C&T e P&D não é exclusividade do Brasil, mas de vários países latino-americanos. Com efeito, nas regiões de capitalismo dependente, as corporações estão muito mais interessadas na exploração do estoque de matérias-primas, bens naturais e força de trabalho a preços baixos. Some-se a isso a tendência à reprimarização da economia brasileira centrada na produção de *commodities*. Conforme análise publicada pelo Centro de Altos Estudos, Brasil Século XXI, a pauta brasileira de exportações compunha-se, em 1995, de 57,3% de produtos manufaturados, 15,8% de semimanufaturados e 25,4% de produtos primários. Em 2014, esse quadro se altera para as seguintes proporções: 37,1% manufaturados, 12,2% semimanufaturados e 48,8% de produtos primários. Quanto à intensidade tecnológica, os dados são: na entrada do milênio, os produtos exportados de alta tecnologia correspondiam a 12,4% do total de exportações, caindo para 4,1% em 2013. Já os produtos não industrializados e de média baixa tecnologia respondiam, juntos, por 35,2% das exportações no ano de 2000, crescendo para 54,7% em 2013.

Nessas circunstâncias, as empresas instaladas nos países de capitalismo dependentes não têm a necessidade de investimentos em P&D na mesma proporção com que fazem nas regiões centrais. Assim, os agentes econômicos procuram sempre externalizar os custos com P&D transferindo-os para os Estados Nacionais – que devem suprir a prospecção de novos conhecimentos e produtos tecnológicos que respondam às necessidades das empresas instaladas no país. É nesse contexto, e para responder às demandas do mercado (chamado de sociedade!), que se enquadram as fervorosas reivindicações de aumentos dos investimentos estatais feitas por lideranças do empreendedorismo acadêmico, por políticos e por empresários – declarações que têm tomado os jornais ultimamente em face dos graves cortes de orçamento no lastro do ajuste fiscal regressivo.

Nesse contexto, se produziram instrumentos legais que, em seu conjunto, garantem o direcionamento da pesquisa e a apropriação e o controle do conhecimento científico e tecnológico pelos interesses privados, a despeito de mais de 80% ser produzido nas universidades, nos institutos federais, nos CEFETs e em outras instituições públicas de pesquisa do país. Assim, merecem destaque, nesse sentido, a Lei da Inovação (nº 10.973/04), o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/16) e a Emenda Constitucional 85/15 que fora aprovada com o fim de sustentar aspectos do novo Marco Legal que confrontavam o texto da Constituição Federal (principalmente os Artigos 218 e 219). Por um lado, esses instrumentos flexibilizam a proteção do mercado interno e a produção de C&T e, por outro, garantem o compartilhamento, com empresas privadas, dos recursos materiais (terrenos, edificações, laboratórios, instrumentos, instalações), financeiros, humanos (pesquisadores, professores e técnicos) e do patrimônio intelectual desenvolvido nas instituições públicas. Em

nome de reduzir a “burocracia” das instituições públicas de pesquisa, os defensores desses instrumentos legais promovem a transferência de recursos públicos para o setor privado.

Historicamente, as universidades públicas foram cerceadas em sua autonomia ao não receberem diretamente dotação orçamentária direcionada à C&T. Com o novo Marco Legal, essa situação se agrava, pois as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT) – até mesmo aquelas constituídas sob a forma jurídica de Organização Social (OS) – podem captar e administrar seus recursos diretamente nos entes públicos e nas empresas (privadas ou estatais). Tendo natureza jurídica própria, as OS podem intercambiar diretamente com o setor público e privado, contratando pessoal, vendendo produtos e serviços sem, necessariamente, passarem pelo controle social da universidade. Em face disso, é essencial para a luta do Sindicato a defesa de dotação orçamentária própria para as universidades a partir de fontes públicas diretas de financiamento (MCT e Secretarias Estaduais de C&T).

Coerente com seu acúmulo teórico e político, o ANDES-SN combate o processo de mercantilização e privatização do conhecimento científico e tecnológico (tanto no direcionamento da produção quanto na sua aplicação e distribuição de seus produtos) por compreendê-lo como patrimônio humano que deve ser posto a serviço da maioria da sociedade brasileira. Por isso, o Sindicato compreende que a luta contra o direcionamento da pesquisa pelos interesses do capital e a mercantilização e apropriação privada dos seus resultados no país devem ser constante e materializarem-se, dentre outras formas, no combate aos instrumentos legais que fornecem o arcabouço jurídico e institucional dessa política privatista. Para tanto, o trabalho de base realizado no âmbito das seções sindicais deve incorporar o debate sobre essa temática para armar teórica e politicamente a categoria docente para o necessário combate.

Essas lutas interessam aos amplos setores da sociedade que sofrem de problemas variados – que vão desde a falta de tecnologia para a agricultura familiar, passam pelos graves problemas de saneamento e saúde públicas, bases de endemias e epidemias (por exemplo, o vírus zika) que se propagam causando sofrimento e morte precoce de milhares de cidadãos e se expressam na exclusão de amplos setores sociais das tecnologias de informação e comunicação, e chegam até os enormes desafios do setor energético (por exemplo biocombustíveis, petróleo, energia solar, etc.). São, pois, batalhas a serem protagonizadas tanto pelas organizações de trabalhadores ligados ao ensino e produção de C&T e P&D, quanto pelos movimentos sociais de massa. Nesse sentido, e coerente com sua histórica orientação política, o ANDES-SN deve fomentar o debate sobre as diversas problemáticas envolvidas na produção, controle e distribuição da C&T e P&D com outros movimentos diretamente ligados a essa seara – como é o caso do Movimento por uma Ciência e Tecnologia Pública – e com outros movimentos sociais.

No plano da conjuntura imediata, destacam-se os cortes nos orçamentos das políticas públicas e da política de fomento à produção e desenvolvimento da ciência e tecnologia lastreados no perverso ajuste fiscal iniciado por Dilma Rousseff, aprofundado e expandido pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

Os cortes encontram base não apenas no regressivo projeto de ajuste fiscal, mas também, agora, ganham musculatura institucional em medidas que atacam drasticamente o serviço e os servidores públicos – como o PLC 54 (antigo PLP 257) – e estabelecem um novo e regressivo regime fiscal definido na PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), que congela os investimentos primários dos entes federados por vinte anos. No bojo dessa agenda regressiva, os cortes de verbas para C&T vêm se ampliando e deixando o sistema público de C&T praticamente inviabilizado, com previsões de pior situação para 2017.

No que pese o histórico de rebaixamento das despesas primárias do governo federal, o orçamento para C&T piora ainda mais reduzido a míseros R\$ 4,6 bilhões em 2016, dos quais 500 milhões foram contingenciados. Assim, a execução orçamentária no ano não pode ultrapassar R\$ 4,1 bilhões, o que corresponde, em valores atualizados, a metade do orçamento executado em 2010. Com a aplicação do reajuste dos investimentos primários com base no IPCA do período, tal como preconizado pela PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), projeta-se o esgarçamento do já pequeno montante de recursos públicos para financiamento da

produção de C&T para os próximos vinte anos, resultando em maiores cortes de verbas das agências de fomento, das universidades, dos institutos federais, dos CEFETs e de outras instituições públicas de pesquisa. Os cortes de bolsas que assolam profissionais e estudantes de todas as áreas do conhecimento poderão se aprofundar no próximo período, fragilizando ainda mais as instituições de ensino superior e de pesquisa.

Situação idêntica ocorre na Argentina, em que o governo de Mauricio Macri tem investido fortemente contra as políticas públicas e, em particular, contra a política de C&T. Pesquisadores, professores e militantes sociais do país vêm denunciando iniciativas como a não contratação de profissionais para a carreira universitária e para pesquisador, em particular. Denunciam, ainda, que a previsão orçamentária para 2017 reduz os recursos na ordem de 32,5% em relação aos valores executados em 2016. Assim, afirma Paula A. Lenguita, militante do coletivo “Científicos y Universitarios Autoconvocados (CYUA)” que, em 2016, o orçamento para C&T correspondia a 0,71% do valor global, enquanto a previsão para 2017 não ultrapassa 0,59%, ao mesmo tempo em que se destina nada menos que 10% para pagamento de juros da dívida pública. No Brasil, segundo estudos da Auditoria Cidadã da Dívida, nada menos que 42,43% do orçamento da União, no ano de 2015, foram destinados para o pagamento de amortizações, de juros e de serviços da dívida pública, ao passo que para a Ciência e Tecnologia o percentual foi de 0,27% do orçamento global.

No quadro da agenda regressiva, as investidas do governo ilegítimo de Michel Temer contra o complexo público de C&T tem significado o aprofundamento da crise de financiamento no setor. Os ataques se expressam, também, no último período, na fusão dos Ministérios de Ciência Tecnologia e Inovação com o Ministério de Comunicações, por meio da mesma Medida Provisória (MP 726) que extinguiu quatro ministérios, secretarias e outras pastas do governo central.

Mais recentemente, o executivo aprovou o Decreto nº 8877 (Diário Oficial da União em 19/10/2016), extinguindo funções do ministério, realocando importantes instituições relacionadas à pesquisa científica no país e distanciando-as do gabinete do ministro. Pelo Decreto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) deslocam-se da estrutura do gabinete para ocupar uma posição de quarto escalão, vinculando-se a uma prevista “Coordenação Geral de Serviços Postais e de Governança e Acompanhamento de Empresas Estatais e Entidades Vinculadas.

Em face desses ataques, o Sindicato Nacional precisa reforçar as lutas pela recomposição orçamentária à altura das graves demandas da sociedade brasileira. Mostra-se, pois, necessário ampliar o debate em torno de uma política e de um sistema público de produção de C&T voltados para os interesses das maiorias sociais. Nessa direção, o trabalho de formação das nossas bases deve ser reforçado em cada seção sindical, e as lutas devem ser empreendidas em conjunto com os embates mais gerais da categoria dos docentes de instituições de ensino e em unidade com os demais trabalhadores. No lastro das reivindicações orçamentárias, o Sindicato entende ser importante a defesa de que os recursos sejam repassados diretamente às instituições públicas de ensino e pesquisa.

Consoante com os princípios defendidos no Caderno 2 e em face da agenda regressiva em curso, o 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

**RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN
IV - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Reafirmar a defesa de um sistema público de produção científica e tecnológica, com financiamento estatal, priorizando os problemas que atingem a maioria da sociedade brasileira.*
- 2. Reforçar a defesa de investimentos de verbas públicas exclusivamente em políticas e serviços públicos, inclusive quando se tratar de políticas de C&T.*

3. *Lutar pelo aumento de verbas estatais para a pesquisa básica e tecnológica realizada nas IES públicas e nos institutos públicos de pesquisa.*
4. *Intensificar o combate a toda forma de privatização do ensino, da pesquisa e dos resultados alcançados em instituições públicas de ensino superior e de institutos públicos de pesquisa.*
5. *Desenvolver ações políticas e jurídicas pela revogação da Lei 13.243/2016, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, denunciando seus efeitos deletérios para as IES públicas, inclusive sua inconstitucionalidade:*
 - 5.1 *construção de ações conjuntas com Sinasefe, Fasubra, Asfoc e outros movimentos sindicais, Movimento Estudantil e outras entidades vinculadas ao ensino superior e à produção de C&T contra a implementação da Lei 13.243/2016 nas IES públicas e institutos públicos de pesquisa.*
 - 5.2 *que as seções sindicais e secretarias regionais desenvolvam ações de conscientização da comunidade acadêmica sobre os efeitos nocivos da Lei 13.243/2016, combatendo sua implementação no âmbito das IES públicas.*
6. *Publicar um boletim InformANDES Especial até o mês de abril do corrente ano, enfocando a Lei 13.243/2016 e a Emenda Constitucional 85/2015 com o fim de subsidiar o debate nas seções sindicais.*
7. *Realizar em 2016, com a participação de entidades representativas da Ciência e Tecnologia convidadas pelo ANDES-SN, um seminário nacional sobre a política de C&T no Brasil - financiamento, estrutura, institucionalidade e impactos para as IES públicas - com o fim de produzir estudos e ações e municiar a luta política do ANDES-SN no enfrentamento da privatização e da intrusão da lógica empresarial na produção de ciência e tecnologia.*

TR – 17

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Continuar a luta pela ampliação de recursos orçamentários específicos para C&T, combatendo as iniciativas de desmonte do Estado e desresponsabilização do financiamento público (por exemplo, a PEC 55 – que tramitou na Câmara como PEC 241), e apoiar incrementos nos fundos públicos de financiamento.
2. Defender que a distribuição dos recursos para C&T seja feita *diretamente* para as universidades, Institutos, CEFETs e outras instituições públicas de pesquisa, em apoio a projetos coletivos de pesquisa socialmente referenciados, garantindo a gestão por meio dos órgãos colegiados constituídos democraticamente.
- 3 Manter a luta contra a regulamentação da Lei nº 13.243/16 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação – MLCTI), nas instituições públicas de pesquisa (Universidades, Institutos, CEFETs) ou que fomentem a pesquisa pública (Secretarias de Estados e Municípios, Fundações estaduais, Agências federais), por meio de:
 - 3.1 realização de levantamento da situação sobre a discussão e a regulamentação do MLCTI nas diversas Instituições, por meio das seções sindicais e das secretarias regionais;
 - 3.2 avaliação dos aspectos jurídicos pendentes de regulamentação no MLCTI, por meio da Assessoria Jurídica Nacional (AJN), e fomento de discussão nas seções sindicais e encontros das regionais do ANDES-SN para municiar a intervenção política contra o referido Marco no âmbito das instituições públicas de ensino e pesquisa;
 - 3.3 elaborar um InformANDES especial sobre C&T com material de apoio para as intervenções do ANDES-SN, tendo por base o levantamento e a avaliação citados, além das discussões do II seminário de C&T, realizado na UERJ.
4. Ampliar a participação do ANDES-SN no Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas (MCTP), por meio de:

4.1 em conjunto com as demais entidades do MCTP, organizar uma atividade durante a próxima reunião da SBPC que ocorrerá na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, entre os dias 16 e 22 de julho de 2017, com o fim de debater e divulgar o manifesto do Movimento e outros materiais;

4.2 participar das reuniões, dos encontros, dos seminários e dos atos promovidos pelo MCTP.

5. Continuar o estímulo à formação dos GT de C&T nas seções sindicais.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

A Seguridade Social vem sofrendo inúmeros ataques desde sua conformação jurídica e política na Constituição Federal de 1988. Sempre subfinanciada, desde o governo FHC, inúmeras contrarreformas significaram privatização, sucateamento e perda de direitos nas três políticas que compõem a Seguridade Social no Brasil: a saúde, a assistência e a previdência social. As medidas de austeridade levadas a cabo pelo governo Temer, com centralidade para a PEC 55, (que tramitou na Câmara como PEC 241) são o mais recente golpe à Seguridade Social, pois congelam os gastos desse orçamento por vinte anos, independente da arrecadação, do crescimento populacional, do aumento do PIB e das necessidades sociais da população.

No caso da saúde, os ataques mais recentes, oriundos dos processos de contrarreforma do Estado arquitetados no governo Cardoso pelo Ministro Bresser Pereira, dizem respeito a privatização da gestão, com entrega de orçamento e de patrimônio público para organizações sociais, fundações públicas de direito privado e para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, criada no governo Lula. Essa última foi responsável pela precarização dos contratos em hospitais universitários federais e por sérias agressões à autonomia universitária, tendo sido, desde sua criação, combatida pelo ANDES-SN, o que continua na ordem do dia, sobretudo após o anúncio da intenção do governo de privatizar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), o que aprofundaria ainda mais suas consequências nefastas.

No último ano, vários ataques relacionados ao financiamento da saúde foram implementados e outros vêm sendo ensaiados pelo governo ilegítimo de Temer. Em 2015, as mudanças na vinculação orçamentária da saúde trazidas pela aprovação da EC 86, de autoria do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, já significaram um impacto negativo para o financiamento dessa política já que a vinculação que era ao PIB passou a ser referente à receita corrente líquida. Durante a vigência da EC 29, o financiamento federal do Sistema Único de Saúde (SUS) se situou na faixa entre 1,6% e 1,7% do PIB, com previsão para 2016 de 1,71% do PIB. Hoje, a principal ameaça ao SUS é a PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241). Segundo dados do IPEA (Nota nº 28 de 2016), os recursos para a saúde sob as regras da EC 86 já se reduziram em 2017 para 1,51% do PIB, por conta da queda de arrecadação, e se a PEC 55 for aprovada a redução será para 1,47% do PIB. Com o congelamento dos recursos do orçamento federal propostos pela PEC 55, esse percentual do PIB ficaria congelado por vinte anos, se o crescimento do PIB for de 0%. O IPEA estima que isso impacte, nos próximos 20 anos, na perda de até um trilhão de reais de investimento nessa política. Isso significará uma redução do gasto per capita em 2017, já baixo em relação aos demais países, de R\$ 519 para R\$ 446, se as regras da PEC forem aplicadas. Essa redução do financiamento da saúde significará um provável aumento nas iniquidades no acesso a bens e serviços de saúde e a inviabilidade da

efetivação do direito à saúde no Brasil, sobretudo se considerarmos que prevê-se a duplicação da população idosa nos próximos vinte anos, ampliando a necessidade dessa política.

No caso da Previdência Social, as contrarreformas materializadas nas Emendas Constitucionais nºs 20/1998, do governo de Fernando Henrique Cardoso, e da 41/2003, do governo de Luís Inácio Lula da Silva, e das várias regulamentações no campo da previdência, no governo de Dilma Rousseff, foram dirigidas, respectiva e prioritariamente, nos diferentes presidentes, ao RGPS sob FHC, ao RPPS sob Lula e por regulamentações infraconstitucionais contra ambos os regimes sob Dilma Rousseff. No governo Temer, parece haver a disposição de aprofundar a retirada de direitos e dificultar ainda mais o seu acesso pelos trabalhadores que estão nos dois regimes. Dito de modo diverso, o governo atual pretende sintetizar em uma mesma contrarreforma a destruição dos direitos previdenciários de todos os trabalhadores e de uma só vez. Apesar de ainda não anunciada na sua totalidade, até o fechamento deste texto, os eixos já anunciados pelo governo são: criação de novas receitas com cobrança de contribuição de aposentados e pensionistas do INSS e aumento das alíquotas de contribuição de 11% para 14%, como já imposto no estado do Rio de Janeiro; aumento da idade mínima para a aposentadoria e equiparação de direitos para homens e mulheres; endurecimento para todos os regimes das regras de pensão por morte; aumento da contribuição e restrição de acesso à previdência rural; equiparação de direitos e convergência dos regimes próprios de previdência da União, estados e municípios a partir das regras menos vantajosas para os trabalhadores; desvinculação dos benefícios do salário mínimo (extraído de texto de Granemann cedido ao GTSSA).

Nos estados e municípios, as medidas de austeridade implementadas para equilibrar a suposta crise fiscal, notoriamente criada pela ampliação de isenções fiscais e da dívida com o governo federal e com o setor privado, também impactam na seguridade social. A PLS 54 do Senado (que tramitou na Câmara como PLP 257) estende a estados e municípios a restrição do orçamento imposta pela PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241) ao orçamento federal. Com a justificativa do refinanciamento das dívidas, uma das consequências da aprovação dessa lei será a generalização, já em curso, das previdências privadas complementares ou mesmo a adesão dos servidores à Funpresp, que até o momento se restringia aos servidores federais.

Também a assistência social se encontra em risco. Já é prevista uma redução do orçamento federal para essa política em 2017, e inúmeras medidas de redução de direitos já vêm sendo realizadas pelos estados e municípios (suspensão de aluguel social, restrição de subsídios de transporte, etc.) atingindo os setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

Essas medidas de retirada de direitos colocam como desafio ao conjunto do ANDES-SN o aprofundamento do estudo sobre a situação de estados e municípios, a organização da luta contra a PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), PLS 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) e a defesa das demais entidades do movimento sindical e do movimento sociais da Seguridade Social.

Saúde do trabalhador docente

Outra frente de trabalho fundamental do ANDES-SN, no último período, é o combate ao assédio e à intensificação do trabalho que, sob a lógica gerencialista e produtivista de gestão da força de trabalho nas universidades, traz inúmeros impactos à saúde dos docentes do ensino superior. Em 2016, o GTSSA concluiu o processo de discussão e consolidação da cartilha de orientação para a realização de pesquisa sobre saúde docente que deve ser realizada pelas seções sindicais durante o ano de 2017, um avanço para que conheçamos a realidade da nossa categoria. O GTSSA realizou, ainda, um importante encontro de Saúde do Trabalhador Docente que significou mais um espaço de acúmulo sobre o tema para fortalecer nossos instrumentos de combate ao assédio moral e luta por melhores condições de trabalho e saúde para a nossa categoria

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

VII – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Unificar a luta dos docentes e dos demais trabalhadores em defesa da Previdência Pública e Estatal sob regime de repartição, do direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência, lutando também pela revogação das Leis nº 13.134/2015 e nº 13.135/2015.*
- 2. Estabelecer um calendário para realização de dossiê sobre a situação das aposentadorias nas três esferas (federal, estadual e municipal), coordenado pelo GTSS/A.*
- 3. Organizar, conjuntamente, ação jurídica do ANDES-SN e demais entidades dos Servidores Públicos Federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao Funpresp (Lei nº 13.183 de 04/11/2015).*
- 4. Desenvolver análise jurídica, política e econômica sobre a Previdência Complementar nos estados e municípios para os Servidores Público, para subsidiar ações de combate à privatização da Previdência nos estados.*
- 5. Propor às outras entidades dos trabalhadores a organização de um Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal.*
- 6. Intensificar a luta pelo direito à aposentadoria integral para os novos servidores e pelos direitos dos aposentados e pensionistas, adotando uma agenda de mobilização, com encontros regionais e estaduais, centrada na mobilização de base, unificando ativos, aposentados e pensionistas de todos os setores (federais, estaduais e municipais).*
- 7. Intensificar a luta contra o Funpresp e os fundos de pensão nos estados e municípios.*
- 8. Organizar ação jurídica nacional (também para os estados e municípios onde isso ocorrer) com o objetivo de impedir os empregadores estatais de fornecer para bancos, previdências privadas, seguradoras, Fundos de Pensão e, especialmente, para a FUNPRESP, os dados dos trabalhadores sem sua expressa autorização.*
- 9. Organizar de forma articulada com os setores da classe trabalhadora a resistência às novas etapas da contrarreforma da previdência.*
- 10. Analisar os impactos do PL 4251/2015 sobre as questões de aposentadoria, pautando nos GTSS/A.*
- 11. Recomendar às seções sindicais a ampliação da representatividade dos aposentados nas atividades sindicais e no Andes-SN, visando o fortalecimento do GTSS/A.*
- 12. Intensificar a lutar pela aprovação da PEC 555/06.*
- 13. Intensificar a luta e exigir do MPOG o restabelecimento do direito previsto no artigo 192 da Lei n. 8112 para aqueles docentes que se aposentaram até a publicação da Lei 9527/97, revogando os efeitos da Nota Técnica MPOG 188/2012.*
- 14. Que as seções sindicais realizem levantamento das seguintes informações: a) os processos de adesão das IFES à EBSEERH; b) os contratos realizados entre a EBSEERH e as IFES; c) os contratos realizados entre a EBSEERH e as empresas privadas; d) os problemas vivenciados pelas IFES que aderiram à EBSEERH. Após o levantamento destas informações, o ANDES-SN deve produzir, em 2016, um dossiê, cartilha ou material correlato com descrições e análises de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc, avaliando o impacto da assistência e na formação dos profissionais da saúde, o modelo de gestão, a política de gratificação e as práticas de controle social.*
- 15. Realizar seminário para divulgação do dossiê sobre a privatização dos Hospitais Universitários via EBSEERH, convidando os movimentos que lutam por saúde e educação públicas para participarem do Seminário.*
- 16. Realizar seminário para divulgação do dossiê sobre a privatização dos HU via EBSEERH, convidar os movimentos que lutam por saúde e educação públicas para participarem do Seminário.*
- 17. Intensificar a luta em defesa do Sistema Único de Saúde, na perspectiva da garantia dos serviços públicos gratuito de saúde de qualidade e contra todas as formas de precarização da saúde (EBSEERH, Fundações Estatais de Direito Privado e Organizações Sociais) em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do SUS e com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.*
- 18. Lutar pela revogação da lei da EBSEERH, pela dissolução da EBSEERH e pela revogação dos contratos existentes e contra a ampliação de sua ação que promove a adesão dos demais hospitais vinculados ao SUS.*

19. Realizar o VI Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador Docente, no 1º semestre de 2016, em Salvador.

20. Lutar, em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, contra a PEC 451/2014, contra a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde previsto na Lei nº 13.097/2015 (revogação do artigo 142, que altera a Lei nº 8080/1990).

21. Que as seções sindicais participem do 2º Encontro de Saúde do Trabalhador, da Central Sindical e Popular - Conlutas, que será realizado nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2016, em Divinópolis (MG).

22. Construir uma cartilha de orientação para as seções sindicais para a realização da Pesquisa sobre Saúde Docente, da qual constem:

a) instrumento de avaliação mínimo padronizado e construído nacionalmente, com as adaptações acordadas nas Oficinas Interregionais I (Curitiba 2015) e II (Salvador 2016, a ser realizada) do ANDES-SN sobre Saúde e Adoecimento;

b) orientações sobre a metodologia a ser seguida na realização da Pesquisa.

23. Remeter para a II Oficina interregional de saúde docente, com o objetivo de subsidiar o debate e a elaboração da cartilha de orientação, os seguintes elementos:

a) elaboração de um projeto contendo: escopo da pesquisa, objetivos gerais e específicos, hipóteses, levantamento bibliográfico, casuística e método de coleta de dados.

b) construção de amostra estratificada, com 15% do total de docentes ativos e substitutos, tendo por base os seguintes critérios: sexo, carreira, regime de trabalho, setor de lotação e titulação.

c) garantia, por sorteio, da aleatoriedade da amostra.

d) envio de carta-convite para cada docente, antes da realização do sorteio, colocando a possibilidade de recusa em participar da pesquisa, e indicando endereço eletrônico para a resposta.

e) garantia de que a aplicação do Instrumento de Avaliação seja por entrevista pessoal com o sorteado, no cumprimento de um dos objetivos da pesquisa, que é estimular os docentes a falar sobre o tema.

f) organização prévia de um grupo de aplicadores e coordenadores da pesquisa para: preparo teórico (estudos de textos-base), conhecimento do histórico da pesquisa, apropriação dos instrumentos e cuidados na aplicação, formas de abordagem dos entrevistados, treinamento para entrada de dados no sistema eletrônico.

g) garantia de que a equipe de aplicadores seja composta de docentes militantes da Seção Sindical e de estudantes com interesse no campo da Saúde do Trabalhador.

h) caso se considere a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da instituição, observação de pontos em geral solicitados, como: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Confidencialidade (dos aplicadores), Declaração de publicização dos resultados, Declaração de Uso Específico do material e/ou dados coletados, análise de mérito (por docente pesquisador) e Declaração de Concordância da seção sindical de parceria na pesquisa.

i) implementação de processo de informação da base docente, previamente à aplicação, explicando os motivos da pesquisa e a forma da aplicação.

j) em caso de algum docente sorteado se recusar ou não poder participar da pesquisa, realização de novo sorteio, respeitando-se a estratificação.

k) digitação do material coletado em uma base de dados para posterior análise. O uso da plataforma EPI INFO é adequado devido a sua gratuidade e ao fato de a base de dados por ela gerada poder ser utilizada por diversas ferramentas computacionais.

l) divulgação ampla dos resultados da pesquisa, suscitando o debate e o enfrentamento coletivo de situações de adoecimento docente.

TR – 18

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Acompanhar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e dar divulgação.

2. Avançar na organização e no enraizamento nos estados e municípios do Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal.

3. Analisar, com a colaboração da AJN, os impactos da Lei nº 13.325/2016 (antigo PL 4251/2015) e pautar o debate no GTSS/A sobre as questões de aposentadoria.
4. Persistir na solicitação de acesso aos contratos de adesão realizados entre EBSERH e IFES, bem como no levantamento de dados sobre problemas gerados após a adesão, com o objetivo de subsidiar material impresso, audiovisual, etc., denunciando o impacto negativo disso nas IFES.
5. Continuar a luta contra o PLS 54/2016 (que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), denunciando a renegociação da dívida dos estados e as contrapartidas obrigadas pelo governo federal, que implicam nos regimes estaduais de previdência, e a PEC 55/16 (que tramitou na Câmara como PEC 241) que promove um ajuste fiscal a qual congela o investimento em saúde e educação por vinte anos.
6. Manter a campanha de não adesão ao FUNPRESP para os professores com ingresso antes de 2013 e, até mesmo, ampliar para os fundos de pensão complementar dos estados e municípios.
7. Produzir materiais audiovisuais alertando para as perdas de direitos dos e das docentes sobre a reforma da previdência que se anuncia.
8. Realizar um documentário sobre previdência, destacando o histórico de perdas e os retrocessos desde a Constituição Federal de 1988.
9. Realizar, em 2017, o XIX Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria.
10. Motivar as seções sindicais para que iniciem a pesquisa sobre saúde e adoecimento docente, no primeiro semestre de 2017, com base na Cartilha de Orientação lançada no VI Encontro de Saúde Docente.

TEXTO 19

Contribuição do(a)s professore(a)s Auta de Souza Costa, e Terezinha Diniz (Sindicalizadas da ADUFPB) e José Airton de Paula (Sindicalizado da ADUFMAT)

PERDAS SALARIAIS IMPLANTADAS NOS ÚLTIMOS TRÊS GOVERNOS CONTRA PROFESSORES APOSENTADOS DAS IFES.

TEXTO DE APOIO

Nos últimos 7 (sete) anos temos acompanhado demandas administrativas e judiciais envolvendo perdas salariais dos docentes aposentados das IFES, fruto de uma perversa política salarial implementada pelos últimos três governos.

Lembremos que temos preceitos de ordem constitucional que salvaguardam o direito adquirido, a equivalência salarial entre ativos e aposentados, bem como a irredutibilidade de vencimentos, proventos e pensões dos Servidores Públicos de forma geral.

Neste sentido, o direito adquirido tem proteção no art. 5º., inciso XXXVI da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Na mesma carta constitucional, temos a garantia de equivalência salarial entre ativos e aposentados, incluindo pensionistas, senão vejamos:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\)](#)

(...)

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)](#)

I portadores de deficiência; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)](#)

II que exerçam atividades de risco; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)](#)

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)](#) (grifamos)

(...)

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\)](#)

O texto constitucional é claro em assegurar a revisão dos proventos da aposentadoria na mesma proporção adotada para a remuneração dos servidores em atividade, sendo, pois, indissociável da categoria a que pertence originariamente.

Diante de todas as perdas, o GTSS/A vem há anos lutando pela reversão da atual situação dos professores aposentados. Por isto, propõe a criação de um Fórum Permanente para combater todas estas irregularidades constatadas.

TR - 19

O 36º CONGRESSO delibera:

1. Congelamento da VPNI - Vantagem Pessoal minimamente identificada;
2. Aplicação do Art. 192/96, da Lei nº 8112/1990 (RJU);
3. Reenquadramento do adjunto IV;
4. Adicionais etc;
5. Luta pela aprovação da PEC/ 555 que retira do aposentado a obrigação de contribuir com o fator previdenciário.

6. Propomos a criação de um fórum permanente para combater as perdas salariais dos docentes aposentados das IFES.

TEXTO 20

Contribuição do(a)s professore(a)s Alair Silveira e Roberto Boaventura da Silva Sá – Sindicalizado(a)s da ADUFMAT Seção Sindical

ANDES-SN: CLASSISTA E DEMOCRÁTICO

TEXTO DE APOIO

O ANDES/SN, ao longo dos seus 35 anos, construiu uma identidade de classe e, mais do que uma estrutura diferenciada, consolidou um método de organização sindical. Da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES - 1981) ao Sindicato Nacional (ANDES/SN - 1988), os professores das instituições públicas e privadas de ensino superior foram combativos construtores das conquistas que conformam a carreira docente e a luta pela educação pública, gratuita, de qualidade, laica, democrática e socialmente referenciada.

Nesse processo de construção e identidade, muitos foram os embates acalorados, as discussões intensas, o exercício da paciência histórica, o rigor com os métodos o aprendizado político que o enfrentamento coletivo direto permite. Congressos e Conads foram constituindo-se em agendas permanentes de qualquer professor minimamente atento às atividades sindicais da Entidade.

Como resultado, o ANDES/SN escreveu - e escreve - uma história de muitos nomes, formada por militantes dedicados, que mesmo nas conjunturas mais difíceis, mantiveram-se firmes em defesa do Sindicato classista e combativo e da Universidade Pública e de Qualidade, no cotidiano da vida profissional e sindical.

Como a vitalidade de qualquer entidade é condicionada pela combinação entre engajamento dos filiados e deliberações coletivas que lhe determinam a direção política, o ANDES/SN sempre preservou o método e a democracia interna para assegurar a discussão e os processos de encaminhamento e deliberação, de forma a garantir que o calor das opiniões individuais e/ou de coletivos não resultassem em impedimentos ou constrangimentos àqueles que pensam e defendem outras posições. Nesse sentido, a democracia interna sempre foi um patrimônio do ANDES/SN.

Afinal, se múltiplo nas opiniões e nas teses, foi sempre pela garantia dos espaços de discussão acirrada, mas democrática, que o ANDES/SN conseguiu construir sua história de unidade na diversidade.

Dessa forma, em que pese as inúmeras transformações pelas quais passou (e passa) a universidade, o perfil de novos professores que já ingressam como doutores, o caráter cada vez mais individualista e produtivista do conhecimento produzido na universidade, a expansão de movimentos sociais expressivos de demandas específicas...o Sindicato sempre soube acolher o novo sem comprometer suas conquistas e seu patrimônio político.

Nos últimos tempos, paradoxalmente, em nome da diversidade se tem comprometido o direito à diferença dentro do Sindicato. Assim, em determinadas ocasiões, militantes que discordam da posição da maioria, não são apenas constrangidos, mas hostilizados como se fossem inimigos de classe e não companheiros de luta.

Sob uma espécie de imposição de unanimidade e do que é considerado “politicamente correto”, as divergências que garantem o oxigênio da democracia interna têm sido rechaçadas como

manifestações “fora do lugar” e caracterizadas, muitas vezes, como “racistas”, “machistas” e “preconceituosas”.

Consequentemente, muitas vezes, ao invés do debate das ideias, exercita-se o combate aos companheiros de luta, comprometendo a unidade, afastando militantes, fragilizando o Sindicato.

Ao estreitar o Sindicato nas fronteiras de uma *pseudo* unanimidade, que não tolera aqueles que pensam diferente, mas estão do mesmo lado da trincheira, a democracia interna também é limitada às formalidades de procedimento, mas deixa de ser a garantia para a riqueza do debate político e a condição para a unidade na luta.

Ao final, perdemos todos, na medida em que criamos entre nós – companheiros de luta – cisões e tensões que apenas nos fragilizam. Não é possível que muitos companheiros, ao invés de orgulho do Sindicato classista e democrático, sintam-se “sem lugar” dentro do ANDES/SN e, portanto, dele se afastem.

Dessa forma, é em defesa da democracia interna e com apelo à coerência e em respeito à história que o ANDES/SN construiu que nós nos manifestamos nesse Texto Resolução.

TR - 20

O 36º CONGRESSO delibera:

Que a democracia interna seja revitalizada como condição fundamental para a garantia de debates qualificados, assegurando pleno respeito à pluralidade de posições, de maneira a assegurar a unidade docente na luta.

TEXTO 21

Contribuição da Diretoria da ADFURRN Seção Sindical

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NÃO SE FAZ COM MORDAÇA

TEXTO DE APOIO

O propósito de apresentarmos ao 36º Congresso do ANDES um texto que remete à discussão sobre o Projeto *Escola sem Partido* – doravante usaremos o termo, Lei da Mordaça, definição utilizada pelo nosso sindicato – num momento em que toda a classe trabalhadora, seja ela do setor público ou privado sofre ataques contra seus direitos trabalhistas e, em nosso caso especial, a UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – que tem o agravante do não cumprimento do nosso plano de cargos carreira e salário e dos atrasos em nossos rendimentos por parte do governo Robinson Faria/Fábio Dantas (PSD/PCdoB), e agora mais do que nunca, da ameaça de privatização da instituição, se dá por entendermos que os projetos em tramitação na Câmara Federal dentre eles - PL 867/15 do Deputado Izalci Lucas-PSDB/DF, PL 1411/15 do Deputado Rogério Marinho-PSDB/RN que “tipifica o crime de Assédio Ideológico” e modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (*Estatuto da Criança e do adolescente*) e o *Código Penal*, PL 1859/15, que “proíbe a adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação”, PL 5487/16 que “institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes”, e no Senado a PLS 193/16 do Senador Magno Malta do PR/ES, estão entre as maiores ameaças já sofridas pela educação brasileira em toda a sua história, atingindo de forma negativa a atuação docente desde a educação básica até o superior. Esse novo ataque a educação nacional reproduz em sua quase totalidade o Decreto Lei Nº 477, de 26/02/1969, que “define infrações disciplinares praticadas

por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências”.

A Lei da Mordaza se sustenta em teses e argumentos que ferem o direito a liberdade de expressão do professor e retira sua condição de educador. Uma das teses que sustentam a proposta é a dissociação entre o ato de educar e o de instruir.

Tomando como referência a obra, *Professor não é Educador*, do filósofo espanhol Armindo Moreira, cujo pensamento central é de que “O professor não deve ser educador de seus alunos, pois a verdadeira função do professor é instruir. A missão de educar cabe à família” – acesso disponível em: <http://www.escolasempartido.org/> - os idealizadores da proposta reproduzem a ideia que a família é o espaço para educação e não a escola, os defensores da Lei da Mordaza se arvoram no direito de impedir que o professor, na condição de educador se mantenha como sujeito capaz de difundir o conhecimento voltado para a formação do cidadão crítico e politizado.

A Lei da Mordaza trabalha com conceitos que agridem o sistema educacional brasileiro acusando as escolas de estarem “contaminadas” e sofrerem de “monopolização política e ideológica”, daí a necessidade de combater os professores “militantes” e “doutrinadores”.

Em sua vasta cartilha – disponível em <http://www.escolasempartido.org/> - de ataques aos professores e ao direito à liberdade de expressão, ainda existem as orientações de como os alunos identificarem quando um professor está “doutrinando”. Isto ocorre quando o mesmo, “*se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional*”; *alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.; adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica*. A proposta é categórica quando afirma a necessidade de se estampar em cada sala de aula das escolas brasileiras um cartaz com os deveres do professor, abaixo relacionados:

DEVERES DO PROFESSOR

I - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

II - O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

IV - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.

V - O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

VI - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula. (disponível em <http://www.escolasempartido.org/>)

Alguns itens previstos no cartaz já se constituem em comportamentos que devemos evitar e até reprovar, a exemplo da propaganda político-partidária e o aparelhamento da escola ou qualquer instituição pública em favor de partidos ou governos. No entanto, isso não implica na negação ao direito à liberdade de discutir questões políticas e até mesmo na formação do aluno no sentido de defender seus direitos, seja dentro ou fora da escola, através de manifestações públicas, passeatas, atos etc. Pois, a escola tem um papel extremamente importante na formação do ser humano. “Quem defende a neutralidade da escola, desconhece tanto o papel da escola

quanto a natureza do conhecimento com o qual ela lida.” (Paulo Melo, Revista Poli: Saúde, Educação e Trabalho, n.44, mar./abr. 2016, p.23).

TR - 21

O 36º CONGRESSO delibera:

1. Apoiar financeiramente eventos e manifestações que ocorram no âmbito das Seções Sindicais contrários à Lei da Mordaga.
2. Buscar junto as Câmaras de Vereadores a realização de audiências públicas sobre o tema.
3. Buscar parcerias com outros sindicatos e Centrais Sindicais para realização de atos públicos denunciando a lei da Mordaga.
4. Criar através do GTPFS – Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical – seminários para divulgação das ações do sindicato contra a Lei da Mordaga.

TEXTO 22

Contribuição professora da Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues - Sindicalizada da ADFURRN Seção Sindical

PRIVATIZAR NÃO É A SOLUÇÃO

TEXTO DE APOIO

Estou falando de um discurso que está sendo construído por um algumas pessoas públicas do nosso estado, que não representam a sociedade potiguar, sobre a privatização da UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Em troca, os defensores da proposta defendem que os atuais estudantes devem receber bolsas de 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) para cursar uma Universidade privada.

Esse discurso tem causado profunda indignação na sociedade, sobretudo naqueles que tem nesta instituição de ensino a sua única via de acesso a um curso superior. Além disso, aqueles que conhecem a realidade dos estudantes das universidades públicas, em especial dos mais carentes, sabem que não se garante o direito à educação apenas com o pagamento de uma mensalidade.

Que esses estudantes precisam de restaurantes e residências universitárias, bem como de incentivos a eventos e a pós graduação, direitos cuja ampliação de recursos é reivindicada a cada dia junto ao poder público.

A análise desse discurso de privatização requer algumas reflexões: a quem interessa privatizar ou fechar a única universidade pública do estado do Rio Grande do Norte?; qual a dimensão do prejuízo social, econômico e cultural de tal medida?; qual a confiabilidade que podemos depositar em pessoas que apontam como alternativa para resolver problemas financeiros do estado, restrição de direitos quanto a oferta educacional?; se hoje, sem maiores preocupações quanto ao impacto de suas propostas essas pessoas defendem a privatização do ensino superior, qual o pudor que teriam para defender o fim das aludidas bolsas?. Acredito que já temos a resposta.

A constituição federal de 1988 atribui a todos os entes da federação, em regime de colaboração, o dever de assegurar à educação pública, sendo descabido, portanto, qualquer argumento que aponte para a ausência de responsabilização dos mesmos. Os discursos de fechamento ou privatização da Uern estão inseridos num conjunto de ações de sucateamento da educação pública, desobrigação dos entes públicos quanto a prestação desse serviço público historicamente reconhecido como direito e estímulo à privatização dessa atividade (somada a

privatização de outras atividades essenciais como é o caso da saúde). Devemos ter a convicção, que num estado democrático de direito, a sociedade deve participar ativamente das decisões que lhes afetem diretamente. Qualquer medida que desconsidere os sujeitos beneficiados com determinado direito, sobretudo quando afetem o exercício da cidadania e a garantia de uma existência digna, deve ser recusada.

A solução para os problemas financeiros do Governo do RN passa por conhecidas propostas, entre elas a auditoria cidadã da dívida do Estado; combate a sonegação fiscal; cobrança de dívida ativa; revisão dos incentivos fiscais

Num contexto em que a demanda por educação está cada vez mais expressiva, torna-se inaceitável qualquer ação governamental voltada a extinção desse direito. A UERN é patrimônio da sociedade potiguar. Deve ser repudiada qualquer iniciativa que leve a seu desmonte.

TR - 22

O 36º CONGRESSO delibera:

1. intensa campanha nos estados denunciando o projeto privatista da educação por parte dos governos.

TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

O ano de 2016 foi de muitas lutas e mobilizações nas Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES). Seguindo a linha do governo federal, a opção dos governos estaduais foi priorizar o pagamento da dívida pública ao grande capital, as isenções fiscais, os grandes eventos, suprimir direitos e sucatear os serviços públicos. Professores/as, estudantes e técnicos-administrativos, com outros setores da educação, da saúde e do funcionalismo público, se colocaram em movimento em defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as) e de condições de estudo e trabalho. Mais de dez movimentos grevistas, em diversos estados, foram organizados desde o primeiro semestre de 2016 pelo ANDES-SN, por meio de suas seções sindicais.

A conjuntura nacional, com a confirmação do impedimento e posse do governo ilegítimo de Temer, aponta para o aprofundamento do recrudescimento conservador e da retirada de direitos. A luta contra a PLS 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) e a PEC (que tramitou na Câmara como PEC 241), que congelam os gastos públicos, se coloca na ordem do dia, com indicativo de greve no setor das federais e estaduais com o horizonte da construção de uma greve geral no país. Soma-se a essas medidas a contrarreforma da previdência e trabalhista, a MP 746/2016 (Reforma do Ensino Médio), a Lei da Mordaça (Escola Sem Partido) e outros projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que confrontam o interesse das trabalhadoras e trabalhadores, especialmente da educação.

Além dos ataques oriundos do governo federal, também se intensificaram, nos últimos meses, medidas profundas de retirada de direitos no âmbito dos estados. No Rio de Janeiro, além dos constantes atrasos no pagamento de salário, o governo do PMDB tenta impor um pacote de maldades que entre várias medidas aumenta a contribuição previdenciária de 11% para 14% com uma sobretaxação de 16% por 16 meses; obriga os aposentados e pensionistas a contribuírem para a previdência; extingue os triênios, tornando o estado um exemplo para a contrarreforma da Previdência Social que vem sendo gestada nacionalmente.

No Ceará, os/as docentes da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Vale do Acaraú (UVA), após suspensão de uma greve longuíssima, com mais de cinco meses de paralisação, acompanham atentos e mobilizados a materialização dos itens integrantes do "termo de compromisso" firmado com o governador do estado, Camilo Santana, que já começam a ser efetivados. Entre essas mudanças, destacam-se: a nomeação e posse de 84 (oitenta e quatro) professores efetivos para UECE; a publicação de edital para concurso público com 135 vagas para técnico-administrativos para a UECE; a publicação e a implantação na folha de pagamento dos processos de ascensão e da progressão na carreira que estavam parados na Secretaria de Planejamento e Gestão; a correção de distorção salarial dos(as) professores(as) substitutos(as) que se equipara ao vencimento base do(a) efetivo(a) – um valor de aproximadamente 16,5 milhões para investimentos na infraestrutura das três universidades (UECE, UVA e URCA). As conquistas da greve ainda continuam em estado de latência, por não terem sido efetivadas em sua totalidade, e uma das reivindicações principais não foi atendida pelo governo, a reposição salarial de 2016.

No Paraná, no início de outubro, os/as docentes e técnicos administrativos em conjunto com servidores da educação básica fizeram greve contra a suspensão da Lei de data-base dos servidores. O governo Beto Richa, por meio de emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO), condicionava o aumento à “comprovada disponibilidade orçamentária e financeira”, durante o exercício de 2017. As greves foram suspensas em 7/11, após o governo sinalizar a possibilidade de reposição integral da inflação, e a criação de um grupo de trabalho para debater essa reposição, prevista desde janeiro passado. A expectativa do Fórum das ADs (ADUNICENTRO, ADUNIOESTE, APRUDESC, SINDUEPG, SESDUEM e SINDUNESPAR) é de que se resolva até a segunda quinzena deste mês, com posterior envio à Assembleia Legislativa para votação. Entretanto, o governo deixou claro que poderá reenviar a proposta de suspensão da reposição salarial. Outro fato importante que surgiu com o movimento de greve foi o “aparecimento” de R\$ 1,4 bilhão que o governo dizia não existir no caixa.

A continuidade das lutas no setor das IEES/IMES é uma necessidade do momento histórico, em que o capital tem investido fortemente para desmontar a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Tais investidas exigem do movimento docente e sindical uma organização coletiva mais ampla e sincronizada em todo território nacional. Essa organização é necessária para barrar medidas privatistas, como a que ocorreu recentemente na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Primeiro, a atitude da administração central de paralisar as atividades acadêmicas em virtude do corte de verbas por parte do executivo estadual; segundo, a indicação do presidente do Tribunal de Justiça como saída para a falta de recursos públicos que garantem o funcionamento e a manutenção da universidade, e sua privatização. Não podemos permitir que o Estado em nome do ajuste fiscal drene os recursos públicos para o sistema financeiro e lance o ônus sobre a classe trabalhadora.

Para enfrentar essa conjuntura, o setor das estaduais e municipais do ANDES-SN realizou, como vem fazendo há alguns anos, seu XIV Encontro, em 2016, na cidade de Salvador (BA), para aprofundar os temas do seu plano de lutas que ora apresentamos ao 36º Congresso do Sindicato Nacional. Um dos pontos centrais no próximo período é o combate à implementação dos fundos de previdência privada nos estados. Precisaremos mapear e caracterizar os diferentes fundos de cada estado e intensificar os debates com os docentes para aprofundar a luta contra o que já está em curso e contra as medidas que estão sendo impostas pelos governos estaduais e municipais de privatização da previdência. Para tanto, entre outras medidas, propomos que parte da Semana de Lutas Unificadas, anualmente organizada pelo setor, seja dedicada ao tema.

Outro tema recorrente e fundamental nas lutas das universidades estaduais, que também precisa de aprofundamento e acompanhamento constante, é o financiamento público insuficiente, por causa da prioridade dada ao pagamento da dívida e das isenções fiscais, o que significa sucateamento, propostas de privatização, atraso nos salários, precarização dos contratos pela via da terceirização, entre outras questões.

Além disso, a denúncia e o combate ao assédio moral e às condições de trabalho que promovem o adoecimento dos docentes é uma das prioridades para o próximo ano. Para isso, propomos a construção de observatórios locais nas seções sindicais contra todos os tipos de violência aos/as trabalhadores/as.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

A - GERAL

- 1. Realizar, no segundo semestre de 2016, em Salvador (BA), sob a organização da ADUNEB, o XIV Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, com tema a ser definido na reunião do Setor, preparatória para o XIV Encontro Nacional.*
- 2. Realizar uma semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 23 a 27 de maio de 2016, em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES e contra a precarização e o sucateamento dessas instituições.*
- 3. Produzir um boletim Informandes Especial até o fim de abril de 2016, com as pautas da semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, como material de mobilização, e outro, no mês de junho, apresentando os resultados da mobilização nos estados.*

4. Intensificar a luta contra a precarização do trabalho docente e a violação dos direitos trabalhistas, inclusive contra o atraso e o parcelamento dos salários mensais e do 13º salário.

B – SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

1. Lutar contra a apropriação de recursos dos Regimes Próprios de Previdência dos servidores públicos dos estados, por parte dos governos, e sua utilização para outros fins.

2. Nos estados nos quais o governo já se apropriou destes recursos, adotar ações necessárias para sua revisão.

3. Lutar contra a implantação dos Fundos de Pensão nos estados, em articulação com os demais servidores públicos nos estados.

4. Atualizar as informações sobre os planos de carreira dos docentes das IEES/IMES e analisar as mudanças nas carreiras, que retiram direitos do pessoal da ativa, bem como dos aposentados.

C – SOBRE A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

1. Lutar pela valorização do trabalho docente por meio de:

1.1 campanhas salariais;

1.2 intensificar a defesa do teto salarial em cada estado - e seus municípios - de 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);

1.3 defesa da carreira, segundo os princípios do Caderno 2 do ANDES-SN com foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

1.4 intensificar a luta para que os docentes não tenham perdas salariais, denunciando os governos que fazem ajuste fiscal e anunciam reajuste zero ou ausência de planos de recomposição salarial da categoria docente.

1.5 reposição para os professores das IEES/IMES, tendo como referência a data-base da categoria em cada estado.

D – SOBRE O FINANCIAMENTO

1. Intensificar a luta, em cada estado, pelo aumento de verbas públicas para a educação pública em geral e para as IES estaduais e municipais, considerando, no mínimo, o “total do produto” da receita de impostos ou tributária. Continuar atuando por meio de mobilizações:

1.1 na LDO e, se necessário, na LOA;

1.2 nos planos plurianuais de governo.

2. Dar continuidade a estudos e a análises das contas públicas e dos orçamentos, com foco no financiamento e na evolução salarial dos servidores das IEES/IMES.

3. Continuar a orientar as seções sindicais e as secretarias regionais a procederem levantamento, no âmbito estadual e municipal, da situação orçamentária e de financiamento das Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais/municipais, solicitando, em casos especiais, contratação de assessoria técnica nos estados, paga pelo caixa nacional.

4. Contribuir para a realização de pesquisas sobre a dívida de estados e municípios e suas implicações para o financiamento das IEES/IMES, inclusive fomentando a participação das seções sindicais e das AD em núcleos locais da Auditoria Cidadã da Dívida.

5. Desenvolver lutas contra os cortes nos orçamentos das IEES/IMES, demonstrando a importância dessas instituições para a educação, ciência e tecnologia nos âmbitos, estadual e municipal.

6. Aprofundar o debate nas reuniões ou encontros do setor sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES o debate sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES.

7. Lutar para estabelecer as condições jurídicas e operacionais, para destinação de recursos federais IEES/IMES.

E – SOBRE DEMOCRACIA E AUTONOMIA

1. Continuar a luta pelo binômio autonomia/democracia, com a realização de Estatuintes Exclusivas, Soberanas e Democráticas, com participação no mínimo paritária de docentes, técnico-administrativos e estudantes.

2. Socializar e divulgar as experiências de processos estatuintes e de mudanças estatutárias nas

Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais), por meio de materiais elaborados com base em levantamento de relatos das Seções Sindicais.

3. Apoiar a implementação de comissões da verdade locais, cujo trabalho é fundamental para subsidiar processos estatuintes.

F - SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÕES

1. Intensificar a luta por eleição direta, universal ou paritária, para todos os cargos de dirigentes nas IES, dando ampla divulgação ao item 1.6.3. Escolha de Dirigentes do Caderno 2 (versão 2013), com processo realizado e finalizado na própria instituição.

G - SOBRE A MULTICAMPIA E A INTERIORIZAÇÃO DAS IES

A expansão e a interiorização das IES devem ser garantidas com as seguintes condições:

1. como parte de um projeto de IES pública, gratuita, laica e de qualidade e socialmente referenciada;

1.1 que as seções sindicais façam levantamento das condições de trabalho ante a heterogeneidade de situações da multicampia.

1.2 o projeto de expansão deve ser submetido e aprovado pela comunidade universitária.

2. planejadas, democraticamente, com base em diagnóstico das necessidades locais e de modo que assegurem a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, com garantia de carga horária adequada para todas as modalidades;

3. financiadas com verba pública, com aporte de recursos perenes, que assegure condições dignas de trabalho e de estudos;

4. contratação de professores e de servidores técnico-administrativos efetivos, por meio de concurso público e o fim de todas as formas de precarização do trabalho docente;

5. não fragmentação geográfica do local de trabalho, sem a obrigatoriedade de os professores desenvolverem suas atividades em campus multicidade ou em mais de uma localidade, a exemplo dos cursos interdepartamentais;

6. enquanto houver ocorrência de casos, em que há a fragmentação geográfica do local de trabalho, que sejam garantidas as condições dignas de trabalho para todo docente submetido a tal situação.

7. política de moradia e de transporte dos docentes nos locais e nas cidades em que trabalham.

8. política efetiva de acesso e de permanência estudantil.

9. o tema multicampia deve continuar pautado e debatido nos encontros e nas reuniões dos setores.

10. condições adequadas para a realização de trabalho nos órgãos colegiados das IES, com garantia da participação efetiva de todas as representações dos diferentes campi.

TR - 23

O 36º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES e contra privatização, precarização e o sucateamento dessas instituições.

2. Produzir um boletim InformANDES Especial após a semana de lutas do setor das IEES/IMES, apresentando os resultados da mobilização nos estados.

3. Ampliar a socialização, por meio de debates e de distribuição de materiais produzidos pelos GTs, sobre temas comuns ao conjunto do movimento docente nas seções sindicais do setor das IEES/IMES.

4. Atualizar a cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar incluindo um mapeamento da situação dos estados com o GTSS/A.

5. Envidar esforços, por meio das seções sindicais estaduais e municipais, para participar do GTSS/A, a fim de contribuir no avanço da construção da cartilha.

- 6.** Promover debates sobre a dívida pública e a previdência social nos estados.
- 7.** Produzir materiais informativos e de comunicação sobre os fundos de previdência complementar dos estados.
- 8.** Estimular as seções sindicais a articular, onde não exista, e participar de Fóruns Estaduais contra a Reforma da Previdência.
- 9.** Indicar, por meio das seções sindicais, na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações e atos pautando a contrarreforma da previdência e que tais ações/atos sejam realizados em conjunto com outras categorias do serviço público.
- 10.** Realizar uma reunião das Assessorias Jurídicas das seções sindicais, a AJN, para construir ações contra a previdência complementar nos estados.
- 11.** Construir, com outros setores do funcionalismo, audiências públicas nos estados para debater a contrarreforma da previdência.
- 12.** Realizar, por meio das seções sindicais, debates nas universidades sobre a contrarreforma da previdência e suas implicações para as IEES/IMES, visando o combate aos ataques aos direitos previdenciários e a intensificação da exploração do trabalhador e da trabalhadora.
- 13.** Elaborar material audiovisual sobre a dívida pública nos estados e municípios.
- 14.** Realizar, no setor das IEES/IMES, articulada com os GT Verbas, locais e nacional, e se necessário, com assessoria de órgãos técnicos, levantamento de dados sobre o financiamento das IEES/IMES, com o objetivo de se construir materiais sobre esse tema, para posterior divulgação.
- 15.** Denunciar as inúmeras isenções fiscais que são concedidas pelos estados e pela União, como um dos elementos que impacta na arrecadação e diminui os investimentos dos estados e dos municípios para a educação e saúde.
- 16.** Aprofundar o debate nas reuniões do setor sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES e as condições jurídicas e operacionais para a destinação de recursos federais.
- 17.** Fomentar que as seções sindicais, com o apoio da direção do ANDES-SN, acompanhem e divulguem a execução do orçamento dos estados para garantir a transparência sobre a destinação dos recursos para as IEES/IMES.
- 18.** Realizar estudos, por meio das seções sindicais, sobre os impactos da PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241) nos estados.
- 19.** Lutar contra todos os PLs que propõem o pagamento de mensalidades, taxas, anuidades e privatizações nas IES públicas.
- 20.** Mobilizar a categoria docente nas IEES/IMES para a luta contra o PLC 54/2016 (que tramitou na Câmara como PLP 257/16) e a PEC 55/16 (que tramitou na Câmara como PEC 241).
- 23.** Ampliar, no interior das seções sindicais das IEES-IMES, a discussão sobre a reforma tributária progressiva e a necessidade de auditoria da dívida pública.
- 24.** Combater o discurso da mídia corporativa e realizar debates sobre a contrarreforma trabalhista nas IEES/IMES.
- 25.** Construir ferramentas nas IEES/IMES de combate ao assédio moral, sexual, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS das seções sindicais;
- 26.** Pautar o debate, no interior das IEES/IMES, sobre a criação de observatórios locais contra todo tipo de violência aos docentes do setor como base para ações de luta.
- 27.** Denunciar as situações de trabalho que promovem o adoecimento e as perseguições no interior da IES.

28. Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais de Educação, sobre o Movimento Escola Sem Partido, Questões de Gênero e a Reforma do Ensino Médio (MP 746).

29. Intensificar nas IEES/IMES as lutas contra o Movimento Escola Sem Partido e todos os PL que estão sendo apresentados nos estados e municípios.

30. Fortalecer a participação das seções sindicais e das secretarias regionais do ANDES-SN nas Frentes estaduais e municipais Escola sem Mordada.



Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

O ano de 2016 apresenta-se como um momento de intensa aceleração das contradições sociopolíticas e econômicas que alimentam o desmonte do caráter público da educação. A articulação entre a pauta específica dos docentes no âmbito do setor das federais com a pauta geral de todo o funcionalismo público se torna cada vez mais complexa por uma conjuntura que coloca em xeque a própria existência de oferta de serviços públicos e gratuitos para a população brasileira de forma geral.

As reuniões e os debates realizados ao longo do ano, neste setor, apresentaram uma dinâmica diferenciada na medida em que a construção da luta pela defesa dos direitos sociais, ameaçados pela proposta (ainda em curso, neste momento) de aprovação da PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241) exigiu uma organização entre os setores (federais/estaduais/municipais) do Sindicato Nacional, privilegiando as pautas comuns a toda categoria.

Esta conjuntura de ataques, no entanto, não impediu que fosse feita a atualização das lutas específicas no 61º CONAD e em momentos posteriores, como na reunião conjunta com o GTPE, GTCarreira e GTC&T ocorrida em agosto de 2016. Os ataques à carreira se aprofundaram de diferentes maneiras, e um cenário complexo se apresenta para a categoria em 2017, exigindo uma organização cada vez mais articulada de nossas pautas e lutas específicas com as pautas gerais da classe trabalhadora.

No âmbito dos Servidores Públicos Federais

Nos últimos Congressos e CONAD, a análise de conjuntura do Sindicato Nacional tem apontado o aprofundamento da destruição dos direitos sociais e da contrarreforma do Estado. Em 2016, esse processo foi acompanhado da efetivação do impedimento que levou ao fim vários debates e ações no conjunto da população e que teve desdobramentos também na campanha unificada dos SPF de 2016.

Ainda em fevereiro, na reunião ampliada dos SPF, foi definido o tema da campanha: Defesa dos Serviços Públicos de Qualidade para a População e dos Direitos dos Servidores, e no seu lançamento, em 16 de março, a pauta central da luta dos SPF era contrária à contrarreforma da previdência e trabalhista, e ao PLP 257 enviado pelo Governo Dilma ao Congresso Nacional, que já apontava medidas de redução de investimentos em serviços públicos nos estados, municípios, assim como no serviço público federal por conta da modificação da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre outros aspectos.

Dessa forma, o “balão de ensaio” da PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241) foi uma das primeiras e mais impactantes medidas do governo Temer e que traz profundas modificações na Constituição Federal (CF), especialmente em relação à desvinculação de receita para os direitos sociais que estão fixadas em percentuais mínimos na CF até o momento. Portanto, uma ruptura do pacto federativo no sentido de ampliar ainda mais o repasse de recursos para a iniciativa privada e o setor rentista por meio do mecanismo da dívida pública e de outros programas.

Com a definição do processo de impedimento, o segundo semestre de 2016 colocou para o conjunto dos SPF o embate aos ataques que já estavam em curso e mais as novas medidas que foram apresentadas pelo Governo Temer, em especial a PEC 55 e a MP 746/16 (Reforma do Ensino Médio). Nos processos de enfrentamento aos ataques em curso, o Fórum das Entidades Nacionais do Serviço Público Federal (Fonasefe) concretizou diversas ações importantes dentre as quais se destacam as realizadas no segundo semestre de 2016, tendo em vista que o balanço do primeiro semestre foi feito no 61º CONAD, em Boa Vista (RR).

Em reunião realizada em julho, o Fonasefe elaborou um manifesto contra a PEC 241 e o protocolou no MPOG solicitando audiência (ainda não atendida), para apresentar a contrariedade dos SPF às medidas em curso. A reunião ampliada do Fórum, com a participação também de entidades estaduais e municipais, em 10 de agosto, teve como pauta central a organização das lutas contra o PLP 257 e a PEC 241.

Entre 12 e 14 de setembro, foi organizada uma jornada de lutas em Brasília contra as medidas do ajuste fiscal (PLP 257 e PEC 241), contrarreformas trabalhista e da previdência e contra a Lei da Mordada. Uma participação importante das entidades nacionais, estaduais e municipais do serviço público, bem como de movimentos sociais e populares que reuniu aproximadamente 10 mil pessoas em uma grande marcha. Já nos dias 22 e 29 de setembro, convocados como dias nacionais de luta, mobilização e paralisação pelas centrais sindicais, o Fonasefe incorporou essa agenda fortalecendo as lutas nos Estados e organizando um conjunto importante de ações na perspectiva da construção da greve geral.

Logo após o primeiro turno das eleições municipais, ocorreu a votação em primeiro turno na Câmara de Deputados da PEC 241. O Fórum encaminhou um conjunto de ações de pressão aos parlamentares, tanto nos Estados quanto no Congresso Nacional, para barrar a aprovação da referida PEC. Esse processo se repetiu em 24 de outubro, quando da votação em segundo turno. Foram amplamente divulgados cartazes com a lista dos deputados que votaram a favor desse documento e contra os interesses da população brasileira. Tais materiais também foram divulgados em *outdoors* e cartazes colados em várias cidades do país.

Com a tramitação da PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241), iniciada no Senado Federal, diversas ações também estão indicadas pelo Fonasefe, tanto de incorporar o calendário de paralisações do conjunto das centrais sindicais (dia 11 e 25 de novembro), quanto de pressionar as/os senadoras/es para votarem contra PEC 55. Em vista do momento em que este texto está sendo escrito, destacamos que os dias 29 de novembro e 13 de dezembro (anunciados como dias da votação da PEC 55 no Senado) serão de muita luta e marchas nacionais a Brasília para barrar os votos.

É necessário apontar que essa conjuntura de 2016 não trouxe avanços nas pautas da campanha unificada dos SPF, não houve processos de negociação com o governo federal e nenhuma reunião com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) ou qualquer outra esfera do poder executivo no sentido de debater a pauta conjunta dos SPF. Assim como ainda não houve condições de tratar a pauta da campanha de 2017 por dentro do Fonasefe, que nos próximos meses deverá ser retomado para construir as lutas e as ações para o próximo período.

Ainda no âmbito geral dos SPF, é importante destacar que o último Congresso do ANDES-SN definiu a necessidade de rearticulação da CNESF para avançar na construção das lutas dos SPF. Essa discussão teve desdobramentos em reuniões do GTPFS e no Setor das IFES, cujo resultado dos debates foi levado à reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, que ratificou a

necessidade de sua rearticulação. Porém, destacamos que o processo de rearticulação ainda carece de aprofundamento, em vista que mesmo com algumas iniciativas do ANDES-SN, pouco retorno tivemos das demais entidades da CNESF. A perspectiva é a de que até o final do ano de 2016 tenhamos a efetividade de uma reunião com as entidades participantes para debater as perspectivas da CNESF para o próximo período.

Assim, indica-se que os elementos balizadores da campanha unificada de 2016 sejam também apontados como referência para a construção da campanha unificada dos SPF para 2017, quais sejam: a) política salarial permanente com correção das distorções e a reposição das perdas inflacionárias; b) data-base 1º de maio; c) direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT; d) paridade salarial entre ativos e aposentados; e) Isonomia de todos os benefícios entre os poderes; f) Isonomia salarial entre os poderes; g) Incorporação de todas as gratificações produtivistas; h) barrar a anunciada contrarreforma da Previdência; i) revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral; j) fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos; k) concurso público pelo RJU, já!

Acerca do Plano de Lutas no Âmbito Específico do Setor das Federais

Conforme já foi indicado, os ataques ao caráter público das IFE intensificaram-se ao longo de 2016. No início do ano, além da manutenção dos cortes nos repasses orçamentários às IFE, foi apresentado o PLP 257 que impunha cortes diretamente relacionados aos direitos sociais nos estados e que incidiria diretamente no funcionamento da educação pública. Houve também a sanção do Novo Marco Legal de Ciência e Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.242/2016), e, em julho, a imposição de nova lei desorganizadora da carreira que aprofunda o achatamento dos salários das professoras e professores MS e EBTT (Lei nº 13.325/2016). Após o impedimento, tanto a Medida Provisória 746, que apresenta uma contrarreforma do ensino médio, quanto a PEC 55 que pretende instaurar um Novo Ajuste Fiscal – que é seletivo, contra a garantia de oferta dos direitos sociais – aprofundam um cenário de desmonte da educação pública com desastrosas consequências para as IFE. A PEC 55 instaura um congelamento do teto dos gastos públicos que, efetivamente, significa uma diminuição real do orçamento público, sobretudo para as áreas de educação e saúde.

Esses diferentes ataques não podem ser percebidos de maneira desarticulada. A avaliação conjunta dessas ameaças revela um sentido específico de alteração do trabalho docente, o qual o ANDES-SN tem denunciado e que fere de maneira profunda a continuidade do caráter público da universidade: a extinção, de fato, do regime de Dedicção Exclusiva – DE. Somente a existência da DE é capaz de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Da mesma forma, apenas a garantia efetiva desse regime de trabalho pode possibilitar que haja a realização plena de um tempo público de atuação pedagógica produtora de saberes autônomos nos marcos da gratuidade, da laicidade e da qualidade socialmente referenciada.

A Lei nº 13.325/2016, que altera a remuneração, as regras de promoção e as regras de incorporação de gratificação de desempenho, foi aprovada em julho de 2016 e é fruto de uma imposição (acordo não reconhecido pelo ANDES-SN). Além disso, repete o modelo da sua antecessora, a Lei nº 12.772 de 2012, que, com o pretexto de reajustar (abaixo da inflação) os salários dos docentes, tinha como função principal a desorganização da malha salarial, gerando consequências danosas à carreira. Essa lei, que se limita a tabelas salariais, foi anunciada como sendo uma correção à desorganização realizada pela Lei nº 12.772, seguindo índices fixos de progressão, de promoção e de alteração do regime de trabalho. Porém, além de não haver nenhuma garantia da manutenção desses índices após 2019, o cenário colocado pela PEC 55 aumenta sobremaneira a insegurança referente à manutenção dos baixos reajustes indicados.

Ainda assim, o ponto de chegada das alterações salariais em 2019, mesmo que seja implementado, é profundamente prejudicial à manutenção do trabalho público do professor federal, produzindo um achatamento real do salário que rompe com a efetividade da Dedicção

Exclusiva, que pode ser evidenciado pela tabela seguinte, a qual apresenta a evolução das relações entre os diferentes regimes de trabalho existentes:

Variação Percentual da Remuneração em Relação à Jornada de 20 Horas

ATUAL		AGOSTO DE 2017		AGOSTO DE 2018		AGOSTO DE 2019	
Dedicação Exclusiva	40 horas						
98,83%	39,39%	99,22%	39,59%	99,61%	39,80%	100,00%	40,00%

O índice de remuneração do Regime de Dedicação Exclusiva que já correspondeu a 210% (extinto PUCRCE – Lei nº 94.664/87) foi rebaixado para 100% em relação a 20h, o que antes da promulgação da Lei nº 12.772/2012 era o equivalente ao regime de 40h. Esse achatamento salarial encontra eco também nas Retribuições por Titulação (RT), que tomam o salário-base como referência, mas, na nova lei, não mantém um índice permanente segundo a formação. Os números atuais, em um explícito desestímulo à formação continuada dos docentes, estipulam que a Retribuição por Titulação do Regime de 20h, para o mesmo grau de formação (por exemplo, 25% para mestrado), seja equivalente à metade do Regime de Dedicação Exclusiva (que receberá 50% para a mesma titulação).

A lei cria uma nova forma de diferenciação entre os docentes, valorizando a mesma formação segundo critérios alheios à capacitação realizada. Essa distinção encontra reforço nos degraus de promoção que mantém o desigual índice de 25% para aqueles que alcançam o nível Associado/DIV, enquanto para outras escalas, os índices variam entre 4% e 5% (com exceção de titular cujo índice é 10%). Segue tabela extraída do texto da lei:

CLASSE	NÍVEL	VARIÇÃO PERCENTUAL DO VENCIMENTO BÁSICO EM RELAÇÃO AO NÍVEL ANTERIOR			
		ATUAL	AGOSTO DE 2017	AGOSTO DE 2018	AGOSTO DE 2019
TITULAR / TITULAR-LIVRE	1/U	3,56%	5,99%	8,12%	10,00%
ASSOCIADO / D IV	4	1,76%	2,60%	3,34%	4,00%
	3	1,77%	2,59%	3,33%	4,00%
	2	0,15%	1,53%	2,81%	4,00%
	1	21,90%	22,99%	24,03%	25,00%
ADJUNTO / D III	4	1,00%	2,04%	3,04%	4,00%
	3	1,00%	2,02%	3,02%	4,00%
	2	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%
	1	10,00%	8,46%	6,96%	5,50%
ASSISTENTE / D II	2	1,00%	2,34%	3,67%	5,00%
	1	10,00%	8,45%	6,96%	5,50%
AUXILIAR / D I	2	1,00%	2,34%	3,67%	5,00%
	1	-	-	-	-

A Lei nº 13.325/2016 deve ser compreendida de maneira combinada com outras ações anteriores que aprofundam o ataque à carreira do servidor público, enfraquecendo a

estabilidade garantida pelo RJU pela ampliação da contratação de celetistas, até mesmo no campo da Educação, pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), 2013; e também por meio da implementação de sistema de aposentadoria complementar a partir da criação da Funpresp (2012). Vale notar que hoje já temos três categorias diferentes de professores no tocante à previdência social: professores com aposentadoria integral com ingresso anterior a 2003; aqueles que ingressaram após 2003 e que terão proventos de aposentadoria em torno de 80% de seus vencimentos e ainda aqueles que ingressaram a partir de março de 2013 e se aposentarão com o teto do INSS, o que gera, além dos prejuízos diretos, uma fragmentação desorganizadora para toda a categoria. O enfraquecimento do sentido de continuidade e estabilidade do trabalho compõem o campo de desmonte da Dedicção Exclusiva, que é complementado pelo estímulo à privatização contido no novo Marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (13.243/2016, aprovada antes mesmo da Lei nº 13.325) que pressiona a implementação da regulamentação do funcionamento privatizante de setores muito importantes e dinâmicos das universidades e institutos.

Segundo o Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas que produziu manifesto assinado pelo ANDES-SN, esta lei:

permite a criação de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) como órgãos públicos ou pessoas jurídicas de direito privado 'sem fins lucrativos', até mesmo sob a forma de Organizações Sociais (OS), bem como a criação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) de direito privado no interior das instituições públicas, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa. Essas instituições poderão: i) receber recursos públicos dos entes federados e de fundações ditas 'de apoio' para a cobertura de todas as suas despesas; ii) usufruir de pessoal especializado (pesquisadores, etc.) pagos com recursos públicos; iii) utilizar infraestrutura e recursos públicos em atividades de pesquisa para empresas privadas.

A Lei 13.243/16 implica em mudanças regressivas no Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa Brasileiro, dentre as quais destacam-se: I. aumento da transferência do fundo público para empresas privadas e a substituição de instituições públicas (estatais) de pesquisa por OS, apontando para a diminuição de concursos públicos para a carreira de professores universitários e pesquisadores; II. docentes e pesquisadores das instituições públicas (estatais) poderão assumir funções de diretores/presidentes de OS que desenvolvam atividades de pesquisa e inovação tecnológica, auferindo rendimentos por atividades realizadas nos setores público e privado. Isso impactará negativamente o trabalho de docência e de pesquisa, principalmente o regime de Dedicção Exclusiva; III. professores e pesquisadores pagos com recursos públicos poderão atuar em empresas, podendo resultar num aparente crescimento das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como 'inovação', porém tendo em vista interesses privados; IV. o Estado poderá até ampliar seus gastos, ao passo que as empresas tenderão a diminuí-los, uma vez que terão acesso a recursos estatais (financeiros e de pessoal); V. o número de patentes registradas pelas instituições públicas tende a cair, pois o registro passará a ser feito em nome dos envolvidos no processo e das OS a que eles estarão ligados. A fonte de recursos para a manutenção dos registros continuará a mesma, os cofres públicos, enquanto a apropriação dos benefícios será privada. VI. a produção científica e tecnológica pública será direcionada por demandas do mercado, com prejuízos das atividades de C&T em áreas não rentáveis e fundamentalmente nas de ciências básicas e de ciências humanas.

Várias ações referentes a esses ataques têm sido efetivadas com fim de mobilizar a categoria, produzindo informações e debates sobre esses temas a partir da construção coletiva do ANDES-SN que se desenvolve em seus Grupos de Trabalho, sobretudo aqueles relacionados com a Política Educacional (GTPE), o GTCarreira, de Política e Formação Sindical (GTPFS), Ciência e Tecnologia (GT C&T) assim como pela Assessoria Jurídica Nacional (AJN). Mas essas ações não podem ser tratadas de maneira isolada, é necessário intensificar a luta para conseguir barrar também outras ameaças que atingem a carreira, o salário e as condições de trabalho das/os docentes.

Uma ameaça cada vez mais presente, que segue o mesmo padrão do desmonte da lógica pública é a contrarreforma da previdência social. As aposentadorias dos servidores públicos federais, como todas e todos sabem, foi capturada pelo setor privado a partir da criação da Funpresp, em 2012, ainda pelo Governo Dilma. É preciso seguir atuando politicamente contra essa empresa, conjugando a luta com demais setores do funcionalismo, mas também com outros setores da educação na medida em que a implementação de regime de “aposentadoria complementar” nos estados e municípios segue forte, acompanhado por outros ataques como o fim da aposentadoria especial para professores da educação básica que foi recentemente anunciado como projeto político do governo ilegítimo de Temer, assim como a PEC 139/2015 que extingue o abono de permanência para o servidor público que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade.

Combinadas, essas ações servem de desestímulo à carreira e trazem como consequência direta, além das explícitas perdas de direitos das/os servidoras/es, uma possibilidade de aposentadorias em massa caso a PEC seja aprovada. Em algumas universidades, como a UFRJ, o contingente possível de atingidos pela PEC alcança um índice próximo a 15% da categoria docente e da categoria dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE's).

A possibilidade de redução imediata do número de docentes na ativa a partir do contexto da PEC 139/2015 é reforçada pela perspectiva, em curto prazo, do mesmo fenômeno a partir da não substituição dos docentes que aposentarão nos próximos anos caso a PEC 55/2016 seja aprovada, na medida em que proíbe, na prática, a realização de novos concursos públicos com base na implementação do Novo Ajuste Fiscal, que é seletivo.

Ainda em relação às discussões de carreira, no que tange ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), o ano de 2016 foi marcado por inúmeras atividades. Desde 2012, com a proposta de discussão da lei das carreiras, o ANDES-SN, em suas instâncias, vem debatendo a concepção do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) e suas possíveis implicações para a carreira dos docentes. Naquela ocasião, embora muitos aspectos ainda estivessem obscuros, o Sindicato já apontava para a necessidade de um profundo debate sobre o tema. O RSC, instituído na Lei nº 12.772/2012, foi criado para, segundo o governo, corrigir distorções e injustiças estabelecidas ao longo dos anos para os docentes da carreira EBTT. Entretanto, uma das primeiras questões a ser destacada para a reflexão é o fato de que o RSC não contempla os aposentados, estabelecendo, assim, a primeira grande contradição de todo o processo da suposta correção das injustiças históricas. O ANDES-SN, em seu 34º Congresso, aprovou a luta em relação à incorporação do RSC aos aposentados da EBTT.

Para ampliar e qualificar o debate sobre essa questão, conforme deliberado pelo 35º Congresso, foi realizada a reunião conjunta entre o Setor das Federais, GTPE, GT Carreira e GT Ciência e Tecnologia para que pudesse ser aprofundado o debate não só em relação à obtenção do RSC, mas também em todas as suas implicações. Uma das questões importantes debatidas nesse espaço foi a Portaria nº 17 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), publicada no DOU (Seção 1 – nº 91, sexta-feira, 13 de maio de 2016). Essa Portaria estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dentre as discussões, foram sinalizadas as discrepâncias internas na carreira EBTT, como, por exemplo, os Colégios de Aplicação que não seriam objeto dessa portaria.

Nesse sentido, uma ponderação sempre presente nas discussões, que o ANDES-SN tem tentado

realizar, sobre o RSC, é a reflexão sobre o conceito desse reconhecimento com o desafio de problematizar, na base, o paradoxo da criação de um dispositivo de percepção remuneratória que enfatize ainda mais as discrepâncias entre as carreiras, possivelmente aprofundando a falta de incentivo à qualificação dos docentes EBTT e criando critérios diferentes de promoção/progressão para acesso ao RSC na mesma carreira, mas que traga aos professores um benefício financeiro.

Nesses termos, as reflexões sobre o tema do RSC devem ser entendidas a uma previsão das consequências da sua implementação. A questão não se reduz a uma discussão remuneratória, mas sim como algo conceitual. A carreira EBTT nunca teve incentivo, como a do Magistério Superior (MS), para qualificação do seu quadro docente e, no atual contexto da implantação do Reconhecimento, há um certo negligenciamento em relação a esse direito dos professores.

O aprofundamento das discrepâncias entre as carreiras do MS e EBTT se materializa quando se observa a diferenciação no tratamento dado às atividades de ensino, pesquisa e extensão, tripé das universidades. Essas reflexões são importantes num cenário em que a carreira contida na lei do governo se demonstra eficaz na implementação de uma visão tecnicista, produtivista e operacional de trabalho universitário, em sintonia com a perspectiva da mercantilização da Educação e do conhecimento, como também na formação de professores desigualmente capacitados, como o próprio PNE (2014/2024) traz nas suas metas.

Entende-se que, nas discussões realizadas em 2016, e que merecem ser aprofundadas, é importante destacar a denúncia da intensificação do trabalho divisionista presente na certificação do RSC, apontando para a necessidade de um programa de qualificação que permita aos docentes obterem sua titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, para atingirem o topo da carreira e qualificar o trabalho docente e a formação universitária, sendo importante frisar a necessidade do título de doutor para o acesso à Classe de Professor Titular. Nesse sentido, é preciso intensificar as lutas para que se tenham políticas efetivas de qualificação e não de "penduricalhos" nos vencimentos que poderão ser ou não agregados na aposentadoria. Lembrando que o ANDES-SN defende uma linha única no contracheque, dada à fragilidade das gratificações, principalmente, em tempos de ajuste fiscal.

A correção das distorções, tanto financeiras quanto estruturais, entre as carreiras, e entre docentes ativos e aposentados, passa pela defesa do projeto de Educação e Sociedade que o nosso sindicato defende intransigentemente e o projeto de Carreira aprovado no 30º Congresso do ANDES-SN.

O conjunto dessas ameaças: precarização da aposentadoria via Funpresp, desmonte da carreira acompanhado de achatamento salarial, a imposição da EBSERH, impedimento das garantias de formação continuada e regulamentação do empresariamento das áreas de Ciência e Tecnologia delineiam as condições objetivas para a realização do projeto de privatização da carreira docente de maneira extrema. Na mesma trilha, a PEC 395/14, que altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, combinada com o Projeto de Lei nº 782/2015 do Senado, que dispõe sobre o pagamento, pelo estudante universitário, de anuidade em instituições públicas de ensino superior, consolidam o fim do caráter público da educação.

Na outra ponta, existem todos os elementos normativos que orientam e reforçam a possibilidade de contratação de professores por meios que extrapolam o concurso público e o RJU, delineando um cenário permanente de terceirização. Sobre esse tema, não é menor destacar a ameaça de regulamentação das terceirizações de atividades fim. Por um lado existem diversos projetos de lei que seguem a trilha de votação no congresso nacional (conferir o texto de apoio do GTPFS encaminhado pela Diretoria Nacional), mas, seguindo a prática do governo ilegítimo, está na pauta do Supremo Tribunal Federal a votação desse tema que, mais uma vez, poderá ser "legislado" a partir da decisão impositiva daquele tribunal que é um apoiador declarado de Temer. Essa é uma ameaça que atingirá todos os servidores públicos e causará um prejuízo imenso à continuidade de oferta de quaisquer direitos sociais, sobretudo num cenário de cortes orçamentários.

As consequências dessa convivência com a terceirização aprofundada já podem ser percebidas também a partir das ameaças de fechamento de alguns campi universitários por todo o país. Esses espaços são oriundos de um projeto de expansão precarizada, muitos deles construídos de forma provisória, com edifícios incompletos e instalações realizadas em contêineres alugados, constituindo uma verdadeira paisagem da terceirização universitária.

É oportuno ressaltar que mediante o cenário do aprofundamento dos ataques no ano de 2016 o CONAD já havia indicado a necessidade da construção da greve geral. Nesse sentido, com diferentes momentos de mobilização, algumas universidades federais deflagravam greve local, com uma pauta nacional. Em outubro, mediante o crescimento da mobilização, o Setor das Federais em conjunto com o Setor das Estaduais e Municipais, deflagrou greve nacional por tempo indeterminado, instalando o Comando Nacional de Greve no dia 24 de novembro. Tendo como pauta a luta contra a PEC55 e a MP746, esta é a primeira greve unificada dos dois setores representados pelo ANDES-SN – professores federais e estaduais de ensino superior -, desde a greve contra a Reforma da Previdência, em 2003. Sem perder de vista a necessária construção da greve geral, o sindicato integra uma greve nacional em articulação com setores que representam a Educação Federal (SINASEFE e FASUBRA) para tentar barrar os ataques que não são desferidos somente aos trabalhadores da Educação, mas à classe como um todo.

Em outubro, mediante o crescimento da mobilização, o Setor das Federais, em conjunto com o Setor das Estaduais e Municipais, que também já contava universidades em greve, indicou, após rodadas de assembleias, a discussão do indicativo de greve nacional com a proposta de pauta contra a PEC 55 e contra a MP 746 sem perder a perspectiva da construção da greve geral. Assim, o Sindicato está na construção de uma greve nacional em articulação com os outros setores da Educação para tentar barrar os ataques que não são desferidos somente aos trabalhadores da Educação, mas também à classe como um todo.

Por fim, cabe ainda destacar as difíceis condições de luta que estão dadas no cenário futuro. Ao mesmo tempo em que o “Novo Ajuste Fiscal” impõe o congelamento de salários dos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal instaurou corte de ponto para aqueles que fizerem greve, explicitando sua posição ideológica, como atesta a declaração de voto de Luiz Fux (o mesmo ministro que apresentou o voto favorável às OS e foi acompanhado pelos demais): “O que ocorre, numa visão realista, é que nós estamos num momento muito difícil e que se avizinham deflagrações de greve, e é preciso estabelecer critérios para que nós não permitamos que se possa parar o Brasil”. Também a PEC 53 reforça essa tendência, transformando a educação em serviço essencial apenas na direção de limitar o direito de greve da categoria. Esse ataque inclui, de forma indireta, a continuidade de um outro processo, que já ocorre em algumas IFE, de instauração de ponto e controle das atividades docentes.

A luta do setor das federais, expressa na pauta apresentada a seguir, contém elementos fundamentais para a manutenção do caráter público da educação em um cenário de acirramento de lutas que se intercalam entre as pautas específicas da defesa das condições da realização da Dedicção Exclusiva em profunda relação com as lutas gerais da sociedade brasileira pela manutenção dos gastos públicos em direitos sociais.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS FEDERAIS

A – NO ÂMBITO DOS SPF

- 1. Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN, a necessidade de articulação em âmbito local com as demais entidades dos Servidores Públicos Federais (SPF).*
- 2. Indicar às seções sindicais a organização de fóruns regionais dos servidores públicos federais, especialmente nos estados em que ainda não estão constituídos, para potencializar as ações da agenda nacional e local a serem desenvolvidas nos estados.*
- 3. Desenvolver a Campanha 2016 dos SPF, de forma articulada com o Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal, construindo as lutas com base na definição de eixos, de pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos*

federais, tendo como tema central a defesa dos serviços públicos de qualidade, para a população e dos direitos dos servidores.

4. Pauta unificada da campanha dos SPF para 2016:

NEGOCIAÇÃO E POLÍTICA SALARIAL

a) política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;

b) data-base 1º de maio;

c) direito de negociação coletiva (Convenção 151 OIT);

d) paridade salarial entre ativos e aposentados;

e) isonomia de todos os benefícios entre os poderes;

f) retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF

g) incorporação de todas as gratificações produtivistas;

h) liberação de dirigentes sindicais, com ônus para o Estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas;

Recomendações:

1. que nomeiem os projetos que atacam os direitos dos SPF e os projetos que são do interesse do SPF;

2. que atualizem anualmente a lista/relação dos projetos que serão prioritários.

PREVIDÊNCIA

i) anulação da reforma da previdência e revogação da FUNPRESP;

j) extinção do fator previdenciário, da fórmula 85/95 e quaisquer outras medidas tomadas pelo governo federal para o cálculo da aposentadoria que penalizem os trabalhadores;

k) aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;

CONDIÇÕES DE TRABALHO E FINANCIAMENTO

l) fim da terceirização e combate a toda forma de privatização e de precarização;

m) garantia de tratamento isonômico aos trabalhadores terceirizados em relação aos contratados e efetivos, tanto no que se refere a direitos, condições de trabalho e salário, quanto no que é concedido a título de “benefícios”, enquanto houver essa forma de contrato no Serviço Público Federal;

n) criação de novas vagas para contratação pelo RJU e reposição de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria, com imediata abertura de concursos públicos;

o) nenhuma contratação via Organizações Sociais;

p) revogação das leis que criaram a EBSEH e as Organizações Sociais (OS) assim como a anulação de todas as ações decorrentes de tais leis (contratualizações e criações de empresas);

q) fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços públicos;

r) rejeitar o PL 2723/15 que autoriza a implantação de “home office”, sistema de escritório remoto, no âmbito da Administração Pública Federal;

MOBILIZAÇÃO/CAMPANHAS

s) desenvolver campanha contra a adesão automática ao FUNPRESP e ações políticas e jurídicas conjuntas, contra a obrigatoriedade de adesão automática ao FUNPRESP;

t) campanha nacional pela defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores, demonstrando a importância dos serviços públicos para a sociedade;

u) campanha nacional pela Auditoria da Dívida Pública, denunciando o veto da presidente Dilma;

v) ampla mobilização em defesa da data-base em 1º de maio.

B - QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E À AGENDA DO SETOR

ESTRATÉGIA GERAL

1. *Articular as lutas do Setor em defesa do caráter público, gratuito, laico e de qualidade das IFE e de garantia da função social em prol da classe trabalhadora, buscando sempre a articulação política com o movimento sindical dos técnicos, o movimento estudantil e os trabalhadores terceirizados.*

2. *Intensificar a luta pela autonomia e democracia, reestruturação da carreira docente, por valorização salarial de ativos e aposentados, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFE, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso.*

INICIATIVAS E AÇÕES

1. *Cargos/vagas: cobrar a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnico-administrativos), em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, pelo MEC e pelas reitorias, centralmente no que se refere ao banco de professor equivalente, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação.*

2. *Que o ANDES-SN, através do Setor das Federais, do GTPE e do GT-Carreira, aprofunde a discussão acerca do RSC, as suas implicações para a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e para a política de capacitação dos docentes da mesma, a fim de produzir materiais que instrumentalizem as seções sindicais para realizarem essa discussão em suas bases.*

3. *Que o ANDES-SN realize, por meio de suas Secretarias Regionais e Seções Sindicais, debates, ações e atos de denúncia e resistência acerca da correlação entre extinção do abono de permanência, instituição de Fundos de Previdência, não realização de concursos e contratação de professores, via Organizações Sociais (OS), e suas implicações para as IES e a educação como um todo.*

4. *Que as Seções Sindicais solicitem junto às administrações locais informação sobre o número de docentes que recebem o abono permanência em suas instituições de ensino para uma posterior problematização, sobre os dados obtidos e as possíveis implicações.*

5. *Infraestrutura e orçamento: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vistas a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias, com base na lei de Acesso à Informação, informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras e do orçamento federal para as IFE (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil.*

6. *Democracia e autonomia: denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC, a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, processos estatuintes e contratualização com a EBSEH.*

CARREIRA E SALÁRIO

1. *Que as seções sindicais utilizem, para a discussão dos critérios para o desenvolvimento na carreira, o documento assinado pelo MEC e pelo ANDES-SN no dia 23 de abril de 2014, em que constam os princípios da proposta de carreira do ANDES-SN.*

2. *Que as seções sindicais tenham como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFE, destacando os princípios estabelecidos no Art. 14, do nosso projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.*

3. *Que as seções sindicais pautem, na discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC.*

4. *Que o ANDES-SN aprofunde a discussão sobre o RSC e os seus impactos na carreira docente.*

5. *Garantir a isonomia entre ativos e aposentados, inclusive em relação ao RSC.*

6. *Denunciar, combater e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente têm imposto aos professores aposentados, exigindo o reenquadramento dos aposentados na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras.*

7. *Lutar para que seja instituído para todas as carreiras do Magistério Federal, de forma efetiva e de acordo com a demanda, um Programa Nacional de Capacitação docente que vise qualificar, em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado acadêmicos) os docentes de todas as áreas de conhecimento.*

8. Denunciar e lutar contra o aprofundamento da desestruturação da carreira docente imposta pelo PL 4251/2015.

9. Atualizar os estudos sobre as perdas salariais impostas pelo PL 4251/2015, inclusive seus impactos para os aposentados.

10. Produzir materiais que explicitem as consequências nefastas do PL 4251/2015 sobre a carreira, o trabalho e os direitos dos professores ativos e aposentados.

PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Lutar para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância, controle e subnotificação do trabalho nas IFE.

2. Realizar levantamento em cada IFE, sobre o impacto da suspensão do abono permanência e suspensão de concurso público e utilizar como ferramenta de denúncia, no interior e fora das IFE, e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho.

3. Denunciar e combater o uso de critérios produtivistas que induzam a hierarquização e à subordinação de atividades, funções e tarefas entre docentes.

4. Que as seções sindicais promovam estudos a fim de identificar e de denunciar as consequências do produtivismo, provocados pelos mecanismos de avaliação externa e interna sobre as condições de trabalho docente nas IES brasileiras.

Recomendações

1. Que a diretoria avalie a possibilidade de publicar número especial da revista *Universidade e Sociedade* com material produzido sobre as relações entre os critérios produtivistas e a precarização do trabalho docente, bem como sobre as consequências à saúde docente;

2. Publicar *InformAndes* especial divulgando as ações do ANDES-SN no combate aos critérios produtivistas e linha de combate;

3. Fazer um levantamento dos critérios de produção acadêmica e movimentos de luta em outros países.

FUNPRESP

1. Acompanhar, por meio das seções sindicais, a adesão/desligamento dos docentes ao FUNPRESP.

2. Estimular os docentes a notificarem administrativamente as reitorias da sua recusa à adesão automática ao FUNPRESP.

3. Intensificar o trabalho com os docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que o FUNPRESP representa, denunciando a obrigatoriedade imposta pela lei e indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência.

4. Que o ANDES-SN acompanhe e divulgue o resultado da ADIN movida contra o FUNPRESP.

EBSERH, FUNDAÇÕES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

1. Denunciar as iniciativas do governo e de dirigentes das IFE em relação à contratação de docentes via Organizações Sociais.

2. Intensificar as estratégias de unidade entre ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA, movimento sindical e o movimento estudantil, Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e demais movimentos sociais que defendem a saúde pública, com o objetivo de construir agendas de debates e de lutas constantes para combater o FUNPRESP, a EBSERH, a precarização nas IFE e a ameaça de contratação via Organização Social (OS), os cortes no orçamento das IFE e na defesa do caráter público e de qualidade da educação.

3. Construir ações conjuntas, nacionalmente e nos estados, com o movimento estudantil, FASUBRA, SINASEFE e atuar junto aos parlamentares federais em seus estados para votarem contra a PEC 395/2014, o PL 4643/12, o PLS 782/15 (pagamento de mensalidades) e pela revogação da Lei 13.243/16, que atacam o caráter público das IES públicas.

AÇÕES

1. Reafirmar e atualizar, em 2016, a pauta do setor aprovada em 2015.

2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a pauta da campanha a partir de março.

3. Exigir reuniões de negociações com o governo federal sobre autonomia, democracia, reestruturação da carreira, condições de trabalho, verbas para as IFE e liberação de vagas para concurso público.

4. Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2016 nas reuniões do Setor das IFE.

5. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2016.

CRONOGRAMA DA CAMPANHA

Agenda

Mês de fevereiro

TEMA: DEFESA DO CARÁTER PÚBLICO DAS IFE E O COMBATE AO FUNPRESP

a) protocolar a pauta da campanha salarial 2016 no Ministério da Educação e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

b) exigir reuniões de negociações com o governo federal;

c) intensificar atividades, em articulação com o Setor das IEES/IMES, em defesa do caráter público e de qualidade da educação, especialmente na luta contra a aprovação da PEC 395/2014, do PL 4643/12, realizando debates públicos com os parlamentares federais nos estados, realizando atos e aulas públicas;

d) articular, nos estados, os Fóruns dos servidores públicos federais, buscando definir ações contra a FUNPRESP;

e) realizar ampla divulgação contra a FUNPRESP, promovendo debates, distribuindo materiais e informando os setores de recursos humanos da IFE de que a obrigatoriedade ao FUNPRESP é inconstitucional e não pode ser aplicada;

f) 15 a 26 de fevereiro - reuniões/seminários nos estados para discussão sobre proposta de pauta definida na reunião ampliada;

g) 27 e 28 - reunião ampliada dos SPF em Brasília para definir a pauta e as ações da campanha unificada 2016.

Mês de março

TEMA: ORÇAMENTO DAS IFE E LUTA CONTRA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

a) dias 12 e 13 de março - reunião do setor das IFES em Brasília (DF);

b) articular com os técnico-administrativos e com estudantes, em cada IFE, para pressionar os dirigentes a divulgarem o montante de verbas de custeio e de capital orçado e executado nos anos de 2015 e orçado para 2016, e enviar as informações à secretaria do ANDES-SN até dia 18 de março de 2016;

c) construir ações em conjunto com os técnico-administrativos e com estudantes contra a contratação via Organizações Sociais, pressionando os Conselhos Superiores e os dirigentes das IFES para se posicionarem contrariamente às Organizações sociais;

d) que as seções sindicais enviem até o dia 18 de março, para a secretaria do ANDES-SN, informações em relação ao número de professores que recebem o abono de permanência e a demanda de concurso público em cada IFE.

Mês de abril

TEMA: CARREIRA DOCENTE, PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

a) realizar debates e ações relacionadas ao desenvolvimento na carreira docente (promoção, progressão, enquadramento e RSC) nas IFE.

b) até o dia 22 de abril - as seções sindicais deverão enviar informações à secretaria do ANDES-SN acerca dos processos de promoção/progressão/RSC, inclusive sobre efeitos retroativos e financeiros.

Mês de maio

TEMA: AUTONOMIA E DEMOCRACIA.

a) até 22 de maio - as seções sindicais deverão enviar informações à Secretaria do ANDES-SN acerca de processos estatuintes que estão acontecendo em suas IFE;

b) aprofundar os debates sobre Universidade brasileira (tendo por base o Caderno 2 do ANDES-SN), especialmente nas IFE que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas democracia e autonomia universitária em contraposição à proposta de Lei Orgânica da ANDIFES.

TR – 24

O 36º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

A – NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** Dar continuidade a articulação de ações com as entidades da CNESF na perspectiva de sua rearticulação, para fortalecê-la como espaço de luta dos SPF.
- 2.** Intensificar as ações de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns de atuação contra a PEC 55/2016, e suas consequências, bem como a contrarreforma da previdência e trabalhista.
- 3.** Construir, em conjunto com outras entidades dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais), campanha nacional em defesa da previdência pública e contra a retirada de direitos previdenciários, anunciadas pelo governo federal com a contrarreforma da Previdência.
- 4.** Construir a Campanha 2017 dos SPF de forma articulada com o Fonasefe a partir da definição de eixos, de pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais.
- 5.** Proposta de pauta da campanha unificada dos SPF para 2017 a ser levada para o Fonasefe:
 - a)** política salarial permanente com correção das distorções e da reposição das perdas inflacionárias;
 - b)** data-base 1º de maio;
 - c)** direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT;
 - d)** paridade salarial entre ativos e aposentados;
 - e)** Isonomia de todos os benefícios entre os poderes;
 - f)** Isonomia salarial entre os poderes;
 - g)** Incorporação de todas as gratificações produtivistas;
 - h)** barrar a anunciada contrarreforma da Previdência;
 - i)** revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;
 - j)** fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;
 - k)** concurso público pelo RJU, já!.
- 6.** Lutar contra as restrições ao direito de greve dos servidores públicos federais: corte de ponto instaurado pelo STF e a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos.
- 7.** Lutar contra a aprovação da PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241) e do PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257) que instauram cortes no orçamento da União, estados e municípios, no que se refere a gastos com direitos sociais, sobretudo Educação e saúde públicas.

B – Quanto à Pauta Específica e Agenda do Setor

Estratégia Geral

- 1.** Articular as lutas do setor em defesa do caráter público, gratuito e de qualidade das IFE e de

garantia da função social das IFE em prol da classe trabalhadora.

2. Intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial de ativos e aposentados, pela defesa da Dedicção Exclusiva como regime preferencial, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFE, tendo como referência a pauta do setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso.

Iniciativas e Ações

1. Cargos/vagas: cobrar do MEC/MPOG a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em Educação) e de abertura de concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades na perspectiva da conquista do padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação das informações relativas ao número de docentes efetivos, substitutos e temporários, e a política de utilização das vagas e critérios de alocação.

2. Infraestrutura e orçamento: intensificar a luta por ampliação do orçamento público para as IFE; cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vistas a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias informações a respeito das obras e do orçamento federal para as IFES (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil.

3. Democracia: denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelo poder judiciário e legislativo, assim como de dirigentes; a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos; a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC; a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, instalação de ponto e controle da atividade docente, processos estatuintes e contratualização com a EBSERH. Além disso, pressionar as reitorias para não enviar listas de docentes e técnicos administrativos em educação grevistas, ou mesmo estudantes ocupantes ao MEC, bem como quaisquer informações que possam criminalizar as categorias em luta.

4. Criar comitês locais em defesa das ocupações das escolas, Instituições de Ensino Superior, incluindo os Institutos Federais, CEFETS e Universidades em articulação com os movimentos sociais e outros segmentos.

5. Ampliar a exposição pública dos deputados(as) e senadores(as) que votaram pela aprovação da PEC 241/2016 (atual PEC 55/2016).

6. Participar das Frentes em defesa da Escola sem Mordça nos Estados e reforçar a luta onde ainda não houver.

Carreira e Salário

1. Continuar desenvolvendo ações políticas, administrativas e judiciais para garantia das progressões, promoções, RSC e reposicionamento na carreira com efeitos administrativos e financeiros a partir da data de cumprimento do interstício e aquisição do direito de defesa de dissertação e de tese.

2. Ter, por meio das seções sindicais, como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFE, destacando os princípios estabelecidos no art. 14, do projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.

3. Enfatizar, por meio das seções sindicais, a discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC.

4. Construir e divulgar um InformANDES Especial acerca da Lei nº 13.325/2016 e seus impactos para a carreira dos docentes federais.
5. Aprofundar, no âmbito das seções sindicais, o debate sobre a Lei nº 13.325/2016 que precariza a manutenção da Dedicção Exclusiva ao consolidar um achatamento da malha salarial entre os diferentes regimes de trabalho.
6. Denunciar e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente têm imposto aos professores aposentados, exigindo o reenquadramento na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras.
7. Combater a utilização de critérios produtivistas, a exemplo do Qualis da Capes, que induzem à competição na avaliação do trabalho e desenvolvimento da carreira docente.

Precarização das Condições de Trabalho e Funpresp

1. Intensificar a luta para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância, controle e subnotificação do trabalho nas IFE.
2. Realizar levantamento em cada IFE, sobre o impacto da suspensão do abono permanência e suspensão de concurso público, utilizando-o como ferramenta de denúncia no interior e fora das IFE e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho e de luta contra a aprovação da PEC139/15.
3. Intensificar as ações conjuntas com os trabalhadores da educação e com os estudantes, nacionalmente e nos estados, na perspectiva de ampla mobilização em defesa da educação pública, contra o PLS 782/15, a PEC 395/2014, o Marco Legal da Ciência e Tecnologia (Lei nº 13.243/2015), os cortes orçamentários na educação pública e a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, que atacam o caráter público das IES públicas.
4. Intensificar o trabalho com os docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que a Funpresp representa, denunciando a obrigatoriedade imposta pela lei e indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência.

Ações

1. Reafirmar, em 2017, a pauta do setor aprovada em 2016.
2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de fevereiro.
3. Exigir reuniões de negociações com o governo federal sobre reestruturação da carreira, condições de trabalho, verbas para as IFE e liberação de vagas para concurso público.
4. Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2017 nas reuniões do Setor das IFE.
5. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2017.
6. Cronograma da Campanha (será apresentado no 36º CONGRESSO)

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL apresenta os artigos do Estatuto do Sindicato Nacional que precisam de atualização no 36º Congresso.

Foram incluídos três novos parágrafos no artigo 32, os quais normatizam os afastamentos de diretores por motivos de saúde e de interesses ordinários, com prazos estabelecidos, com possibilidades ou não de substituição. Além disso, normatizam, também, os afastamentos, conforme os dois novos parágrafos propostos pela diretoria no artigo 53.

O termo *função administrativa gratificada*, utilizado na inclusão, foi escolhido para designar de forma genérica as funções gratificadas e cargos em comissão existentes na administração pública brasileira.

Foram feitas duas correções de citação, uma no parágrafo 6º do artigo 32 e outra no artigo 66.

O artigo 53 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL trata das condições para participar das eleições para a direção do Sindicato. A proposta, ora apresentada pela diretoria, inclui novos parágrafos ao artigo, sem contradizer os itens atuais, por entender que, ao longo dos anos, com as experiências vivenciadas nos processos eleitorais e de acordo com os princípios de nosso Sindicato, faz-se necessário detalhar melhor esse artigo.

Os parágrafos propostos tratam especificamente das condições para participar como candidato ou candidata das eleições da direção do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em consonância com os princípios de autonomia do Sindicato Nacional, em relação às reitorias, governos e partidos políticos. Nesse sentido, os novos parágrafos estabelecem de forma clara e precisa as exigências necessárias para as/os sindicalizadas(os) candidatas (os) às eleições do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

O parágrafo 2º reafirma a autonomia do Sindicato Nacional ao vedar a possibilidade de sindicalizadas/os se candidatarem, caso estejam exercendo cargos de direção das IES, mas não impossibilita que diretores/as, chefes de departamentos, de unidades, centros e coordenadores de colegiados e cursos possam se candidatar, tendo em vista que, esses cargos não têm a mesma natureza política do cargo de reitor/a ou daqueles que compõem a estrutura administrativa da reitoria.

O parágrafo 3º veda às/aos sindicalizadas/os concorrerem de forma concomitante à direção do ANDES-SINDICATO NACIONAL e a cargos políticos públicos e/ou de direção das IES, conforme o parágrafo 2º. Esse parágrafo, por um lado, adequa o Estatuto do ANDES - SINDICATO NACIONAL à legislação eleitoral, a qual exige que servidores públicos devam se desincompatibilizar de suas atribuições nas repartições públicas, em um prazo de 90 dias antes do pleito. Por outro lado, procura explicitar que o/a sindicalizado/a deva fazer uma opção ao se candidatar à direção do sindicato, deixando claro que ao concorrer, a direção sindical, naquele momento, é a sua prioridade.

A diretoria tem como proposta a inclusão de dois novos parágrafos no artigo 55 do Estatuto do ANDES-SN, que trata da proclamação da chapa eleita e do prazo de posse da diretoria, que sentiu a necessidade, entretanto, diante de situações já vivenciadas, mas não normatizadas, de propor dois novos parágrafos que tratam da condição dos/as diretores/as no ato de posse, após a sua eleição, em consonância com os princípios de autonomia do Sindicato Nacional e com a

legislação eleitoral. A inclusão também normatiza a perda do cargo, caso os/as diretores/as não preencham as condições de elegibilidade previstas no artigo 53.

Finalmente a diretoria do ANDES-SN atualiza a prorrogação do artigo 70 e do parágrafo 2º do artigo 71, tal como vem se procedendo em congressos anteriores.

TR – 25

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

1. Inclusão de dois novos parágrafos no art. 32

§ 7º. Em razão de interesse particular, os(as) Diretores(as) poderão pedir seu afastamento da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL pelo prazo de 90 (noventa) dias, renováveis por igual período. Ao final desse período, acaso não haja o retorno, o(a) Diretor(a) perderá seu cargo, sendo, quando houver, substituído em definitivo por seu imediato.

§ 8º O(A)s diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que forem concorrer a cargos de direção nas IES ou políticos eletivos, deverão pedir afastamento temporários de seus cargos na DIRETORIA. Na hipótese de cargo de direção nas IES, o afastamento ocorrerá a partir do momento da homologação da candidatura e no caso de cargo político eletivo, no prazo previsto na legislação eleitoral para desincompatibilização institucional de servidor público.

§ 9º O(A)s diretores(as) do ANDES-SN que forem ocupar função administrativa gratificada na direção das IES, ou nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo, deverão pedir afastamento temporário de seus cargos na diretoria. O afastamento ocorrerá a partir da nomeação da respectiva função administrativa gratificada.

2. Correção de citação no parágrafo 6º do art. 32:

A citação correta é: “constantes do § 4º deste artigo e outras que venham a ser definidas pela DIRETORIA”.

3. Correção de citação no artigo 66

A citação correta é: “ o ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá ser voluntariamente dissolvido em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, de acordo com o disposto no art. 21, parágrafo segundo, inciso III”.

4. Transformação do parágrafo único do art. 53 em parágrafo 1º e inclusão de dois novos parágrafos (2º e 3º).

§ 2º. Os(As) sindicalizados(as) que estejam ocupando cargos eletivos ou função administrativa gratificada na direção das IES, como o de reitor(a), pró-reitor(a) e assessores(as), cargos políticos eletivos e função administrativa gratificada nas esferas federal, estadual, municipal e distrital dos Poderes Legislativo e Executivo não poderão se candidatar a cargos na Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, assegurado o direito do voto;

§ 3º A vedação imposta no parágrafo anterior aplica-se também aos sindicalizados(as) candidatos a cargos de direção nas IES ou políticos eletivos, assegurado o direito de voto.

5. Inclusão de dois novos parágrafos no art. 55

§ 1º. Se no ato da posse, o(a) sindicalizado(a) eleito(a) estiver concorrendo a cargo de direção nas IES ou político eletivo, mesmo que na condição de pré-candidato(a) (com licença institucional), sua posse na DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL será adiada e somente efetivada caso ele(a) não venha ser eleito.

§ 2º. Se durante o exercício do mandato, o membro da DIRETORIA deixar de preencher as condições de elegibilidade previstas no artigo 53, ele automaticamente perderá seu cargo.

6. Prorrogação de vigência

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo sétimo (37º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 37º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI).

Parágrafo 2º do Artigo 71

§ 2º O 36º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 37º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.



Diretoria do ANDES-SN

FUNDO ÚNICO – FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Fundo Único, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, foi criado no 32º Congresso, realizado no Rio de Janeiro, em março de 2013, sendo mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional. Nessa premissa, cada seção sindical destina 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destina 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo.

O 61º CONAD (Boa Vista/2016) alterou os critérios para utilização do fundo único a partir da delegação do 35º CONGRESSO (Curitiba/2016). Nesse sentido, a nova resolução no seu artigo primeiro afirma:

*As solicitações de apoio financeiro das seções sindicais com **dificuldades financeiras** para despesas com **greves e mobilizações** devem ser feitas, por escrito, à Tesouraria do ANDES-SN, **informando as Secretarias Regionais, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam e a planilha financeira explicitando as despesas.***

O valor total disponibilizado pela Diretoria do ANDES-SN corresponderá a 60% do saldo bancário do Fundo Único em 1º de janeiro de cada ano, distribuídos nos seguintes montantes: até 20% para Solidariedade, até 40% para a Mobilização e até 60% para Greve.

No ano de 2016, o Fundo Único foi utilizado em sua parcela relativa à mobilização na realização da grande caravana de trabalhadores dos setores público e privado, estudantes e movimentos sociais que tomaram as ruas de Brasília (DF) nos dias 12, 13 e 14 de setembro, contra a retirada de direitos, em especial as expressas no PLC 54 (que tramitou na Câmara como PLP 257/16) e na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16 (que tramitou na Câmara

como PEC 241/16). Aproximadamente 10 mil pessoas participaram das atividades. O ANDES-SN foi responsável pela vinda de 60 ônibus de todas as regiões do Brasil. Além disso, também foi usado com o objetivo de intensificar a ofensiva para barrar a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241). O ANDES-SN, em conjunto com diversas entidades dos movimentos sindical e estudantil, está engajado na realização das caravanas do “Ocupa Brasília” no dia 29 de novembro, data prevista para a votação, em primeiro turno, da PEC no Senado.

Essas atividades de mobilização permitiram ao ANDES-SN contribuir com o conjunto das entidades, seções sindicais e com a CSP-CONLUTAS, no esforço de trazer a Brasília várias caravanas de estudantes, de professores e de movimentos populares organizados.

Além dessas despesas, convocamos a Comissão Nacional de Mobilização por várias semanas e repassamos recurso para a implantação de novas seções sindicais e ajuda para outras com dificuldades financeiras.

O Fundo contribuiu, ainda, com sua parcela referente à greve, com os movimentos grevistas de várias IEES-IMES no ano de 2016.

O 35º Congresso autorizou a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, de campanhas, de marchas e de eventos, reconhecidas como centrais na luta do Sindicato, no limite de 600 mil reais da parcela referente à mobilização para 2016. Na mesma resolução, também autorizou o 60º CONAD a apreciar e a deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2016. Nesse sentido, estamos corrigindo esse valor para 700 mil em 2017, devido a galopada da inflação e da perspectiva de mais ataques no ano vindouro.

Tomando como referência 24 de novembro de 2016, o Fundo Único apresenta um saldo de R\$ 5.565.728,31 (não computadas as despesas do “Ocupa Brasília”). Nesse balanço preliminar, podemos afirmar que o aporte financeiro mensal, proveniente da contribuição das seções sindicais e do ANDES-SN, estabelecido pelo 32º Congresso, está sendo suficiente para a manutenção do Fundo Único e ao cumprimento das ações previstas para o seu uso.

Para finalizar solicitamos no item 5 do TR, a autorização para a diretoria do ANDES-SN utilizar recursos do Fundo Único para o ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2016 que excederem o autorizado pelo 35º Congresso. Fazemos isto de forma preventiva pois ainda não temos conhecimento no momento da elaboração desse texto das despesas das nossas manifestações que serão realizadas em novembro e dezembro

TR – 26

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, das campanhas, das marchas e dos eventos definidos pelo 36º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de 700 mil reais da parcela referente à mobilização.
- 2.** Autorizar o 62º CONAD a apreciar e a deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2017.
- 3.** Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2017, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista.
- 4.** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.

5. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a utilizar recursos do Fundo Único para o ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2016, no valor de R\$ (valor a ser informado no congresso).

TEXTOS 27

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 36º CONGRESSO a homologação de seções sindicais.

TR – 27

O 37º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 36º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos(as) Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia, SINDIUFBSB - Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional.

2. RATIFICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

2.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 36º CONGRESSO ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SESDIFMT Seção Sindical do ANDES-SN que por um lapso foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras do 34º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, bem como todos os atos praticados pela SESDIFMT desde o 59º CONAD (Aracaju/SE, 21 a 24 de agosto de 2014), em decorrência da sua condição de seção sindical.

3. TRANSFORMAÇÃO DE AD EM SEÇÃO SINDICAL

3.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente a transformação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana, ADUFS-BA em Seção Sindical do ANDES-SN

4. ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

3.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente as alterações verificadas no regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – ADUFVJM

TEXTO 28

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 61º CONAD**TR - 28**

O 36º CONGRESSO DO ANDES-SN aprova a prestação de contas do 61º CONAD.

Nº	ITEM	RATEIO ANDES-SN	RATEIO SESDUFRR
1	Pessoal		
1.1	ANDES-SN		
	Horas Extras	24.706,20	2.236,67
	Diárias	4.200,00	0,00
	Passagem Aérea	9.444,17	0,00
	Hospedagem	3.800,00	0,00
	SUBTOTAL	42.150,37	2.236,67
1.2	Apoio		
	Serviço de Apoio/Monitores	0,00	2.462,00
	Serviço de Apoio/Administrativo	0,00	2.643,20
	Serviço prestado jornalismo	0,00	1.200,00
	Apresentação Cultural	0,00	2.150,00
	Serviço de Enfermagem e Ambulância	0,00	1.800,00
	Serviço de Brigadista	0,00	1.008,00
	Aluguel de Van	0,00	150,00
	Aluguel de carro	0,00	640,00
	Combustível	0,00	1.404,43
	SUBTOTAL	0,00	13.457,63
2	Imprensa e Divulgação		
	Cartazes/Outdoor	794,00	1.500,00
	Arte do Conad	0,00	600,00
	Banner/ Folder/Adesivos	0,00	1.980,00
	Filmagem	0,00	4.850,00
	Transportadora	20.579,67	0,00
	Informandes	0,00	1.950,00
	SUBTOTAL	21.373,67	10.880,00
3	Infraestrutura		
	Material de Escritório	204,75	834,27
	Aluguel de Impressora	0,00	5.955,00
	Arranjo de flores mesa principal	0,00	350,00
	Tonner para Impressora	1.537,00	0,00
	Computador/ Notebook	246,00	0,00
	Operador/Serviço de montagem	0,00	2.300,00
	Correios	966,80	0,00
	Medicamentos	0,00	63,50
	Coffe Break	0,00	12.500,00
	Papel A4	1.239,20	0,00

	Material de Limpeza/Água Mineral	0,00	1.112,50
	SUBTOTAL	4.193,75	23.115,27
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores		
	Bolsas	5.475,00	0,00
	Camisetas	4.500,00	0,00
	Brindes Indígenas	0,00	3.105,00
	Crachás	0,00	220,00
	Bloco de anotações	0,00	1.505,00
	SUBTOTAL	9.975,00	4.830,00
5	Gastos com Comissão Organizadora		
	Diárias	1400,00	0,00
	Hospedagem	2.722,50	0,00
	Passagens Aéreas	5.014,78	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	SUBTOTAL	9.137,28	0,00
	TOTAL	86.830,07	54.519,57

Total de Despesas Realizadas	141.349,64
-------------------------------------	-------------------

TEXTO 29

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA FLORESTAN FERNANDES

TEXTO DE APOIO

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) não é apenas uma escola do Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra (MST). É um estabelecimento escolar da classe trabalhadora e está a serviço dos movimentos populares do Brasil e de todo mundo. Esse ano, a ENFF completa onze anos, após muito esforço de mais de 1200 trabalhadores do MST que a construíram coletivamente. Já passaram pela Escola cerca de 4.400 estudantes, por meio dos cursos formais, com diversas etapas em alternância, e são todos filhos da classe trabalhadora. E aproximadamente 12 mil pessoas participaram em distintas atividades formativas esporádicas como: seminários, eventos, congressos e conferências de curta duração. Nesse período, 286 professores e professoras colaboraram de forma solidária com a escola.

A ENFF organiza suas atividades em diferentes núcleos, com cursos de formação política clássica, em várias etapas. Cursos superiores formais, em convênios com universidades como UFJF, Unesp, USP, UnB, Fiocruz, Elam, Clasco. A Escola tem um núcleo de formação internacional, que desenvolve cursos de longa duração para estudantes de movimentos populares de outros países. Assim, um sábado por mês, a Escola organiza os Ciclos de Debates, com acesso livre para a comunidade e aos amigos da ENFF, a fim de debater temas contemporâneos.

A ENFF não é apenas a escola-espaco físico, mas é, também, um espaço em que se organiza programas de formação, que são desenvolvidos em outros locais, em todo Brasil, com parcerias com escolas de formação política em vários países.

Como parte da missão educadora permanente, são desenvolvidos diversos projetos de pesquisa, publicações, formação e cursos. Neste ano, por exemplo, desenvolveu-se um novo tipo de curso, para formadores de movimentos populares para países de língua inglesa. O curso foi ministrado durante 45 dias, em inglês, e teve a participação de mais de 60 jovens educadores de 25 países. O sucesso foi tão grande que os movimentos populares daqueles países solicitaram uma segunda

turma no segundo semestre desse ano. Assim, iniciou-se a quinta turma, em uma parceria com a Unesp, no mestrado em Questão Agrária e Geografia.

Dessa forma, os movimentos populares enviam os estudantes para realizarem os cursos. Entretanto, eles assumem sempre os custos de passagem, e a Escola garante, de forma gratuita: hospedagem, alimentação, professores e material didático. Os cursos têm duração média de, no mínimo, uma semana até três meses, na forma de alternância, com muitas viagens para que os estudantes conheçam, de fato, algumas realidades específicas, específicas, museus e, também, participem de ações político-culturais em diversas partes do país.

O custo financeiro médio (água, luz, internet, transportes, alimentação, etc.) que precisa ser coberto está ao redor de 100 mil reais/mês. Além disso, há valores significativos com a manutenção dos prédios e as instalações, pois ao completar dez anos, o espaço necessita de uma conservação permanente, além da manutenção e compra dos veículos e das máquinas usadas na ENFF.

TR – 29

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1 Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Escola Florestan Fernandes.



Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

TEXTO DE APOIO

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) é uma associação não governamental criada no ano de 2001 e, desde então, vem realizando estudos, investigações, publicações e eventos sobre o endividamento público brasileiro – interno e externo – e os seus impactos nas políticas públicas e nos direitos sociais da população brasileira.

O ANDES-SN, a partir das contribuições de seus grupos de trabalhos (GT) e tendo como referência as deliberações decorrentes de Congresso e CONAD, tem contribuído na articulação junto a ACD para a viabilização de estudos, de investigações, de publicações e de eventos que têm embasado a luta por reivindicações específicas do Movimento docente e por bandeiras gerais do movimento sindical de movimentos sociais:

- contra política de desoneração de impostos implantada por FHC e mantida por Lula (não tributação dos dividendos, desconto da base de cálculo dos juros de capital próprio, etc.);
- revogação das medidas de ajuste fiscal que traduzem prejuízos aos trabalhadores;
- instituição de novas alíquotas do imposto e renda da pessoa física que diminua o imposto sobre os rendimentos mais baixos e que aumente significativamente para os altos rendimentos;
- regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas, IGT, com forte progressividade em relação ao patrimônio;

- revisão do Imposto Territorial Rural (ITR), isentando as pequenas propriedades e taxando progressivamente os latifúndios;
- alteração dos processos administrativos e judiciais de forma a garantir a cobrança dos débitos tributários, principalmente no que concerne aos grandes devedores.

Desde a edição da PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241) a ACD vem alertando que essa PEC “que insere no texto da Constituição Federal o congelamento de gastos e investimentos sociais por até 20 anos, garante recursos para pagamento de juros de uma dívida pública, não auditada, e para ‘empresas estatais não dependentes’”. Assim, a PEC 55 privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais. E, também, os projetos de Lei PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015 visam “legalizar” esse esquema de ataque ao fundo público.

O ANDES-SN compõe o Conselho Político da ACD e, a partir desse lugar, apoiou uma articulação no âmbito do Congresso Nacional que resultou na criação da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, cujo lançamento ocorreu no dia 9 de agosto de 2016.

Desse modo, é crível que o apoio financeiro do ANDES-SN à Auditoria Cidadã da Dívida contribuirá na construção de ações que possam barrar os diversos projetos que utilizam a dívida pública como justificativa para a retirada de direitos e o desmonte do Estado.

TR – 30

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1 Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida.



Diretoria do ANDES-SN

APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA E AO SISTEMA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

TEXTO DE APOIO

O apoio político e financeiro do ANDES-SN revela-se como indispensável para a realização de um conjunto variado de atividades nacionais de formação político-cultural do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que acontece, sobretudo, no Casarão da Luta. Como conquista de um ciclo de luta de mais de uma década, o Movimento conseguiu, além de moradias, a desapropriação de uma casa ociosa, em Taboão da Serra (SP), que passou a ser chamada de Casarão da Luta. A partir daí, o MTST instaurou um espaço nacional de formação. Com o apoio político e financeiro do ANDES-SN, o Movimento mobilizou a militância e conseguiu organizar biblioteca, videoteca, brinquedoteca, estrutura de creche (para assegurar a participação das militantes com filhos) e mantém o esforço de preservá-las.

Importante destacar que no processo diário de mobilização, organização e luta de trabalhadores e trabalhadoras concentrados/as nos territórios de pobreza das periferias urbanas, o MTST

desenvolve um repertório de ações, cujo centro é a ocupação de latifúndios urbanos que não cumprem função social. Com isso, a matriz do percurso formativo do Movimento é a própria vida cotidiana nas ocupações (e o conjunto de ações e experiências a ela vinculadas). Entretanto, essa matriz formativa requer mais mediações formativas/formadoras para se potencializar e qualificar. Por isso, os diversos cursos/debates/oficinas/dinâmicas e vivências de grupos, desenvolvidos no Casarão, contribuem, decisivamente, para o cotidiano de atuação do MTST.

Levando em conta que o MTST preserva (de modo inegociável) a autonomia perante empresas, governos, igrejas e partidos políticos, e aglutina uma base social formada por desempregados/as, informalizados/as ou precarizados/as, a diretoria do ANDES-SN propõe manter o apoio político e financeiro por um período de mais doze meses, ao Casarão de Luta e ao sistema de formação política do Movimento.

TR - 31

O 36º CONGRESSO DO ANDES delibera:

1. Autorizar o ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).
2. Recomendar que as seções sindicais, conforme suas possibilidades, apoiem os processos formativos do MTST nos estados.



Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 37º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 18h do dia 24/01/17, para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 32

O 37º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de, sob a organização da ... Seção Sindical.

TEXTO 33

Diretoria do ANDES-SN

GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN**TEXTO DE APOIO**

O ANDES-SN tem em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho: GTPE, GTC&T, GTCA, GTPAUA, GT-Carreira, GT-Verbas, GTHMD, GTPFS, GTPCEGDS, GT-Fundações e GTSS/A. As seções sindicais que desejarem se integrar aos Grupos de Trabalho ou modificar a sua participação deverão preencher o formulário abaixo e encaminhá-lo com suas propostas de participação nos GTs à Secretaria do ANDES-SN, para homologação no 36º CONGRESSO.

Seção Sindical:
Grupo de Trabalho:
Componentes:

TEXTO 34

Contribuição da(o)s professor(a)es Lucinéia Scremin Martins, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical.

O COLAPSO DA CENTRAL SINDICAL E POPULAR E O MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Não é recente o debate sobre os descaminhos da Central Sindical e Popular – Conlutas e o Movimento docente. Desde a tentativa de unificação do campo classista em 2010, no CONCLAT, até as tentativas de definição de datas de mobilização e lutas em 2016, o campo majoritário da CSP tem buscado fragmentar o movimento classista e tem causado sérios prejuízos ao movimento docente.

Contudo, é a partir de 2014 que a tendência do isolacionismo tem se demonstrado cada vez mais ativa e repercutindo de forma significativa no movimento docente. Sem desconsiderar todo o histórico de construção da Conlutas, até a sua afirmação como Central Sindical e Popular, consideramos que é essencial para o movimento docente refletir sobre os desafios para o movimento sindical classista e as atuais posições majoritárias no âmbito da central.

Para isso vamos considerar dois aspectos importantes da ação sindical no último período: 1) a construção da unidade entre as forças classistas; e 2) o enfrentamento da ofensiva da nova direita a partir de 2014. A unidade das forças classistas para enfrentar o conjunto de medidas econômicas regressivas do capital ficou restrita a interpretação política polarizada entre governismo e oposição ao governo. Não houve a efetiva centralidade da luta na construção da unidade capaz de frear e resistir a ofensiva golpista, ao contrário durante os anos de 2014 a 2015 o que assistimos foi um festival de justificativas para dizer que com os governistas não existia possibilidade de ação. O governismo adquire a relevância de categoria analítica central para a definição dos campos da luta de classes. Não há dúvidas sobre as estreitas relações entre a CUT e o governo do PT, porém, mesmo sob o governo do PT, foram inúmeras as ações que tinham como objetivo a luta contra a política regressiva do “ajuste fiscal”. Em outras palavras, ao eleger o governismo como inimigo central, a construção da unidade entre os lutadores foi fragilizada. A CSP com o agravante de desconsiderar o processo do golpe como uma estratégia de longo prazo e construída de forma sistemática, passou a adotar a consigna do Basta de Dilma, chegando às manifestações com a consigna do Fora todos! Numa conjuntura em que a direita orquestrava o *impeachment*, a CSP fazia coro com o Basta Dilma! Resultado foram manifestações isoladas e sem a presença das classes trabalhadoras.

No âmbito do movimento sindical uma gama considerável de seções sindicais foram obrigadas a desconsiderar a política nacional orientada pela CSP, aprovando em assembleias e em diretorias notas contra o processo de *impeachment* e denunciando a arquitetura golpista. Porém, a insistência em obstaculizar a unidade na luta com a CUT e outros movimentos intensificou a fragilização interna.

Dentro do próprio campo majoritário da CSP houve diferentes rupturas com a linha isolacionista adotada – o maior destaque deste fato foi a cisão interna ao próprio PSTU em que um grupo representativo de militantes desse partido rompe com a política de que não houve golpe e clamando a necessidade de uma ampla unidade política contra a ofensiva golpista do capital.

A questão central que se apresenta para a unidade classista é a definição de quem é o capital. Os interesses do capital estão claramente definidos em projetos de lei, emendas constitucionais e possui o aval dos três poderes. A necessária constituição de um bloco de forças contra-hegemônico para a resistência e enfrentamento das políticas do capital será a base sobre a qual se forjarão os elementos da unidade. Sem fazer a luta conjunta e enfrentar abertamente o debate

não há como construir uma efetiva unidade. Isso não que dizer que as diferenças políticas internas ao campo de luta contra a política do capital estão superadas, ao contrário, trata-se de uma unidade necessária para o enfrentamento das políticas regressivas, mas não representa nenhuma ilusão quanto ao caráter social democrata e timidamente reformista que os governos do PT assumiram efetivamente. Constituído-se num processo de elaboração crítica e autocrítica do conjunto das organizações, sem abrir mão do enfrentamento da política regressiva do capital.

Não foi isto que se construiu até o momento, na prática foi criada uma categorização com a existência de três blocos em conflito na sociedade brasileira e que tem pouca sustentação na realidade: a direita, representada pelo governo do PT e aliados; a oposição de direita representada pelo PSDB e aliados; e o terceiro campo, das classes trabalhadoras. Aqui é espetacular a miopia política que contaminou parte significativa das forças políticas de esquerda e o movimento sindical que não acreditaram na efetivação do *impeachment*. Não analisaram a relação entre a ofensiva imperial e a fragilidade dos governos do PT em resistir ao processo de regressão social orquestrado. As próprias forças petistas não ofereceram a resistência necessária ao golpismo, ao contrário implementaram a política de ajustes de interesse do capital como tática para manter-se no poder, acabando por minar as forças de resistência e a luta contra o Golpe.

No âmbito do movimento docente é possível e necessário o exercício da autocrítica e o reconhecimento de que as análises predominantes nos últimos congressos foram contrárias a tese do golpismo, convertendo-o numa mera forma argumentativa defensiva das posições governistas. O Golpe está em andamento, o *impeachment* foi apenas uma etapa inicial; a hegemonia ultraconservadora se fez presente no processo eleitoral de 2016, é inegável o domínio ideológico conservador nas massas populares. Dentro da CSP é comum debitar o afastamento da presidente Dilma a ascensão da luta dos trabalhadores, colocando o *impeachment* como um resultado “positivo”, isto é ignorar a realidade e afastar ainda mais a possibilidade de unidade. Com este tipo de análise o movimento docente entra em um beco sem saída.

A continuidade da análise que não compreende a ofensiva golpista e a mudança de regime que está se concretizando na realidade brasileira, na qual o estreitamento das poucas liberdades políticas e democráticas passa a ser a tendência institucional, deixará o movimento sindical, em especial o movimento docente, desarmado para o período que está apenas começando. O estreitamento político organizado pelo golpismo vai buscar as formas “institucionais” de sua efetivação, por meio das ações do executivo, do legislativo e do judiciário, mas terá como elemento permanente de ação o crescente estado policial e a política de criminalização dos movimentos sociais. A resistência das classes trabalhadoras a esse processo não será passivamente aceita pelos de cima. O endurecimento da repressão e até mesmo a instauração do terrorismo de estado são alternativas plausíveis do golpismo em curso.

Nesse sentido, ao refletirmos sobre as questões organizativas precisamos adotar as medidas necessárias para preservar e fortalecer o sindicalismo combativo. Construir unidade política entre as forças classistas de forma consistente, organizando a resistência ao golpe e se preparando para cenários de intensificação da repressão sobre os lutadores do povo. Existem campos diferentes de atuação para a construção da unidade: um no âmbito sindical, na luta contra a retirada dos direitos sociais e a construção da greve geral, que deve isolar as forças sindicais que dão sustentação ao golpismo, em especial à Força Sindical. Noutro campo é fundamental uma ampla unidade com setores populares da cidade e do campo na luta contra a regressão social, em defesa dos direitos fundamentais, da democracia e contra o golpe.

A direção nacional do ANDES-SN atuou de forma correta nas manifestações de setembro, trabalhando junto com os movimentos sociais, em especial com o MTST na luta contra a política regressiva do governo golpista. Estas alianças precisam ser ampliadas. O MST está sofrendo uma gigantesca ofensiva criminalizante, inclusive com a ofensiva policial contra a Escola Nacional Florestan Fernandes. Estes fatos colocam em cheque a política isolacionista da

CSP, e devem ser conscientemente compreendidos pelo conjunto da categoria como uma ação necessária e o reconhecimento na prática de que a autocrítica está sendo realizada. Cabe ao movimento docente fortalecer efetivamente a unidade classista.

TR - 34

O 36º CONGRESSO delibera:

- 1.** fortalecer a atuação das seções sindicais do ANDES-SN nas frentes estaduais em defesa da escola sem mordada, espaços de unidade ampla no âmbito da educação e da sociedade;
- 2.** Fortalecer os laços políticos com o MTST e a INTERSINDICAL-CCT para a constituição de uma unidade classista tendo como eixo a luta contra a retirada de direitos e capaz de pautar conjuntamente uma agenda de lutas e de mobilizações nacionais nos fóruns mais amplos de construção da luta, em particular para a construção da Greve Geral.
- 3.** Fortalecer a unidade com as organizações classistas da cidade e do campo (INTERSINDICAL, MTST e MST) para constituir um polo classista e avançar na luta pela construção de uma frente ampla de lutas com o campo que se opõe à política do Governo Temer;

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

AGU: Advocacia-Geral da União

ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BGA: Bacharelados em Grandes Áreas

C&T: Ciência e Tecnologia

CADIN: Cadastro de Inadimplentes

CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC

CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

CNE: Conselho Nacional de Educação

CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais

CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:

CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional

CONED: Congresso Nacional de Educação

CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN

CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.

CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes

CPA: Comissões Próprias de Avaliação

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CSS: Contribuição Social para Saúde

DA: Diretórios Acadêmicos

DCE: Diretório Central de Estudantes

DE: Dedicção Exclusiva

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo

DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos

DRU: Desvinculação de Recursos da União

EaD: Educação a Distância

EC: Emenda Constitucional

ETF: Escolas Técnicas Federais

ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes

FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras

FIES: Financiamento Estudantil

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica

GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior

GT: Grupo de Trabalho

GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte

GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical

HU: Hospital Universitário

ICV: Índice do Custo de Vida

IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior

IES: Instituições de Ensino Superior

IFE: Instituições Federais de Ensino

IFES: Instituições Federais de Ensino Superior

IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero

LOA: Lei Orçamentária Anual

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC: Ministério do Estado da Educação

MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MP: Medida Provisória

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OCC: Outros Custeios de Capital

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação

PEC: Proposta de Emenda Constitucional

PIB: Produto Interno Bruto

PL: Projeto de Lei
PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU/PUCRCE:
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development

LEGISLAÇÃO CITADA NOS TEXTOS DA DIRETORIA DO ANDES-SN

- **Decreto nº 8877/16** - Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES
- Decreto 8752/16 –
- **Emenda Constitucional - EC 20/98** - Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências
- **Emenda Constitucional - EC 29/00** - Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.
- **Emenda Constitucional - EC 41/03** - Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências
- **Emenda Constitucional - EC 86/15** - Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica
- **Lei 13.325/2016** (antigo PL 4251/2015) - Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências
- **Lei 13.334/206** que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e dá outras providências
- **Lei da Inovação** (10.973/04), o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16) e a Emenda Constitucional 85/15 que fora aprovada com o fim de sustentar aspectos do novo Marco Legal que confrontavam o texto da Constituição Federal (principalmente os Artigos 218 e 219).
- **Lei nº 13.183/2015** - Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerça atividade de apoio à pesca, a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências
- **PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241)** - Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública
- **PEC 10/2014** - cria o Sistema Único de Educação Superior Pública, formado pelas instituições públicas de ensino superior
- **PEC 143/2015** - permite aos estados e municípios aplicarem em outras despesas 25% dos recursos hoje atrelados a áreas específicas, como saúde, tecnologia e pesquisa, entre outros - Apensada a PEC 93/2007*.
- **PEC 171/1993** - redução da maioria penal
- **PEC 215/00** - passa ao Congresso as competências exclusivas à aprovação de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e quilombolas e a ratificação das demarcações já homologadas.
- **PEC 241/2016** - congela gastos públicos por 20 anos -
- **PEC 395/2014** - fim da gratuidade do ensino - Aprovada em 1º turno na Câmara, aguardando votação em segundo turno

- **PEC 4/2015** - altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (PEC da DRU)
- **PEC 451/2014** - inclui como garantia fundamental, plano de assistência à saúde, oferecido pelo empregador em decorrência de vínculo empregatício, na utilização dos serviços de assistência médica.
- **PEC 555/2006** - acaba com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados
- **PEC 87/2015** - prorroga a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2023, alterando a sua forma de cálculo, de forma a limitar seu alcance e aumentar sua efetividade – Arquivado.
- **PEC 93/2007** - propõe a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios
- **PEC 53** – Que altera a Constituição Federal para limitar o exercício do direito de greve do setor da educação
- **PL 1414/15** -
- **PL 2723/15** - autoriza o trabalho fora das dependências físicas do órgão ou entidade público, apenas quando seja possível adotar sistemas de produção mensuráveis e mecanismos de controle do trabalho (home office)
- **PL 397/15** - estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, inclusive das empresas estatais – Apensado ao *PL 4918/2016.
- **PL 4251/15** - altera a remuneração, regras de promoção, incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, entre outras
- **PL 4372/2012** - cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes)
- **PL 4567/2016** (ex-PLS 131/2015) - que acaba com a participação obrigatória e exclusiva da Petrobras na exploração dos campos do pré-sal.
- **PL 4643/2012** - cria Fundo Patrimonial nas IFE
- **PL 4918/2016** - dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- **PL 5069/2013** - que altera a forma do atendimento das vítimas de violência sexual
- **PL 6114/2009** – propõe a instituição do Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (Enameb)
- **PL 2546/15** - dispõe que as universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional
- **PL 7180/2014** - inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa
- **PL 867/2015** - que propõe o Programa Escola sem Partido - Apensado ao PL 7180/2014*.
- **PL 882/2015** - estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos - Apensado ao *PL 313/2007.
- **PLC 30/2015** (ex-4330) - da terceirização - Na Secretaria Legislativa do Senado Federal
- **PLC 54** (que tramitou na Câmara como PLP 257) – estabelece um novo e regressivo regime fiscal definido na PEC 55 - (antiga 241), que congela os investimentos primários dos entes federados por 20 anos
- **PLP 257/16** - autoriza o refinanciamento da dívida dos estados e do Distrito Federal
- **PLS 193** - Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido".
- **PLS 379/13** - propõe mudanças na escolha de dirigentes nas IFE.
- **PLS 388/15** - altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para estabelecer regras de governança para os fundos de pensão, visando melhorar sua gestão e garantir a eficiência dos seus resultados – Aprovada no Senado e enviada à CD. Projeto arquivado, por conta da aprovação de Substitutivo (Emenda nº 6-PLN) ao *PLS 78/2015, com o qual tramitava em conjunto.
- **PLS 420/2014** - institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização

de bens ou de prestação de serviços, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal

- **PLS 54 do Senado** - (antiga PL 257) estende a estados e municípios a restrição do orçamento imposta pela PEC 55 ao orçamento federal

- **PLS 555/2015** - "Estatuto das Estatais" – Tramita agora na Casa como *PL 4918/2016.

- **PLS 782/2015** - estudantes de universidades públicas com renda familiar superior a 30 salários mínimos (R\$ 26,4 mil) poderão passar a pagar anuidade escolar

- **PLS 87/2010** - dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências